Reestruturação geral dos serviços públicos

Publicamos noutro local a mensagem enviada pelo presidente da República ao Congresso, ao inaugurar-se a nova legislatura. Nesse importante documento, o chefe do govêrno aborda inclusive o plano de reestruturação geral dos serviços públicos que está sendo estudado, conforme se vê do texto da mensagem

(NO SEGUNDO CADERNO DESTA EDIÇÃO A ÍNTEGRA DA MENSAGEM PRESIDENCIAL)

Importante conferencia do chanceler João Neves -

Vinculação de nossos saldos de exportação de materias primas ao financiamento e equipamento necessários à eletrificação do Rio Grande do Sul e de Minas e à instalação de novas indústrias para a elaboração das nossas materias primas

MEIO BILHÃO DE CRUZEIROS

A EVASÃO DAS RENDAS EM MINAS — UM BILHÃO E SEISCENTOS MILHÕES, A DIVIDA FLUTUANTE

(Texto na pág. 2, col. 2).

FINAL

A nação não tem motivos para estar descontente com o seu poder legislativo

No que diz respeito ao Senado, em particular, declara o Sr. Café Filho, ser de justiça reconhecer-se que tem sabido corresponder plenamente à confiança da Nação — Os inconvenientes da falta de articulação entre os ramos do Poder Legislativo e os demais poderes da República

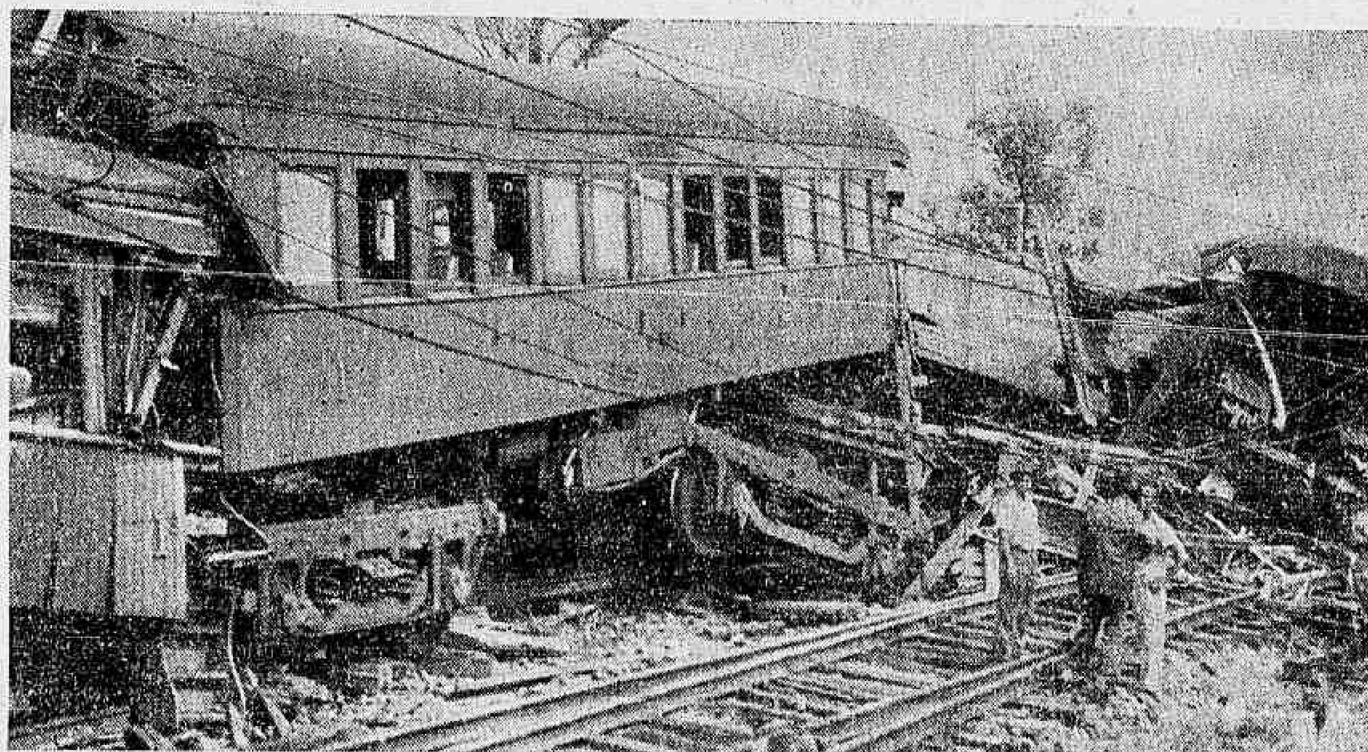
(Texto na pág. 10, col. 1).

ENGAVETARAM-SE JA' FORA DOS TRILHOS!

..FREUD? QUEM E'?

A Áustria de hoje desconhece o pai da psicanálise — Na casa em que morreu o genial vienense, a atual moradora fica espantada com as constantes visitas — A melancólica decepção do professor Weissmann

(Texto na página 7, coluna 6)



Impressionante aspecto do local do desastre, cujas consequências, como se vê da foto, poderiam ter sido das mais funestas

O sinistro ferroviário da manhã de hoje, em Nilópolis — Numerosas ambulâncias para o local - Depoimentos de passageiros — Vinte feridos

Na manhã de hoje, cêrca das 8,40 horas, ocorreu grave desastre na estação de Nilópolis, com o expresso de Lafaiete, S-3, que partira, às 8 horas, da gare Pedro II.

No momento em que escreve-

(Conclue na página 8, coluna 3)

O SALÁRIOSE MULTIPLICA POR VÁRIAS MANEIRAS

(Texto na pág. 2, col. 4)



A MENSAGEM PRESIDENCIAL

O embaixador Lourival Fontes, chefe da Casa Civil da Presidência da República, recebido pela comissão que o introduziu no recinto da sessão do Congresso Nacional, tendo à frente o senador Ferreira de Souza

ANO XXXIX RIO DE JANEIRO — Sexta-feira, 16 de março de 1951 N. 13.740

A NOITE

Diretor: ANDRÉ CARRAZZONI
Redator-Chefe: CARVALHO NETTO
EMPRÊSA A NOITE
Gerente: ALMÉRIO RAMOS
Número Avulso Cr$ 1,00

BIBLIOTECA NACIONAL Rio de Janeiro

DEVE O PAPEL DE IMPRENSA SER OBJETO DE DEBATE NA CONFERENCIA DE WASHINGTON



O deputado Oswaldo Trigueiro, membro da delegação brasileira à Conferencia de Washington e os deputados Luthero Vargas e Segadas Viana, falando ao reporter

Os mais expressivos representantes do Congresso e do jornalismo aplaudem uma iniciativa de A NOITE – Como falaram os senhores Roberto Marinho, Herbert Moses, Georges Galvão, Luthero Vargas, Menotti del Picchia, Gurgel do Amaral, Aziz Maron e Oswaldo Trigueiro em defesa dos interesses da imprensa mundial (Texto na página 7, coluna 2)

Não é um martir: é um apóstolo

Chega hoje ao Rio o Dr. Napoleão Laureano — Um avião oferecido pelo presidente da República para trazê-lo à capital, onde o govêrno lhe oferecerá todos os recursos de que necessitar



O Dr. Napoleão Laureano e sua espôsa

Não se trata de um mártir, mas é, sem dúvida, um apóstolo. Tem, no seu íntimo, aquela chama que ilumina as almas dos que se dedicam a um apostolado. Acredita nos homens de boa vontade e, apesar de sua tremenda experiência, não descrê da ciência. Era, ontem, um homem desconhecido, médico da provincia, dedicado aos seus estudos, à sua familia, aos seus clientes. Hoje,

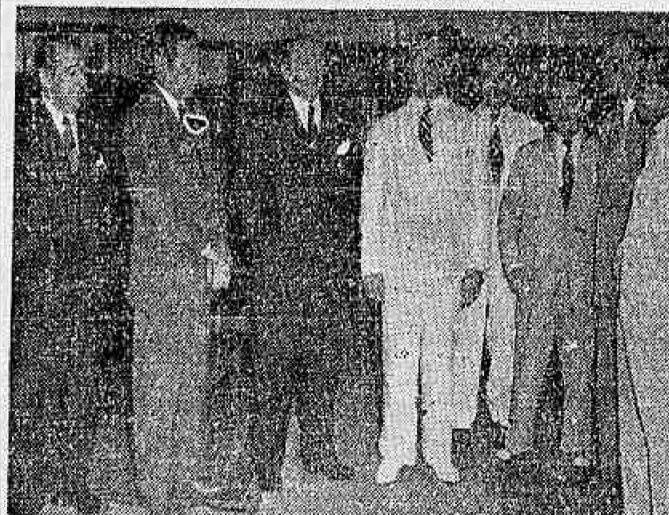
(Conclue na página 7, coluna 7)

A GRÃ BRETANHA ADVERTE O IRÃ

LONDRES, 16 (U. P.) (U. P.) — A Grã-Bretanha advertiu ao govêrno do Irã que êste não pode legalmente rescindir o contrato da Anglo- Iranian Oil Company pelo processo de "nacionalização", que, na verdade, significa a encampação da indústria.

EM CONFERENCIA COM O MINISTRO DA JUSTIÇA O GOVERNADOR DO MARANHÃO

O Sr. Eugenio de Barros ainda está disposto a voltar ao govêrno...



Quando o Sr. Eugênio de Barros era recebido no gabinete do ministro da Justiça (Texto na página 7, coluna 5)

Importante conferência do ministro do Exterior na Escola de Estado Maior

O chanceler João Neves da Fontoura fez detalhada exposição da nossa politica exterior e dos problemas a serem debatidos na Próxima Conferência de Washington

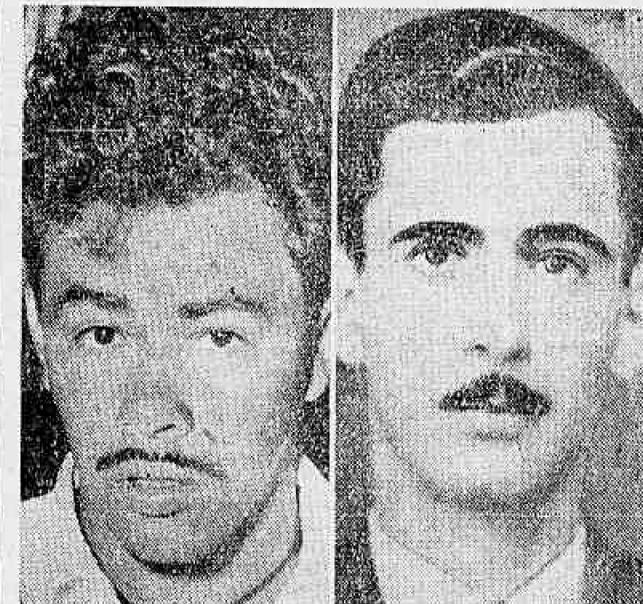
O ministro das Relações Exteriores, Sr. João Neves da Fontoura, realizou hoje pela manhã importante conferência na Escola de Estado Maior do Exército, com a assistência de quase todos os oficiais generais e altas patentes do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Notamos entre os presentes os generais Fiuza de Castro, e o almirante Flavio de Medeiros, chefes do Estado Maior do Exército e da Marinha, generais Zenóbio da Costa, Milton de Freitas Almeida, Cordeiro de Farias,

(Conclui na página 8, coluna 1)

O QUE HOUVE NA PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Nenhum atentado contra o capitão Vitório Canepa, diretor do presídio – Um preso rebelou-se na hora do embarque para a Ilha Grande e, com um prégo, feriu um guarda – "Buck-Jones" feriu superficialmente um companheiro de infortúnio (Texto na página 7, coluna 1)



Agenor Pereira da Silva, o "Buck-Jones", que feriu um companheiro do Presidio; e o guarda Alicildes Malagris, ferido por Oton de Jesus

Intervenção governamental para o aproveitamento do carvão brasileiro

As conclusões dos estudos realizados pelo Conselho Nacional de Economia e que foram enviadas ao presidente da República — Equipamento para racionalizar a produção e navios para o transporte (Texto na página 10, coluna 3)

SOFÁ - CAMA
A SOLUÇÃO DO PEQUENO ESPAÇO!
LOJAS:
RUA 7 DE SETEMBRO, 203 — Tel.: 23-3430 — RUA DO CATETE, 141-A - Tel. 25.5812
Av. Princesa Isabel, 72 - A - Tel.: 37.1533 — Pça. Saens Peña, 65 — Tel.: 48-1672



Politica e Politicos

Notícias na 8.ª

Pacífico aproveita o esguicho...



NEGOCIACÕES BI-LATERAIS EM WASHINGTON

Prosseguirão as conversações brasileiro-americanas (Texto na página 7, coluna 2)

Assegurado o suprimento de materia prima ao parque manufatureiro de borracha --

Chegou ao Rio o "Mauá", com oitocentas toneladas de borracha — Providências para a remessa de novos carregamentos da goma elástica

(Texto na página 3.ª, coluna 7.ª)

A NOITE

Diretor: ANDRÉ CARRAZZONI. Red.-chefe: CARVALHO NETTO. Redator-Secretário: Lincoln Massena. Gerente: Almério Ramos. Redação, administração e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — Tel.: Mesa de ligações internas: 23-1910

INFORMAÇÕES: 23-1556 — CARIOCA-REPORTER: 43-3349

ANÚNCIOS: Seção de Publicidade — Tel.: 23-1910 — Ramais 33 e 59

ASSINATURAS:

Brasil, América, Portugal e Espanha		Outros países	
6 meses . . .	Cr$ 120,00	6 meses . . .	Cr$ 180,00
12 meses . . .	Cr$ 200,00	12 meses . . .	Cr$ 350,00

INSPETORES-VIAJANTES EM ATIVIDADE:

Dilermando de Oliveira Schaewer Juvenal Pereira Barbosa, Manoel Pinto Figueira Júnior e Enéas Navarro.

Representante na Argentina: Inter-Prensa, Florida, 229

T. E. 33-9109 — Buenos Aires

DOIS GRAVES DESASTRES

Na praia de Botafogo, um ônibus perdeu a direção, foi à calçada e bateu na árvore, ferindo numerosos passageiros — E, defronte do Estádio Municipal, um lotação colheu um carro particular, ferindo o oficial da Polícia que o dirigia, e matando sua esposa

Violante Fernandes dos Santos, morta no desastre da avenida Maracanã

Dois desastres, de graves consequencias, ocorreram ontem, quase à mesma hora, um na praia de Botafogo e outro na avenida Maracanã, em frente ao Estádio Municipal. O primeiro foi ocasionado pelo onibus da Viação Carioca, linha 111, chapa 8-13-55, dirigido pelo motorista José Pereira, o qual, ao passar pela praia de Botafogo, proximo à rua Marquês de Olinda, perdeu a direção e, após subir à calçada de segurança entre as vias de mão e contra-mão, chocou-se violentamente com duas arvores, ferindo vários passageiros. Três destes ficaram internados, em estado grave, no Hospital Miguel Couto Luiz Conteli, de 73 anos, casado, italiano, operario, residente na rua Pinto Figueiredo 5, casa 17, com fratura exposta da perna direita, sua esposa, Teresa Carrosini Conteli, de 56 anos, italiana, com fratura exposta da perna direita e fratura da perna esquerda; Dalia Gonçalves, de 40 anos, viuva, residente na avenida N. S. Copacabana 1181, que recebeu contusão do frontal com descolamento do couro cabeludo e das faces; Isolete da Silva Soares, de 18 anos, residente na avenida Epitacio Pessoa 1232, com contusões e escoriações generalizadas; Edith Montinho, de 44 anos, casada, residente na rua Professor Valadares 62, com escoriações generalizadas; Maria Guimarães, de 25 anos, casada, domestica, residente na rua Maracaí 330, com escoriações; Virginia Ricardi Viana, de 22 anos, casada, domestica, residente na rua Ebroino Uruguai 107, com contusões e escoriações generalisadas, e Alexandre Vieira, residente na rua Boa Vista 51, casa 13, que foi medicado no Posto Central de Assistencia. O guarda civil n.º 983 deteve o motorista, que foi autuado na delegacia do 3.º distrito policial.

Em consequência dos graves ferimentos sofridos no desastre, foram internados no Hospital Miguel Couto o casal Luiz Conteli, Teresa Carrosini Conteli e Dalia Gonçalves

O onibus destroçado no desastre da praia de Botafogo

O outro desastre, ocorrido na Avenida Maracanã, em frente ao Estádio Municipal, foi ocasionado pelo lotação chapa 5-16-99, conduzido pelo motorista Gregório Lucas de Brito, residente na rua Viuva Cláudio n.º 305, que, trafegando contra a mão e em alta velocidade pela Avenida Maracanã, foi chocar-se com o auto particular número 3-33-68, dirigido pelo motorista José Pereira dos Santos, 1.º tenente da Policia Militar, casado, de 37 anos, residente na rua Ana Neri n. 662, que viajava em companhia de sua espôsa Violante Fernandes dos Santos, de 34 anos, e de Maria Sardinha de Silva, de 40 anos, residente no mesmo endereço. Foram socorridos no Posto Central de Assistência os ocupantes do auto particular e o motorista e uma passageira do lotação, de nome Teresinha José dos Santos, casada, residente na rua Vilela Tavares n.º 55, funcionária pública, que sofreram ligeiras escoriações. Ao ser medicada, Violante Fernandes dos Santos veio a falecer. O motorista Gregório Lucas de Brito foi preso em flagrante pelo conferente do Lóide, Severo Leopoldino de Faria, que o entregou às autoridades do 15.º distrito policial, onde foi autuado em flagrante. Foi feita perícia no local.

José Pereira dos Santos, ferido na avenida Maracanã e cuja esposa morreu no desastre

O casal Luiz Contelli e Tereza Carrozini Contelli, feridos no desastre ocorrido na praia de Botafogo

O lotação e o carro particular que se chocaram defronte ao Estádio Municipal

COMÉRCIO E FINANÇAS

Matérias primas

Os preços das matérias primas no mercado internacional em 1950, estiveram constantemente em ascensão. As perspectivas de uma nova conflagração mundial trouxe um grande interêsse por essas mercadorias, principalmente por aquelas consideradas sôbre o ponto de vista estratégico. No primeiro semestre esboçou-se uma crise nas atividades industriais de certos países, que acarretou um desajuste na economia dos mesmos. A reação, porém, não se fez esperar e em pouco tempo a crise entrou na fase final, advindo daí uma nova era de progresso industrial, não obstante o fato de se tornar mais aguda a situação de intranquilidade com a guerra coreana.

A alta dos preços das matérias primas passou então a ser a principal preocupação dos paises produtores. O produto mais apreciado foi a borracha, cujos preços quadruplicaram no decorrer daquele ano.

De acôrdo com as estatisticas do Departamento do Comércio dos Estados Unidos, as operações a têrmo multiplicaram-se, mesmo para os produtos onde não se verificavam escassez.

A borracha, o mercurio, a lã e o cobre, obtiveram aumentos que variam de 311 a 114 por cento.

Dos produtos exportados pelo Brasil o café subiu de 11% o açucar de 17% e a borracha de 311%.

Dêsse modo, o café muito embora tenha sido a mercadoria mais acusada de elevação de preço nos Estados Unidos, foi das que menor variação apresentou, no periodo de dezembro de 1949 a janeiro de 1951.

Movimento importador do país

Segundo os dados apurados pelo Serviço de Estatistica Econômica e Financeira, o movimento importador do país, no ano de 1950, atingiu a 8.907.894 toneladas, correspondentes ao valor em Cr$ 20.313.429.000,00.

No confronto bienal, acusam êstes algarismos um acréscimo de 1.788.845 toneladas contra um simultâneo decréscimo de Cr$ 334.652.000,00, ou sejam, respectivamente, mais 24,92 % no volume e menos 1,62 % no valor, que em 1949.

O valor médio da tonelada importada, que em 1949 se elevou de Cr$ 2.870,00, decresceu em 1950, para Cr$ 2.265,00 ou seja de 21,24 %.

Quanto ao balanço mercantil, acusa um saldo favorável de Cr$ 4.600.058.000,00, apesar de ter sido de menos 5.148.811 toneladas o volume da corrente exportadora, em relação ao da importadora.

O valor médio da tonelada exportada registrava, em 1949, uma diferença para mais de Cr$ .... 2.507,00 sôbre o da importada, tendo subido essa diferença em 1950, para Cr$ 4.258,00.

Agave da Paraíba para a América do Norte

JOÃO PESSOA, 16 (Asapress) — Transitou pelo pôrto de Cabedelo o cargueiro argentino "Hornero", da Agência Maritima Dodero S. A. e consignado à Agência Ultramar. Procedia da Argentina e, nesta praça, carregou para Nova Orleans, 2.786 fardos de agave, com 499.016 quilos, das seguintes firmas: Anderson Clayton, Carneiro & Cia., Soares de Oliveira & Cia. e Sanepa.

Câmbio

O Banco do Brasil afixou, hoje, as seguintes tabelas de taxas, à vista:

VENDAS

Libra	52,4160
Dólar	18,72
Franco suiço	4,3678
Peso uruguaio	9,3835
Peso argentino	1,3552
Peseta	1,7006
Peso boliviano	0,3120
Escudo	0,6572
Soles (Peru)	1,20
Franco francês	0,0535
Franco belga	0,3778
Corôa suéca	3,6209
Corôa dinamarquesa ..	2,7353
Corôa tcheca	0,3744
Florim	4,9150

COMPRAS

Libra	51,4640
Dólar	18,38
Franco suiço	4,2387
Peso argentino	1,3082
Peso uruguaio	9,0098
Soles	—
Escudo	0,6234
Franco francês	0,0525
Franco belga	0,3642
Peso boliviano	—
Corôa sueca	3,5651
Corôa dinamarquesa ...	2,6368
Corôa tcheca	0,3576
Peseta	—
Florim	4,8266

OURO FINO

O Banco do Brasil comprava, hoje, a grama de ouro fino, 1.000/100 a Cr$ 20.8176.

Açucar

COTAÇÃO POR 60 QUILOS

Mercado firme.

Branco cristal	190,00
Cristal amarelo	177,00
Mascavo	161,00
Mascavinho	173,00

Algodão

Mercado firme.

COTAÇÃO POR 10 QUILOS

FIBRA LONGA

SERIDÓ:

Tipo 3	365,00 a 367,00
Tipo 4	358,00 a 360,00

FIBRA MÉDIA:

SERTÕES:

Tipo 3	346,00 a 348,00
Tipo 5	330,00 a 332,00

CEARÁ:

Tipo 3	328,00 a 330,00
Tipo 5	nominal

FIBRAS CURTAS:

Matas:

Tipo 3	320,00 a 322,00
Tipo 5	nominal

PAULISTA:

Tipo 3	nominal
Tipo 5	328,00 a 330,00

ESFAQUEADO

O individuo de nome Amadeu, por causa de serviço, esfaqueou na rua José Higino, o seu colega, Manoel Gomes, português, operário e morador na rua Maria Amalia n.º 761, casa 4. Manoel, que sofreu um ferimento profundo no abdomem, foi conduzido ao Hospital do Pronto Socorro, onde ficou recolhido.

A policia do 17.º distrito, até a hora em que escreviamos, não tinha conhecimento do fato. O agressor fugiu.

Cinema ? Leia CARIOCA

Meio bilhão de cruzeiros

(*Titulos principais na 1.a pag.*)

BELO HORIZONTE, 16 (Da Sucursal de A NOITE) — Discursando no ato do lançamento da pedra fundamental do edificio onde se levantará o novo transmissor da Rádio Inconfidência, emissora oficial do Estado, o governador Juscelino Kubitschek analisou a situação de Minas, revelando que a divida flutuante do Estado ultrapassa de 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros. O acumulo de "deficit" na Rêde Mineira de Viação atinge 250 milhões de cruzeiros e a despêsa com o funcionalismo público absorverá aproximadamente 60 por cento da receita ordinária.

Ratificando o seu propósito de salvaguardar Minas do abismo econômico-financeiro que a ameaça, o governador acrescentou ainda que só a evasão fiscal desfalca as rendas públicas em cêrca de meio bilhão de cruzeiros.

Homenageado o general Zenóbio da Costa

Por motivo de sua recente promoção ao posto de general de Exército, o general Zenóbio da Costa, comandante da 1ª Região Militar e da Zona Militar do Leste, foi homenageado, ontem, no Circulo Militar pelos seus companheiros de arma que servem no Distrito Federal, Estado do Rio e Espirito Santo. Às 19 horas o homenageado foi recebido e saudado pelo Cel. João Ilarui Guimarães, do Regimento Escola de Infantaria.

Contra-torpedeiros em Santos

SANTOS, 16 (Asapress) — Atracaram neste pôrto os contra-torpedeiros "Bocaina" e "Babitonga", da Marinha Nacional. As duas unidades regressam do pôrto de São Francisco do Sul, onde estiveram para representar a Marinha nos festejos do centenário de fundação da cidade catarinense de Joinville.

Cinema ? Leia CARIOCA

PREFIRAM OS GUARDA-CHUVAS COM ARMAÇÃO FERRINI — VERIFIQUE A MARCA NA VARETA

Chamado para prestar declarações o ex-vereador

O presidente da Comissão de Inquérito, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Sr. Waldir de Souza Medeiros, baixou edital pedindo o comparecimento do cidadão Anderson Ramos de Almeida, ex-vereador àquela Câmara, para prestar declarações, dentro do prazo de 8 dias. Informa o presidente que a Comissão funciona diàriamente, na sede da Câmara Municipal, sita à Av. Rio Petrópolis n. 1703, das 10 às 12 horas.

CONSTRUÇÃO DE NOVO AEROPORTO

BELO HORIZONTE, 16 (Asapress) — Continua Belo Horizonte reclamando pela construção do novo aeroporto, visto que o atual não comporta o movimento de aviões. Segundo os vespertinos, os peritos retêm o processo há vários anos, sendo que o Departamento da Aeronáutica Civil já está de posse, do outro lado, de grande área de terreno para a construção do campo de pouso.

Termômetros para Febre e Seringas — Dos melhores fabricantes: Casella, Taylor, etc. Seringas americanas "BD", todos os tamanhos. Completo sortimento de agulhas de aço, niquel e platina. Casas Hermanny — R. Gonçalves Dias, 50, Senador Dantas, 14 loja e Av. N. S. Copacabana, 602

O salário se multiplica por várias maneiras

Além dos aumentos de salários, deve-se cuidar de sua melhor aplicação — Cursos de Economia Doméstica — Técnicas que aumentam as possibilidades caseiras: cursos de corte e costura do S.E.S.I.

Há certas técnicas, essenciais à existencia, que, se vão tornando esquecidas dos que vivem a hora agitada que corre. Em outros tempos, havia oficios caseiros que passavam das mães às filhas como um legado necessario e vantajoso. Essas habilidades começaram a ser desprezadas quando a atividade industrial passou a convocar tambem o trabalho feminino. E muitas de nossas patricias, dedicadas na fabrica, dando-lhe o maximo de sua capacidade, adotavam, de preferencia ou com exclusividade, o trabalho fora do lar.

Embora afeitas à vida domestica, prezando a familia e a casa, essas criaturas se estavam afastando, cada vez mais, dos encargos caseiros. Se, por um lado, contribuiam, com seus salarios, para o sustento comum — por outro, diminuiam progressivamente a capacidade de produção da casa. Um dos exemplos disso consiste no abandono crescente da costura, relegada a pessoas estranhas ou conquistada aos "ateliers" de artigos feitos.

De outro lado, a escassez dos salarios não se resolve apenas pela elevação periodica dos mesmos: se as majorações ajudam, tambem a melhor aplicação desses recursos poderá ocasionar ótimos beneficios. A boa distribuição do salario e o aproveitamento caseiro das aptidões individuais vêm propiciar um nivel de vida melhor, em proveito de todos, consolidando a instituição da familia, muitas vezes atingida pela precariedade dos recursos.

Foi considerando todos êsses aspectos, da mais alta relevancia que o SESI — a instituição destinada a melhorar o padrão de vida do trabalhador da industria, graças à atenuação dos desajustamentos — tomou a si mais um encargo — o de influir na economia domestica, através de cursos orientados e através da ministração de técnicas reprodutivas de energia humana no proprio ambiente do lar. Assim, para citar apenas o exemplo proximo, que é colhido na Divisão Regional do Distrito Federal e do Estado do Rio (embora o mesmo esteja ocorrendo nas outras unidades), a seção de Educação Social ministra algumas dezenas de cursos.

A técnica da costura

Os cursos de corte e costura, para habilitar os elementos femininos ao preparo de sua propria roupa e da de sua familia e sua casa, multiplicam-se nesta cidade e em cidades fluminenses, já havendo concluido a aprendizagem varias turmas, para mais de mil pessoas.

Presentemente, funcionam cursos dessa natureza no Centro Social de São Cristovão (cinco turmas), no Centro Social de Inhauma (duas turmas), na Associação dos Operarios da America Fabril (duas turmas), nos Laboratorios Raul Leite, na Textil Alfa, na Perfumaria Coty, nas Industrias Alimenticias Carlos de Brito, na Fabrica de Tecidos Maracanã, na Companhia de Tecidos Nova America, na Pelikan, na Sidney Ross, no Club Musical e Recreativo Carioca, nos Laboratorios Moura Brasil-Orlando Rangel (duas turmas), na Cia. Industrial São Paulo e Rio, na Cia. de Fiação do Rio de Janeiro (quatro turmas), na fabrica de tecidos Santo Antonio, no Ciba Atlético Club, nos Tecidos Bom Pastor, no Centro Social de São Gonçalo, no Centro Social de Caxias, no Centro Social de Petropolis (4 turmas), no Centro Social de Nova Friburgo (2 turmas), na Fabrica Pau Grande, de Inhomerim (duas turmas), na Fabrica Ipu, de Friburgo, na Cia. Brasileira de Usinas Metalurgicas (duas turmas), na Cia. Fiat Lux de São Gonçalo (duas turmas), na Cimento Portland de São Gonçalo (duas turmas) e em Porto da Madama, tambem em São Gonçalo, estendendo agora esse novo "front" ao municipio de Campos, cujo Centro Social recentemente instalado, tem merecido a mais entusiastica acolhida.

Outras atividades educativas

A Seção de Educação Social do SESI não se limita, entretanto, a êsses cursos. Sem falar das sessões de cinema educativa e das palestras e debates, realizados nas próprias fábricas e associações de classe, mantém ainda cursos de economia doméstica, cursos de alfabetização para menores e cursos de educação de adultos. Presta, a mais, um curioso serviço: o do empréstimo de livros, despertando o interêsse pela boa leitura. Para êsse fim, mantém a Biblioteca Circulante Roberto Simonsem, constituida de doze caixas portáteis, com perto de trinta livros selecionados. Essas caixas fazem rodizio pelas fábricas, possibilitando assim contacto dos trabalhadores interessados com perto de mil obras, cuidadosamente escolhidas, dentre literatura e livros úteis de conhecimento.

Nesta última quinzena, as doze caixas circulavam na Fábrica de Botões e Artefatos de Metal, nas Indústrias Carlos de Brito, na Ciba, na Sydney Ross, nos Tecidos Maracanã, na Otis, na Indal, no Papel Tijuca, no Moinho Inglês, nos Tecidos Esperança, no Cortume Carioca e no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Produtos Quimicos, Farmacêuticos, Perfumes, Tintas e Vernizes do Rio de Janeiro.

Presta, assim, o SESI um bom serviço. Pelos cursos de economia doméstica e de corte e costura, revaloriza o lar, melhora a aplicação do salário, consolida a familia, eleva o nivel de vida do trabalhador. Pelas outras iniciativas culturais, contribui para o progresso espiritual de milhares de pessoas, levando-lhes o prazer da leitura e do cinema, os conhecimentos que veiculam e as noções complementares de palestras e cursos. Obra em franca ascenção, o SESI, dia a dia, procura contribuir para a melhoria das condições de vida do trabalhador da indústria e de sua familia.

Dr. Ferreira Filho OCULISTA — R. Assembléia, 104-3º and. S. 301 Tel. 42-9545

Meias Elásticas — Acabamos de receber americanas Bauer & Black, de todos os tipos. Casas Hermanny — R. Gonçalves Dias, 50 e Senador Dantas, 14 — loja.

Dr. Licinio Santos — Clínica Médica em Geral — Figado - Estômago - Intestinos — Edificio da A NOITE — Sala 613 Fone 23-0075

MATOU O COMPANHEIRO DURANTE O JOGO DE FOOTBALL

Apresentou-se à policia o assassino

Jorge Augusto Teixeira

Durante um jogo de football, no final da rua Washington Luiz, em São Gonçalo, conforme A NOITE divulgou, o pescador Jorge Augusto Teixeira assassinou a tiros de revólver o seu companheiro de profissão Waldir Carlos da Mata, que residia naquele municipio, na rua Cruzeiro do Sul número 991. O criminoso evadira-se, sendo inúteis os esforços da policia fluminense para capturá-lo. Agora, apresentou-se o acusado às autoridades da subdelegacia de Neves e Sete Pontes, acompanhado de um advogado. No seu depoimento, declarou ter eliminado o pescador, em revide a uma bofetada. Foi pôsto em liberdade, devendo a policia solicitar às autoridades judiciárias a prisão preventiva do acusado.

AFOGADOS

Foram removidos para o necrotério do Instituto Medico Legal, com guias das autoridades policiais dos 3.º e 1.º distritos, os cadaveres de dois afogados que deram à praia, ontem, um na Urca e o outro na lagoa Rodrigo de Freitas. O primeiro, de Abelardo Ramos de Oliveira, que perdeu a vida quando, em companhia de dois companheiros, Manoel de Souza Cruz Filho e Leonardo da Costa Robson, residentes na rua General Severiano 74, realizavam uma pescaria de siris. O caique em que pescavam virou, tendo desaparecido Abelardo Ramos de Oliveira. O outro corpo é de um homem de côr preta, de 30 anos, trajando calça cinza, camisa verde e botinas pretas. O cadaver foi achado na lagoa, em frente à rua Mario Ribeiro.

Secadores Solis — Fabricação suiça; ar frio e quente. Casas Hermanny — R. Gonçalves Dias, 50, Senador Dantas, 14 — loja. e Av. N. S. Copacabana, 602.

CANHENHO FÚNEBRE

Foram sepultados hoje:

No Cemitério de São Francisco Xavier: Amélia Caetano da Silva, Hospital Clemente Ferreira; Ananias Reis, praça da Republica, 80; Abilio Augusto Guerra Branco, rua do Costa, 15.

No Cemitério de São João Batista: Pedro Montenegro, rua Bartholomeu Mitre, 621; Margarida Hilario, Hospital Miguel Couto; Leonidio da Silva, ladeira dos Guararapes, 127; Abelardo Ramos de Oliveira, Necrotério da Policia.

No Cemitério da Penitência: Norival Pinto França, Necrotério da Policia.

A CULTURA ALGODOEIRA EM GOIÁS

Um apêlo de lavradores atendido pelo ministro da Agricultura

A cultura algodoeira em Goiás vem tomando impulso, graças à iniciativa da Colônia Agricola que o Ministério da Agricultura está ali instalando. A safra prevista para o corrente ano já é de um milhão de quilos de algodão em pluma. Ocorreram entretanto, agora, sinais de ataque do «coruquerê» nos referidos algodoais que se encontram em plena vegetação e o ministro da Agricultura, atendendo solicitação que lhe foi feita pelo diretor daquela Colonia, já providenciou, através a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, o fornecimento do necessário material por via aérea, para o respectivo combate.

HORÓSCOPO PARA HOJE

Por STELLA

SEXTA-FEIRA — 16 de março — Os nascidos hojo pensam que a vida é uma festa continua. Gostam de aventura e certamente viajarão muito, visitando lugares distantes e tendo do mundo uma visão que outros não possuem. Sua personalidade é atraente e progressista. Desde que se metam em alguma emprêsa, envolvem nela fàcilmente outras pessoas. Sabem expressar-se com clareza e precisão, num tom convincente que muito os habilita para a arte dramática. Contudo, a politica também pode proporcionar-lhes triunfos.

Devem ter cuidado para não falsificar os atributos de sua personalidade, para não serem superficiais na apreciação das pessoas e dos fatos, pois isto os faria enganar-se a si mesmos. São mais inclinados a ver as coisas de um ponto de vista geral, sem atentar devidamente nos pormenores, tendência que também precisam corrigir.

Mesmo que sintam um grande amor ao lar e a familia, gostarão de triunfar socialmente. Eis porque as mulheres, além de excelentes donas de casa, poderão ter intensa atividade social.

INFLUENCIAS CELESTES PARA AMANHÃ

Pisces — 20 de fevereiro a 20 de março — Esteja certo de compreender os fatos e de exprimir-se com clareza, para não ser mal interpretado.

Aries — 21 de março a 20 de abril — O exercicio ao ar livre é de grande importância para a sua saúde. Permaneça no campo o maior tempo que puder.

Tauro — 21 de abril a 21 de maio — Esteja alerta para todas as oportunidades. Comece logo as suas atividades.

Gêmeos — 22 de maio a 21 de junho — O êxito alheio será o melhor estimulo para você alcançar o objetivo que tem em vista.

Câncer — 22 de junho a 23 de julho — Tato e diplomacia serão os melhores fatores de sucesso para a solução dos seus problemas.

Leão — 24 de julho a 23 de agosto — Cuidado no criticar alguem, principalmente se fôr pessoa de seu conhecimento.

Virgo — 24 de agosto a 23 de setembro — O dia será de trabalho intenso. Mãos à obra e nada de desânimos.

Libra — 24 de setembro a 23 de outubro — As atividades sociais hoje serão compensadoras e lhe proporcionarão prazer, ao lado da utilidade.

Escorpião — 24 de outubro a 22 de novembro — Eis um dia favorável para modificações no seu ambiente doméstico.

Sagitário — 23 de novembro a 22 de dezembro — Ocultar a verdade pode acarretar-lhe aborrecimentos, ou interpretações tendenciosas. Seja franco e exato em suas afirmativas.

Capricornio — 23 de dezembro a 20 de janeiro — Novos caminhos no campo das artes ou de suas atividades profissionais podem ter um grande valor no momento. Seja engenhoso.

Aquário — 21 de janeiro a 19 de fevereiro — Seus encantos são naturais. Não trate de imitar a ninguem. Seja você mesmo, eis tudo.

HOJE NA HISTÓRIA DO BRASIL

José Teixeira de Oliveira

16-3-1838 — *Fim da Sabinada.*

O desajustamento politico, social, econômico e financeiro em que viveu o Brasil da primeira metade do século passado constituiu elemento preponderante para a eclosão dos vários movimentos revolucionários que convulsionaram algumas das suas Provincias.

Comentando justamente a eclosão da *Sabinada*, Afrânio Peixoto disse que, na Bahia, além dos cismos de caráter geral que perturbaram a vida brasileira, havia problemas locais: "Tremenda a crise do açucar (provocada) pela concorrência crescente da beterraba; o tráfico cerceado, os escravos já emigrando para o Sul, vendidos para a *mata de café*. *Revolta dos Malês* em 35. Em 37, a *Sabinada*. Sintoma gravissimo: de 31 a 37 editaram-se na Bahia sessenta jornais. Geme quem sofre..."

Sabinada. O nome vem da principal figura da revolução: o médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira.

Afirmam os mestres, que a sublevação tinha, inicialmente, caráter republicano e separatista. Mais tarde, entretanto, teria assumido aspecto de simples rebelião, com o propósito de voltar à comunidade nacional ato contínuo à declaração da maioridade de D. Pedro II.

A *Sabinada* estourou na capital baiana em novembro de 1837. Imediatamente, os rebeldes assumiram o contrôle da cidade, expulsando dali as autoridades constituidas.

Embora contasse com o apoio de elementos do interior da Provincia e de outra partes do Império, tais elementos falharam na hora da ação e os revoltosos se viram contidos nos limites da velha Cidade do Salvador. Organizaram-se politica e militarmente. Tiveram seu ministério, realizaram eleições, montaram máquina burocrática.

Durou quatro meses a República Baiana de 1837. Vencido a principio, o govêrno legal reorganizou suas fôrças, fortificou-se com o auxilio enviado de Pernambuco e do Rio de Janeiro e apertou o cerco da capital, afinal subjugada com rigor implacável.

Luiz Viana nos fala da "capital invadida por um exército cheio de ódio, de rancor, de crueldade, e que lançava dentro das casas incendiadas, ainda vivos, os rebeldes que aprisionava. Vencidos e vencedores a atearam fogo às edificações. A velha capital, a arder numa grande fogueira, pagou caro o seu crime. As tropas imperiais foram inclementes. Saciaram em sangue a sua avidez de vindita".

Cabe frisar que a *Sabinada* pagou alto tributo de vidas ao heroismo dos rebeldes. Estes perderam 1.258 mortos, segundo estatistica digna de citação.

PEDRO TEIXEIRA — Cirurgião e urologista. R. S. José 85-1.º - 15 horas. Telefone 42-0439

Paralisado o tráfego

BELO HORIZONTE, 16 (Asap.) — O tráfego da rodovia Rio-Belo Horizonte, no trecho compreendido entre Santos Dumont e Barbacena continua paralizado, em virtude do péssimo estado em que se encontra a estrada. Segundo se anuncia, no referido ponto, cerca de 70 veiculos estão impedidos de prosseguir viagem para seus destinos.

Ruiu o Grupo Escolar de Carandaí

BELO HORIZONTE, 16 (Asapress) — O Grupo Escolar da cidade de Carandaí teve metade de suas dependências desmoronadas, impossibilitando, assim, o início do ano letivo, o que vem prejudicando grandemente centenas de alunos, pois não existe, na cidade, um prédio capaz de, provisoriamente, abrigar os alunos.

Cinema ? Leia CARIOCA

DISCUTIRAM POR CAUSA DO ROUBO DE MATERIAIS

E o lesado acabou dando um tiro no peito do contendor

Felipe Manoel dos Santos, ferido a bala no peito

Com um ferimento no peito, à altura do coração, produzido por um projetil de arma de fogo, foi medicado, ontem à noite, no Hospital Miguel Couto, o operário Felipe Manoel dos Santos, de 21 anos, solteiro, residente na rua Voluntários da Pátria, 266, quarto 2, agredido a bala por Silvio de tal, residente no morro Santa Marta, em barracão s.n.º. Prende-se o fato aos constantes roubos de madeiras sofrido por Silvio, que está construindo um barracão naquele local. Encontrando Felipe próximo ais materiais, Silvio, acusou-o de roubo, discutindo os dois homens. Num dado momento Silvio sacou de um revólver detonando-o contra Felipe que caiu atingido gravemente. Evadiu-se o criminoso. O comissário Motta do 3º distrito policial tomou conhecimento do fato

Laboratórios de Pesquisas Clínicas — **Dr. Lauro Studart** — Exames de urina, escarro, pus, etc. Sôro diagnóstico da sifilis. Exames de sangue para esclarecimentos de fócos Diagnóstico precoce da gravidês. Tubagem duodenal. Metabolismo basal. Laboratórios: Largo da Carioca n.º 13-2.º — Salas 4, 6 e 12. ABERTO DAS 8 AS 19 HORAS FONE: 42-3037

RECEBEU PROFUNDA FACADA NO TORAX

No meio da discussão dentro do ônibus

Na avenida Amaral Peixoto, esquina da rua Visconde do Rio Branco, em Niterói, por questões desconhecidas, surgiu uma altercação entre dois passageiros que viajavam num ônibus da "Emprêsa de Luxo Ltda." e o despachante da "Emprêsa Fluminense" Corinto Pinto Barreto, de 20 anos, residente na rua Benjamin Constant n.º 103. Da discussão os desconhecidos passaram à agressão. Dentro em pouco estabeleceu-se ligeira confusão, ao tempo em que o despachante caia ao solo com profunda facada no torax. Os agressores fugiram, enquanto uma ambulância removia o ferido para o Hospital Antonio Pedro, onde ficou internado. Seu estado é melindroso. Soube do caso o investigador Irineu, do 1.º Distrito Policial de Niterói.

Cutelaria — Variado sortimento de cutelaria para manicure; alicates, pinças, limas, tesourinhas, etc. Tesouras para costura e para picotar. Máquinas, tesouras e navalhas das melhores marcas para cabeleireiro. Casas Hermanny — R. Gonçalves Dias, 50, Senador Dantas, 14 — loja e Av. N. S. Copacabana, 602.

TELEVISÃO NO RECIFE

O ministro da Viação baixou em diligência o processo em que a Rádio Tamandaré solicita concessão para estabelecer uma estação de televisão, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

ECOS e NOVIDADES

A MENSAGEM

E' um documento de excepcional interêsse a mensagem que o presidente Getúlio Vargas acaba de enviar ao Congresso Nacional, para expôr a situação do país, sob todos os aspectos da alta administração pública, e fixar os problemas que exigem imediata atenção dos poderes federais. Cumpre, em primeiro lugar, ressaltar o espírito de cordial colaboração que o chefe do Estado procura estabelecer, de início, entre o Executivo e o Legislativo, cujas atribuições, especificamente delimitadas, se harmonizam no plano das supremas solicitações da coletividade brasileira. Não é para se estranhar que o Sr. Getúlio Vargas ponha o maior empenho na obtenção do concurso dos representantes do Poder Legislativo, para levar a bom têrmo a tarefa de que o investiu a confiança do povo, expressa na sentença irrecorrível das urnas livres. Basta considerar o papel que as duas Casas do Congresso representam, em face da estrutura do próprio regime, para se medir a influência dos seus trabalhos na obra geral do Govêrno. As críticas que, durante o govêrno passado, foram endereçadas aos congressistas, preferentemente, assinalaram os reflexos danosos da falta de uma operosidade reclamada pelos interêsses permanentes da Nação. Não nos move, nesta observação, o espírito de crítica, já inteiramente fora de oportunidade, aos representantes da legislatura que expirou em 31 de janeiro, pois aqui a formulamos apenas para justificar o louvável propósito, em que se encontra o Sr. Getúlio Vargas, de encontrar no Congresso um dos mais sólidos pontos de apôio para o encaminhamento das soluções exigidas pelo bem estar da comunidade social e para a realização de um programa de verdadeira restauração das fôrças vitais do Brasil. Executivo e Legislativo têm responsabilidades comuns, que devem ser partilhadas com a mais perfeita compreensão. Tem razão, pois, o presidente Vargas, quando afirma, em sua mensagem: "A responsabilidade do Govêrno, de que junto partilhamos, é, na hora presente, tanto maior quando se considera que não estamos ainda assistidos pela atuação regular de partidos estruturados em consonância com o pronunciamento das urnas". Eis aí um conceito que não admite controvérsia, tanto a verdade nêle expressa espelha o julgamento objetivo de uma das faces da nossa vida político-partidária.

Neste ligeiro registro, cabe-nos também acentuar a coerência de pensamento que orienta a ação do homem de Estado. Entre a mensagem do presidente e as manifestações do candidato há uma linha de absoluta unidade, que consolida a confiança na capacidade do Govêrno atual para cumprir os seus árduos deveres, em conjuntura tão difícil da existência nacional e de tão sombrias perspectivas na política internacional.

A ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

Dentre as observações da mensagem do presidente Getulio Vargas ao Congresso ressaltam, reclamando as melhores atenções dos nossos parlamentares, as que se referem à elaboração orçamentária.

S. Ex. repute inconveniente o disposto no artigo 74 da Constituição, que manda prorrogar o orçamento em vigor, no caso de não haver sido enviado à sanção o projeto do futuro até 30 de novembro. E considera que a norma anterior, a êsse respeito, era mais flexível e objetiva, quando prescrevia dever o chefe do Executivo sancionar o orçamento na base das últimas votações do Congresso, na hipótese de se excederem os prazos previstos para o seu pronunciamento.

De fato, são óbvias as danosas consequências que de uma prorrogação, "in totum", da lei de meios resultam para o interêsse nacional, não apenas pela manutenção durante todo um exercício de providências que se tornaram desnecessárias, descabidas ou nocivas, mas sobretudo pela omissão de várias outras indispensáveis ou mesmo imperativas para a administração e por isso mesmo constantes da proposta governamental. A prevalência da matéria na base das últimas votações é seguramente a fórmula mais indicada, porque nessa altura já estará a obra escoimada dos textos a eliminar e contendo aqueles novos impostos pela boa marcha dos negócios públicos.

Também assinala o presidente as dificuldades acarretadas ao govêrno pela exigência do artigo 87, n.º XVI, da Carta Magna, onde se estipula seja feita a remessa da sua proposta orçamentária dentro de dois meses após o início de cada sessão legislativa. Tal impositivo significa uma larga antecipação para o cálculo das estimativas, obrigando o Executivo a enviar ao Congresso um ante-projeto meramente formal e em certos pontos já obsoleto, passível de ampla revisão, que torna mais penoso e prolongado o trabalho do Parlamento. S. Ex aponta os males que decorrem dêsse vício de origem, entre outros o de uma vasta modificação dos quadros das despesas, principalmente nos setores das obras públicas, auxílios, contribuições e subvenções — "atendendo a aspirações parciais, muitas vezes justas, mas não baseadas no exame da situação geral". Ninguém desconhece êsses males, que não só tumultuam e deformam a lei ânua, como comprometem fundamente o equilíbrio orçamentário, agravando o deficit em proporções consideráveis.

Dir-se-á que a norma preferida pelo chefe da nação, quanto à sanção, poderá dar margem a que sôbre os orçamentos não se manifeste o Senado, onde êles chegam sempre com muito atraso, para discussões e votações apressadas e desordenadas. E alegar-se-á também, que, alargado o prazo para a remessa da proposta governamental, a obra será sacrificada pelo encurtamento do período das atividades das duas casas legislativas no preparo da obra. As objeções, porém, não procedem — primeiro, porque com um ante-projeto mais preciso será menor o trabalho de elaboração, que recebe o prato quase pronto, e segundo porque os dois ramos do Parlamento poderão entrar em entendimentos que lhes permitam desobrigar-se de sua tarefa com um estudo completo e perfeito a tempo e hora.

Segue para São Paulo o vice-presidente da C.C.P.

A convite da Comissão Estadual de Preços, seguirá hoje para São Paulo, por via aérea, o vice-presidente da Comissão Central de Preços.

Durante a sua permanência na capital bandeirante, o Sr. Benjamin Soares Cabello tratará de assuntos ligados ao abastecimento daquele Estado.

Cessou o jogo em Caxambú

O que diz o juiz de Direito

BELO HORIZONTE, 16 (Da Sucursal de A NOITE) — O juiz de Direito de Caxambú, Sr. Orlando Lopes Coelho, que há dias exarou um despacho declarando que «para resguardar a majestade da lei e não macular a dignidade da Justiça, não iria mais à sala de audiências enquanto campeasse o jogo naquela cidade», acaba de enviar ao chefe de polícia de Minas o seguinte radiograma:

«Acusando recebimento de seu rádio datado de ontem apraz-me comunicar a V. Excia. que com a intervenção serena e enérgica do Sr. Altamar Paula, delegado adjunto, cessaram as práticas de jogos de azar nesta cidade, estando restabelecidos todos os serviços forenses. Saudações. a) — Orlando Lopes Coelho, juiz de Direito».

CALÇADO Souto RIO DE JANEIRO
Máximo confôrto
Garantia absoluta

EXERCITO INTERAMERICANO

Os assuntos que serão decididos na próxima Conferência dos Chanceleres latino-americanos

SANTIAGO, 16 (AFP) — Consta que na próxima Conferência dos Ministros das Relações Exteriores serão tomadas as seguintes medidas: 1) conclusão de acordos políticos para combater energicamente o comunismo em tôda a América; 2) ampla assistência técnica e econômica dos Estados Unidos aos países da América Latina; 3) criação de um exército inter-americano.

O novo consultor geral da República

Nomeado o Sr. Carlos Medeiros da Silva

O presidente da República assinou decreto, na pasta da Justiça, nomeando o Sr. Carlos Medeiros da Silva para o cargo de consultor geral da República.

O presidente da República, também por decreto de hoje, promoveu por antiguidade o juiz Cristovão Brainer ao cargo de juiz de direito da 14.ª Vara Criminal da Justiça do Distrito Federal.

PELOTAS, 16 (Serviço especial de A NOITE) — Após frutuosa temporada no Teatro 7 de Abril, prosseguiu viagem para o Rio Grande, onde passará a atuar, a Companhia Iracema de Alencar.

Participará o Brasil de um Congresso Médico nos Estados Unidos

Foi convidado para participar do Congresso de Proctologia, em junho próximo, em Atlantic City, o presidente da Sociedade Brasileira de Proctologia, Dr. Walter Gentile de Melo, que já representou os especialistas brasileiros em diversas convenções médicas norte-americanas. Visa o convite feito pela Comissão de Relações Públicas com Organizações Estrangeiras", da American Proctologic Society um maior e mais proveitoso intercâmbio cultural da especialidade entre os países latinos e os Estados Unidos.

"TOU AQUI PRA ISTO"

Bastos Tigre

O presidente da República concedeu a medalha de honra da Ordem Nacional do Mérito ao operário Augusto Gonçalves. Ninguém ignora o feito que o tornou merecedor dos prêmios do govêrno. (E' que, além da medalha simbólica, vai ter Gonçalves, custeada pelo Estado, a educação dos seus três filhos).

O modesto operário é bem do tipo do herói civil. No momento do perigo com desprezo pela própria vida, cumpriu o seu dever. Fê-lo, não apenas com destemor, mas com serenidade decisão e perícia.

O ato de Gonçalves, se bem o analisarmos, limitou-se ao cumprimento do dever. Como um soldado no campo de batalha. A alguns parecerá pouco. Foi apenas um homem forte e corajoso que fez o que lhe incumbia fazer.

Enganam-se. Mérito grande, grande e não cumum, é manter-se alguém no seu posto de luta, realizando, conscientemente, a missão que lhe compete.

O acidente do bondinho da Urca foi um caso espetacular. Daí ter a atuação de Gonçalves merecido em profusão aplausos e prêmios. Mas eu vejo neste operário o representante feliz de uma classe de heróis cujos feitos ficam no desconhecimento do público e cujos nomes se esfumam na penumbra do anonimato. Médicos, enfermeiros, aviadores, maquinistas de trens e de vapores, bombeiros e policiais, quantos, pelo ano afora sacrificam a saúde e a vida, para salvar as alheias, levados por este nobilíssimo sentimento, por esta "crença" profana que se chama o cumprimento do dever.

Compreendem eles que estão em determinado posto para determinado fim. E no posto permanecem até que o fim seja atingido. O "fim" pode ser a morte.

Não é um herói neste gênero o Chico, da história que vou contar. Mas dele ouvi certa vez uma frase que me ficou na memória como um "slogan" magnífico para uso de quantos têm uma missão a cumprir.

Chico é um destes garotos jornaleiros, lavados, nutridos e vestidos por obra de D. Darcy a que é (e nunca deixou de ser) a primeira Dama do país. Chico estava sentado à soleira do saguão de A NOITE ao lado de uma pilha de jornais. Contava-os. Nisto, aproximou-se um rapazola seu conhecido, talvez do mesmo time de "bate-bola", e gritou ao companheiro.

— Chico, tu tem vendido muito fóia!

E Chico, com um ar espantado de quem ouve uma pergunta ociosa:

— Uê! Tou aqui pra isto!

Não é ele, nenhum herói, já eu o disse.

Mas a sua resposta espontânea e pronta, leva-me a crer que no combate, na máquina ou no bondinho, teria Chico o mesmo exato conceito do dever a cumprir:

"Tou aqui pra isto".

Augusto Gonçalves comendador da Ordem do Mérito, foi, no momento oportuno, o homem que sentiu que "estava ali para aquilo": levar a salvo ao extremo do fio os passageiros do pequeno veículo. O perigo de perder a vida não o preocupava. Pior será falhar, no momento dado, ao cumprimento da sua missão, sem ter pensado e sentido, como, em situação bem menos grave o Chico jornaleiro: "Tou aqui pra isto".

Homenagem ao Dr. Manoel Beltrão dos Santos Dias

Realizou-se ontem, em Jacarepaguá, na estrada dos Bandeirantes 515, uma homenagem ao Dr. Manoel Beltrão dos Santos Dias, conhecido clínico nesta capital e destacado elemento dos diretórios profissionais do Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Distrito Federal. Saudando o homenageado, falou o Sr. Marcelino Camanho, que fez a leitura de vários trechos da mensagem do presidente Vargas ontem entregue ao Congresso Nacional. Saudaram ainda o homenageado os petebistas Flavio Gomes de Azevedo, Pedro Paulo Martins e a menina Alice Helena, que ofereceu ao homenageado uma lembrança. Por fim o Dr. Santos Dias, em ligeiro improviso, recordou a campanha de 3 de outubro e mostrou que no momento todos os brasileiros devem fazer publicamente o seu compromisso de bem servir à Pátria e cooperar com o presidente Getulio Vargas, a fim de que êle possa levar a cabo a tarefa da recuperação nacional.

Sintomas de desagregação

Jarbas de Carvalho

Os vermelhos chineses, esquecidos de que são amarelos há alguns milênios — e o hão de ser por toda vida — entraram na Coréia no ruidoso estilo das guerras seculares: com tambores, apitos, pífanos, gritos, bandeiras, galhardetes coloridos, flâmulas, penachos, lanças e espadas alçadas, fazendo um barulho infernal. E, se alguem pudesse aproximar dêles as lentes de um cinema, veria que oficiais e soldados faziam horríveis caretas — evidentemente para meter medo ao adversário. Essa maneira psicológica de fazer guerra — usada em éras remotas — foi imitada pelos alemães, na última guerra mundial — lembram-se? Na invasão da Bélgica e do norte da França, os aviões teutos avançavam por enxames, fazendo um ruído ensurdecedor, e traziam no focinho dos aparelhos caras horrendas de bichos desconhecidos. Tudo isso para meter medo.

Entretanto, os alemães perderam a guerra.

É, aliás, o que está acontecendo com os chineses esquecidos de que são amarelos — os vermelhos.

As últimas notícias dizem que os exércitos aliados estão penetrando na zona inimiga sem encontrar resistência. Só resistência, não: não encontram sequer soldados combatentes. Desapareceram. Naturalmente, os chefes militares americanos recomendam cuidado às suas tropas — na possibilidade de estarem os chineses preparando alguma cilada. Mas, não creio. O que êles estão mesmo é fugindo — fugindo ao tremendo castigo que as tropas da democracia, afinal, lhes inflige.

Tinham os chineses entrado na Coréia de rabo alçado, obtendo pela surpresa os primeiros êxitos. Lançaram logo um lema: "Só deixaremos a Coréia depois de atirarmos os americanos no mar!" Mas, o homem põe e Deus dispõe. A derrota dos vermelhos é espetacular — para usarmos o têrmo da moda. O que ela vale é como sintoma da derrocada geral do comunismo. A cortina de ferro não se mostra tão eficaz que possa ocultar totalmente o que se passa na Rússia. Alguns rumores estão chegando cá fora. De vez em quando se sabe de fuzilamentos — e êstes atingem personalidades importantes, principalmente militares. Agora mesmo escapou a notícia de terem enforcado quatorze oficiais russos das fôrças ocupantes da Alemanha oriental, entre êles um coronel de estado-maior. Que fizeram êsses oficiais? Dizem os detentores da fôrça que êles conspiravam contra o regime bolchevista. Para pô-lo em baixo tinham combinado a eliminação de Stalin e seus lugares-tenentes. Por isso lhes deram morte humilhante: na fôrca, que é o suplício destinado aos ladrões.

De tudo isso se conclui que, realmente, o povo russo— de que êsses oficiais eram os intérpretes — não está satisfeito com o regime comunista. Não seria mesmo necessário conhecer fatos. Bastaria o raciocínio. Nenhum povo, por mais atrasado que seja, quer viver na escravidão. Gaiola só para passarinho, isso mesmo com alpiste e água fresca. Abram-lhe a porta, porém. Voará.

O povo russo, místico, mesmo doentiamente religioso, é, há de ser sempre refratário ao regime marxista implantado na Rússia, pela violência, por alguns líderes que nem ao menos viviam ali. Submete-se, porque não tem outro remédio. Mas, no dia em que um golpe de audácia corte a cabeça aos tiranos, levantar-se-á como as ondas de uma borrasca e varrerá, em sangue, as ruas e os campos, para implantar um regime que lhe permita viver em paz com o mundo.

O professor slavo Constantino Boldyreff, do curso diplomático da Universidade de Georgetown, afirma que o povo russo está esperando que lhe venha de fora um auxílio qualquer para sacudir o jugo bolchevista. Ele o sabe perfeitamente, porque de lá veio, fugindo à vida miserável do trabalho forçado, do ganho por tamina, da insegurança, da suspeita permanente, do terror branco. Boldyreff diz serenamente que seu povo "odeia os seus tiranos". Sente-se que isso é verdade.

BANCO DE CRÉDITO PESSOAL S. A.
DESCONTA A 6 — 7 — 8 e 9%

A PIOR DERROTA DO OCIDENTE NA GUERRA FRIA

Verificou-se ontem, quando o Parlamento do Iran decidiu nacionalizar as vastas jazidas petrolíferas do país — Tremenda baixa das ações da Anglo Oil Company

LONDRES, 16 (De Victor Kalman, da UP) — O mundo ocidental sofreu ontem, talvez, sua pior derrota na guerra fria, quando o Parlamento do Irã nacionalizou por unanimidade suas vastas jazidas petrolíferas, que produzem 6 por cento do petróleo mundial.

Essa medida do govêrno de Teerã afeta a Anglo-Iranian Oil Co., emprêsa controlada pela Inglaterra, que tem o monopólio do petróleo persa.

O Ministério do Exterior, que anunciou que o govêrno britânico advertira ao de Teerã de que não podia legalmente nacionalizar a indústria petrolífera persa, dará hoje a conhecer o texto de sua nota àquele govêrno. Mas apesar da garantia do govêrno britânico de que protegerá seus interêsses petrolíferos no Irã, as ações da Anglo-Iranian Oil Co., nas últimas vinte e quatro horas, perderam seis milhões de dólares na Bolsa de Valores. Antes do assassínio do general Razmara, que chefiava o govêrno persa e era contrário à nacionalização do petróleo do Irã, as ações da citada companhia petrolífera se cotavam a 196 shillings e 10 pence. E desde o assassínio do general Razmara os acionistas sofreram um prejuízo de 63 milhões de dólares. O govêrno britânico possue 55 por cento das ações da Anglo-Iranian Oil Co.,

A produção de petróleo do Irã bastava para abastecer a metade das fôrças navais e aéreas do mundo ocidental. E' possível que a Inglaterra levante a questão ante à Côrte Internacional de Justiça, pois seu contrato de monopólio das jazidas persas perduraria até 1993.

ENORME JUBILO EM TODO O IRÃ

TEERÃ, 16 (UP) — Toda a nação persa foi tomada de enorme júbilo ao se anunciar que o Parlamento aprovara, por unanimidade, a nacionalização do petróleo iraniano. Nesta capital, milhares de pessoas gritavam e dançavam nas ruas e carregaram em triunfo os deputados. A decisão do Parlamento foi adotada pouco depois que a Inglaterra enviou ao govêrno do Irã enérgica nota, advertindo-o de que a concessão à emprêsa Anglo-Iranian Oil Co., que explora as jazidas de petróleo do Irã, somente poderia ser cancelada em 1993.

TU ME OUVIRÁS

O livro do dia. Poemas de Mauro Carmo. Ed. Pongetti. Nas livrarias: Royal, na Cinelândia; Freitas Bastos, Avenida, Francisco Alves, Civilização Brasileira, Livro de Portugal, José Olimpio, Livraria Acadêmica e outras.

E' uma questão de tática

Truman fala sôbre a travessia do paralelo 38 pelas fôrças aliadas

CAYO HUESO, Flórida, 16 (U. P.) — O presidente Truman declarou que a decisão para que as tropas aliadas voltem a cruzar o Paralelo 38, na Coréia, é questão de tática. Acrescentou que essa decisão corresponde ao chefe das operações aliadas, o general MacArthur. Truman afirmou, ainda: "Estamos trabalhando para restabelecer a independência e a liberdade da Coréia, tal como desejam as Nações Unidas".

Falta de memória?
Perda de apetite?
NEUROBIOL
O TÔNICO DO CÉREBRO!

O presidente Vargas visitou o Museu Santos Dumont

O presidente da República esteve, ontem, em visita ao Museu Santos Dumont, em Petrópolis. S. Excia., após o almoço dirigiu-se à rua Riachuelo, onde fica localizada a antiga residência do grande inventor brasileiro, tendo oportunidade de percorrer as dependências daquela casa onde viveu o gênio da aviação, e ver mais uma vez as relíquias ali contidas. Em seguida, o Chefe do governo visitou o Escola Santos Dumont, que faz parte do conjunto residencial e que foi doado à Prefeitura pelo próprio Pai da Aviação, com a primordial finalidade de ser mais tarde um estabelecimento de ensino público.

O presidente da República foi recebido com uma salva de palmas pelos pequenos alunos que, de pé, entoaram o Hino a Santos Dumont, em homenagem a S. Excia.

Deixando a Escola, o presidente Getulio Vargas fez, tambem, ligeira visita à indústria de diamantes localizada nas proximidades do Museu Santos Dumont, regressando, em seguida, ao Palácio Rio Negro.

CAFÉ PEQUENO
POR: FREI GASPAR

Agente de seguros

Deve reconhecer que isto é uma honra para o senhor disse o abastado comerciante ao agente de seguros de vida — O Sr. sabe que hoje me recusei receber sete agentes de companhias de seguros?

— Sim, sim senhor — responde o agente — Esta é a oitava vez que venho hoje aqui.

TOME CAFÉ! MAS... SÓ
CAFÉ PAULISTA
SUPERIOR AO MELHOR

ASSALTADA A CASA DO PROMOTOR

Foi vítima dos ladrões, ontem, o promotor da Justiça Militar, Sr. Amaurilio Lopes Salgado, residente na rua Dias Ferreira 417, apartamento 201. Os meliantes, aproveitando-se da sua ausencia, conseguiram facilmente, com o emprego das "gazuas", penetrar no seu apartamento, de cujo interior furtaram jóias e objetos de uso pessoal no valor de 15 mil cruzeiros.

O fato foi levado ao conhecimento do comissario Mario Moreira, de dia no 1.º distrito policial.

REGINA
A rainha das águas de colônia!

Telefone para o CARIOCA REPORTER: 43-3349

PEPITO *apresenta*
a coisa mais gostosa que existe em garrafas!
Cr$ 1,50
pep MARCA REG.
REFRIGERANTES
em sabores diferentes
LIMÃO... (OVAL VERDE)
A base do mais puro suco de limão natural Fresco! Saudável! O refrigerante ideal para o verão
CREAM (OVAL CREME)
Sabor leve e delicado de creme. Suavemente borbulhante Uma delicia para o paladar. Experimente!
SODA... (OVAL AZUL)
O "mixer" indispensável...
- Mais vida ao seu drink!...
- Esplêndida água de mesa...
BEBA pep GELADO!
Ind. Brasileira
BEBIDAS DE QUALIDADE

Assegurado o suprimento de matéria prima ao parque manufatureiro de borracha

Trazendo a bordo um carregamento de 800 toneladas de borracha, entre outras mercadorias, chegou ontem ao pôrto desta capital o navio do Lloyd Brasileiro "Mauá", que dentro de breves dias seguirá para Santos.

No pôrto paulista descarregará os volumes que contêm borracha natural destinados à indústria paulista de pneumáticos cujas atividades cessaram há poucos dias atrás, em face da falta de matéria prima indispensável ao seu funcionamento. Os operários dêsse ramo da indústria bandeirante que se encontram usufruindo férias remuneradas, devem retornar à atividade, provàvelmente, dentro de uma semana, sendo que as fábricas passarão a trabalhar com a sua capacidade de produção reduzida numa proporção de 25%.

Pudemos apurar, contudo, que, consoante as providências emanadas do govêrno, novos suprimentos de borracha amazônica estão sendo encaminhados das regiões produtoras para os centros consumidores — S. Paulo e Rio Grande do Sul.

Dentro dos próximos quarenta dias deve chegar ao Brasil o carregamento de 2.700 toneladas de borracha natural encomendadas na Malásia e cuja importação foi permitida. Dêsse modo, de uma certa forma, está assegurado o suprimento de matéria prima para o parque manufatureiro de borracha que alcançou neste último quinquênio, como temos assinalado, uma singular expansão.

EXECUTADOS

Por assassinato de alta traição

PRAGA, 16 (A.F.P.) — Foram executados hoje os senhores Masa, Junek e Lacina, condenados à morte, há uma semana, pelo Tribunal de Estado, de Praga, por assassinato e alta traição.

Assassinado o delegado de Polícia de Felixlândia

BELO HORIZONTE, 16 (Da Sucursal de A NOITE) — Foi assassinado em Felixlandia, em plena praça publica o delegado de policia daquele municipio, Sr. Nelson de Carvalho Lessa. O assassino, Justino Fulgêncio, que é funcionário da Coletoria Estadual evadiu-se.

A sêca ameaça a produção paraibana de fibras

JOÃO PESSOA, 16 (Serviço especial de A NOITE) — Em virtude da prolongada sêca está sendo terrivelmente prejudicado o desfibramento do agave na zona de Catinga, pois a folha das plantas requer certa umidade para ser desfibrada.

CARAVANA

P. B.

Uma das teorias sobre a origem do petroleo foi elaborada pelo geologo Sokolov e é denominada teoria cosmica. De acordo com ela, o petroleo ter-se-ia originado do resultado das diversas combinações entre o hidrogenio e o carbono na massa cosmica durante a solidificação da crosta terrestre.

*

Dois meses depois de haver assumido o govêrno do seu país, o rei Gustavo VI, da Suécia, pediu aumento do seu "subsídio" anual em quarenta dólares, que passará assim a 233 mil dólares. Aliás não é muito o que ganham os testas-coroadas. o rei da Inglaterra, 1 milhão 148 mil dólares; o do Dinamarca, 206 mil; a rainha da Holanda, 263 mil; o rei da Grécia, 230 mil; a grã-duquesa de Luxemburgo, 146 mil e o rei da Noruega, 140 mil, tudo por ano.

*

"Um homem, que vendeu para Espanha, por 7 contos, um boi-touro, e o fez passar clandestinamente, foi condenado em 83 contos, imposto de justiça e três meses de cadeia", informa um jornal de Lisboa.

MORTO PELO AUTOMÓVEL

Um auto atropelou e matou, ontem, à noite, na avenida Brasil, esquina da rua Mariah, José Augusto Ferraz, vulgo "Paulista Costa Queimada", de 45 anos presumiveis, de residencia ignorada. A policia do 16.º distrito tomou conhecimento do fato e o cadaver foi removido para o necroterio do Instituto Medico Legal.

SILÊNCIO

Há alguns anos, depois de largo barulho nos jornais, uma comissão de homens ilustres codificou certos preceitos que vieram a formar a "Lei do Silêncio" promulgada pela Municipalidade do Rio de Janeiro. Nela se compendiaram providências tendentes a salvar, da loucura total, uma população de orelhas escrerosadas pela zoeira infernal dos veículos, dos alto-falantes, dos silvos dos amoladores de facas, dos pregões dos vendedores ambulantes, de toda uma enorme fábrica de sons desarmoniosos, irritantes, agressivos e pertinazes... Ao assentarem-se os planos da "Lei do Silêncio", os promotores dela abriram um concurso de frases sôbre aquele tema, médico-humanitário. E uma das que lograram prêmios ou menções honrosas dizia: "o silêncio é um médico invisível". De fato o é. Nada produz maior bem aos enfermos do que o repouso do espírito. O próprio Céu, idealizado pelos místicos, não tem assonâncias: tem música divina. Os coros angélicos são modulados pelo Maestro que rege o imenso concêrto da Eternidade e inspira ritmo perfeito aos milhões "de áureos lustres coruscantes" que lhe proclamam a existência iniludível. Essa lei está, parece, relegada ao túmulo burocrático das gavetas indevassáveis. A zoeira cresce a olhos vistos — se é possível atestar com os olhos o que afeta precipuamente as ouças humanas... O nosso vizinho teima de dar bailaricos funambulescos, sublinhados pela grita metálica dos "jazzs" ou pela toada plangente dos tangos argentinos — uns e outros escolhidos à revelia do nosso próprio gôsto. Alta madrugada, os aparelhos de rádio despejam, na via pública e nas casas convizinhas, a substância melódica de que se empanturram através dos sortimentos amplos dos discos...E as crianças tenras, os velhos desiludidos, os doentes enfraquecidos têm de suportar as catadupas de tons e trons que lhes entram pela casa, através das venesianas frágeis, das frinchas dos telhados e dos mil condutos da sensibilidade nervosa e auditiva... O respeito ao sono alheio não é, decerto, a virtude mais derramada nesta Cidade Maravilhosa. Nada mais agradável do que ouvir o rádio — mas à hora conveniente e conforme o nosso próprio gôsto. Meteram-nos, pelos ouvidos a dentro, chumaços de melodias exóticas, na calada da noite, é um suplício que não lembrou aos chineses — mestres peritos em os inventar e aplicar... A "Lei do Silêncio" tem altas finalidades terapêuticas e humanitárias. O trabalhador — cerebral ou muscular — necessita da noite para refôrço das energias dispendidas durante o dia. E' um direito que as feras respeitam entre si, porque o mesmo manto da Noite é uma proteção e uma advertência... Esta Lei deve ser cumprida com rigor e fiscalizada com energia. O Prefeito que a puser em aplicação plena — grangeia, com isto, títulos de insuperável, lídima benemerência... Viver em silêncio é praticar um sábio preceito moral — e fisiológico. E' sabido que os órgãos sadios não acusam sua existência por nenhum ruído insólito... A saúde é uma harmonia complexa. O barulho é a doença — e o irrespeito dos cânones sagrados da vida universal.

Berilo Neves

PERFUMARIAS
CASA BAZIN
Av. Rio Branco 131 - Tel. 22-2938

CONDENADO A 30 ANOS DE PRISÃO

BELO HORIZONTE, 16 (Asap.) — Registrou-se a maior condenação do Juri atualmente reunido. O réu submetido a julgamento sofreu a pena máxima do Código Penal, 30 anos de prisão, além de 6 anos de medida de segurança. Trata-se do processo a que respondeu o pedreiro Quintino Rodrigues de Andrade, com 41 anos, que, em 23 de abril de 1948, quando passeava com Margarida de Oliveira, de quem se dizia namorado, inesperadamente, sem motivo justificavel, desferiu-lhe quatro tiros de revólver, matando-a. O réu já contava outro homicidio, tendo cumprido 10 anos e 6 meses no Distrito Federal.

Cinema ? Leia CARIOCA

TENTOU SUICIDAR-SE

Tentou suicidar-se, ateando fogo às vestes embebidas em alcool, Lourival Batista da Silva, vulgo "Cigano", de 28 anos, solteiro, operario, residente na rua João Brigido 232, em Magalhães Bastos. Socorrido por uma ambulancia do Hospital Carlos Chagas, ali ficou internado, em estado grave.

O comissario Salomé, do 25.º distrito policial, tomou conhecimento do fato.

SOCIEDADE

SÃO PAULO À NOITE

A noite, nesta terra nossa, vai ficando cada vez mais difícil, ir e voltar.

Saber de um restaurante que fique à noite, funcionando, é segrêdo que só alguns possuem. Mas, em São Paulo, em cada esquina pode-se ingerir um bife ou refazer as fôrças com uma "pizza à la napolitana", em perfeitíssimas condições, mesmo que seja às três da manhã, às quatro ou até seis. Minha última experiência, aqui no Rio, ao convidar alguns amigos (Sergio Cardoso e Nidia Licia) para um jantar às duas da manhã no Albatroz, em Copacabana, resultou em pânico. Antes mesmo que todos tivessem decidido o prato que deveriam pedir, houve uma inundação de nomes feios no ambiente, cadeiras ameaçavam ir para o ar e alguns valentões declaravam que iam buscar seus revólveres para decidir a questão.

Há uma espécie de combinação de todos os cafagestes do Rio, pela qual só eles é que podem vagar pela cidade à noite, sobretudo em Copacabana. Assim é que pessoas de bem, acham melhor beber café com leite em casa, a festejar seus amigos até dez horas da noite. Mas em São Paulo, tal lei não prevalece. A noite é para todos, e a cidade tem um ar hospitaleiro, mesmo depois das duas da manhã. Enormes taboleiros de frutas ficam nas esquinas bem iluminadas, e ali, quem desejar fazer uma refeição inteiramente vitaminosa, terá frageis peras dágua, ameixas cintilantes, montanhas de uvas, laranjas perfumadas, e figos roxos, arrumados em caixas de madeira. Fazer uma paradinha diante dos taboleiros de frutas, é um consolo. Mas se a gente deseja discutir algum problema, pode-se entrar em qualquer restaurante, que ele fica alerta, até que o último freguês e diga bôa noite. Veja-se por exemplo, um restaurante onde estamos, com Dulcina, Odilon e o nosso amigo F. J. Bolla. Digo nosso amigo Bolla, porque não há artista no Brasil que não o conheça, nem escritor que não o admire. Bolla está fazendo sózinho o trabalho de uma equipe inteira ou melhor, o de uma Academia de Artes.

Ele traz peças portenhas para os artistas do Rio e leva peças brasileiras para os artistas portenhos. Foi ele quem descobriu aqui o imenso talento de Dulcina e quem a apontou como uma figura digna de ser aplaudida pelo público de Buenos Aires. O Bolla sózinho trabalha mais pela boa-vizinhança entre o Brasil e a Argentina do que todas as embaixadas juntas. De certa forma ele abriu o seu consulado particular, e atende a todos com o coração risonho e uma tal diplomacia que é preciso vêr. Pois, bem, tratando-se de uma pessoa assim, seria de grande inconveniência que no restaurante para onde o levamos, começassem de-repente de dizer-se palavrões e a fazer voar cadeiras. Não, felizmente isso não se deu. Ficamos a conversar, a conversar. Dulcina contando suas lutas e esperanças nesta nova temporada, Odilon fazendo projetos e o Bolla a desfiar noticias de Buenos Aires, sempre com seu sorriso alegre e aqueles olhos azuis muito vivos, cintilando de satisfação. Fomos conversando, conversando, a freguesia toda foi embora e não vimos. Os garçons foram embora e não vimos. Ficou sómente o caixa, contando a féria. Isso nós vimos, e então olhamos o relógio. Era hora de todo mundo ir para casa. O caixa, que devia ser o dono daquilo ali, aguardava com a maior cortezia que tomássemos a iniciativa de sair. De fato saimos, porém na rua ainda nos detivemos. Raul Roulien surgiu com um grupo de amigos e artistas. Conversa vai, conversa vem, se demorássemos mais um pouco, acabariamos combinando novo jantar, pois ali por perto havia um outro restaurante especealizado em carneiro no espeto. Mas fomos para casa, sim, sem acidente nenhum.

LUCIA BENEDETTI

ANIVERSARIOS

Fazem anos hoje:
Senhores:
Professor Fernando Raja Gabaglia.
Francisco Solano Carneiro da Cunha, membro do Conselho Superior das Caixas Econômicas.
Dr. Antonio Leão Veloso, chefe do Serviço de Policlinica de Botafogo e médico escolar.
Nicanor Barros Pimentel, cirurgião-dentista da Central do Brasil.
Capitão do Exército Neral Dutra de Carvalho.
Senhoras:
Luiza Giardino, viuva do jornalista Ciro Giardino.
Meninas:
Terezinha, filha do Sr. João Mauricio de Medeiros, ex-oficial do Gabinete da Presidência da República.

CASAMENTOS

Srta. Engracia Baptista de Moraes — Sr. Aristocilio Ferreira da Rocha — Realiza-se, amanhã, o enlace matrimonial da Srta. Engracia Baptista de Moraes, filha do Sr. Antonio Alexandrino Baptista de Moraes e da Sra. Angela de Moares, com o Sr. Aristocilio Ferreira da Rocha, funcionário do Ministério da Marinha.

A cerimônia religiosa terá lugar às 17 horas, na igreja do Sagrado Coração de Jesus, no Largo da Glória, servindo de padrinhos por parte da noiva, o Sr. Salvador Baptista de Moraes e a Srta. Antonieta Baptista de Moraes, irmãos da noiva e, por parte do noivo, o Sr. Lauro Lins e a Sra. Ermelinda Ferreira da Rocha.

O ato civil será realizado na 7.ª Circunscrição, servindo de paraninfos, por parte da noiva, o Sr. Lauro Lins e a Sra. Ermelinda Ferreira da Rocha e, por parte do noivo, os pais da noiva.

Na 8.ª Circunscrição Civel, no Pretório, realizar-se-á amanhã, às 8,30 horas, o casamento do nosso companheiro de trabalho Cristovão de Andrade com a senhorita Dina Benassi, filha do Sr. Antonio Benassi, funcionário público, e da Sra. Djamsi Benassi. Serão testemunhas os Srs. Joel Cabral e Izolito Leitão.

NASCIMENTOS

Com o nascimento de uma menina que se chamará Vania Maria, acha-se aumentado o lar do Dr. Mozart Braga, cirurgião-dentista da A. B. I., e de sua esposa, D. Epoméa Braga.

— O Dr. Mozart Braga, cirurgião dentista da A. B. I. e sua senhora D.ª Epoméa Braga tiveram a alegria de ver nascer uma linda menina, filha do casal, que vai receber o nome de Tania Mara.

— Está em festas o lar do casal Fernando Markan-Leda Serrador de Andrade Markan, com o nascimento do primogenito que receberá, na pia batismal, o nome de Fernando. O recemnascido é bisneto de Francisco Serrador, pelo lado materno.

HOMENAGENS

Dr. Raimundo de Britto — No próximo dia 29, às 13 horas, será homenageado o Dr. Raimundo de Britto, com um almoço no Jockey Club Brasileiro, oferecido por colegas e amigos. A comissão promotora da homenagem é constituida dos Srs. Café Filho, vice-presidente da República, senadores Pinto Aleixo, e Apolonio Sales, deputado Alcides Carneiro e Dr. Elmano Cardim e outros.

As listas de adesão acham-se no Jockey Club Brasileiro, Hospital dos Servidores do Estado, Policlinica dos Pescadores, "Jornal do Comércio" e Cruz Vermelha Brasileira.

Amanhã, às 13 horas, realizar-se-á, no Restaurante Lido, um almoço que os deputados do PTB oferecem ao Sr. Danton Coelho, presidente do mesmo Partido e ministro do Trabalho.

Promovido pelas classes produtoras, será em breve oferecido um almoço ao Sr. Raul de Gois, por motivo de sua nomeação para presidente do Instituto Nacional do Sal.

COMEMORAÇÕES

Comemorando o 40.º aniversário de sua fundação, a Escola Remington realiza amanhã um almoço de confraternização no Automóvel Club do Brasil. Falará o professor Jacques Raimundo da Silva. Durante a festa, animada por um "show" da Rádio Nacional, será prestada uma homenagem à imprensa carioca.

COCK-TAILS

Para celebrar o aparecimento do seu primeiro número, o "Jornal do Cinema" oferece hoje, às 17,30 horas, um "cocktail" à imprensa em sua redação, à rua México, 74, sala 506.

IN MEMORIAM

O Centro Catarinense levará a efeito uma romaria ao túmulo do poeta Cruz e Souza, no Cemitério de S. Francisco Xavier, depois de amanhã, por motivo da passagem do 53.º aniversário de seu falecimento.

A concentração será em frente à sede daquele centro, à rua México, 74, às 9 horas.

DISPENSA EM MASSA DE EXTRANUMERÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO BAIANA

SALVADOR, 16 (Asap.) — O govêrno estadual está mandando dispensar todos os extranumerários-mensalistas admitidos sem verba, que sejam considerados como dispensáveis ao serviço público. Nesse sentido o governador Regis Pacheco entendeu-se com os secretários, autorizando-os a adotarem a medida.

O ALUNO Nº 1

ALUNOS PREMIADOS



ROSALY MONTEIRO REZENDE — Escola Francisco Alves; REGINA MARIA DA GRAÇA MESQUITA — Escola Cruzeiro e RENÉE DE LIMA GONÇALVES — Escola Azevedo Junior. Todos premiados com cofres oferecidos pelo Banco Andrade Arnaud S. A.

Para as obras da Madeira-Mamoré

Ao presidente da Republica, o titular da pasta da Viação dirigiu uma exposição de motivos em que solicita autorização para a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré realizar despezas por empreitadas, sub-empreitadas, ou tarefas, independentemente de concorrência publica, a conta das dotações orçamentárias de Cr$ 1.500.000,00 e Cr$ .... 1.000.000,00.

LIVROS ESCOLARES
PARA TODOS OS CURSOS
Economize tempo e dinheiro comprando na
LIVRARIA ACADEMICA
49 — RUA MIGUEL COUTO, 49 — TEL.: 43-6209

IATE CLUBE DO RIO DE JANEIRO

BAILE DE ALELUIA

Comunica a Diretoria que, para o BAILE DE ALELUIA, a ser realizado na noite de 24 do corrente mês, a Secretaria já se encontra habilitada a atender aos Srs. sócios nos pedidos de requisição de convites e de reserva de mesas.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1951

A DIRETORIA.

LOTERIA FEDERAL
amanhã
2 MILHÕES
QUARTA-FEIRA: CR$ 1.500.000,00

70,00 — 80,00 — 60,00 — 120,00 — 50,00 — 100,00 — 130,00
OS PREÇOS MARCADOS INDICAM AS PRESTAÇÕES MENSAIS
Garantimos assistência mecânica gratuita até á última prestação
OS RÁDIOS VENDIDOS PELA NOSSA CASA TÊM DIREITO A UMA REFORMA GERAL NO FINAL DO PAGAMENTO
ESPERANÇA DE BARROS COSTA & CIA.
AVENIDA PASSOS, 36 a 38
TELEFONES: 43-6780 43-2421

Dr. Carlos F. de Abreu
MOLÉSTIAS DAS CRIANÇAS
Rua Assembléia, 73, 2.º Tel. 22-7593
Das 15 hs. em diante. Res. 37-6027

DOENÇAS DA PELE E CABELOS
Tratamento dos cravos, espinhas e eczemas. Extração definitiva e sem marca dos pêlos do rôsto e verrugas. — Quedas do cabelo.
Dr. Pires
Prát. hosp. Berlim, Paris, Viena, Nova York.
RUA MÉXICO, 31-15.º. Tel. 22-0425. De 3 às 6.

BUFFALO BILL por HARRY F. O'NEILL

"O VELHINHO CONTA A TOMMY AS AVENTURAS DO SEU AVÔ QUANDO AINDA GAROTO. INTREPIDAMENTE, ÊLE SE DIRIGE PARA O ESCONDERIJO DOS LADRÕES DE GADO EM EL-BOW CANYON..."
PRECISO LIVRAR-ME DAQUELES GUARDAS...
"BUFALO DESMONTOU! APANHANDO O LAÇO..."
"DEPOIS DE ILUDIR TODAS AS SENTINELAS, ÊLE DESCE PELO PAREDÃO A PIQUE, DANDO NO NINHO DE BANDIDOS..."
"PÔDE OUVIR OS LADRÕES DE GADO DISCUTINDO NUMA CABANA PRÓXIMA..."
FOI-ME PROMETIDO CINCO DOLARES POR CADA NOVILHO QUE EU COLOCASSE NA FRENTE DE JEPSON E...

A VOLTA de JOE SOPAPO por HAM FISHER

AMOR, AMBIÇÃO E SANGUE!
Acompanhe essa emocionante história em quadrinhos, publicada, com exclusividade em todo o país, nas páginas de
A NOITE ILUSTRADA

OH! É O SENHOR WALSH? CONHEÇO-O MUITO PELOS JORNAIS... E AGORA POSSO AFIRMAR QUE É UM HOMEM MUITO SIMPÁTICO
AHH.. AH.. OBRIGADO... UH... SENHORITA MURPHY! ENCANTADO EM CONHECÊ-LA!
O ASSUNTO PARTICULAR QUE ME TRAS AQUI É ...
AHH... PORQUE NÃO VAMOS DISCUTI-LO NUM LUGAR APROPRIADO? QUE TAL O BAR DO BOB OLINS?
OH! SERIA DIVINO! É ONDE VÃO AS PESSOAS CELEBRES COMO O SENHOR!
UH... AH... BEM... É BONDADE SUA, SENHORITA MURPHY.

aventuras de CAIRO JONES por BOB OKSNER

APOSTO QUE KILER GLUTZ VAI METRALHAR HARRY ESTA NOITE... NAQUELA ESQUINA!
POIS OUVI DIZER QUE HARRY VAI MANDAR ALGUEM AQUI, PARA APANHAR KILER
CO... LICENÇA, SENHORA, MAS VAI HAVER SANGUE DERRAMADO NESTA ESQUINA!
VAI HAVER MESMO! E SÓ EU ENCONTRAR KILER GLUTZ!
QUE?
DEVE SER A ARMA SECRETA DE HARRY!
VOU DANDO O FORA!
EU TAMBEM!

NAVEGAÇÃO

PARA INFORMAÇÕES E RESERVAS:

AG. JOHNSON LTD.	23-0416	LLOYD BRASILEIRO	23-3756
AG. MAR. INTERMARES	23-4883	MAUEA Y COLL	42-5844
CHARGEURS REUNIS	43.9177	AG. MAR. LAURITS LACHMANN	43-4994
COMP. COM. MARITIMA	23-2930	AG. MAR. RAUL OZENDA	23-2925
L. FIGUEIREDO (Rio) S.A.	23-1701	WILSON SONS & C.º Ltd.	23-5988

As Companhias e Agências participam a SAIDA dos seguintes NAVIOS:

PARA A EUROPA

AG. JOHNSON LTD.
3/4 PERU — Saida de Santos, Antuérpia, Hamburgo Gothemburgo
21/3 BIO-BIO — Antuérpia, Hamburgo e Gothemburgo

CHARGEURS REUNIS
21/3 CLAUDE BERNARD — Las Palmas, Lisbôa, e Le Havre.
22/3 GROIX — Dakar, Vigo e Bordeaux
18/4 FORMOSE — Dakar, Vigo, Bordeaux e Le Havre

COMP. COMERCIAL E MARITIMA
31/3 FLORIDA — Dakar, Casablanca e Marselha.
18/4 SERPA PINTO — Recife, São Vicente, Funchal e Lisboa
29/4 MOUZINHO — S. Vicente, Funchal e Lisboa
30/4 PROVENCE — Dakar, Gibraltar e Marselha
27/5 SERPA PINTO — Recife, São Vicente, Funchal e Lisboa

LLOYD BRASILEIRO
19/3 (x) LOIDE-CANADA' — B. Ilhéus, Salvador, Fortaleza, Tenerife, Liverpool, Havre, Anvers, Rotterdam e Hamburgo
18/3 (x) LOIDE-GUATEMALA Vitória, B. Ilhéus, Salvador, Cabedelo, Recife, Fortaleza, Tenerife, Liverpool, vre, Anvers, Bremen e Hamburgo
21/3 (x) LOIDE-VENEZUELA — Vitória, B. Ilhéus, Salvador, Cabedelo, Recife, Fortaleza, Dakar, Tenerife, Marselha e Gênova
22/3 (x) LOIDE-MEXICO — Cabedelo, Recife, Tenerife, Liverpool, Havre, Anvers e Hamburgo

MAURA Y COLL
16/4 ANDREA GRITTI — Dakar, Genova e Napoles
17/4 SESTRIERE — Las Palmas, Genova e Napoles
8/5 SISES — Las Palmas, Génova e Napoles

AG. MAR. RAUL OZENDA
10/4 ANNA C — Bahia, Las Palmas, Lisbôa, Cannes e Genova
8/5 ANDREA C — Bahia, Las Palmas, Cannes e Gênova
5/6 ANNA C — Bahia, Las Palmas, Lisboa, Cannes e Gênova

PARA O RIO DA PRATA

AG. JOHNSON LTD.
20/3 VENEZUELA — Santos, Montevidéu e Buenos Aires
26/3 BOWHILL — Santos, Montevidéu e Buenos Aires
29/3 VIRGINIA — Saida de Santos, Montevidéu e Buenos Aires
4/4 SUECIA — Saida de Santos e Buenos Aires
11/4 MARGARETE JOHNSON — Santos e Buenos Aires
13/5 FLORIDA - Santos, Montevidéu e B. Aires

CHARGEURS REUNIS
23/3 FORMOSE — Santos, Montevidéu e Buenos Aires
12/4 LAVOISIER — Santos, Montevidéu e Buenos Aires
3/5 KERGUELEN — Santos, Montevidéu e Buenos Aires

COMP. COMERCIAL E MARITIMA
11/4 PROVENCE — Santos, Montevidéu e Buenos Aires

AG. MAR. LAURITS LACHMANN
16/4 RIO JACHAL — Santos, Montevidéu e Buenos Aires.
29/4 RIO DE LA PLATA — Santos, Montevidéu e Buenos Aires.

MAURA Y COLL
30/3 ANDREA GRITTI - Santos, Montevidéu e B. Aires
30/3 SESTRIERE — Santos, Montevidéu e Buenos Aires
20/4 SISES — Santos, Montevidéu e Buenos Aires

AG. MAR. RAUL OZENDA
25/3 ANNA C — Santos, Montevidéu e Buenos Aires

WILSON SONS & C.º Ltd.
16/3 BORE VIII — Buenos Aires
22/3 AURORA — Buenos Aires
29/3 ST. ESSYLT — Buenos Aires

PARA OS ESTADOS UNIDOS

AG. JOHNSON LTD.
22/3 BOWPLATE — New York

LLOYD BRASILEIRO
27/3 (x) LOIDE-ARGENTINA — Vitória, B. Ilhéus Salvador, Trinidad, N. Orleans e N. York
27/3 (x) LOIDE S. DOMINGOS — Vitória, B. Ilhéus, Salvador, Cabedelo, Trinidad, e N. Orleans

AG. MAR. LAURITS LACHMANN
17/3 RIO JACHAL — Trinidad e New York.
31/3 RIO DE LA PLATA — Trinidad e New York

AG. MAR. INTERMARES
30/3 GERD — New York, Boston, Philadelphia, Norfolk e Baltimore

PARA O SUL (Brasil)

LLOYD BRASILEIRO
18/3 (x) ALEGRETE - Santos, R. Grande, Pelotas e P. Alegre
18/3 MAUA' — Santos
19/3 (x) RIO IPIRANGA — Santos, R. Grande, Pelotas e P. Alegre
20/3 (x) BARÃO RIO BRANCO — Santos
22/3 (x) TRÊS DE OUTUBRO — Florianopolis e Imbituba
20/3 (x) LOIDE-AMERICA — Santos
25/3 (x) LOIDE-HAITI - Santos
22/3 (x) BOCAINA — Santos
26/3 (x) CABEDELO — Paranaguá, Antonina, Rio Grande e Porto Alegre
28/4 (x) INCONFIDENTE — Santos, R. Grande, Pelotas e P. Alegre
30/3 (x) LOIDE-CUBA - Santos
5/4 (x) LOIDE-BRASIL — Santos
8/4 (x) RIO GUAIBA — Santos, Paranaguá, Antonina e Itajaí
18/4 (x) LOIDE-URUGUAY — Santos

PARA O NORTE (Brasil)

LLOYD BRASILEIRO
18/3 POCONE' — Vitória, Salvador, Maceió, Recife, Fortaleza, S. Luiz e Belem.
20/3 (x) MIDOSI — Salvador, Maceió, Recife, Cabedelo e Fortaleza
20/3 (x) PYRINEUS — Ilhéus, Salvador, Aracajú e Penedo
21/3 CAMPOS SALES — Vitória, Salvador, Maceió, Recife, Fortaleza, Belem, Santarem, Obidos, Parintins, Itacoatiara e Manaus
21/3 (x) BANDEIRANTE — Vitória, Salvador, Maceió, Recife, Cabedelo, Natal e Fortaleza
22/3 PARA' — Salvador, Recife, Cabedelo e Natal
25/3 D. PEDRO II — Salvador e Recife
30/3 (x) CTE. CAPELA — Salvador e Ilhéus
31/3 (x) BARÃO RIO BRANCO — Recife, Fortaleza, Belem, Santarem, Obidos, Parintins, Itacoatiara e Manaus
2/4 (x) RIO DOCE — Vitória, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, Tutoia, S. Luiz e Belem.
2/4 DUQUE DE CAXIAS — Salvador, Recife e Maceió
5/4 MAUÁ — Vitória, Salvador, Maceió, Recife, Fortaleza, Belem, Santarem, Obidos, Parintins, Itacoatiara e Manaus

TODAS AS DATAS ESTÃO SUJEITAS A ALTERAÇÃO

OS NAVIOS ASSINALADOS COM UM (x) NÃO TEM ACOMODAÇÕES PARA PASSAGEIROS



CINEMA

"UMA MULHER QUALQUER" — Classe "C", no Império, Pirajá, etc.

TEMA CRIMINAL, envolvendo a repulsiva sordidez do assassino. Idealiza uma emboscada para eliminar outrém e covardemente arma uma situação a fim de uma mulher qualquer, preferentemente uma decaída, vir a ser a suspeita. Consegue o objetivo e, embora sempre procurando reagir, a criatura — ao invés de tudo esclarecer às autoridades — se vai deixando envolver pelas manobras do malfeitor. Há pessoas assim, de índole fraca, que não sabem bem porque decaem na vida. Geralmente, não há a mínima personalidade que force pelo menos um ligeiro auto-estudo e, assim, se deixam arrastar conforme partem as circunstâncias. E as suas próprias palavras, ao encerrar o filme, corroboram a observação.

FRAGIL O CONTEUDO, vivendo apenas de observações psicológicas, dos caracteres. Para que o único filão pudesse ser aproveitado em imagens necessário seria um responsável com a fôrça interior e um notável protagonista. Nada disso aconteceu porque embora tenha conhecimento de cinema, é superficial a conduta do orientador Rafael Gil. Depois, a grande responsabilidade foi recair na figura máxima dos acontecimentos, a bela Maria Felix. Sucede que sòmente autênticos cineastas têm retirado algo da mesma. Embora com algum conceito na Espanha, não era possível a Rafael Gil lograr algo de aceitável pois é notòriamente desigual a direção. Desta maneira, o pouco que havia para elevar a fraca trama policial, a observação em volta dos temperamentos, se esvai quase totalmente. E o celulóide jamais se agita porquanto está marcado pela ausência de vibração e pelo convencionalismo. Desagrada Maria Felix. Não transmite nada. Por contrates, ao seu lado há o bom elemento que é Antonio Vilar. Mesmo sem figurar com a sua propria voz — substituido na dublagem — Vilar é bem o homem frio e cinico que a história chamava. São toleráveis as demais participações de Mary Delgado, Juan Espantaleón, José Nillo, Manolo Moran e Juan de Landa. Nada de maior realce no tocante à música e ao trabalho fotográfico. Titulo original "Una mujer qualquiera", Espanha, distribuição Columbia.



Maria Felix é empianada muitas vêzes por Antonio Vilar

CONCLUSÃO — Desajustado panorama, ficando no nivel infimo da classe "C" — bem sofrivel.

JONALD.

OS FILMES DE HOJE

SÃO LUIZ, VITORIA, RIAN E CARIOCA — "Trovador Inolvidável", em técnicolor, com Larry Parks e Barbara Hale. — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

PALACIO, ROXY E AMERICA — "Aventuras do Capitão Blood", Louis Hayward e Patricia Medina — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

ODEON — "O Tesouro dos Bandoleiros", em cinecolor, com Randolph Scott. — Às 14 — 15,40 — 17,20 — 19 — 20,40 e 22,20 horas.

METRO PASSEIO — "Sangue Bravo", em tecnicolor, com Joel McCrea e Arlene Dahl. — Às 12 — 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

METRO TIJUCA — METRO COPACABANA — "Sangue Bravo", em tecnicolor, com Joel McCrea e Arlene Dahl. — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

PLAZA; PARISIENSE ASTORIA — OLINDA, RITZ, STAR, COLONIAL, PRIMOR E MASCOTE — "A Gata Borralheira", de Walt Disney, em técnicolor, falado e contado em português por Simone Moraes e Jorge Goulart. — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

PATHE' E ART-PALACIO — 3.ª Semana — "Arroz Amargo", com Silvana Mangano e Vittorio Gassmann. — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

IMPERIO — "Uma Mulher Qualquer", com Maria Felix e Antonio Vilar. — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

REX — "Tragédia nos Alpes", com Robert Newton e "Escrava do Passado" com Barbara Mullen — A partir das 14 horas.

CAPITOLIO — "Sessões Passatempo" — A partir das 10 horas.

CINEAC TRIANON — "Sessões Passatempo" — A partir das 10 horas.

RIVOLI — "Entre o Amor e o Trono", com Danielle Darrieux. — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

LEME — "A Mulher da Cidade", com Claire Trevor e Albert Dekker. — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

PRESIDENTE e SÃO JOSE — 2.ª Semana — "Cantiga de Rua", filme português, com Alberto Ribeiro e Deolinda Rodrigues — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas. No São José a sessão começa às 12 horas.

IPANEMA — "O Tesouro dos Bandoleiros", em cinecolor com Randolph Scott — Às — 14 — 15,40 — 17,20 — 19 — 20,40 e 22,20 horas.

PIRAJÁ — "A Glória de Amar". — A partir das 14 horas.

ALVORADA — "Cantiga de Rua", filme português, com Alberto Ribeiro e Deolinda Rodrigues — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

IDEAL — "Trovador Inolvidável", em técnicolor, com Larry Parks e Barbara Hale. — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

IRIS — "As Aventuras do Capitão Blood", com Louis Hayward — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

MARACANÃ — "Uma Mulher Qualquer", com Maria Felix e Antonio Vilar — A partir das 16 horas.

PARA TODOS — "A Jogadora", com Priscilla Lane George Brent — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

MADUREIRA — "As Aventuras do Capitão Blood", com Louis Hayward". — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

MONTE CASTELO — "Trovador Inolvidável", com Larry Parks. — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

FLUMINENSE, "Os Amores de Lucrécia Borgia" e "Rusty e a Ceguinha" — Sessões a partir das 14 horas.

MARABA' — "Bandidos do Vale" e "A Ponte do Perigo" — A partir das 14 horas.

EM PETRÓPOLIS

PETROPOLIS — "Aventuras do Capitão Blood", com Louis Hayward e Patricia Medina. — A partir das 15,30 horas.

CAPITÓLIO — "Trovador Inolvidável", com Larry Parks. — A partir das 15 horas.

D. PEDRO — "Vingança do Destino". — A partir das 14 horas.

EM NITEROI

ICARAI — "Caminhos do Diabo". — A partir das 14 horas.

PALACE — "O Tesouro dos Bandoleiros". — A partir das 11 horas.

IKONTA
ZEISS IKON
SECÇÃO CINE-FOTO
MESBLA
RUA DO PASSEIO, 42/56

Só para Crianças
DR. A. MARINHO LAGE
Dentista — 42-2569

Discos usados
PERFEITOS
VENDO E COMPRO
Clássicos e Populares
ATENDO CHAMADOS A DOMICILIO
Rua São José, 67
TEL. 42-2577

REUMATISMO!
ESSENCIA PASSOS
CONTRA DORES MUSCULARES - DEPURA O SANGUE E TONIFICA
Auxiliar no tratamento da SÍFILIS

Geladeiras 7 pés
CR$ 11.000,00
Modelos 1951 recem-chegadas da Inglaterra. Grande novidade: fechaduras no trinco, com chaves em duplicata. Grandemente economicas. Entrega imediata. Ver e tratar à rua 1.º de Março, 107 – Tel. 52-2006, ou, à rua Equador, 40 – Tels. 43-2014 e 43-4675 – TRIFERRO.

Os preços mínimos dos produtos agricolas

NOTA DO GABINETE DO MINISTRO DA FAZENDA

O gabinete do ministro da Fazenda distribuiu à imprensa a seguinte nota:

"No atendimento ao programa de expansão da produção, ponto capital da orientação economica do governo do presidente Getulio Vargas, o ministro da Fazenda determinou o reestudo da legislação referente à garantia de preços minimos dos produtos agricolas, cuja vigencia expirará no corrente ano.

Assim, serão convidados os representantes das entidades rurais do país para um estudo conjunto das providencias capazes de proporcionar um amparo efetivo ao lavrador, dentro de bases justas e remuneradoras de seu trabalho.

É pensamento do Ministerio da Fazenda, nessas reuniões, que deverão ser conjugadas com a cooperação técnica do Ministerio da Agricultura, traçar planos de uma rêde de armazens no país, a qual permitirá estabelecer em bases mais firmes o plano de financiamento da produção.

Da conjugação de esforços do Ministerio da Agricultura, cuja reconhecida eficiencia técnica imprimirá uma perfeita orientação agronomica na solução do problema, visando incrementar e aperfeiçoar a produção agricola, e do Ministerio da Fazenda, que cuidará dos varios aspectos do financiamento, resultarão as dirterizes e o planejamento com que o governo fundamentará o pedido das providencias legais necessarias ao Congresso."

HOMENAGEM AO EXMO. SR. CORONEL NAPOLEÃO DE ALENCASTRO GUIMARÃES

Churrasco no dia 18 do corrente (domingo), na Quinta da Boa Vista, pelo Grupo de Transportes, compreendendo empregadores e empregados das classes marítimas, portuários, estivadores e ferroviários da E. F. C. do Brasil, em regosijo pela sua eleição para senador pelo povo do Distrito Federal.

Antonio Carvalhal — Ministro Supremo Tribunal do Trabalho, Deocleciano de Holanda Cavalcante — Presidente Confederação Trabalhadores da Indústria, João Baptista de Almeida — Presidente da Federação Nacional dos Marítimos, Cmte. José Pinto Aleixo — Presidente do Centro dos Capitães M. Mercante, Comte. Darcy Montez — Presidente Sindicato Pilotos e Capitães M. Mercante, Joviano de Araujo — Secretário da Federação Nacional dos Marítimos, José Domingos de Moraes — Presidente Sindicato dos Comissários M. Mercante, José Amaral Barros — Presidente Sindicato Radiotelegrafistas M. Mercante, Honorio Pinheiro — Presidente Sindicato Oficiais Maquinistas M. Mercante, Manoel Bispo de Salles — Presidente Sindicato Motoristas M. Mercante, Armando Pinto — Presidente Sindicato Enfermeiros M. Mercante, João Antidio dos Reis — Presidente Sindicato Taifeiros M. Mercante, Patricio Neves — Presidente Sindicato Operários Navais, Dermoval Lima — Presidente Sindicato Foguistas M. Mercante, Alvaro Sousa — Presidente Sindicato Moços e Marinheiros M. Mercante, Leonardo Cruz — Presidente Sindicato Trabalhadores Comércio Armazenador Rio de Janeiro, Jorge da Silva — Presidente Sindicato Carregadores e Ensacadores Café Rio de Janeiro, Albino Rocha Tristão Filho — Presidente Sindicato Conferentes Carga e Descarga Rio de Janeiro, Luiz Adalberto Santos — Presidente Sindicato Estivadores do Rio de Janeiro, Manoel Pedro Muniz — Presidente Sindicato Carregadores e Transportadores Bagagem Porto Rio de Janeiro, José Lima dos Santos — Presidente Sindicato Carregadores e Ensacadores de Sal, Eng. Haroldo C. Colant — Associação Rodoviários Brasil, Eloy Antero Dias — Conselheiro do IAPETC, Almir Loureiro Villaboim — Conselheiro Sindicato Oficiais Maquinistas M. Mercante, João Lourenço — Delegado da Federação dos Marítimos, José Cicero Nascimento — Conselheiro Departamento Previdência Social, Severino Ramos Faria — Representante Sindicato Operários Navais de Fortaleza, João Domingos Pereira — Delegado na Federação Nacional dos Marítimos, e Alfredo Nunes — Delegado na Federação Nacional dos Marítimos.



Senador Alencastro Guimarães

Lloyd Brasileiro P. N. — José Emigdio Bezerra, Antonio Julião Bezerra, Comte. Eduardo Ribeiro, Comte. Euclides Basilio, Comte. Astrogildo Fadim, Perpétuo Joaquim Alves, Comte. Pedro Telles, Jayme Fernandes de Oliveira, Antonio Cordeiro de Jesus, Anibal Guiz, Carlos Soler, Dalvo Dutra, Heitor Pessoa, Manoel Tiburcio da Silva, José Elias de Moraes, Octacilio Alves de Souza, Comte. Heitor Farias.

C. N. N. Costeira — Comte. Astoril da Costa Pizarro, Comte. José Joaquim Soledado. Comte. Ernestino Pimentel, imediato Aldo de Abreu, 1.º piloto Antonio Ferreira Pinto, 1.º maquinista Olimpio Teixeira, comissário Manoel Cordeiro de Sá Leitão, João Francisco de Carvalho, Luiz Pinto Ribeiro, imediato Thacildes Ribeiro Pontes.

Companhia Siderúrgica Nacional — Francisco Tavares do Couto, Irineu Cupertino da Silva, comissário Antonio Cardoso Fontes, Comte. Almir Aranha, Comte. João Gualberto, imediato Luiz Chaves Mello, imediato Jacinto Conceição.

Companhia Comércio e Navegação — Armando Santos Costa, Carlos Alberto de Araujo 1.º maquinista José Fernandes Tavares.

Emprêsa Internacional de Transportes — Natanael Medeiros, Heitor Guimarães.

E. G. Fontes & Cia — Comte. Mario Praun, Comte. Augusto Acreano Gomes.

Instituto A. Pensões Marítimos — Hugolino Otaviano Silva, Zélio Coutinho, José Chateaubriand Alvarez, Nilo de Souza Pinto, Luiz Nobs, Alberto Pestana, Dr. Dillion Figueiredo, Julio Tinoco Filho.

Navebraz S. A. — Francisco Marinho, Alberto Raul.

A. Porto do Rio de Janeiro — Amaro Zuquei, Augusto Feitosa, Bernardino Costa, Elpidio Caldeios, Flavio Galeijo, Vicente Gomes Paulino, Dermeval Novaes, Waldemar Correia de Sá.

C. N. Sergipe Paraná — Comte. Orlando Gentil, Macer Nunes, Antonio Panacho, Ervaldo Cavalcanti.

Indústrias R. F. Matarazzo — 1.º maquinista Agostinho Queiroz, Comte. Elysio Teixeira de Carvalho.

Corporação Práticos Rio de Janeiro — Prático mór Vicente Pinho, Irineu de Mattos, Manoel Silva Varela.

E. F. C. Brasil — Ernandes Correia Machado, Anataxilio Evangelista Barbosa, Moacyr Nepomuceno dos Passos Perdigão, Altamiro Perito Moreira, Henrique Caetano da Silva, Agenor Fonseca da Cunha e Silva, Sebastião Salles, Francisco José de Assis.

Mães que trabalham

Deixem seus garotinhos (de 3 a 6 anos) no Club de Recreação Infantil S. Paulo, durante as horas do expediente de sua repartição. Rua México, 31, 15.º andar. Consultem sôbre nossa Colônia de Férias. Tel. 42-5811 ou 42-2905.

Renato Borges
ADVOGADO
Rua da Quitanda, 47-4.º - Sala 8
Tels 22-1670 — 22-0347 — 42-4838

DR. DUARTE NUNES
Doenças dos órgãos génito urinários em ambos os sexos. Hemorróidas e suas complicações — Das 8 às 18 hs. Senador Dantas, 85 Sob — Tel. 22-6855

VELHICE - PROBLEMA DE TODOS

Qual é a sua sensação ao pensar na velhice? Bem no fundo, tôdas as pessoas se preocupam, quando se surpreendem refletindo que um dia estarão velhas e cansadas. No entanto, a velhice não significa incapacidade ou senilidade, segundo explica o Dr. Max Jacobson num belo artigo publicado em SELEÇÕES de março. Neste estudo o grande cientista explica como a ciência torna possível às pessoas evitarem a decadência prematura, sugerindo meios de fazer com que a idade avançada seja uma etapa útil e feliz para você e para os seus, em muitos sentidos. SELEÇÕES de março traz ainda mais 22 artigos de palpitante interêsse, além da magistral condensação do livro "Aí vem o camarada". SELEÇÕES de março já está à venda em tôdas as bancas de jornais.

Aumentadas as tarifas de luz e fôrça em Juiz de Fora

JUIZ DE FORA, 16 (Serviço especial de A NOITE) — A Cia. Mineira de Eletricidade, em virtude de um contrato celebrado com o govêrno federal, foi autorizada a aumentar suas tarifas de fôrça e luz.

ANO SANTO-1950
O FILME QUE VOS LEVARÁ À PEREGRINAÇÃO EM Roma
REX — MEMDESA — PIRAJÁ
NO MESMO PROGRAMA
RANDOLPH SCOTT em TERRA VIRGEM
CINECOLOR
20th CENTURY FOX
THE CARIBOO TRAIL — IMP. 10 ANOS
COMP. NACIONAL
2ª Feira A PARTIR DE 2 HS.

2ª Grande semana!
DE EXCEPCIONAL SUCESSO DO FILME PORTUGUÊS
"CANTIGA da RUA"
PRESIDENTE — R. PEDRO I - EM FRENTE AO TEAT. C. GOMES TEL. 42-7128 — HORARIO: 2-4-6-8-10 HS.
SÃO JOSÉ — PÇA. INDEPENDENCIA ex-TIRADENTES — HORARIO: 2-4-6-8-10 HS.
ALVORADA — COPACABANA-POSTO 6 - TEL. 27-2936 — HORARIO: 2-4-6-8-10 HS.
PROD. FILMES A' BUQUERQUE ★ DIST. LUSO FILMES ★ ACOMP. NACIONAL

Gin PEROLA
Digno de sua preferência
Um produto da CIA. USINAS NACIONAIS
Rua Barão S. Félix, 106 Rio de Janeiro

SATISFEITO com KOLYNOS



Sim, senhor, porque o Creme Dental Kolynos elimina os ácidos causadores das cáries. Kolynos destroi as bacterias que produzem esses ácidos. Kolynos clareia os dentes, refresca o hálito e faz brilhar o sorriso! Compre Kolynos hoje mesmo... e use-o todos os dias!
KOLYNOS Combate as cáries Agrada mais Rende mais
K-419-P

ESCOLA DE MÚSICA GRAJAÚ
Ensina-se: Teoria, solfejo, canto, piano, violão prático e por música. Ensina-se a cantar acompanhando-se ao violão, diversos gêneros, em 4 meses. Rua Marechal Jofre, 193 Tel. 38-2851.

Prof. Rego Lopes
Oculista Das 15 às 17 horas

SANATOSSE PARA TOSSE E

DR. MOISÉS FISCH
CLINICA ESPECIALIZADA — VIAS URINARIAS — DOENÇAS DE SENHORAS — CIRURGIA — ESTERILIDADE — ONDAS CURTAS — ASSEMBLÉIA, 98 - 7º — Tel. 22-1549

SESSÕES Passatempo CAPITOLIO HOJE à Partir de 10 hs da manhã
SHOW no GELO INSTANTANEO de HOLLYWOOD
Flash Gordon NO PLANETA MARTE 6º EPISODIO
PROESAS Aquáticas MINIATURA de PETE SMITH
Um GENIO COM ENGENHO DESENHO COLORIDO
OS JOGOS Panamericanos REALIZADOS EM BUENOS AIRES
RATINHO DESOBEDIENTE Desenho

Dr. Brandino Corrêa
Vias urinárias RUA DO CARMO n.º 49-1.º - Das 14 às 18 horas

IATE CLUBE DO RIO DE JANEIRO

CONVOCAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Convoco, na forma do Art. 45.º § 2.º dos Estatutos, os Srs. membros do Conselho Deliberativo do IATE CLUBE DO RIO DE JANEIRO para, em sessão ordinária, primeira convocação, que será realizada no próximo dia 27 do corrente mês, às 21 horas, na séde social, a Avenida Pasteur s/n.º, deliberarem sôbre a seguinte matéria:

a) — Eleição para mesa do referido Conselho Deliberativo (art. 40.º);
b) — Discussão e julgamento do Relatório e o parecer da Comissão Fiscal (Art. 45-I letra "a");
c) — Eleição para os cargos vagos na Diretoria (Art. 49.º).
d) — Interêsses gerais.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1951.

a) ATTILIO VIVACQUA
Presidente.

Ao beber guaraná, saiba escolher o mais saudavel!
Exija o GUARANÁ TÔNICO-ESTIMULANTE Guaraná BRAHMA
Contém, realmente, o genuino guaraná natural do Amazonas
Note bem! O sabor tônico-aperitivo do Guaraná Brahma, além de ser um prazer, é uma prova de que contém, realmente, o genuino guaraná natural. Além disso, o Guaraná Brahma é mais saudável porque é preparado por um processo exclusivo e original que lhe permite conservar os princípios tônicos e estimulantes do guaraná natural. Beba sempre o brasileiríssimo e saudável Guaraná Brahma!
Guaraná BRAHMA
Uma garrafa dois copos.
PRODUTO DA C.A CERVEJARIA BRAHMA S.A.
Record 3.504

TEATRO

TEATRO PARA RAUL ROULIEN — Raul Roulien terminou uma feliz temporada em São Paulo e está ansioso para trabalhar no Rio. Encontramo-lo, uma noite, na avenida São João e êle nos disse: — Precisa que vocês me ajudem a conseguir o Fenix. De qualquer maneira, com ou sem demolição, minha permanência nesse teatro não prejudicaria os interêsses de seu proprietário". Roulien tem sua companhia organizada, da qual fazem parte ótimos jovens atores, como Beyla Genauer, Yara Cortez, Geraldo Gambôa e outros, está com três ou quatro peças ensaiadas e não consegue teatro para trabalhar. Ao que soubemos, o Sr. Arnaldo Guinle estaria disposto a ceder o Fenix a Raul Roulien para uma temporada de 45 dias.



Uma das lindas garotas dos "shows" do carnaval no gelo, que estréia hoje no Palácio Encantado, armado na Praça Onze.

ALDA ESTRÉIA HOJE — Alda Garrido reaparece ao público do Rio no personagem que a fez famosa e querida das platéias, a caipira inteligente e engraçada, capaz de ludibriar o mais esperto citadino. Nós a veremos hoje em "Chiruca", comédia de A. Torrato, traduzida e adaptada por José Wanderley, e Roberto Ruiz. Delorges Caminha, primeiro ator do elenco, tem um papel muito cômico, ao lado de Alda. O Rival abre suas portas completamente reformado. Por absoluta falta de tempo deixou de ser colocado no salão de espera o bebedouro de água gelada. O Sr. Pinto, gerente do Sr. Vivaldi Leite Ribeiro, está importando um especial, diretamente dos Estados Unidos.

ESTRÉIA TAMBEM O CARNAVAL NO GELO — No Palácio Encantado, armado na Praça Onze, com todo o conforto moderno, estréia hoje o "show" dos artistas do gelo, apresentando alguns dos maiores astros norte-americanos dessa especialidade. Cômicos, bailarinos, acrobatas, corpo de girls, tudo isto será apresentado na estréia de hoje.

A VOLTA DE PASCOAL CARLOS MAGNO — Está sendo esperado no fim desta semana Pascoal Carlos Magno, que deixa seu posto na legação brasileira da Grecia para vir tomar posse de sua cadeira na Câmara Municipal. Amigos de Pascoal, o Teatro do Estudante, e o Teatro de Experimental de Ópera estão preparando uma recepção ao grande amigo do teatro nacional.

"ZUM ZUM" COMPLETA UM MES DE REPRESENTAÇAO — A revista, que Cesar Ladeira escreveu e Renata Fronzi dirigiu completa esta semana, no Jardel, um mês de representações, com casas cheias, que não se cansam de aplaudir Derci Gonçalves, que está apresentando algumas das suas mais cômicas criações.

COMUNICADO DO SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO — O diretor do S. N. T., Sr. Aldo Calvet, remeteu-nos o seguinte comunicado: "A nota publicada em 12 de março na Tribuna de Imprensa, sob o titulo "Nudismo no S. N. T.", contém inverdades que cumpre a este Serviço rebater. a) A professora Eros Volusia Machado não foi nomeada "diretora de bailados", cargo que não existe nesta repartição; b) A Sra. Eros Volusia Machado pertence ao quadro do S. N. T., desde a sua fundação, como professora de coreografia, com caráter efetivo, em virtude da Constituição da República; c) Na administração anterior é que foi contratada uma bailarina profissional, estrangeira, Tatiana Leskova, situação que não foi mantida, na atual administração, pois seria injustiça clamorosa pagar a uma estranha vencimentos superiores aos da professora efetiva, que fôra impedida de exercer as suas funções legais por ato arbitrário do ex-diretor do S. N. T., Sr. Thiers Martins Moreira, durante o govêrno Dutra".

Alda Garrido reaparece hoje no Rival, na pele de uma engraçadissima caipira, ao lado de Delorges, Cora Costa, Zilka Salaberry e outros.

A MORTE DE ARTUR COSTA — Desapareceu uma conhecida figura de teatro, Artur Costa, elemento da velha guarda, que iniciou sua carreira de artista profissional nas revistas musicadas. Ultimamente participara de "shows" do Teatro República, cantando, fazendo humorismo e anunciando programas. Deixa no teatro um filho, Artur Costa Filho, que estreou, há alguns anos, na companhia Eva Todor, com brilhante desempenho, estando, atualmente, com esta companhia, em Portugal.

"AS MÃOS DE EURIDICE" AINDA CONTINUA DANDO DINHEIRO — A famosa peça de Pedro Bloch foi dada sábado e domingo no salão de um grêmio teatral de Nova Iguaçu, fazendo nos dois dias um total de doze mil cruzeiros. Mais não fez porque o salão tinha capacidade para, apenas, 320 pessôas, ficando lotado nas duas apresentações.

PROF. JOSÉ GUILHERME — RADIOLOGIA CLINICA
De volta da Suécia, Suiça e Alemanha
Praça Floriano, 55-5.° — Tel. 22-3293 — Diariamente

A estréia de Muraro na Nacional

Conjuntamente com o programa de Helio do Soveral, "Um Fio de Melodia", no qual atuarão Celso Guimarães, como narrador, e Paulo Gracindo, no papel de um pianista cego — Arranjos especiais de Alexandre Gnattali

A estréia de Muraro na Rádio Nacional será em principios de abril, junto com a do programa "Um Fio de Melodia", produzido



Celso Guimarães

por Helio do Soveral, com arranjos e orquestrações especiais de Alexandre Gnattali.

"Um Fio de Melodia" é a historia de um pianista cego de um cabaré, revoltado com a forma das melodias populares internacionais. Toda vez que o cabaré cerra as portas, fica êle sòzinho ao piano, criando novas formas para as musicas, imaginando uma grande orquestra invisivel para acompanhá-lo. São apresentadas, então, fantasias para piano e orquestra, com cantores e versões brasileiras, enquanto o pianista cego, em vivos monologos com o piano, recorda cenas de sua vida e episodios do passado.

Na audição de estréia, serão ouvidas as seguintes melodias: "Linda Flor", de Henrique Vogeler; "Maria Bonita", de Agustin Lara; "Easter Parade", de Irving Berlin; "Jalousie", de Jacob Gade, e, finalmente, o baião "Delicado", de Waldir Azevedo — todas estilizadas em modernos arranjos de Alexandre Gnattali. Todas as versões serão de Vitor Berbâra, feitas especialmente para o programa, com Gilberto Milfont interpretando a de "Maria Bonita"; o Trio Madrigal, a de "Easter Parade", e Dalva de Oliveira, a de "Jalousie".

Celso Guimarães, como narrador, ambientará os ouvintes ao reino de fantasias que Paulo Gracindo — o pianista cego — criara para aprazimento e emoção de quantos sintonizarem "Um Fio de Melodia", no qual Heriberto Muraro, o apreciado pianista, terá sempre papel relevante.

Programa de montagem e sob o patrocinio dos "Biscoitos Duchen", "Um Fio de Melodia" será transmitido uma vez por semana. Enfeixa todos os elementos para agradar e enleiar os ouvintes da PRE-8, reunindo a delicadeza da trama literaria com a beleza melódica da parte artistica, na qual atuarão juntos dois dos mais famosos "galãs" do nosso rádio teatro.

FRAQUEZA EM GERAL
VINHO CREOSOTADO
"SILVEIRA"

Dr. F. Rizzo Assunção
OCULISTA — Buenos Aires, 140
Sala 303. Das 9 às 17 horas.

A distribuição dos produtos escassos e a posição do Brasil

ALDA GARRIDO
no TEATRO RIVAL
Completamente reformado, com poltronas estofadas, apresenta
HOJE
CHIRUCA
De A. Torrado, trad. e adapt. de José Wanderley e R. Ruiz
Um grande êxito internacional!
ALDA, notável na caipira "CHIRUCA"
PRIMEIRO ATOR E DIRETOR DELORGES CAMINHA
SESSÕES Às 20 e 22 HORAS
VESPERAIS: Sábados, domingos e quintas, às 16 horas.
Cenografia de Orlando — Maquinária de Arlindo Neto

Devem comparecer ao Ministério do Trabalho

Comunicam-nos:

"A fim de serem encaminhados aos empregos obtidos pelo Serviço de Encaminhamento e Colocação de Trabalhadores, 4.° andar do Ministério do Trabalho, estão sendo chamados, com urgência, os seguintes desempregados: Waldemar Guimarães da Silva, Flavio Américo Pinto Ribeiro, Edson Assis Faislon, Arnaldo José Castanhola, Waldemar Rezende, Nelson Sanches Dofem, Luiz Gaspar Lopes, Socles Rodrigues Veneno, José Alipio do Couto, Coriolano Egidio da Silva, Fidelis Dutra de Matos, Mevaldo Pereira Santana, João Ramos da Cruz, Luiz Martins, Carmen Silveira Gonçalves Alonso, Helena Rodrigues de Aquino, Walter da Silva, Jadir Pereira, Antonio Alonso, Antonio Ferreira de Araujo, Wilton Fernandes Lima, Enerio Jorge da Cruz, Socrates Antonio Corrêa, Osmar Barbosa de Souza, Maria de Lourdes Ribeiro Novais, Gilberto Rocha Leite, José Martins Carvalho, Airton Ferreira dos Santos, Jorge Neves, Euclides Carneiro Seixas Duarte, Ildefonso de Carvalho Silva, Edwaldo Alves da Silva, Clovis de Castro Azevedo Jr., Ademar Batista dos Santos, José Alves da Silva, Julio Candido da Silva, Sergio Ramos dos Santos, Lucio da Silveira Azevedo, Cicero Barros da Costa, Jorge Martins, Maury Esteves Pinto da Silva, Antonio Aniceto Alves, Antonio Pereira de Souza, Mário José da Silva, Gloria Pinto Moreira, Euridice Pereira da Silva, Joe Asencio Afonso, Antonio Ribeiro Bezerra, Fernando Lucas do Nascimento, Pedro Ferreira da Silva, Marinho de Aquino Douto, Osvaldino Cavalcanti, Pedro Benedito dos Santos, Florzinha Fausto Duarte, Maria Nazareth Moreira Brandão, Raimundo Santana e Jorge Leite".

Falso médico com grande clientela

BELO HORIZONTE, 16 — (Da Sucursal de A NOITE) — A policia desmascarou e prendeu um falso médico de consultório montado num dos principais arranha-céus da cidade, onde já gozava de enorme clientela. Trata-se do «Doutor» Geraldo Cambraia, natural de Formiga. Em sua cidade natal o «Doutor» Cambraia exercia simplesmente as funções de ajudante de farmacêutico.

★ RAÇÕES BALANCEADAS PARA ★
★ PINTOS - FRANGOS - CALINHAS ★
PIRATININGA
SCAL-RIO
Marechal Floriano, esq. Andradas. Tel. 43-7813
ENTREGAS À DOMICILIO

Prêsa uma quadrilha de falsários

PORTO ALEGRE, 16 (Da Sucursal de A NOITE) — A policia acaba de descobrir uma quadrilha de falsarios que estaria operando nesta capital com a emissão de cheques sem fundos. As vitimas na sua maioria são comerciantes.

Apêlo de estudantes às autoridades

Uma comissão de estudantes excedentes da Faculdade Nacional de Arquitetura, procurou a redação de A NOITE para um apêlo às autoridades competentes, no sentido de serem matriculados.

Esclareceram os estudantes que dos trezentos candidatos inscritos, apenas noventa e seis obtiveram a global, mas acontece que existem apenas setenta vagas na Faculdade, ficando, conseqüentemente, vinte e seis sem possibilidade de estudar.

O que está ocorrendo, agora, já se verificou no ano anterior, quando trinta candidatos excedentes foram matriculados naquele estabelecimento. O precedente já fôra aberto, portanto.

Dr. José de Albuquerque
Membro efetivo da Sociedade de Sexologia de Paris
DOENÇAS SEXUAIS DO HOMEM
Rua do Rosário, 98 — De 1 às 6

Comunica-nos o Itamarati, por intermédio da A. Nacional:

«Em conseqüência da situação internacional, ficou estabelecida a criação de um Comitê Tripartido, composto dos Estados Unidos da América, Inglaterra e França encarregado da distribuição dos produtos escassos, entre os quais se compreendem os minerais e materiais estratégicos. Essa deliberação interessou, como era natural, o Brasil, e o ministro das Relações Exteriores, Sr. João Neves da Fontoura, em defesa de nossos interêsses passou a pleitear, desde o inicio do atual govêrno, a ampliação do referido Comitê, a fim de que nele coubesse também a representação de um outro país americano. Em conseqüência disso e após dificeis negociações, chegou-se a um acôrdo, pelo qual o referido Comitê foi remodelado e ampliado, passando a formar um Grupo Central, constituido de dez membros, dos quais quatro europeus, dois asiáticos e quatro americanos. Dêstes, um será o Canadá, outro os Estados Unidos da América, outro a Organização dos Estados Americanos. O quarto lugar foi logo pleiteado pelo Itamarati, para o Brasil, havendo o representante da Colombia no Conselho Interamericano Econômico e Social se incumbido de apresentar a nossa candidatura. Ontem, realizou-se nêsse Conselho a eleição do quarto membro americano, tendo o Brasil sido eleito com os votos de todos os presentes, exclusão da Argentina, que se absteve».

Pastidente Creme dental. Para higiene da boca.

PRECISA-SE DE:

— Empregada para todo serviço de casal. Tratar à Ladeira do Barroso, 85 apto 2. Com D. Virginia.

— Empregada para todo serviço de apartamento de casal uma criança de dois anos, exigem-se referencias. Ordenado Cr$ 500,00. Rua Candido Gaffrée 51, Urca.

— Empregada de boa aparencia e asseada e com referencias para arrumadeira de pequena familia. Paga-se bem. Rua Joana Angelica 23, Ipanema.

— Copeira para casa de pequena familia, dá referencias. Ordenado: Cr$ 500,00, tratar à Avenida Lusitana 383, Penha Circular, com Georgina ou Isabel. Tel. 30-2860.

— De menor, para fazer entregas. Tratar à rua do Senado n. 10, de 9 às 12 horas.

— Empregada para todo o serviço em casa de familia. Necessário ser maior de 25 anos. Tratar à Av. Atlântica n. 700, apt. 501 (Leme), das 8 às 12 horas. Paga-se bom ordenado.

— Empregada para todo serviço de pequena familia. Exigem-se referências, ordenado Cr$ 500,00. Tratar das 8 às 17 horas na rua Ministro Viveiros de Castro, 79 apto. 903. Copacabana.

— Empregada para pequenos serviços em casa de familia. Tratar com D. Lili à rua Leopoldo, 175, Andaraí.

— Empregada para casa de casal, que cozinhe o trivial e faça outros serviços leves. Rua da Carioca, 28 — 2.° andar. Tel. 22-6513.

— Empregada para arrumadeira que apresente referências. Fone: 25-8390.

— Cozinheira do trivial simples, para familia de quatro pessoas, que durma no emprego e dê referências. Rua Grajaú, 134 — Tel. 38-0227.

— Babá, para criança de 1 ano e 3 meses. Tratar à rua dos Araujos, 15, casa 10.

— Bôa cozinheira, para pequena familia. Paga-se 450 cruzeiros. Ladeira de Santa Teresa, 136, apt. 202, tel.: 32-1853.

— Empregada para cozinhar e arrumar em apartamento muito pequeno. Exigem-se referências. Paga-se bem. Tratar de 8 ao meio-dia. Rua Ronald de Carvalho, 70, apartamento 81 — Copacabana.

— Cozinheira do trivial fino e alguns serviços leves. Rua Maestro Francisco Braga, 290 — Bairro Peixoto.

OFERECEM-SE

— Arrumador para hotel ou casa de familia, tem muita prática. Ordenado Cr$ 500,00, dorme no aluguel. Tratar pelo telefone 32-4661 com Sr. Felipe.

— Senhora para todo serviço em casa de familia, pode dormir no aluguel, ordenado Cr$ 400,00. Cartas para esta seção endereçadas a Angelina.

— Moça para todo serviço de pequena familia. Dá referências. Ordenado a combinar. Recados para Irene, pelo fone... 30-3036.

— Moça para todo serviço doméstico, para trabalhar por hora. Preferência centro, dá referências. Cartas por favor para Benadeth, nesta seção.

— Rapazinho de côr, 19 anos, bons costumes, limpo e educado, para arrumação e limpesa em geral. Tem prática de lavagem de carros e encerar etc., dá boas referências e tem todos os documentos. Pode trabalhar diariamente das 8 as 13 horas. Ordenado desejado Cr$ 600,00. Chamar Amancio pelo Tel. 46-10-79.

A NOITE coopera com as donas de casa

Dona de casa: Se precisa de empregada doméstica — cozinheira, copeira, lavadeira, ama-sêca — valha-se do espaço que A NOITE lhe oferece. O seu anúncio é publicado gratuitamente.

Pede-se aos anunciantes desta seção que se comuniquem com o Serviço de Informações de A NOITE — Telefone 23-1556.

INSTITUTO HELCO DO DR. JOAQUIM SANTOS
CLINICA ESPECIALIZADA COM 30 ANOS DE PRÁTICA
PERNAS — ECZEMAS, ÚLCERAS, VARIZES — CORAÇÃO E VASOS — ELETROCARDIÓGRAFO
Edemas, Infiltrações duras, Erisipela e Flebite das pernas. Trata sem operação, sem repouso e sem dor
EXAME VITAL DO CORAÇÃO — FAÇA ESSE EXAME E VIVA DESPREOCUPADO
RAIO X
Const.: 9 às 12 e 14 às 18 hs. Menos sextas e sábados. TEL.: 52-4861
RUA DO CARMO, 9-7.° AND

FÁBRICA DE TECIDOS DE ARAME E ESTAMPARIA DE ZINCO
Bancos, mesas, cadeiras, Viveiros para pássaros, Arame para cêrca de galinheiro. Telas "Lieberman" para Turbina e "Rabitz" para forros de estuque.
A. LOPES CARDOSO — RUA BUENOS AIRES N. 102 — RIO —

ATÉ Cr$ 3.500,00
MÁQUINAS DE COSTURA — COMPRAM-SE
Máquinas Singer qualquer tipo — Pfaff — Ponto Ajour Esquerda — Paga-se até o preço máximo de Cr$ 3.500,00 no ato da compra. ATENDE-SE RAPIDO PELOS TELEFONES 32-3900 e 32-7987.
RUA ESTÁCIO DE SÁ, 37

PALÁCIO ENCANTADO apresenta
LAMB and YOCUM
PARADA do GÊLO
UM DESLUMBRANTE CARNAVAL NO GÊLO
UMA Revista DIRETAMENTE DE NEW-YORK PARA O RIO!
ESPETÁCULO INÉDITO COM OS MAIORES ARTISTAS DO GÊLO DO MUNDO!
ESTRÉIA HOJE às 21 horas.
BILHETES À VENDA AVENIDA PRESIDENTE VARGAS — PRAÇA ONZE

Vá hoje ao TEATRO

Acapulco
AV. N. S. DE COPACABANA, 128 — Tel.: 27-2282
PROCOPIO numa Revista Musical
"CAFÉ CONCÊRTO N.° 3"
Luxuosa produção de RENATA FRONZI e CESAR LADEIRA com Procopio, Mára Rúbia, Sarita Antunez, Iracema Correia, Magali, Dóra Lopes, Norbert e as Glamorosas. Jante, dance e divirta-se com uma revista teatral!

Carlos Gomes
PRAÇA TIRADENTES — TEL.: 22-7581
HELIO RIBEIRO apresenta BIBI FERREIRA na sua mais luxuosa revista
"ESCÂNDALOS 1951"
Que elenco! Mara Rubia, Silva Filho, Luis Cataldo, Olga Salas e suas rumbeiras, "ballet" japonês, "ballet" argentino. David Conde, Fernanda, Valeria Amar. 60 GIRLS!

Recreio
RUA PEDRO I, 53 — TEL.: 22-8164
WALTER PINTO APRESENTA — 5 MESES EM CARTAZ
"MUIÉ MACHO, SIM SINHÔ!!!"
Medalha de ouro, como "a melhor produção do ano"
Uma revista "paraiba" com Oscarito, Virginia Lane, Grande Othelo, Manoel Vieira e Pedro Dias.
Vesperais às quintas, sábados e domingos, às 16 horas

Regina
(TEATRO DULCINA-ODILON)
ALCINDO GUANABARA, 17 — (Ar refrigerado) — Tel. 32-5817
DULCINA e ODILON em
"A DOCE INIMIGA"
Impróprio até 18 anos
de André-Paul Antoine. Trad. Arm. Gonzaga com MANUEL PERA
Espetáculo completo às 21 horas. Vesperais às quintas, sábados e domingos. Bilhetes à venda com 3 dias de antecedência

Rival
RUA ALVARO ALVIM — TEL.: 22-2721
(COMPLETAMENTE REMODELADO. MÁXIMO CONFORTO)
ALDA GARRIDO "CHIRUCA" HOJE - Estréia
De A. Torrado, trad. e adapt. de J. Wanderley e R. Ruiz. Com DELORGES CAMINHA, Cora Costa e um grande elenco. ALDA e DELORGES FARÃO RIR COMO NUNCA!
Vesperais às 5as., sábados, domingos e feriados às 16 horas

Serrador
SENADOR DANTAS, 13 — TEL.: 42-6448
PROCOPIO NA CINELANDIA
COM A PEÇA MAIS ENGRAÇADA DOS ÚLTIMOS TEMPOS
"ESSA MULHER É MINHA"
HOJE, novamente, o grande sucesso! — 16.ª semana de representação!
Original de R. MAGALHAES JR. — Às 20 e 22 horas
Quintas-feiras: Vesperais às 16 horas a preços reduzidos — Sábados, Domingos e Feriados: Vesperais às 16 horas

Serrador
Tôdas as 2as.-feiras. Espetáculo completo às 21 hs.
"Os Inimigos Não Mandam Flores!"
novo original de PEDRO BLOCH, o autor de "As Mãos de Euridice". Sucesso espetacular, com
SAMARITANA SANTOS e FLAVIO CORDEIRO
Direção e encenação de GRAÇA MELO. Cenário e móveis de Darcy Evangelista. Ingressos a partir das 11 horas

Teatrinho Jardel
(AV. COPACABANA, 951, esq. R. Bolivar — Fone 27-8712)
DERCY GONÇALVES com Sarita Antunez, Antonio Mestre, Ankito, Amadeu, Ofelia, Norbert e tôda a Cia. de Revistas!
"ZUM! ZUM!"
Sensacional Revista de Cesar Ladeira e Renata Fronzi, montagem de Armando Iglesias — A estrêla do riso na zona sul! Sessões às 20,30 e 22,20 hs. Vesperais aos Domingos às 16 hs. Bilhetes desde 11 hs.

VIAS URINÁRIAS — RINS — BEXIGA — PRÓSTATA
DR. A. ACKERMANN — GINECOLOGIA, ÚTERO E OVÁRIOS
BLENORRAGIA — TRATAMENTO RAPIDO
DISTÚRBIOS SEXUAIS
Aparelhagem completa para diagnose e tratamento das doenças dos órgãos gênito-urinários. Exames no Laboratório para contrôle de cura. Trata pelos processos empregados nas clínicas de Berlim, Viena, Paris e New York
Das 13 às 19 horas — RUA URUGUAIANA, 24 — Tel.: 22-2447

E... assim como há trinta anos êle se curvara sôbre mim para proteger-me e ajudar-me, eu, agora mulher forte e segura de mim pelas durissimas provas porque passara, curvei-me sôbre aquêle homem agora acabado e aleijado, para protegê-lo e ajudá-lo para sempre!
— Êste caso verídico de amor — nas páginas de CLUB DOS AMORES desta semana.
CLUB DOS AMORES
O semanário mais romântico da cidade.
PREÇO: CR$ 2,00

PÁGINA FEMININA
AOS NOIVOS

Por motivo de fôrça maior deixam de ser publicadas hoje as seções acima, que aparecerão em nossa edição de amanhã.

O que houve na Penitenciária do Distrito Federal

(Clichês na 1.ª página)

Os acontecimentos ocorridos na Penitenciária do Distrito Federal, e divulgada por alguns jornais, não tiveram a gravidade que a princípio lhe foram emprestados. A reportagem de A NOITE visitou, hoje, o Presidio, apurando o que ocorrera ali, com a máxima facilidade, pois toda a casa foi franqueada à reportagem pelo Sr. Manoel Mostardeiro, secretário da Penitenciária, que para isso tivera ordem direta do seu diretor, capitão Vitório Canepa.

Primeiramente, não houve nenhum atentado contra o capitão Vitório Canepa, nem tampouco se registrou crime de morte. O que vinha acontecendo ali era que os prêsos gozavam de excessivas regalias, na administração passada, dando margem à indisciplina.

Acontece, porém, que, quando assumiu a direção do presidio, o capitão Canepa restabeleceu novamente a ordem, tratando, todavia, os prêsos com humanidade. Mal acostumados, alguns deles não quiseram submeter-se ao atual regime. E o que aconteceu ontem é o resultado da desorganização do sistema penitenciário que ali antes se vinha verificando.

Agrediu o companheiro de presídio

O primeiro caso aconteceu na hora em que os prêsos se recolhiam ao cubiculo. Passou-se entre Agenor Pereira da Silva, o terrivel "Buck-Jones", condenado a dezoito anos de prisão, por crimes de roubo e morte, e Rubens de Lima, presidiário n.º 1.050, também condenado por crime de roubo, faltando apenas um mês para conclusão da pena. "Buck-Jones", que tem o número 177, desentendeu-se com Rubens Lima, na 3.ª galeria, no cubiculo 30. Estava ele armado de um objeto ponteagudo e deu 17 "pontadas" em Rubens Lima, ferindo-o superficialmente. Este gritou por socorro e os guardas detiveram "Buck-Jones", levando-o à presença do diretor Canepa, que imediatamente avisou do ocorrido à policia do 14.º distrito, a fim de que fosse feito novo processo policial.

O ferido foi medicado na própria enfermaria da Penitenciária e "Buck-Jones", recolhido à cela, por castigo imposto pela direção da casa.

Feriu o guarda na hora do embarque

O outro caso verificou-se, à meia noite, na hora do embarque de prêsos para a Colônia Penal Cândido Mendes e Agrícola, ambas na ilha Grande. Como se sabe, a Penitenciária está superlotada. Há ali um excesso de quase trezentos prêsos e dai ser preciso remover alguns deles para aqueles presidios. E, entre os que deveriam embarcar ontem, estava o de nome Oton de Jesus, condenado também por crime de roubo.

Oton de Jesus, na hora do embarque, rebelou-se e não queria, de nenhum modo, entrar no carro. O guarda Alicildes Malagris aproximou-se dele, a fim de convencê-lo de que deveria seguir. Oton, que estava armado com um prego feriu o guarda duas vezes no rosto, sendo, à custo, subjugado e metido no carro, a fim de embarcar para a ilha Grande. Alicildes Malagris foi medicado na enfermaria da Penitenciária.

E foram só esses dois casos, aliás, comuns, nos presidios, que se registraram ontem na Penitenciária do Distrito Federal.

Transformado numa massa informe pelos sucessivos atropelamentos

A policia do 20.º distrito tomou conhecimento de que impressionante atropelamento havia ocorrido nas proximidades da ponte que liga o continente à ilha do Governador. Indo ao local, constatou o comissário Magioli a veracidade do fato. Um homem fôra colhido por um auto. Possivelmente não teria morrido, encontrando-se desacordado. Outros carros, entretanto, em velocidade, teriam repisado a infeliz vítima, muitos deles, ao que se presume. De sorte que a policia teve às suas vistas um quadro horroroso. O atropelado fôra transformado numa massa informe.

Com dificuldades lograram encontrar nas vestes dos despojos, também dilaceradas, uma carteira, que revelava ser seu possuidor Francisco Florêncio de Lima, de 36 anos, de cor branca, casado. Sua residência é ignorada.

Os despojos foram removidos para o necrotério do Instituto Médico Legal.

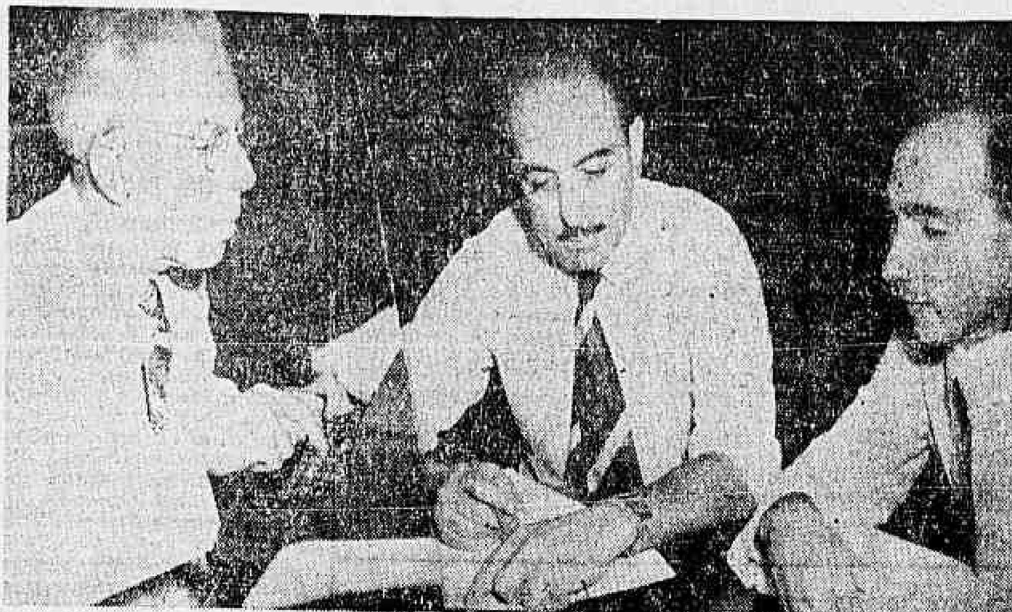
Chocou-se o carro de praça com o ônibus

Na praia de Icaraí

Corria ontem na praia de Icaraí, guiado pelo profissional Orlando Norival, o carro de praça número 7.181. Eram seus passageiros Maria Auxiliadora, de 25 anos, residente na rua Cinco de Julho número 332, casa 4, Manoel Atilio Grosso, de 29 anos e sua espôsa Carmen Lobo Gross, de 31 anos, residentes na rua Joaquim Távora n.º 158. Desenvolvia o veículo regular marcha. Ao passar nas imediações da Casa de Saude Icaraí ocorreu lamentável acidente. O veiculo derrapou no asfalto escorregadio e foi se chocar com o coletivo n.º 8.080, da "F. A. M.", que tinha à direção Joaquim José da Silva e vinha em sentido contrário.

Com a violência da colisão, receberam ligeiros ferimentos tôdas as pessoas que viajavam no veículo, sendo socorridas na Assistência, donde mais tarde se retiraram.

Soube do caso o investigador Francisco Monteiro, da Delegacia de Economia Popular, que tomou as providências que se faziam necessárias.



O presidente da ABI ditando sua resposta, e o Sr. Roberto Marinho, diretor de "O Globo", falando ao reporter de A NOITE

Deve o papel de imprensa ser objeto de debate na Conferência de Washington

(Titulos principais na 1.ª página)

A idéia levantada pela A NOITE, lembrando a inclusão do problema do barateamento do papel para a imprensa no temário ou agenda da IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, a reunir-se, dentro em breve, em Washington, alcançou a melhor receptividade não apenas no seio da classe jornalistica, como, tambem, nos circulos politicos e culturais do país. A solução dêsse problema é de transcendental importancia. E ainda agora, segundo recentes despachos telegráficos procedentes de Montevidéu, em virtude da carência da matéria prima para a confecção do papel destinado aos jornais pesa grave ameaça de diminuição da tiragem dos diários uruguaios e consequentemente a sua paralisação. Paralelamente a isso fala-se em uma nova majoração de preços, e, considerando-se que o papel no decurso de 1945 a 1951 já subiu 300%, conclui-se que o artigo atingirá uma valorização proibitiva para a imprensa brasileira e demais paises do hemisfério ocidental, dependentes, na sua quase totalidade, da importação do produto.

Papel: problema internacional

Tendo em vista que o preço do papel se torna cada vez mais inacessivel e levando-se em conta a função civilizadora da imprensa, lembramos a oportunidade da reunião de Washington para a discussão do assunto em bases amplas. Se conversando é que os homens se entendem, ninguem melhor credenciado para encontrar uma fórmula que satisfaça a todos, do que a fina flor da diplomacia americana no conclave da capital ianque. As nações dêste hemisfério têm, pois, suas esperanças voltadas para Washington. E a delegação brasileira, cuja chefia coube muito justamente ao ministro João Neves, um dos mais completos cultores da ciência politica diplomática, batendo-se pela anexação do papel para a imprensa na agenda dos trabalhos a serem discutidos na conferência dos chanceleres, sendo paladino dessa bela reivindicação pan-americanista far-se-á credora da gratidão universal.

Aplausos gerais à iniciativa de A NOITE

Falando ao reporter de A NOITE, o chanceler João Neves da Fontoura prometeu convocar a imprensa para uma entrevista coletiva por êstes dias a fim de debater numa espécie de mesa redonda tão palpitante questão, de importância vital para os povos civilizados. Por sua vez o senhor Horácio Lafer, titular da pasta da Fazenda, conhecedor do assunto em tôda a sua complexidade, disse-nos, ontem, durante a sessão de instalação do Congresso Nacional no Palácio Tiradentes, que prometera também ao presidente da A. B. I. manifestar-se sôbre o problema com carinho especial. Dois ministros de Estado, por conseguinte, se mostram simpáticos ao movimento de defesa do papel para a imprensa na IV Conferência de Consulta Americana.

Declarações do diretor de "O Globo"

No decorrer da próxima semana teremos seu depoimento de público como resultado da já anunciada mesa redonda.

No meio da imprensa carioca excelente foi também a repercussão da tese suscitada pela A NOITE. Tanto que o Sr. Roberto Marinho, diretor de «O Globo», um dos mais importantes jornais do país, procurado pela reportagem declarou-nos:

— É de toda a oportunidade a iniciativa de A NOITE. Hoje o papel para a imprensa tem a mesma importância das matérias primas indispensáveis à defesa nacional. O jornal é um elemento indispensável à mobilização econômica do país, assim como está intimamente ligado à solução de todos os problemas que os govêrnos, por si sós, não podem resolver. Êsse é o ponto de vista dominante em todas as democracias, isto é, nos regimes em que a opinião pública tem de ser auscultada e, até certo ponto, conduzida. Nas atuais circunstâncias, quando o mundo inteiro está vivendo numa economia de guerra, e o próprio conflito localizado na peninsula coreana ameaça generalizar-se, o problema do abastecimento do papel às emprêsas jornalisticas é realmente um assunto que deve merecer da delegação brasileira à Conferência dos Chanceleres a maior atenção. Dentro dessa ordem de idéias, sei que a Associação Brasileira de Imprensa vai dirigir um memorial ao ministro do Exterior sugerindo que o grave problema seja ventilado pela nossa delegação em Washington. A iniciativa apresenta-se com tanto mais possibilidade de êxito quando tem o prestigio e o apoio de A NOITE.

O que nos disse o presidente da A.B.I.

O Sr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, com a sua responsabilidade de homem de jornal e de delegado da classe, ditou-nos, palavra por palavra:

— O assunto aflorado pela A NOITE não é apenas de interêsse dos jornais nem tem apenas importância nacional, pelo contrário, tem transcendência mundial. A crise do papel para a imprensa se apresenta sob formas múltiplas em todos os setores do mundo moderno. E a A. B. I., sempre vigilante, (não sei se essa falta de modéstia poderá ser registrada), já se dirigiu ao ministro das Relações Exteriores não sòmente aplaudindo como também advogando a tese em boa hora sustentada pela A NOITE. Os grandes espiritos se encontram...

O que nos disse o diretor de "O Radical"

O Sr. Georges Galvão, diretor de «O Radical», matutino de extraordinária penetração popular, assim se manifestou:

—A NOITE, como sempre, está de parabens pelas suas campanhas salutares. E gloriosas, acentue-se como começo de conversa. Sem que os delegados americanos se interessem efetivamente pela solução do problema não será possivel encontrar-se o resultado almejado pela imprensa mundial atormentada pela crise do papel. Não é possivel fazer nada no momento, e ainda ontem fui procurado por um fabricante do produto finlandês, o qual me avisou que dentro de algumas semanas será majorada essa matéria prima em mais 40% nos preços.

E acrescentou o Sr. Georges Galvão:

— O problema do papel só se resolverá também se as Nações Unidas controlarem a sua distribuição equitativa e exclusivamente aos paises integrados na O. N. U., não permitindo sob qualquer pretexto que nações ditas democráticas negociem com inimigos comuns...

Deputados apoiam a sugestão de A NOITE

Também na Câmara Federal a repercussão foi excelente. Inicialmente ouvimos o deputado Oswaldo Trigueiro, da bancada udenista da Paraiba, ex-governador daquele Estado, e que participará da Conferência de Washington como delegado do Brasil:

— Acredito que problema tão relevante, qual seja o papel para a imprensa, não deixe de ser incluido pela nossa representação no temário de Washington. Creio mesmo que o ministro João Neves estudará a possibilidade e oportunidade de submeter a tese de A NOITE ao julgamento e consideração de todos os paises interessados. Êsse problema será naturalmente objeto da melhor atenção, foi a sua resposta.

Palavras do Sr. Luthero Vargas

O deputado Luthero Vargas, o mais votado representante do povo brasileiro, que também vive o problema do jornal, falou-nos:

— Nada mais justo do que a delegação brasileira incluir no seu programa tão importante proposição. Trata-se de uma questão vital para a imprensa do Brasil e do mundo, e dentro dessas premissas não poderá, de forma alguma, ficar fora da agenda da Conferência dos Chanceleres Americanos, pois a imprensa é a própria sobrevivência de todos os ideais pelos quais nós batemos e que justificam conclaves como êsse a realizar-se em Washington. Aqui na Câmara estarei sempre na defesa de todos os interêsses da imprensa. Louvo, portanto, a bela iniciativa de A NOITE, e o faço na certeza de que ela merecerá a solidariedade geral.

Fala o Sr. Menotti del Picchia

Outro jornalista e deputado é o Sr. Menotti del Picchia, poeta, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, que nos falou tambem na qualidade de presidente do Sindicato dos Proprietarios de Jornais e Revistas de São Paulo:

— Há tempos que me venho empenhando junto ao Sr. Horacio Lafer pela solução do já terrivel problema do papel para a imprensa, e embora contando com a simpatia de S. Excia, que nos tem sempre prestigiado, não podemos encontrar a solução ideal. Por isso considero a tese de A NOITE a que melhor virá resolver a questão. Considerando que o jornal é o elemento fundamental não só da cultura como da economia das nações, porque é através da imprensa que a opinião publica exerce sua vigilancia nos atos dos governos, considerando ainda que a imprensa estimula as forças vivas das nações, o problema do barateamento do papel da imprensa não poderá ficar à margem dos trabalhos da Conferencia de Washington. Trata-se, com toda justiça, de problema urgente requerendo urgente solução.

Opina o Sr. Aziz Maron

Mais um deputado e jornalista é o representante do PTB da Bahia, Sr. Aziz Maron, apontado como das mais expressivas figuras da nova geração de politicos recém-ingressados na Camara Federal. Disse-nos o deputado Aziz Maron:

— Li o topico em questão nas colunas de A NOITE e acredito tão bem escrito e tão judicioso era êle, que, a esta hora, já deva constar, "ipsis-literis", da pasta de sugestões brasileiras à Conferencia de Washington. O problema do papel para a imprensa merece e deve ser defendido naquele conclave, sem o que ter-se-á perdido uma grande oportunidade de se defender, de fato interesses coletivos.

Não deve haver a menor restrição ao fornecimento de papel e tambem devem encontrar uma maneira de manter firme, inalteravel, acessivel a todas as bolsas esse fornecimento. Não compreende democracia sem imprensa.

Está em jogo a causa da imprensa universal, declara o Sr. Gurgel do Amaral

O deputado Gurgel do Amaral 1.º secretario da Camara Federal, emitiu o seguinte ponto de vista:

— No meu modo de ver, tudo deve ser facilitado à imprensa, maximé em se tratando de assegurar o barateamento de materia prima necessaria ao seu pleno funcionamento. Faço votos para que a lembrança de A NOITE, de importancia indiscutivel, conste efetivamente do temario dos delegados brasileiros, de forma a trazer uma solução que satisfaça plenamente a todos os jornalistas do mundo. Está em jogo a causa da imprensa universal, concluiu o "leader" petebista.

NEGOCIAÇÕES BI-LATERAIS EM WASHINGTON

(Titulos principais na 1.ª página)

Estamos seguramente informados de que a Delegação brasileira à Reunião de Consulta, de Washington, durante a sua permanencia naquela capital, e paralelamente aos trabalhos da mesma, encetará negociações bi-laterais para solução dos problemas econômicos entre o Brasil e os Estados Unidos, que serão estudados com autoridades e técnicos americanos.

Será de certo modo um prolongamento das conversas realizadas nesta capital pelo sub-secretário de Estado Edward G. Miller, quando de sua recente visita ao Brasil.

Não tem culpa a Alfândega

Como o Sr. Arlindo Corrêa da Costa, inspetor da Alfândega, explica a questão que envolve o caso da retenção da dihidro-streptomicina

— Não há retenção da dihidro-streptomicina, como insinuam certas notas ultimamente divulgadas, asseverou à reportagem de A NOITE o Sr. Arlindo Correa da Costa, inspetor da Alfandega, ao ser inquirido a respeito da questão surgida entre os importadores daquele produto farmacêutico e a repartição que dirige.

Prosseguindo, disse que o fato funda-se na simples questão de interpretação, e explica:

— Em novembro de 1949, por decreto do Congresso Nacional, ficou assegurada a isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para o produto conhecido por "streptomicina", desde que para consumo no país. Entretanto com a natural evolução da farmacologia, surgiu, depois, um outro medicamento denominado "Dihidro-Streptomicina" que, como o próprio fabricante assinala (Merk & Co. Inc.), é de propriedade quimica e farmacològicamente distintas. Este o fato: não compete à Alfandega considerar um e outro produto com a mesma aplicação. O diploma legal que rege o assunto especifica, estritamente, "Streptomicina", e a isto nos devemos ater.

Certos importadores, porém, recusam-se a pagar o tributo de que é gravado por lei o referido medicamento, desculpando-se de não o fornecerem ao consumo pela exigência injustificável da Alfandega. Esta é a culpada, há quem o diga, da falta do mesmo no mercado, enquanto um considerável número de enfermos aguarda com impaciência e desolação o remédio.

O que mais me impressiona na questão, e só nos cabe lamentar, — cotinua, — é que um meio existe para acomodar a situação. Os importadores sabem que um senso legal os possibilita a retirar a mercadoria, sem ônus para isso bastando a assinatura de um termo de responsabilidade, deixando o caso da isenção para ulterior deliberação do Conselho de Tarifas. Este órgão poderá dar-lhes ganhos de causa, como tem acontecido em outros casos. Mas sòmente no mesmo compete decidir. Seria, a meu vêr, o melhor modo para a solução do impasse, sem prejuizo para os importadores, que nesse interim ainda poderiam recorrer a um mandado de segurança. Outrossim, para maior satisfação, não haveria falta do precioso medicamento no mercado.

No auge de suas declarações, o Sr. Arlindo Correa da Costa lamentou ainda mais uma vez o fato, acrescentando então que uma campanha está sendo movida no sentido de criar um ambiente de hostilidade do consumidor para com a repartição sob sua direção.

Quer ser o ultimo a receber

Para saber que todos foram pagos em dia

BELO HORIZONTE, 16 (Da Sucursal de A NOITE) — Desejoso de verificar se as suas determinações estão sendo cumpridas no que toca ao pagamento em dia do funcionalismo, o governador Juscelino Kubitschek recusou-se a receber o pagador que foi a Palácio fazer-lhe entrega dos vencimentos de fevereiro.

— Desejo ser o último dos servidores do Estado, na capital, a receber os vencimentos, declarou ao pagador o Sr. Juscelino Kubitschek.

O Tempo

Máxima: 29.6 — Minima: 21.7

Serviço de Meteorologia — Previsão para o periodo das 14 horas de hoje, até às 14 horas de amanhã

TEMPO — Instável, sujeito a chuvas e trovoadas.

TEMPERATURA — Estável.

VENTOS — Variáveis, rajadas frescas.

Tendência do tempo para domingo:

TEMPO — Instável.

Despachou com o presidente da República o Sr. Artur de Souza Costa

Esteve no Palácio Rio Negro, e foi recebido em audiência pelo presidente da República, o Sr. Souza Costa, presidente do Conselho Nacional de Economia, que se fazia acompanhar do Sr. Humberto Bastos, membro da mesma repartição. O Sr. Souza Costa, que se avistou com o Chefe do Govêrno em seu primeiro despacho semanal, tratou com S. Excia. de assuntos relacionados com o serviço que dirige.

Lesado em avultada quantia pelo empregado

O usineiro e deputado Federal, pelo Estado do Rio, Sr. Edilberto Ribeiro de Castro, apresentou queixa ao delegado de Roubos e Falsificações, Sr. Paulo Lemos, contra seu empregado, Firmino Concini da Silva, acusando-o de haver falsificado a sua assinatura em diversos "cheques" emitidos contra doze bancos desta capital e outras casas bancárias do Estado, no valor total de cinco milhões de cruzeiros.

Em conferência com o ministro da Justiça o governador do Maranhão

(Titulos principais na 1.ª página)

O Sr. Eugenio de Barros, que ontem chegou ao Rio atendendo ao convite do ministro Negrão de Lima, após passar o govêrno do Maranhão ao presidente da Assembléia Legislativa, Sr. Cesar Aboud, compareceu hoje, às 12 horas, ao gabinete do titular da Justiça com quem passou a conferenciar demoradamente.

O Sr. Eugenio de Barros que se fazia acompanhar do senador Vitorino Freire, teve ensejo de falar à reportagem de A NOITE, acreditada junto ao gabinete do ministro da Justiça, tendo nessa ocasião reafirmado os seus propósitos de só se curvar a decisões que partam da Justiça Eleitoral.

— Nunca fui politico. Sou industrial na cidade de Caxias, onde resido. Eleito pela maioria do eleitorado do Maranhão e diplomado pela Justiça Eleitoral, espero governar com auxiliares que sejam intérpretes de outros partidos que me fizeram oposição durante a campanha eleitoral.

E prosseguiu o Sr. Eugenio de Barros:

— Se o Tribunal Superior Eleitoral confirmar o diploma expedido pelo Tribunal Regional, estou disposto a fazer um govêrno de coalisão, esquecidas as lutas partidárias.

O Sr. Eugenio de Barros teve ensejo ainda de se referir aos acontecimentos de São Luiz afirmando que os mesmos ficaram circunscritos à capital do Estado e que tudo não passava de simples exploração politica por parte de elementos da oposição.

Declarações do Sr. Eugenio de Barros a A NOITE

A saida do gabinete Negrão de Lima, o Sr. Eugênio de Barros teve ensejo de falar novamente ao redator de A NOITE, afirmando nessa ocasião que teve a melhor das impressões na atitude do ministro da Justiça, no caso do seu Estado. Declarou ainda o governador do Maranhão que voltará a conferenciar com o ministro na proxima semana, e espera, êle e o ministro, encontrarem uma fórmula que solucione definitivamente a situação politica do Estado.

O telegrama em que o senhor Eugenio de Barros comunicou ao presidente da República a aceitação da fórmula

O presidente da República recebeu do Sr. Eugênio de Barros o seguinte telegrama:

"Comunico a V. Excia. que, no desejo de harmonizar a situação no meu Estado, aceitei a fórmula sugerida para esta finalidade e mediante o acôrdo das oposições coligadas, passarei o exercicio do govêrno do meu Estado ao deputado Cesar Aboud, presidente da Assembléia Legislativa, no cumprimento à aludida cláusula do acôrdo, devendo seguir para a Capital da República, em gôzo de licença concedida pela Assembléia Legislativa. Agradeço a V. Excia. o apôio ao meu govêrno, bem assim o interêsse e providências para a pacificação neste Estado. (a. — Eugênio de Barros."



Sigmundo Freud

— FREUD ? QUEM É ?

(Titulos principais na 1.ª página)

BELO HORIZONTE, 16 (Da Sucursal de A NOITE) — De regresso de uma viagem de saudade a Viena, sua cidade natal, o professor Karl Weissmann, conhecido psicanalista aqui radicado há vários anos, declarou amargurado que Freud se tornou um nome completamente desconhecido na capital austriaca. Pior ainda: desconhecido até mesmo na casa onde viveu durante mais de meio século.

— Eu tinha o endereço do mestre em meu poder, Berggasse, 19 — diz o professor Karl Weissmann melancolicamente. Sabia que era uma ladeira perto da Opera, uma modesta casa de apartamentos num segundo andar. Empurrei uma porta pesada. Subi a escadaria de pedra e dominado por intensa emoção, ou talvez um estranho pressentimento, toquei a campainha. Atendeu-me a senhora encarregada do edificio. Expus-lhe o motivo de minha visita. Ela não se recordou de haver jamais ouvido o nome de Freud, não obstante residir há dez anos naquela casa. Lembrou-se a propósito que, em espaços regulares, jornalistas estrangeiros, sobretudo norte-americanos, vinham-lhe bater inexplicavelmente àquela porta, mas não sabendo inglês, nem outro qualquer idioma afora o alemão, não pudera se entender com aquela gente. Remeteu-me a inquilinos de apartamentos vizinhos. Debalde. Ninguem soube informar. Esse tal de Freud era todo desconhecido naquela casa e conforme pude verificar, era desconhecido na Austria inteira, excetuando umas pouquissimas pessoas. Balbuciei algumas palavras a titulo de desculpa e desci aquela escada de pedra humilhado, envergonhado da minha terra de origem. Pela primeira vez compreendi em toda a extensão o tenebroso sentido e a trágica atualidade da palavra: nazismo. Esperava encontrar ao menos túmulos de recordações, sobretudo aquelas. Havia nisso uma esperança. Pois como diria o poeta "Onde há túmulos há ressurreições". Aquilo se me afigurava não como um cemitério, mas como um deserto de idéias. Havia falado antes a muitas pessoas, inclusive a doutores que ignoravam os nomes mais populares. Perguntei-me a mim mesmo se uma coisa dessas seria possivel no Brasil. Se um brasileiro de formação acadêmica seria capaz de ignorar o nome de Rui Barbosa, de Machado de Assis, de Oswaldo Cruz ou recitar as poesias de um Castro Alves e Olavo Bilac sem conhecer o nome do autor. Decididamente custo acreditar que semelhante fenômeno pudesse se reproduzir no Novo Mundo, embora não falte aqui quem se mostre cético à êsse respeito".

Defesa contra as guerras de gás, bacteriológica e atômica

FILADELFIA, 16 (AFP) — "A população dos Estados Unidos deve ser preparada para se defender contra a guerra de gás, a guerra bacteriológica e a guerra atômica. Sabemos, categòricamente, que a União Soviética se prepara para a guerra biológica". — Isto declarou ontem, falando no "Forum" do "Philadelphia Bulletin", o Sr. Willard Caldwell, diretor do Bureau Federal de Defesa Civil.

Chegou a Manágua a aviadora Anésia Pinheiro Machado

MANAGUA, 16 (AFP) — A aviadora brasileira Anesia Pinheiro Machado, a primeira mulher que sobrevoou o Rio e São Paulo em 1922, chegou a Managua em visita especial, trazendo mensagem da ECA para o presidente da República, Anastasio Sosa.

A aviadora brasileira percorre a América em missão especial da Organização dos Estados Americanos, acompanhada do seu esposo, brigadeiro Appel Netto, inspetor geral das fôrças aéreas do Brasil.

Fora da lei o Partido Comunista do Japão

TOQUIO, 16 (A. F. P.) — O govêrno japonês decidiu colocar fora da lei o Partido Comunista — anuncia pela manhã de hoje o jornal "Asahi". O diário acredita saber que o Ministério da Justiça teria tomado disposições para êsse fim, e que o decreto pondo fora da lei o partido seria publicado no fim do mês. Acredita-se saber, entretanto, nos meios informados, que uma forte oposição se manifesta contra êsse projeto, tanto no seio do govêrno como no quartel-general americano.

Instala-se o Congresso Nacional

A sessão inaugural da nova legislatura e a mensagem do presidente da República

De acôrdo com o que preceitúa a Constituição, o Congresso Nacional realizou, ontem, a sessão solene de instalação da segunda legislatura e do periodo legislativo de 1951. À cerimônia, efetuada no recinto do Palácio Tiradentes, estiveram presentes o vice-presidente da República, Sr. João Café Filho; o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara; os ministros de Estado da Justiça, Fazenda e Educação, Srs. Francisco Negrão de Lima, Horácio Láfer e Simões Filho; representantes dos titulares de outras pastas; os ministros Ribeiro da Costa, presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Plinio Travassos, procurador geral da República, e Machado Guimarães, do Superior Tribunal Eleitoral; o general Ciro Resende, chefe de Policia; representantes diplomáticos dos paises amigos; altas autoridades civis e militares e grande número de personalidades sociais de destaque.

Às 14 horas, o Sr. Melo Viana deu inicio aos trabalhos, convidando a tomarem assento à Mesa o vice-presidente da República e o cardeal D. Jaime Câmara e anunciou o objetivo da sessão.

Declarou, a seguir, o Sr. Melo Viana, que aproveitava o ensejo para dar posse a diversos senadores e deputados que se encontravam presentes. Falando pela ordem, o Sr. Aliomar Baleeiro, consultou a Mesa se o Regimento permitia êsse ato durante uma sessão solene, respondendo o presidente que não há impedimento nenhum consignado no Regimento da Câmara Alta, vigorando nas reuniões das duas Casas do Parlamento Nacional. Entretanto, atendendo à ponderação do representante baiano, submeteu ao Plenário a questão de ordem, sendo aprovado por unânimidade o ato de posse. Em consequência, foram chamados a prestar compromisso os senadores Apolonio de Sales, Carlos Lindenberg, Carlos Gomes, Otton Mader e Carlos Sinch e os deputados Epilogo de Campos, Medeiros Neto e Francisco Araujo Macedo.

Prosseguindo, o presidente do Congresso designou uma comissão composta dos senadores Ferreira de Souza e Carlos Sinch e deputados Lauro Lopes e Carlos Luz, para acompanhar ao recinto da Mesa o embaixador Lourival Fontes, chefe da Casa Civil da Presidência da República e portador da Mensagem do Chefe do Executivo ao Parlamento. Recebido com as honras de praxe e perante a assistência de pé, o Sr. Lourival Fontes passou ao Sr. Melo Viana a Mensagem que, a seguir, foi entregue ao senador Georgino Avelino, para leitura. Esta foi realizada pelo primeiro secretário do Senado e, em sua parte final, pelo senador Dario Cardoso.

Encerrando os trabalhos, o presidente Melo Viana congratulou-se com a Nação pela instalação do Congresso e agradeceu o comparecimento do vice-presidente da República, do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro e das demais autoridades, concluindo por fazer votos de que tenham pleno êxito os trabalhos parlamentares que ora se iniciam.

Não é um mártir: é um apóstolo

CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA

a ciência, a familia, seus clientes, amigos e desconhecidos, a êle se dedicam. Com simplicidade, como se estivesse falando pela boca de todos aqueles milhões de homens que, nesta última década têm morrido longe da pátria, êle falou: — «Vou morrer em minha terra; tenho apenas semanas de vida; penso que todo o homem deve morrer em casa». Reedita o médico paraibano aquela página tocante de Chateaubriand sôbre a «Migração dos pássaros», onde o escritor assinala que êstes, quando sentem que seu fim se aproxima, procuram o rumo das terras em que nasceram. Mas, com as aves, há apenas um fenômeno do instinto, enquanto que o médico volta quando foi alcançado pela terrivel moléstia em plena floração de seu espirito.

O doutor Napoleão Laureano deverá chegar hoje ao Rio. Há trinta dias ninguém o conhecia; hoje todos o admiram. Atacado pelo cancer, numa forma que não perdôa, nem permite quaisquer prognósticos lisongeiros, pois foram os próprios órgãos finais de defesa que foram atacados pelo mal, não se ilhou o médico na angústia do desfecho, na dolorosa certeza do fim. Abriu os seus olhos para quantos, como êle, sofriam dessa mesma doença. E resolveu pedir aos homens de boa vontade um auxilio, não para êle, que nada mais poderia esperar, mas para os outros, que existem e que virão depois, e que poderão ser salvos.

— Vêde, senhores, o estado em que me encontro. Assim como eu, milhares, milhões de homens têm ficado e outros milhares e milhões ainda ficarão. É o cancer, a moléstia que me aniquila, intoxicando-me até às últimas células. Sob certas formas, êle pode ser combatido com sucesso. Mas nós, no Brasil, não temos os meios para vencê-lo. Vêde-me e auxiliai-me. Compreendei meu sofrimento, que é menos fisico do que moral. Meu corpo é o meu próprio laboratório. Ainda vivo, olho-me como uma peça extendida nas mesas de anatomia. Cada segundo traz-me um sintoma e cada sintoma permite-me tirar conclusões. De vós não quero palavras de consolo, nem remédios, nem alivios. Quero, isso sim, que salveis os meus irmãos de desgraça, que andam por ai. Abri vossas bolsas generosas, assim como eu abro aos vossos olhos os meus padecimentos.

Essas as palavras que podem sintetizar o pensamento do doutor Napoleão Laureano. As autoridades não ficarão surdas, nem surdos ficarão aqueles que podem ingressar nessa cruzada que tem por base o corpo semi-morto de um médico. Amanhã, talvez, os Hospitais do Cancer se multiplicarão por todo o país. E cada homem que for salvo das garras da morte, levará no seu coração, impresso, o nome de Napoleão Laureano.

Há quem fale em sensacionalismo. Bendito sensacionalismo, êsse, que nada pede, mas tudo oferece aos outros, e que permitirá, no futuro, aliviar tantas dores, salvar tantas vidas.

Na história da nossa medicina temos tido mártires e temos tido apostolos. Assim aquele professor da Faculdade de Medicina desta capital que reuniu, em torno de seu leito de padecimentos os seus alunos e lhes foi explicando detalhadamente, todos os sinais clinicos da morte que se aproximava. O coma final impediu-o de levar até o fim a lição. Todavia, êsse outro apostolo dirigia-se aos seus alunos, futuros colegas. Napoleão Laureano dirige-se ao povo, para a salvação do próprio povo. Não é um mártir; é um apostolo.

O presidente da República mandou colocar à disposição do Dr. Napoleão Laureano um avião para trazê-lo ao Rio, onde o govêrno lhe oferecerá todos os recursos de que necessitar.

Também um matutino carioca vai promover uma mesa redonda de cancerologistas, com o doutor Napoleão Laureano. Não será uma conversa exclusiva para o jornal. Todos os demais órgãos da capital e emissoras cariocas poderão tomar parte nela, publicando quanto ali fôr discutido. Tudo isso é indicio de que a palavra do médico da Paraiba está comovendo, profundamente, todas as camadas sociais. Esperemos que do seu sofrimento surjam o consolo e a esperança para milhões de sofredores.

Tôda a assistência do govêrno ao enfêrmo

Fazendo éco ao geral sentimento de humanidade do povo em torno da tragedia do Dr. Napoleão Laureano, o Sr. Getulio Vargas, presidente da Republica, determinou que fosse prestada toda assistencia ao medico paraibano.

Assim, o ministro Simões Filho, titular da Educação, vai mandar receber o medico enfermo, tendo providenciado para que sejam fornecidos ao Dr. Laureano todos os recursos, inclusive casa de saúde e tudo o mais que fôr necessario, conforme a orientação do chefe da Nação.

Será recebido imediatamente pelo presidente da República

O Dr. Napoleão Laureano, assim que chegar, será recebido pelo presidente Getulio Vargas, audiência que se realizará imediatamente à presença do médico patrício no Rio Negro.

Comissão de Inquérito no IAPC

O Sr. Henrique de La Roque de Almeida, instalará hoje, em seu gabinete a Comissão de Inquérito que deverá apurar as irregularidades apontadas na imprensa da administrações passadas no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários.

ASSASSINADO COM 21 FACADAS O VEREADOR

Crime brutal num município cearense

FORTALEZA, 16 (Serviço especial de A NOITE) — Informa-se nesta capital que o municipio de Iguatu foi palco de bárbaro crime. Sebastião Almeida assassinou com 21 facadas um vereador do PSD, o Sr. Francisco de Souza Alexandre. O móvel do crime parece originar-se em questões de indole particular. A vitima era pessoa bastante relacionada e benquista, razão por que em todo o municipio causou geral consternação a trágica ocorrência. A Prefeitura Municipal, em sinal de pesar, decretou feriado.

Adianta-se que o autor do homicidio é individuo de péssimos antecedentes, tendo o crime se efetuado em condições de suma covardia. O criminoso assaltou a residência da vitima, onde se encontrava esta despreocupadamente, desfechando inopinadamente o ataque, não podendo o vereador Alexandre Souza esboçar qualquer reação.

Já se encontra preso o matador.

FALHOU O EMBUSTE

A cédula de 100 cruzeiros estava grosseiramente adulterada para 1.000

Foi preso pelo detetive 402, chefe da guarnição do auto 40, da Rádio Patrulha, no Restaurante Sereia, na avenida Presidente Vargas, 3.725, o encerador José Coutinho, solteiro de 28 anos de idade, residente na avenida Brasil, 175.

José Coutinho adulterara uma cédula de 100 cruzeiros, procurando fazê-la passar por 1.000 e pagou com ela a despesa que fizera no restaurante.

Mas a falsificação era grosseirissima. José Coutinho recortou zeros de um jornal e os colou na cédula. O caixa da casa surpreendeu logo o embuste.

O encerador foi autuado em flagrante na delegacia do 16.º distrito de policia.

A cédula de 100 cruzeiros é de n.º 9.1828, da primeira série. Foi apreendida.

Dez mil flagelados nas ruas de Joazeiro

Ameaçam de depredação as casas comerciais e as repartições

JOAZEIRO (Ceará) — 16 — (Serviço especial de A NOITE) — Em vista da estiagem implacável e total na lavoura, milhares de flagelados infestam a cidade, esmolando e ameaçando depredarem as casas comerciais e repartições públicas.

Ontem, enorme multidão postou-se em frente ao paço municipal, pedindo trabalho, e não sendo atendida, percorreu a cidade em ameaças de desordens.

Espera-se qualquer acontecimento grave, pois os famintos são cerca de dez mil. As autoridades apelaram para o govêrno pedindo urgentes providências.

O PAPEL PARA JORNAIS

Apela o presidente da ABI para o ministro do Exterior no sentido de ser ventilado o problema na Reunião dos Chanceleres

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa dirigiu ao ministro João Neves da Fontoura a seguinte mensagem relativa à situação do papel de imprensa na presente conjuntura internacional: — "A Associação Brasileira de Imprensa, no momento em que V. Excia. acelera os trabalhos preparatórios da Delegação Brasileira à IV Reunião de Consulta de Chanceleres, toma a liberdade de vir à sua presença solicitar a melhor atenção do Govêrno para a questão do suprimento de papel de imprensa aos jornais do país. A possibilidade de virem a pesar restrições ainda maiores no abastecimento dessa matéria-prima essencial ao funcionamento normal da imprensa constitui, sem sombra de dúvida, problema de natureza coletiva, cuja solução não interessa apenas à indústria do jornal mas à sociedade em geral e ao Estado de maneira particular. Dada a função da imprensa na democracia é necessário preservar a normalidade do seu funcionamento, isto é, faz-se indispensavel assegurar meios à normal circulação dos jornais. A rigor, a falta dêsses meios materiais equivaleria a uma limitação efetiva da liberdade de imprensa, pois de nada valeria o direito fundamental da livre critica se não existissem recursos para torná-lo efetivo. Os governos democráticos, naturalmente desejosos de lograr o aperfeiçoamento das instituições através do exercicio pleno e irrestrito dos direitos e garantias constitucionais, não podem ficar alheios à situação. Antes, pelo contrário, é seu impostergável dever obter que a imprensa disponha dos elementos materiais indispensáveis à existência a fim de que possa ela levar a cabo a função pública que lhe esta reservada nos quadros da sociedade. E evidente, portanto, que o papel da imprensa assume, nesta hora, importância que não será jamais encarecida em demasia. Sem papel não há jornais, sem jornais, não há opinião pública livremente informada, sem opinião pública livremente informada não há a formação de uma consciência coletiva dos encargos que pesam sôbre o pais, e sem essa consciência coletiva dos encargos não há como governar e muito menos realizar ou mesmo enfrentar os pesados encargos que, nesta hora, esperam as nações e os povos. Dai, senhor ministro, a conveniência de a Delegação Brasileira à IV Reunião de Consulta de Chanceleres colocar na agenda dos trabalhos respectivos a questão dos suprimentos de papel de imprensa às Repúblicas americanas.

No que toca ao nosso pais, embora produzindo volume apreciável de papel de imprensa, dependemos, ainda, fundamentalmente, das importações. Ocorre, no entanto, que já nesta fase de transição enfrentamos dificuldades inumeráveis para obter os suprimentos adequados. Não apenas em virtude de restrições cambiais mas, sobretudo, em consequência da escassez do produto no mercado mundial, pois o consumo tem ritmo de crescimento superior ao da produção. Uma vez que os acontecimentos estão levando, novamente, aos rigidos sistemas de controles internacionais e nacionais do comércio de produtos essenciais, é indispensável que o papel de imprensa seja colocado numa categoria de alta essencialidade e, como tal, que as suas disponibilidades sejam partilhadas equitativamente, tendo em vista os interêsses gerais. Qualquer outra solução condenaria os paises não produtores ou que produzem pouco em relação às suas necessidades a situações embaraçosas e até mesmo dramáticas como seriam as da suspensão de jornais ou da redução drástica de sua circulação. E neste caso, o maior prejudicado seria o país atingido e, também o respectivo govêrno, privado do insuperável instrumento de informação e orientação — os jornais, disseminados por todos os cantos do território nacional. Estou certo, senhor ministro, de que o esclarecido espirito e a sua proverbial sensibilidade politica apreenderão o quadro traçado em tôda a sua importância e significação. Dai a confiança de que, ainda uma vez, assuma o Brasil, no concerto das nações americanas, posição de vanguarda da definição e solução de um problema que diz, diretamente, com o regime democrático, a vida dos nossos povos e a adequada realização dos programas governamentais. Aproveito o ensejo para lhe renovar meus protestos de alta estima e elevada consideração. (a) Herbert Moses, presidente."

Importante conferência do ministro do Exterior na Escola de Estado Maior

CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA

Olinto Denis, Souza Dantas, Mazza, Travassos e Polli Coelho, Faranhos Saboia, Bina Machado, Daudt Fabricio, comandante da Escola de Estado Maior, Juarez Tavora e Magalhães, além de vários almirantes e brigadeiros do ar assim como grande número de oficiais de menor patente das Forças Armadas.

Saudando o ilustre conferencista, falou o general Fiuza de Castro, iniciando em seguida o ministro João Neves a sua oração, que se estendeu por cêrca de hora e meia, esboçando em síntese a política internacional do Brasil, a sua participação no sistema pan-americano, os problemas que acarretam a sua cooperação com as nações do Continente e finalmente as diretivas gerais que nortearão a delegação brasileira à próxima Conferência de Consulta Inter-Americana de Washington.

Depois de salientar que foi ainda sob a Monarquia que se delinearam os princípios gerais de nossa política exterior como uma linha de ação coerente e constante, caracterizada pela atitude fraternal para com todos os povos, a não intervenção em seus negócios internos, a cooperação esclarecida em todos os terrenos da vida internacional e finalmente a solução pela arbitragem das divergências internacionais.

Quando falava o chanceler João Neves

A corporificação do Sistema Interamericano

Explanou a seguir como desde Bartolomeu de Gusmão já se ensaiara a politica de boa vizinhança no Continente, corporificada depois nas aspirações pan-americanas e propiciadas pela politica de boa vizinhança do presidente Franklin Roosevelt, que afinal se corporificou na Conferência dos Chanceleres do Rio de Janeiro e alcançar a sua carta constitucional na Conferência de Bogotá, como sistema regional dentro do âmbito geral das Nações Unidas.

Referiu ainda o orador como na Agenda dessa última conferência figurava a organização de uma Junta Permanente de Defesa Interamericana, proposta que parecia vitoriosa ao abrir-se a reunião, mas logo impugnada por nação irmã, que sustentou ser a sua organização incompatível com a Carta das Nações Unidas. Depois de historiar os debates então havidos e nos quais lhe coube defender a criação dêsse organismo de defesa, esclareceu que foi aprovada uma solução de transação, criando duas entidades: uma Junta de Defesa Continental, a quem cabe apenas estudar a coordenação da defesa interamericana e de um Conselho Consultivo para o exame das medidas cabiveis em caso de emergência. Sendo essa fórmula evidentemente deficiente, serão agora estudadas as possibilidades de uma coordenação mais estreita, para melhor preparação da defesa, que não deve ser improvisada sob o impacto da agressão, mas com antecipação que permita maior efetividade de ação.

O ministro João Neves da Fontoura passou a seguir a explanar a cooperação econômica de emergência com os Estados Unidos, ressaltando como do esfôrço envidado pelo Brasil durante a última guerra resultaram para nós grandes males que agora devem ser evitados, em caso de nova emergência. Isto porque, como se pode vêr pelas estatisticas anuais a grande inflação existente em 1945, de cerca de 17 bilhões de cruzeiros (elevada em 1950 para 32 bilhões de cruzeiros), resultou inteiramente, da exportação para as nações aliadas das matérias primas que lhes fornecemos, as quais foram pagas em cruzeiros aos produtores e originaram os nossos saldos de 700 milhões de dólares no exterior, sem que quase pudesse haver importação. Para o caso em apreço não interessava saber se foram ou não bem aplicados êsses saldos, pois a falha consegniu sobretudo em não terem êsses saldos sido vinculados especificamente ao fornecimento de instalações industriais e outros produtos essenciais ao desenvolvimento do Brasil. E é isto que agora se procurou evitar com a criação da Comissão Brasil-Estados Unidos, cuja tarefa consistirá em estudar os projetos de financiamento e equipamento dos grandes empreendimentos nacionais, como os planos de eletrificação do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais e o desenvolvimento de novas modalidades de produção industrial e essenciais ao pais.

Abordando a tão debatida questão dos preços-teto do café, mostrou o chanceler João Neves a importância desse produto em nossa exportação, de que representou cerca de 79 por cento no último ano e que nos forneceu os recursos para liquidarmos os atrasados comerciais. Salientou ainda como a divergência de opinião entre o nosso govêrno e o norte-americano quanto a ter havido, ou não, a consulta prévia para a fixação dos preços-teto, é mais acadêmica do que prática e assinalou que os Estados Unidos haviam fixado, como contrapartida, preços-teto de exportação para os produtos industriais norte-americano. Mostrou, porém, como êste fato nada significa, não havendo equivalência real, pois é claro que um fabricante pode deixar de vender e até fechar o seu estabelecimento, mas evidentemente não é possivel a um pais produtor de café sustar a sua produção agricola.

O govêrno brasileiro recebera, porém, a garantia de que os atuais preços-teto não são definitivos e poderão ser revistos sempre que uma alteração das condições da produção isso venha a exigir. São aliás estes preços-teto aceitaveis, segundo a opinião dos nossos produtores, especialmente aproximando-se uma possivel emergência internacional. O assunto será, entretanto, estudado de novo, e cuidadosamente, durante a próxima Conferência de Washington.

O Chanceler João Neves salientou ainda como todo o esfôrço brasileiro visava a industrialização no Brasil de nossas matérias primas, e êste objetivo seria a meta constante que teria em vista o nosso govêrno em seus entendimentos com o govêrno americano. Nêsse particular, merecia especial atenção o problema do petróleo. Não queria abordar no momento a questão complexa, a «selva selvaggia», para usar a expressão dantesca da exploração das nossas jazidas petroliferas. Mas era urgente a industrialização através da montagem de novas destilarias, que permitiriam não só resolver a importação da gasolina, pois que o nosso consumo diário durante a última guerra era de cerca de 33 milhões de barris e agora se eleva a 105 milhões, representando uma sangria de cerca de 200 milhões de dólares para a importação do produto refinado. Com a instalação de novas refinarias, a questão ficaria reduzida em grande parte e ao mesmo tempo obteriamos a aparelhagem necessária para ser utilizada ulteriormente na refinação do nosso petróleo, logo que a possamos organisar em larga escala.

Dessa forma, o nosso govêrno estava em entendimentos com o govêrno americano, não para obter dinheiro para a montagem dessas refinarias, mas para que não surgissem obstáculos à aquisição nos Estados Unidos das refinarias de petróleo que nos permitam completar o aparelhamento necessário à refinação do petróleo importado e mais tarde do que viermos a produzir.

O ministro João Neves foi muito cumprimentado pelos oficiais generais presentes à sua conferência, que lhes fizeram sentir quanto a sua clara e sintetica exposição causara a melhor e mais grata impressão em toda a assistência.

Feridos no desastre de Nilópolis, quando eram socorridos

ENGAVETARAM-SE JA FORA DOS TRILHOS

CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA

mos, não são ainda conhecidos detalhes do ocorrido. A reportagem de A NOITE está no local. E' sabido, no entanto, desde já, que há diversos passageiros feridos, sendo que os primeiros informes dizem que não há mortos. Para aquela estação partiram em trem especial o coronel Enrico de Souza Gomes, diretor da Central do Brasil, médicos, engenheiros da estrada e outros seus auxiliares imediatos.

O S-3 teria tombado ao passar pela estação de Nilópolis, já, assim, no Estado do Rio.

Do desastre foi cientificado o prefeito Mendes de Morais, que determinou, imediatamente, ao Hospital de Pronto Socorro, o preparo de vários leitos para as vitimas.

De diversos postos da Assistência partiram para Nilópolis ambulâncias conduzindo material de socorros, de cirurgia de urgência, médicos e enfermeiros.

O delegado de policia de Nilópolis comunicou-se pelo telefone para a diretoria da Central do Brasil, declarando que o acidente não tivera as proporções que seriam de admitir, dadas as circunstâncias em que ocorreu o desastre. Afirmava aquela autoridade que não havia mortos e que os feridos eram em número de 12, apenas.

Depoimento de uma das vítimas

A NOITE conseguiu entrevistar, momentos após o desastre, um dos passageiros do expresso, Sr. René Guida, funcionario da Prefeitura de Barra do Piraí, morador à rua Morais Barbosa 23, naquela cidade. Ainda abalado pelo choque sofrido, o Sr. René contou-nos o ocorrido:

— Saimos às 8 horas da estação Pedro II. Meu carro era o de letra M, de madeira, como os demais, puxados pela locomotiva elétrica. Proximo de Nilopolis, o trem desenvolvia vertiginosa velocidade. Não há exagero, a velocidade era demais para aqueles carros velhos, que pareciam saltar dos trilhos, desconjuntando-se. Em Nilopolis sentimos uma freiada repentina, tão brusca que parecia um choque. A composição descarrilou e os carros foram se engavetando, sinistramente, uns subindo sobre os outros, virando um montão de madeira e ferro retorcido. O trem estava cheio. Mulheres, crianças. Viajavam ao meu lado dois amigos, Adroaldo Dutra, investigador de policia, destacado em São Gonçalo, e José Cardoso de Souza Morais, negociante em Barra. Felizmente, como eu, nada sofreram, a não ser o susto tremendo, que poderia matar se sofressemos do coração.

Fugiu o maquinista

Segundo noticias recebidas no momento do desastre pela reportagem de A NOITE, o maquinista fugiu.

Feridos no Hospital Carlos Chagas

Foram medicados no Hospital Carlos Chagas: Maria Francisca Climaco, 36 anos, casada, brasileira, branca, moradora à rua Coronel Tamarindo 806, Senador Camará; Fernando Ribeiro da Cunha, 24 anos, comerciario, morador à rua Ana Leonidia 249, Engenho de Dentro; Luciana Nascimento, 61 anos, parda, domestica, viuva, moradora à avenida Amaro Cavalcanti 287, que se encontra em estado grave; José Marolo 38 anos, branco, solteiro, residencia ignorada, que se encontra em estado greve; Alice Maria de Jesus, 55 anos, casada, domestica, moradora à rua Carvalho Alvim sem numero; Izaura Marques Rodrigues, 37 anos, casada, domestica, moradora à travessa São Domingos 18, Niterói; Floripedes Luiz Pereira, 73 anos, viuva, domestica, moradora à rua João Barbalho 25, Quintino; Alfredo Guerra Cenico, 53 anos, solteiro, condutor do trem, morador à rua das Laranjeiras 251 apartamento 406.

Sairam para o local do desastre: do Hospital Carlos Chagas, 3 ambulancias; do Hospital Getulio Vargas, 2, e do Posto do Meier, correu 1.

Orlando Gomes de Oliveira, 23 anos, casado, guarda do trem sinistrado, morador na rua Gonçalves Ferreira, 502, fratura da perna esquerda.

Levava reduzido número de passageiros

O desastre foi tremendo, mas, felizmente, o trem ia com reduzido número de passageiros. A essa circunstância se deve terem sido minimas as consequências do grave acidente, ocorrido com o S-3, Expresso Mineiro, que deixou D. Pedro II às 8 horas de hoje, com destino a Juiz de Fora.

O "Expressinho", como é conhecido na giria ferroviária, o trem acidentado, corria entre as estações de Nilópolis e Mesquita, quando, pouco adiante da cabine de sinalização, descarrilou um dos carros, dando lugar a uma sequência de noves descarrilamentos. Os vagões posteriores, travados violentamente pelo vagão saido da linha, foram descarrilando também, uns tombando sôbre o leito e outros provocando uma série de engavetamentos.

O Sr. Celso Souza Rezende, residente em Buarque de Macedo, municipio de Lafaiete, que viajava num dos vagões mais seriamente danificados, contou-nos que o combôio corria em excessiva velocidade.

— Eramos, apenas, oito passageiros — prosseguiu. O vagão em que viajava ia praticamente vasio. Tudo corria normalmente até que sentimos uma sucessão de solavancos, como se o carro estivesse correndo fora dos trilhos. Isso durou alguns segundos, o tempo bastante para nos alertar o instinto. E foi o que nos salvou, porque, depois de correr aos pulos alguns metros, ocorreu com o nosso combôio uma espécie de terremoto. Estrondos, sacudidelas violentas, um barulho ensurdecedor de ferros e madeiras em frangalhos e, em seguida, uma queda estrondosa para o lado. Meio tonto, incerto ainda do meu próprio estado, andei tateando entre os destroços até encontrar a porta. Cá fora, já alguém me socorreu, mostrando-me um ferimento no braço direito que, até aquêle momento, me passara despercebido. Levaram-me para o Hospital de Nova Iguaçu, onde foi pensado o meu ferimento.

E, concluindo:

— Agora voltei aqui...

— Para ver o que aconteceu?

— Não. Para buscar meus pertences que ficaram lá dentro do vagão...

O Sr. Celso encaminhou-se para o local. Acompanhamo-lo. Quando viu de perto o vagão tombado e transformado num monte de destroços, passou a mão pela cabeça e, tornando-se ligeiramente pálido, exclamou:

— Será mesmo que eu não morri?!

Igual impressão teve o Sr. Oswaldo Oliveira, outro passageiro do mesmo trem. Reside na Estrada do Areal, 1080, nesta capital, mas destinava-se a Juiz de Fora onde ia buscar a esposa. Contou-nos tambem como se dera o desastre, confirmando o detalhe do excesso de velocidade e, tambem, que, somente por obra e graça de um milagre, deve ter escapado do desastre.

No local

A primeira impressão deixada pelos vagões sinistrados, um deles quase alcançando o leito da avenida João Pessoa, tombados e engavetados, era de que deveria ser grande o número de mortos e feridos. Entretanto, assim não aconteceu. Os feridos foram em número de 20, todos êles, com a exceção apenas de dois, sem a menor gravidade. Os mais gravemente atingidos pelo desastre foram uma senhora já idosa e o chefe de trem, impossiveis de serem identificados no local e cujo destino era ignorado, pois alguns foram conduzidos para o Hospital Carlos Chagas e outros para o de Nova Iguaçu.

Dos 14 vagões apenas 7 escaparam

Quatorze vagões formavam a composição do expresso mineiro: oito de passageiros, um de bagagem, um de Correio e quatro de carga. Apenas a metade dos carros escapou ilesa, sendo que o vagão da 2ª classe, onde viajavam só oito passageiros, ficou completamente destroçado. Nada sobrou do madeirame. Os bancos viraram um montão de tábuas e a ferragem se espalhou pelo leito da estrada, dando uma vaga idéia de que tudo aquilo fora momentos antes um trêm. Os passageiros foram retirados de sob as ferragens retorcidas, com ligeiras escoriações, quando a expectativa geral era de que todos houvessem perecido trágicamente. Além deste, mais três vagões de passageiros de 1ª classe tombaram, após se engavetarem violentamente. Felizmente não havia ninguém nas plataformas e mesmo dentro dos trens eram poucos os passageiros. Um dos carros de bagagem e o do Correio também se precipitaram para fora dos trilhos, sendo que três outros carros de carga tombaram de maneira espetacular.

8,33, a hora do sinistro

O relógio marcava 8,33 quando o grande estrondo se fez ouvir entre as estações de Nilópolis e Mesquita. Imediatamente as ruas se encheram e, apavorada com a impressionante cena, a população se apressou a prestar os primeiros socorros.

As vitimas medicadas no Hospital de Nova Iguaçu

Foram os seguintes os passageiros medicados no Hospital de Novo Iguaçu: Trindade Miranda, de 45 anos, casada, residente na estação de Mantiqueira, em Minas; sua filha Ilda Miranda, de 22 anos, solteira; Celso de Souza Rezende, de 42 anos, casado, comerciário, residente em Conselheiro Lafaiete; João Marques, de 54 anos, viuvo, residente em Japeri; Oswaldo de Oliveira, de 37 anos, solteiro residente na Estrada do Areal, 1080, em Coelho Neto; Caramuru Cesar Moura, de 15 anos, solteiro, comerciário, residente na rua Carmela Dutra 2588; Durvalino Moreira, de 25 anos, casado lustrador, residente em Barbacena e Walter Hermenegildo dos Santos, de 23 anos, solteiro, residente na rua Ferreira de Andrade 146, casa 6, no Meier. Todos sofreram contusões e escoriações generalisadas exceto o menino Caramuru Cesar Moura, que teve o braço direito fraturado, Os demais, após serem medicados se retiraram.

POLITICA E POLITICOS

EM TORNO DA SEGUNDA SECRETARIA DA CÂMARA

O caso da 2.ª Secretaria da Câmara está sendo objeto de conversações, que deverão ficar concluidas ainda hoje, antes do inicio da sessão, que é a primeira ordinária dessa casa legislativa.

Esse caso já foi, aqui, relatado: escolhido para aquele pôsto o Sr. Paulo Lauro, do P.S.P., de S. Paulo, contra êle se levantaram as demais correntes politicas bandeirantes, que lhe opuseram o nome do Sr. Campos Vergal, tambem do P.S.P.

Realizada a eleição, o Sr. Lauro teve 111 votos e o Sr. Campos Vergal 113, não estando nenhum dêles eleitos, uma vez que não haviam alcançado a maioria absoluta, que seria de 130 votos. Foi, então, marcado segundo escrutinio, para hoje. Os sociais progressistas dizem que se trata de uma manobra para dividi-los e procuram anulá-la, com a apresentação de um "tertius", o Sr. Carvalho Sobrinho, leader da bancada.

Há, porém, a questão regimental. A eleição só podem concorrer os dois candidatos mais votados, portanto os Srs. Vergal e Lauro. Ora isso seria repetir o incidente, embora o pleito decidisse a questão. Pensa-se em uma fórmula que acomode as conveniências partidárias do P.S.P. e o Regimento: os dois deputados iriam à tribuna e fariam um apêlo aos seus pares, para que sufraguem outro nome, declarando que não aceitariam a função, se eleitos. Essa fórmula teria de ser aceita pela Mesa da Câmara, pois esta não pode obrigar o deputado a aceitar qualquer função.

Nesse caso, o nome do Sr. Carvalho Sobrinho seria imediatamente sufragado.

OS ÓRGÃOS TÉCNICOS DA CÂMARA

A designação dos componentes dos orgãos técnicos da Camara deveria começar hoje, com a indicação feita pelos leaders de bancadas.

Acontece, porém, que há uma certa dificuldade na escolha, diante das aspirações de muitos representantes, que visam as comissões de Finanças e Justiça, principalmente. Embora grandes, essas comissões não comportam quantos desejam dela participar.

É muito provável, portanto, que somente na próxima semana é que sejam feitas as designações.

Hoje, o dia será consagrado à eleição do 2.º secretário.

IMPORTANTE CONFERÊNCIA POLITICA DO MINISTRO DO TRABALHO

O Sr. Danton Coelho teve na manhã de hoje uma demorada e importante conferência politica com o Sr. Antunes Maciel, do PTB paulista.

Ao que se adianta nesse encontro o titular da pasta acertaria em definitivo a orientação a ser doravante seguida em relação aos diretórios do PTB de São Paulo.

A MESA DO SENADO

Com a decisão tomada ontem à noite pela U.D.N., ajustando-se com o P.S.D. relativamente à renovação da comissão diretora do Senado, e assim garantindo os seus dois lugares à Mesa, considerando no entretanto como questão aberta a vice-presidência, já que muitos de seus representantes estão pessoalmente comprometidos com a candidatura Melo Viana, foram afastados todos os obstáculos mais sérios para a eleição de logo mais no Palácio Monroe. Deverá, ser eleita, caso a situação não se altere à última hora, a seguinte chapa, vencendo assim o princípio da renovação total: vice-presidente, Marcondes Filho (P.T.B.); 1.º secretário, Etelvino Lins (P.S.D.); 2.º secretário, Hamilton Nogueira (U.D.N.); 3.º secretário, possivelmente Alfredo Neves (P.S.D.) ou Valdemar Pedrosa (P.S.D.); 4.º secretário, Vespasiano Martins (U.D.N.).

MANTEM O SENHOR MELO VIANA A SUA CANDIDATURA

Apesar de todas as gestões junto ao Sr. Melo Viana, para que desista de sua candidatura à vice-presidência, o representante pessedista mineiro mantem-se irredutivel. Declarou mesmo à imprensa estar disposto a não recuar, frisando ainda mais que o convite que lhe foi feito, por parte do govêrno, para fazer parte de nossa delegação à reunião de Washington, somente será respondido hoje, depois da eleição.

FALARÁ O SR. CAFÉ FILHO

O Sr. Café Filho instalará os trabalhos ordinários do Senado, discursando nesta ocasião. Conforme o que conseguimos colher em seu gabinete, o vice-presidente da República ferirá um ponto bastante melindroso, qual seja o de dar explicações sôbre a atitude que assumiu na coordenação das Mesas do Congresso.

EMENDA MODIFICANDO A LEI ORGÂNICA

Uma das primeiras Mensagens que o presidente da República enviará ao Congresso Nacional, conforme apuramos em fonte digna de maior crédito, propõe modificação na Lei Orgânica, visando a transferência da apreciação dos vetos do prefeito para a Câmara dos Vereadores. Adiantando-se porém à iniciativa governamental, os senadores Hamilton Nogueira, Mozart Lago e Alencastro Guimarães apresentarão uma emenda à Lei Orgânica naquele mesmo sentido, já estando aqueles representantes colhendo assinaturas para a mesma.

PARA A 1.ª SECRETARIA, A VEREADORA LÍGIA LESSA BASTOS

A U.D.N. do Distrito Federal, ao que se sabe, indicará a vereadora Lígia Lessa Bastos para a 1.ª secretaria da Câmara do Distrito Federal. Trata-se de uma das figuras de relêvo da bancada udenista e que se distingue pelo ardor com que se bate nas causas defendidas pelos udenistas.

A U.D.N. carioca articula-se com elementos de outros partidos, falando-se na possibilidade de um acôrdo com o bloco dos novos vereadores do P.T.B., liderados pelos Srs. Mourão Filho e Castro Menezes.

O vereador Leite de Castro, da U.D.N., falando a A NOITE afirma que seu partido, pelo sistema da representação proporcional, deverá ocupar a 1.ª secretaria e um outro pôsto na Mesa diretora, uma vice-presidência ou outra secretaria. É que a U.D.N. apresenta uma bancada de 10 vereadores, contando com 12 votos certos.

Nos circulos udenistas, aliás, afirma-se que os vereadores Raimundo Magalhães Júnior, do Partido Socialista Brasileiro e Cotrim Neto, do Partido da Representação Popular, farão aliança com a U.D.N., na solução do problema da Mesa diretora e no debate de numerosos assuntos politicos e administrativos.

SOLIDARIEDADE DA BANCADA PESSEDISTA MINEIRA AO PRESIDENTE VARGAS

O presidente da República recebeu, do deputado Benedito Valadares, o seguinte telegrama:

— "A Bancada Pessedista mineira, na sua primeira reunião realizada, na qual foi o meu nome escolhido para seu lider, deliberou enviar a V. Excia. a expressão de seu apoio e solidariedade e votos de felicidade no seu Govêrno. Saudações cordiais — (a) Benedito Valadares."

ALMÔÇO NA A. B. I. AO DEPUTADO EUVALDO LODI

O deputado Euvaldo Lodi será homenageado quinta-feira próxima, com um almoço intimo, que terá lugar às 12 horas, na Associação Brasileira de Imprensa. Participarão dêsse ágape os elementos da bancada do PSD mineiro, jornalistas e várias figuras do cenário nacional e das classes conservadoras, quando expressarão o aplauso à sua reeleição em Minas e à atuação que tem tido à frente da Confederação Nacional da Indústria.

TRABALHOS DA COMISSÃO DE ACORDOS INTER-PARTIDÁRIOS DO P. T. B.

O Sr. Paulo Baeta Neves, presidente da Comissão de Acôrdos Interpartidários do PTB, vem realizando reuniões sucessivas com os próceres do PTN e PST e examinando as possibilidades de unificar as três correntes trabalhistas. Os entendimentos, ao que se adianta, estão encaminhados e em breve deverão ser levados à apreciação da Comissão Executiva do Diretório Nacional do PTB, de vez que a Comissão de Acôrdos Interpartidários processa as demarches, relatando o assunto aos órgãos superiores do Partido.

Tremendo temporal sôbre a cidade paulista de Presidente Prudente

Prejuizos de grandes proporções na zona urbana e na lavoura

S. PAULO, 16 (Asap.) — Violento temporal desabou ontem à noite sobre a cidade de Presidente Prudente, causando grandes prejuizos na zona urbana. Grande parte do calçamento ficou destruido, ficando as ruas com grandes valetas e as paredes de inúmeros prédios rachadas ou desabadas. Até agora não há noticias de vitimas pessoais. São enormes tambem os danos causados à lavoura algodeira, que já estava ameaçada seriamente, pelas pragas.

CARIOCA pertence aos "fans" do cinema e do rádio

O novo diretor do D. F. do Departamento Nacional do Trabalho

Outros decretos do presidente da República

O presidente da República assinou os seguintes decretos:

Na pasta do Trabalho: nomeando Francisco Alexandre Norberto da Costa, para diretor da Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho; tornando sem efeito o decreto de 8 de março de 1951, pelo qual foi designado, Francisco Alexandre Norberto da Costa, para exerver a função de delegado regional do Trabalho, no Estado do Rio de Janeiro e nomeando para esse cargo Emilio Dias Filho; designando José Cavalcanti, para delegado regional do Trabalho no Estado do Espirito Santo; designando Amilcar de Faria Cardoni, para delegado regional do Trabalho no Estado do Maranhão; designando Lucio Toledo, para delegado regional do Trabalho no Estado de Alagoas.

A viagem do "Duque de Caxias" a Filadélfia

Fala a A NOITE o comandante dessa unidade da nossa Esquadra, capitão de fragata Luiz Otavio Brasil

O comandante Luiz Otavio Brasil

O navio "Duque de Caxias", da nossa Marinha de Guerra, acaba de regressar do porto de Filadélfia, onde foi levar a guarnição para os dois novos cruzadores — "Almirante Tamandaré" e "Almirante Barroso" — recentemente adquiridos pelo nosso govêrno.

Falando, hoje, à reportagem acreditada junto ao Ministério da Marinha sôbre essa viagem, disse o capitão de Fragata Luiz Otavio Brasil, comandante do "Duque de Caxias":

— A viagem correu bem, sem qualquer novidade, até seu término, o pôrto de Filadélfia, onde estão ancorados inúmeros navios de guerra, de vários tipos, que constituem poderosissima fôrça naval.

E, prosseguindo:

— Os dois cruzadores cedidos ao Brasil são excelentes. Possuem grande poder ofensivo e defensivo, e têm catapultas para aviões. O ideal seria que o nosso govêrno, que bem compreende a iniludivel necessidade de reaparelhar a nossa Marinha, negociasse, na mesma base em que adquiriu os dois cruzadores, a cessão de outros navios menores, contra-torpedeiros, submarinos, porta-aviões tipos pequenos. Assim, as nossas fôrças de mar poderiam formar grupos-tarefas, de grande eficiência tática.

Juiz Marcelo Santiago Costa

Promovido o Juiz Marcelo Santiago Costa

Por ato do presidente da República, foi promovido a juiz de direito da 17.ª Vara Criminal, o nosso confrade Marcelo Santiago Costa, 15.º juiz substituto. Trata-se de ato dos mais justos, de vez que Marcelo Santiago Costa é um brilhante cultor do direito, a que devota o seu entusiasmo, cultura e sensibilidade. Dai o prestigio de que gosa não nos meios forenses, como na sociedade. Jornalista de mérito, faz parte do corpo redatorial de A NOITE, com que se tem destacado pelo fulgor de seu talento e de sua capacidade profissional e onde a noticia de sua promoção foi recebida com regozijo.

Partiu para Lima o senhor João Daudt

SANTIAGO, 16 (AFP) — O grande industrial brasileiro João Daudt de Oliveira partiu para Lima, no Peru.

Procurando anular os efeitos da sêca

FORTALEZA, 16 (Serviço especial de A NOITE) — O governador Raul Barbosa procura anular os efeitos iniciais da seca, realizando no palácio do govêrno importante reunião dos chefes de repartições federais, durante a qual foram assentadas numerosas medidas de precaução.

Grave acusação formulada pela Comissão de Despesas ao Senado

WASHINGTON, 16 (AFP) — A Comissão de Despesas do Senado, em consequência de inquérito a respeito de vendas de estoques excedentes norte-americanos, acusou o Sr. George Dawson de ter conseguido mais de 100 milhões de dólares de lucro revendendo por altos preços ao govêrno dos Estados Unidos equipamento comprado ao Exército norte-americano por prêços Inferiores em oitenta por cento ao preço de custo. Esse equipamento foi vendido, nos anos de 1947 e 1948, abrangendo particularmente caminhões, peças avulsas para automóveis e caminhões e aparelhos eletrônicos.

O D.A.S.P. e a Cidade Universitária

O ministro da Educação, Sr. Ernesto Simões Filho, visitou, demoradamente, o D. A. S. P., inteirando-se de todos os detalhes de sua organização e mostrando especial interêsse pelos trabalhos do escritório técnico da Cidade Universitária cuja construção aquele departamento supervisiona. À saida, manifestou ao diretor geral do D. A. S. P., Sr. Arizio Viana, a magnifica impressão que levava da visita.

Alvejou a tiros a mulher e feriu gravemente a filha

No morro da Babilônia

José Francisco das Chagas, homem de 56 anos de idade, é dono de uma "birosca" no morro da Babilonia. Embora lhe falte uma perna, a esquerda, que substituiu por uma de pau, é valente.

José Francisco está separada da mulher, de nome Joana Gomes das Chagas, que mora no mesmo morro, em companhia de uma filha do casal, de nome Doroty, solteira, com 20 anos, mas, de quando em quando aparece na casinha da mulher. Hoje foi assim.

José Francisco e Joana Gomes discutem sempre por essas ocasiões e, agora, os desentendimentos foram ao auge.

O homem, em meio da contenda, sacou de um revólver e deu dois tiros contra Joana. As balas, porém, foram atingir a filha Doroty, no braço direito e no ventre.

O criminoso fugiu. Sua vitima foi internada no Hospital Miguel Couto em estado grave.

MUSICA

INAUGURA-SE HOJE, NO TEATRO MUNICIPAL, A TEMPORADA DE ARTE NACIONAL

Com um grande Concerto Sinfônico, sob a direção de um dos maiores vultos da moderna música brasileira, o ilustre compositor Camargo Guarnieri, inaugura-se solenemente esta noite a Temporada de Arte Nacional que, instituida há três anos por lei, pelo prefeito general Angelo Mendes de Moraes, adquirirá este ano, pelo seu conteúdo artistico, sobretudo no que se refere aos espetáculos de ópera, uma importância inédita e excepcional. Camargo Guarnieri, que adquiriu nestes últimos anos um lugar de destaque, como compositor e como regente, não sòmente no Brasil, mas, sobretudo, nos Estados Unidos, estará à frente da Orquestra do Teatro Municipal com um programa de alto interêsse artistico, no qual figuram a "Abertura Trágica", de Brahms; o Concerto para Piano e Orquestra, de Shostakovich, em primeira audição no Brasil, Três Danças, de sua autoria (Dança Selvagem, Dança Negra e Dança Brasileira), e sua obra mais recente, a suite "Brasiliana", cuja execução será a primeira audição mundial. A solista do concerto de Shostakovich será Niso Obino, uma das melhores expressões do nosso mundo pianistico. O Segundo Concerto Sinfônico, a ser realizado sob a regência de Camargo Guarnieri, está marcado para a noite de 4 de abril próximo.

RADIO

SANFONA E SIMPATIA

Pernambucano de valor danado é esse Luis Gonzaga da Sanfona! Parece que foi outro dia que apareceu aqui no Rio, cansado de lutar lá pelos sertões nordestinos como "volante" do Padre Cicero e corneteiro da Policia Militar do Ceará. Fez, como diria Dorival Caymmi: "Tomou um Ita no norte e veio pro Rio morar". Chegou aqui, trajando um terno de carod, calça sem bainha e chapeu de massa, com a sanfona debaixo do braço. Olhou o ambiente. Viu bem qual o caminho a seguir. Subiu no elevador do edificio Cineac-Trianon, ficou no terceiro andar e...

— O senhor é "seu" Renato Murse? Eu desejava cantar no "Papel Carbono".

O resto da história toda a gente sabe. Com a sanfona e a simpatia como estandarte, à frente de uma carreira artistica sempre em ascenção, Luis Gonzaga teve como primeiro indicio de sua popularidade o apelido de "Lua". Quando um homem ganha um apelido e toda a gente começa a chamá-lo pela alcunha, quando contam anedotas com êle e repetem histórias a seu respeito, é porque a popularidade já está rodeando o seu nome. Com Luis Gonzaga aconteceu isso. Mas aí êle já era artista exclusivo da Rádio Nacional, emissora que o projetou e lhe deu oportunidade de mostrar o que valia. Luis, porém, não perdeu as "chances" que lhe surgiram. Pelo contrário: agarrou-as todas com unhas e dentes. E firmou-se. Firmou-se definitivamente. Lançou o baião. Fez boas parcerias com Humberto Teixeira, Miguel Lima, Zédantas. E o resultado é que hoje êle é verdadeiro recordista em vendagem de discos, em todo o Brasil. Exitos sobre exitos. Prestigio absoluto. E, dentro de poucos dias, estreará na Mayrink Veiga, a emissora que se renova, que contrata novos elementos e faz reformas em seus estúdios. Será ouvido dentro de poucos dias através da PRA-9. Está atuando tambem na Rádio Cultura de São Paulo. Continua gravando na Victor. E' dos mais seguros "cartazes" do "broadcasting", atualmente. Venceu em toda a linha o homem da sanfona e da simpatia. Que pernambucano de valor danado!

NESTOR DE HOLANDA

NOTAS

A Rádio Guanabara tem novo superintendente. E' êle o Sr. Tuffik Mattar, homem realizador e dinâmico que muito poderá fazer pelo progresso da PRC-8.

Não teve fundamento a noticia divulgada sobre o pedido demissão de Almirante, do cargo de Diretor de Broadcasting da Tupi. Está de parabens, portanto, a PRG-3, pois Almirante, indiscutivelmente, tem empreendido obra de mérito naquela emissora "associada".

Estréia, hoje, às 21 horas, na Rádio Mayrink Veiga, novo programa de Julio Atlas, intitulado "Disco Voador". Interpretações a cargo do novo "cast" de rádio-teatro da PRA-9, dirigido por Alziro Zarur.

Carlos Frias voltou a atuar na Televisão da Rádio Tupi, fazendo sua "rentrée" no programa "Sala de Visitas", de Raimundo Magalhães Junior.

Dick Farney viajará por estes dias para Buenos Aires, onde realizará temporada artistica.

Estreará na próxima quinta-feira, às 21,35, na Rádio Nacional, o famoso pianista Muraro. Seu programa, que será uma produção de Helio do Soveral, intitulada "Um fio de melodia", contará com a participação de Celso Guimarães, como narrador, Paulo Gracindo e Grande Orquestra com arranjos especiais de Alexandre Gnattali.

Depois da ½ NOITE

A nossa Linda Batista vai começar a sua atuação no "Vogue", trazendo novos sambas e aqueles velhos que o público sempre exige. Como todos sabem as duas Batista estiveram em São Lourenço numa longa temporada de repouso e voltaram há dias em absoluta forma. Dircinha já estreou na Tupi e Linda se prepara para ser vista na "boite" do Barão Von Stucker. A noite passada, reuniram-se amigos no apartamento das duas estrelas e entre um uisque e outro Caymmi cantou novas melodias do mar, Manézinho Araujo ensinou novos "baiões" e Antonio Maria contou casos do Norte.

Grande a expectativa do público noturno para a estréia de Tommy Dorsey na "boite" Night-And-Day. A presença desse conjunto no Rio representa uma vitória positiva daquela casa noturna, bem como da Tupi. Tommy Dorsey, ainda considerado um dos mais completos trombonistas dos Estados Unidos, mantém o seu conjunto em absoluto primeiro plano.

E a lei bateu no "Bambu-Bar"! As esteirinhas decorativas estavam de mal a pior.

E segunda-feira próxima será apresentado o "Cafe Concerto N. 4", de Cesar Ladeira e Renata Fronzi, na "boite" Acapulco.

Tambem o "Casablanca" se prepara para uma nova montagem de Geysa de Bôscoli e Luiz Peixoto.

Marlene e Silvio Caldas ameaçam uma rápida ida a Ribeirão Preto no próximo sábado de Aleluia. Depois da última apresentação carnavalesca do "Meia Noite", Marlene não mais apareceu numa "boite". Interessa!!

Fernando LOBO

RIO NOTURNO

BALALAIKA RUA SIQUEIRA CAMPOS, 69 — Tel. 37-7742 — O mais moderno "night-club" da cidade. Famosa orquestra. Excelente cozinha. GRANDE VARIEDADE DE BEBIDAS

SIROCO BAR AV. ATLANTICA, esq. de Prado Junior. O melhor whisky do Rio — A melhor música com BANK, o mago do piano com solo-vox. Todas as noites a partir das 22,30 horas

ACAPULCO AV. COPACABANA, esq. Belf. Roxo. Tel. 27.2232. A mais linda "boite" com a mais espetacular revista teatral. PROCOPIO em "CAFE CONCERTO N.º 3" com MARA RUBIA e um grande elenco

NIGHT AND DAY RESERVAS — Telefones: — 42-7110 e 32-9863. — OLGA SALAS e as 8 notáveis "Cubanelas". E os astros: Richard Green, Marco Antonio e Jorge Murad. Ar condicionado

BAMBU BAR-BOITE AV. ATLANTICA N. 974 — BEBIDAS FINAS — BOA PISTA DE DANÇAS, MÚSICA. Os preços mais baratos da cidade. Ar condicionado

AQUARIUM-BAR RONALD DE CARVALHO, 59. Ambiente original e agradável. — PISTA DE DANÇAS — PREÇOS ACESSÍVEIS

L'ESCALE — AV. ATLANTICA, 3056-B — BAR FRANCÊS — Ambiente típico — Côte d'Azur. Aberto até 3 horas da manhã — Música suave

CANTINA CESAR DE ALENCAR Rua Duvivier, 49-C — ABERTA A NOITE TODA BEBIDAS FINAS — ESPECIALIDADES DE COZINHA

DEPOIS DE DEZOITO ANOS DE TRANQUILIDADE

Os amantes brigaram e êle cortou-a à faca

Deu entrada no P. de Assistência do Meier Isolina Maria do Vale, de 34 anos, solteira, residente na rua Coronel Costa, 5, no Méier, que apresentava ferimentos incisos produzidos por faca no peito e no braço esquerdo. Declarou que durante uma discussão com o seu amante João Padilha da Cunha, de 45 anos, casado, funcionário do Ministério da Guerra, com quem vive há 18 anos, êste perdeu a cabeça e cortou-a com a faca. Isolina, após os curativos, retirou-se para a residência. O comissário Amado, do 22.º distrito, registrou o fato.

Novos diretores do H. P. S. e H. M. C.

Deixou a direção do Hospital Miguel Couto o Dr. Darci Monteiro que assumiu a do HPS. Para aquele foi nomeado o Dr. Oscar Ferreira Soutelo, cuja posse, foi assistida pelo diretor da Assistência Hospitalar, médicos e funcionários do nosocomio.

"JORNAL DO CINEMA"

A fim de comemorar o aparecimento do 1º numero deste jornal que hoje veio à luz, os seus diretores — Lazaro de Oliveira (Filhinha) e Célio Gonçalves, oferecerão às 17 horas um coquetel à imprensa, em sua séde à rua México, 74 — sala 506.

Muito bôa essa CARIOCA!

Levaram-lhe o filho e não deram mais notícias

Sairam do Rio com destino a Itajubá — Apêlo de uma mãe aflita

A senhora chegou aflita em nossa redação. Em lágrimas, narrou a sua história. Chama-se Laura de Matos, é viuva e trabalha na Fábrica Bangu. Há tempos, alugara um dos quartos de sua modesta casa, na rua Jacinto Alcides n.º 875, em Bangu, ao operário José Passos e sua espôsa Anésia Passos. Gente boa e simples, em pouco fizeram mais estreitas relações. Casal sem filhos, José e Anésia se tomaram de grande carinho por Alvaro, de 6 anos, filho de Laura. A amizade dos dois pelo menino chegou a tal ponto que, por fim, Laura, quando saia para o trabalho, já o deixava aos cuidados de Anésia. Há quatro meses, José Passos adoeceu. O médico aconselhou-o a passar uns meses fora. Dias depois, de malas arrumadas, partiam para Itajubá, levando em sua companhia o menino Alvaro, com o devido consentimento de Laura, que, a custo, concordou em separar-se do filho. Mas, foram tantas as razões apresentadas pelo casal, para que Laura consentisse em deixar o garoto efetuar o passeio que ela terminou por permitir. Agora, quatro meses já se passaram e Laura, aflita, já escreveu várias cartas e passou vários telegramas para Itajubá, não recebendo, entretanto, nenhuma resposta. Laura teme que haja acontecido alguma coisa ao pequeno ou então que o número da Caixa Postal, que lhe foi fornecido para a correspondência tenha sido tomado errado. O fato é que deseja ter urgentes noticias do seu filho. Aí fica o apêlo desta mãe angustiada aos nossos leitores de Itajubá.

Paguem as licenças ou serão multados

Falando à reportagem, o Sr. Zildo José Jorge, delegado de Costumes e Diversões, informou que há mais de 300 casas de diversões públicas funcionando no Rio de Janeiro, sem a necessária licença para o exercicio de 1951. Essas casas, entre as quais estão incluidos cinemas, teatros, boites, rádio emissoras, churrascarias, bilhares e outras, estarão sujeitas de multa caso não procurem, imediatamente, regularizar sua situação perante a Delegacia de Costumes e Diversões, de vez que o prazo para as renovações das licenças está a esgotar.

Telefone para o CARIOCA REPORTER: 43-3349

Novo diretor da Faculdade Nacional de Odontologia

Tomou posse hoje, na Reitoria da Universidade do Brasil, do cargo de diretor da Faculdade Nacional de Odontologia o professor Cryso Fontes, professor catedrático daquele estabelecimento de ensino superior há 20 anos. O novo diretor da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil é membro de numerosas sociedades cientificas, entre as quais a Academia Nacional de Odontologia, a Faculdade de Medicina e Cirurgia a Sociedade Brasileira de Oto-Rino-Laringologia, a Associação Brasileira de Odontologia e membro honorário de várias associações cientificas estrangeiras. O prof. Cryso Fontes frequentou cursos especializados na Europa e na América, sendo autor de importantes trabalhos cientificos. Sua nomeação para aquele cargo foi recebida com satisfação pela classe, pelos amigos e pelos seus alunos.

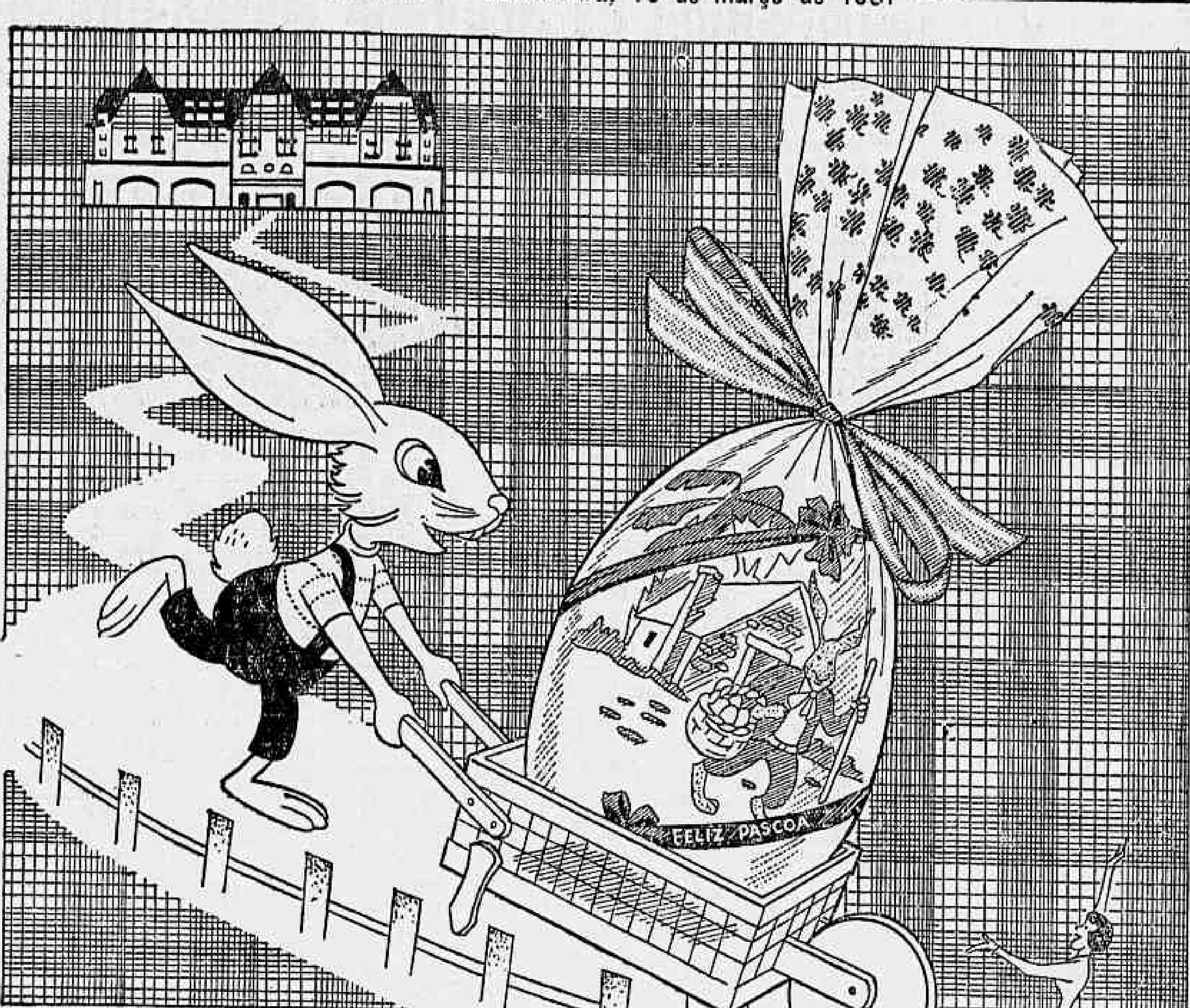
PROGRAMAS DA RÁDIO NACIONAL

HOJE

- 13.00 — Crônica da cidade — Gessy
- 13.05 — Novela — Quando morre o dia — Antisardina
- 13.35 — Surprêsas Minerva — Sabão Minerva
- 14.05 — Gravações variadas
- 17.00 — A NOITE informa — 2.ª edição
- 17.15 — Notas e informações
- 17.30 — Novela — A Familia Braga — Johnson e Johnson
- 17.45 — Alô, alô, dona história — Lisoforme Primo
- 18.00 — Novela religiosa — Advogada dos impossiveis — Crême Velmen
- 18.25 — Ninguém rasga — Sidney Ross
- 18.30 — No mundo da bola — Sidney Ross
- 18.45 — Novela — Minha vida, meu amor — Sidney Ross
- 19.00 — Lojas de música RCA — R.C.A. Victor
- 19.15 — Aventuras do «Anjo» — Sidney Ross
- 19.30 — Noticiário da Agência Nacional
- 20.00 — Novela — O direito de nascer — Palmolive — Colgate
- 20.25 — Repórter Esso — Standard Oil Co.
- 20.30 — Ciranda da vida — Vinho Reconst. S. Araujo.
- 20.35 — Edificio Balança Mas Não Cai — Eucalol
- 21.00 — Ouvindo e aprendendo — Minerva
- 21.05 — Novela — Almas Predestinadas — Crême Sanitário
- 21.30 — Coitado do Policarpo — Sidney Ross
- 21.35 — Sortidos Duchen — Biscoitos Duchen
- 22.00 — Resenha da programação
- 22.05 — Pontos de vista
- 22.10 — Entre na faixa — Antártica
- 22.35 — Música em surdina
- 22.55 — Repórter Esso — Standard Oil Co.
- 23.00 — Informativo da Rádio Nacional
- 23.30 — Ritmos da Panair no Ar — Panair do Brasil
- 00.15 — Museu de cêra — Cigarros Flórida
- 01.00 — Informativo da Rádio Nacional
- 01.05 — Encerramento

AMANHÃ

- 06.45 — Abertura — Boletim da O.N.U.
- 07.00 — «A Manhã» informa
- 07.30 — Gravações variadas
- 08.00 — Repórter Esso — Standard Oil Co.
- 08.05 — Gravações variadas
- 08.55 — Café da manhã
- 09.00 — Nosso programa
- 10.00 — A NOITE informa — 1.ª edição
- 10.15 — Club do disco — Sidney Ross
- 10.30 — Novela — Almas selvagens — Eucalol
- 10.55 — Melodias Cashmere Bouquet — Cashmere Buoquet
- 11.15 — No mundo dos sonhos — Sidney Ross
- 11.40 — Canta o Seresteiro — Belard Sidney Ross
- 12.05 — Páginas dos outros — Antártica
- 12.30 — Carroussel musical —
- 12.55 — Repórter Esso — Standard Oil Co.
- 13.00 — Crônica da cidade — Gessy
- 13.05 — Novela — Um homem de negócios — Singer
- 13.35 — Consultório Sentimental — Leite de Colônia
- 14.05 — Gravações variadas
- 15.00 — Programa Cesar de Alencar
- 19.00 — Histórias do vovô camarada — Principe
- 19.15 — No mundo da bola — Sidney Ross
- 19.30 — Noticiário da Agência Nacional
- 20.00 — Teatro Toddy — Toddy do Brasil
- 20.25 — Repórter Esso — Standard Oil Co.
- 20.30 — Ciranda da vida — Vinho Reconst. S. Araujo.
- 20.35 — Acredite, se quiser — Sidney Ross
- 21.00 — Ouvindo e aprendendo — Minerva
- 21.05 — Não estamos sós — Sidney Ross
- 21.30 — Coitado do Policarpo — Sidney Ross
- 21.35 — Recital de José Antonio Oleo de Peroba
- 22.00 — Resenha da programação
- 23.00 — Informativo da Rádio Nacional
- 22.05 — Pontos de vista
- 22.10 — Paisagens de Portugal — Antártica
- 22.35 — Rapsódia Noturna (Edu)
- 22.55 — Repórter Esso — Standard Oil Co.
- 23.00 — Informativo da Rádio Nacional
- 23.30 — Ritmos da Panair no Ar — Pancir do Brasil
- 00.15 — Museu de cêra — Cigarros Flórida
- 01.00 — Informativo da Rádio Nacional
- 01.05 — Encerramento



OS OVOS DE PÁSCOA QUE TRAZEM FELICIDADE

vêm de Petrópolis ao Seu Encontro

O chocolate delicioso com que são feitos, os envólucros maravilhosos em que são acondicionados e os finíssimos recheios de bombons que contêm, tornaram os ovos de Páscoa PATRONE famosos e preferidos em todo o Brasil. Chocolate igual ao melhor europeu, fabricado por técnicos ingleses.

PEÇA *Patrone*

À venda nas seguintes casas:

Conf. Colombo - R. Gonçalves Dias, 36
Casa Carvalho - Av. Rio Branco, 165
Lojas Americanas - R. Uruguaiana, 45
" " - R. Uruguaiana, 80
" " - R. da Carioca, 45
Menina Chocolate - R. São José, 122
Brasileira - Praça Floriano, 27
Manon - Rua Ouvidor, 187
Atlantida - Praça Getulio Vargas, 12
Cavé - Rua da Carioca, 10
Angelo & Villarino - Galeria Cruzeiro
Pardellas - São José, 120
Pardellas - México, 148 D
Americana - Senador Dantas, 2
Manon - Largo da Carioca, 16 e 18
Geisha - Praça Floriano, 7
R. Vasconcellos - Galeria Cruzeiro
Conf. do Anjo - R. Ramalho Ortigão, 32
Conf. Pirajá - Visconde Pirajá, 152
Nice - Rua Alvaro Alvim - Ed. Rex
Americana - Senador Vergueiro, 23
Conf. Tijuca - R. Conde Bonfim, 346 e 352

e no depósito da fábrica, à rua da Lapa, 10 e 12

(Nova relação amanhã, na "A Noticia")

FABRICA PROPRIA: Rua Cel. Veiga, 1349-Petrópolis

NOTICIAS DA CENTRAL DO BRASIL

Tendo realizado inspeção em vários comboios que correm do Rio para São Paulo e Belo Horizonte e vice-versa, o diretor da Central do Brasil tomou, em seguida, as necessárias providências no sentido de ser proporcionado mais confôrto aos que se servem daqueles comboios. Assim, terão aquêles trens, tanto os noturnos como os diurnos, renovado todo o material de que se utilizam seus passageiros. Foram tomadas também medidas pela administração da Central quanto ao funcionamento dos serviços em geral dos trens de passageiros e ao asseio dos mesmos.

O diretor da Central do Brasil, coronel Eurico de Souza Gomes, esteve ontem nas Oficinas do Engenho de Dentro, tendo almoçado no restaurante ali localizado, em companhia do operariado.

A Administração da Central do Brasil recebeu um telegrama do presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, agradecendo a acolhida dispensada pelo coronel Eurico de Souza Gomes aos diretores daquela entidade, por ocasião da visita que os mesmos lhe fizeram recentemente, quando tiveram, então, oportunidade de lhe entregar um memorial contendo as reivindicações das classes produtoras de Minas. Confirmando o convite que fizera então ao diretor da Central, há dias, a Associação Comercial de Minas espera ter novo entendimento com o coronel Souza Gomes, quando de sua visita a Belo Horizonte, a convite do governador Juscelino Kubitschek, visita essa que está marcada para o dia 20 do corrente.

TOPÓGRAFOS
NIVEIS — TEODOLITOS
MIRAS — BALISAS
MEIRA S. A.
QUITANDA, 165

Encontrado morto na rua

Ao lado, um copo e uma garrafa

A policia do 8º distrito teve conhecimento, ontem, de que um homem de cor parda, aparentando 30 anos, robusto, estava caido na calçada da rua Senhor dos Passos em frente ao nº 79, já sem vida. Ao lado havia um copo e uma garrafa com restos de um liquido.

O comissário Pires de Sá que registrou a ocorrência, solicitou o comparecimento da Pericia.

O corpo foi removido para o necrotério do Instituto Médico Legal; continuando desconhecida sua identidade.

Eletrocutada a criança pelo fio solto no mato

Teve morte horrivel o menor Luiz, de 4 anos, filho do casal Augustinho Rodrigues Pereira e Conceição Pereira, que residia na habitação 157 da rua Mendes Ribeiro, no bairro das Neves, municipio de São Gonçalo. Luiz estava brincando com outros menores quando foi em busca de uma bola, que caira no mato. Ao penetrar no seringal pisou num fio de energia elétrica que se soltara durante a madrugada, sendo eletrocutado. Aos gritos das demais crianças moradores acudiram ao local, inclusive D. Conceição, que se defrontou com o comovente quadro. Sabedor do caso esteve no local o investigador Julio, da subdelegacia de Neves e Sete Pontes, que após as formalidades periciais fez recolher o cadáver à morgue do Instituto de Policia Técnica de Niterói.

A nova direção do H. P. S.

O Dr. Anibal de Barros Fabiano Alves, diretor do Hospital de Pronto Socorro, ontem, transferido para igual cargo no Hospital Rocha Faria, esteve na Sala de Imprensa, despedindo-se dos jornalistas acreditados nesse nosocômio, aos quais entregou o seguinte oficio:

"Ao deixar a direção do Hospital Geral de Pronto Socorro, quero aqui deixar consignado o meu profundo agradecimento aos dignos jornalistas acreditados na Sala de Imprensa do Hospital de Pronto Socorro, pela maneira concreta, eficiente e conscienciosa, com que sempre colaboraram com a minha administração.

(a) — Anibal de Barros Fabiano Alves".

O novo diretor do Hospital de Pronto Socorro, Dr. Darcy Monteiro, assumiu ontem mesmo as funções do seu novo cargo.

Empossado o diretor da Escola Industrial Henrique Lage

Perante o secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio, tomou posse do cargo de diretor da Escola Industrial Henrique Lage, na tarde de ontem, o Sr. Rubey Wanderley, que, em seguida, assumiu o exercicio, pelo qual vinha respondendo o secretário da escola.

Rádio? Leia CARIOCA

O ministro da Educação no D.A.S.P.

O ministro da Educação, Sr. Ernesto Simões Filho, visitou o D. A. S. P. Recebido pelo diretor geral, senhor Arisio de Viana, e pelos diretores de divisão e de serviço, S. Excia. percorreu todas as dependências daquele órgão, mostrando-se muito interessado em conhecer os detalhes de sua organização.

Despertou especial interêsse do ministro Simões Filho o gabinete Técnico da Cidade Universitária.

Na saida, S. Excia. manifestou a excelente impressão que a visita lhe despertara.

Quer se internar para uma intervenção

A Sra. Leontina Loureiro procurou a redação de A NOITE para solicitar, por nosso intermédio, à direção do Hospital dos Servidores, o internamento do Sr. Armando de Paiva Loureiro, funcionário da Caixa de Amortização, residente na rua Costa Mendes, 50, fundos, em Ramos.

Aquele servidor, segundo declarou, está necessitando de uma intervenção cirúrgica, mas não consegue internamento no H. S. P., porque aludem sempre à falta de vagas. Os outros hospitais da cidade, por sua vez, não podem fazer o internamento, visto tratar-se de um servidor público, que tem o seu hospital.

INTERCAMBIO CULTURAL BRASIL-URUGUAI



Visitou a nossa redação um grupo de alunos do Instituto de Cultura Brasileiro-Uruguaio. Estes alunos, figuras destacadas das letras e das ciências do país irmão e amigo, fazem parte da delegação que, a convite do govêrno brasileiro, presentemente visita o Brasil. A delegação se compõe de dezoito alunos do aludido Instituto de Cultura, além de cinco professores laureados pelo mesmo. A professora Maria Juavek, que preside a delegação, falando a nossa reportagem, interpretou os sentimentos de todos os componentes da mesma, ressaltando o seu entusiasmo pelo Brasil, louvando-lhe os panoramas e a cordialidade de nosso povo. Os ilustres visitantes, em que avultam as figuras femininas, são bacharéis, advogados, médicos e dentistas. Aqui chegando no dia 9, pretendem regressar a Montevidéu no dia 18 do corrente, após visitarem São Paulo, onde serão carinhosamente recebidos amanhã. Na fotografia, um aspecto da visita dos alunos e professores do Instituto Brasileiro-Uruguaio a A NOITE, vendo-se a Sra. Maria Juayek, quando manifestava as suas impressões ao nosso redator.

Caiu e incendiou-se o taxi-aéreo

(CONCLUSÃO DA ÚLTIMA PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

pouso de emergência o avião de turismo PP-DAA, dirigido pelo seu proprietário, tenente do Exército Gilberto Maia de Carvalho Rocha, em consequência de uma pane no motor — o taxi aéreo PT-ABC, dirigido pelo seu proprietário, o aviador José Lopes Fonseca, de 34 anos, casado, residente na rua Catete 233 1º andar, tendo baixado demais, chocou-se com fios de alta tensão. Danificando a asa esquerda precipitou-se ao solo, desgovernado, e incendiou-se. José Lopes Fonseca teve morte instantanea. Deixa viuva e dois filhos. Nascido no Distrito Federal, estava matriculado no 3º ano de Medicina, tendo deixado a carreira para se dedicar à aviação. Foi mecanico da Panair durante a guerra, tendo conseguido salvar dois aviões da companhia. Foi premiado por sua coragem e elogiado pelos relevantes serviços prestados, tendo posteriormente ingressado na Aerovias Brasil, onde tirou um curso técnico, nos Estados Unidos. Possuia «brevet» de piloto comercial e havia sido graduado pelo Aero Club do Brasil, de onde era sócio há mais de 10 anos. José Lopes Fonseca era possuidor de mais dois aviões e fazia o serviço de taxi-aéreo Ubá-Rio. O cadáver foi removido para o necrotério de Duque de Caxias, de onde a familia providenciará a remoção para a Capela Real Grandeza saindo o féretro para o Cemitério São João Batista.

DUAS CASAS DESTRUIDAS PELO FOGO

(CONCLUSÃO DA ÚLTIMA PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

tomou conhecimento do fato, tendo soldados da Policia Militar isolado o local para facilitar o serviço dos bombeiros. Os prejuizos, portanto, ficaram reduzidos, quase que exclusivamente aos danos ocasionados nos prédios sinistrados. O "Pedal de Ouro" é de propriedade de Augusto Batista Bernardo, o prédio 153, residência de Iria Marques da Conceição, e, o borracheiro, de João Auguste Batista. O comissário Cidade, do 20.º distrito policial, tomou conhecimento do fato.

FAÇAM SEUS SEGUROS NA COMPANHIA
"CONFIANÇA"
FUNDADA HA 78 ANOS
As instalações de A NOITE estão seguradas, em parte, nesta conceituada Companhia.
RUA DO CARMO 71 - 4.º Pav

Novas e importantes reformas serão executadas no Estado do Rio

(CONCLUSÃO DA ÚLTIMA PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

dual ficou constituida dos seguintes deputados: Presidente — Leal Junior (PSD); 1.º vice-presidente — Dante Laginestra (P. S. D.); 2.º vice-presidente — José Serôdio (PSP); 1.º secretário — Domingos Guimarães (P. T. B.); 2.º secretário — Nabuco de Araujo (PSD) — Suplentes de Secretários — Valter Vicitas (PSD) e José Bento (PSP).

Início da sessão

Abrindo os trabalhos, o presidente Leal Junior concedeu a palavra ao 2.º secretário, deputado Nabuco de Araujo, que fez a leitura da ata da sessão preparatória.

Logo após, o presidente designou uma comissão constituida dos deputados Arino de Mattos, Alberto Torres, José Manhães, Lara Vilela e Romeiro Neto, para receber o governador do Estado.

Em seguida, o governador fluminense, conduzido ao gabinete do presidente da Assembléia, foi cumprimentado pelos componentes da mesa e levado ao recinto. Tomou, então, assento ao lado do presidente, tendo iniciado a leitura da sua mensagem, cujos itens consubstanciam verdadeira plataforma de govêrno.

A mensagem abrange setenta páginas e analisa, detalhadamente, os problemas mais importantes do Estado, fornecendo esclarecimentos em tôrno do desequilibrio do orçamento daquela unidade da Federação.

Depois de referir-se ao critério que adotará na orientação politica da sua administração, passa a tratar das reformas necessárias ao aprimoramento de diversos serviços, tais como o da Justiça, de assistência aos menores, sistema penitenciário e muitos outros.

Alimentação

Detém-se a mensagem sôbre considerações a respeito da agricultura, das questões alimentares, dos problemas de saúde e educação, do funcionalismo, etc.

Como o fez em sua campanha eleitoral, o governador fluminense tratou da distribuição de sementes aos lavradores e de um amparo mais direto ao homem do campo, através de um sistema de cooperativas e do financiamento rural.

Finalmente, tratou da questão do abastecimento de energia do Estado, anunciando o propósito de intensificar as obras já existentes, como a de Macabu, e iniciar outras, de modo que o povo fluminense possa, dentro em breve, contar com um serviço mais perfeito de luz e fôrça.

Homenagem do embaixador da Espanha ao governador de São Paulo

S. PAULO, 16 (Asap.) — O embaixador da Espanha, Sr. José Rojas y Moreno, que há três dias se encontra nesta capital em visita oficial ao novo governador do Estado, homenageou ontem com um banquete o Sr. Lucas Nogueira Garcez. Participaram do ágape os Srs. Ademar de Barros e o desembargador Alcides Ferrari, além de outras autoridades civis e militares e figuras de projeção na colônia espanhola aqui radicada. O diplomata espanhol discursou oferecendo a homenagem, tendo o governador agradecido.

DISCOS

"URUBU REI"
Chôro de Altamiro Carrilho, Emilinha Borba, Altamiro Carrilho e seu conjunto. Continental. Face A

Muito gostoso esse chorinho de Altamiro. Emilinha interpreta-o com muita graça, voz sonora e clara dicção. Destaca-se do conjunto uma flauta travessa e um harmonioso acordeon que vêm valorizar o conjunto. Propositadamente, o ritmo é lento, dando uma feição especial ao chôro.

"O BEIJO DA PAZ"
Samba de Altamiro Carrilho e Jota Freire — Emilinha Borba, Altamiro Carrilho e seu conjunto. Face B.

Uma das melhores gravações desta fábrica no seu suplemento após o carnaval. Este samba tem uma cadência que toma conta do ouvinte, imediatamente. Emilinha tem uma boa interpretação e a letra ajuda muito, no seu estilo de conversa de morro. No gênero popular, é um dos melhores discos.

NEY MACHADO

Atenderemos, na medida do possivel, os pedidos para publicação de letras. Escrevam para a Redação de A NOITE — Seção de DISCOS — Praça Mauá, 7.

Continental Discos

RECOMENDA PARA SUA DISCOTECA

"Album da Gata Borralheira"

João de Barro, que fez a versão musical do filme de Walt Disney "A Gata Borralheira", preparou para a CONTINENTAL DISCOS o maravilhoso "Album da Gata Borralheira".

A Nação não tem motivos para estar descontente com o Poder Legislativo

O Sr. Café Filho ocupará logo mais à tarde, pela primeira vez, a cadeira presidencial do Senado.

Ao abrir os trabalhos normais do ano, proferirá um discurso em que abordará assuntos de inteira atualidade, relacionados sobretudo ao funcionamento daquele ramo do Poder Legislativo e ao papel que, no seu entender, deve caber ao vice-presidente da República, que o preside.

Depois de fixar a preocupação que tiveram os primeiros legisladores do Brasil, ao elaborarem a Constituição do Império, de criar uma corporação que fosse, no Parlamento, a expressão, por excelência, da respeitabilidade, da ponderação e do devotamento aos interêsses nacionais, estuda o seu evolver através das diferentes fases de vida constitucional do país, para mostrar que o Senado sempre teve situação de relêvo, quer como casa legislativa, quer como órgão de equilíbrio federativo.

Reporta-se às criticas que frequentemente se articulam contra o Congresso, não só no Brasil, mas em todos os países que o possuem, e acentua que o trabalho dessas instituições não se há de aferir pelo número de projetos que transformam em leis, nem pelos discursos políticos que em seus plenários se ouvem. Há uma imensa tarefa processada, anônima e silenciosamente, nas Comissões, que em geral não chega a ser conhecida do público.

A nação — acrescenta — não tem motivos para estar descontente com o seu Poder Legislativo, que tem cumprido patrioticamente a sua missão.

No que diz respeito ao Senado em particular, é de justiça reconhecer-se que tem sabido corresponder plenamente à confiança da Nação. Essa casa possui uma alta e nobre tradição. Em todos os passos da vida nacional, em todos os episódios da história do Brasil, desde que se tornou nação independente, o Senado tem estado presente, cônscio das suas responsabilidades e delas se desobrigando com exatidão e patriotismo.

Detendo-se sôbre as responsabilidades que, como presidente do Senado, lhe vão pesar sôbre os ombros, ressalta-lhes o vulto enumerando as principais figuras que já exerceram o cargo, desde o Império, como o Padre Diogo Antonio Feijó, o Visconde de Abaeté, o Barão de Cotegipe, Paulino José Soares de Souza e, na República, Prudente de Morais, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Estacio Coimbra, Melo Viana e Nereu Ramos. Destaca de modo especial os dois últimos, para lhes enaltecer a atuação na casa — Melo Viana ainda pertencente ao Senado, e seu vice-presidente nos últimos cinco anos e Nereu Ramos ainda com traços bem vivos da sua passagem na lembrança de todos, como marcos luminosos de uma presidência inesquecivel.

Estuda detidamente, a seguir, o papel do vice-presidente da República no sistema constitucional brasileiro, sustentando tratar-se de órgão do Legislativo e não do Executivo.

Em abono dessa tese, que tem sido muito controvertida, não só aqui mas também na América do Norte, recorda que o vice-presidente da República tem funções diárias, constantes, no Legislativo. A presidência do Senado é missão trabalhosa, que exige do seu titular não só grande devotamento, mas também esfôrço continuado, que lhe absorve muito tempo. Em contraste com isso, no Executivo o seu papel é apenas de servidor em estado potencial, de substituto eventual do chefe da Nação, podendo ver escoar-se todo o seu mandato sem que lhe caiba assumir a presidência da República.

Cita opiniões no mesmo sentido enunciadas por Nereu Ramos e Costa Neto e reproduz trecho de acordão recente e unânime do Tribunal Superior Eleitoral, em que a tese de que o vice-presidente é órgão do Legislativo vem desenvolvida em termos categoricos.

Esboçando um programa de ação para realizar no exercicio do seu mandato, focaliza os inconvenientes da falta de articulação que se nota entre os ramos do poder legislativo e entre êste e os demais poderes da República. Cita palavras do senador Ferreira de Souza, que em recente parecer sôbre o orçamento da Receita para 1951, focalizára tais inconvenientes em termos fortes e incisivos, concluindo pela necessidade de uma estreita colaboração entre os três poderes.

Não devem as Casas do Congresso Nacional — acrescenta — ser compartimentos estanques, uma desinteressada do que se passa na outra. Não se justifica, no trabalho legislativo, multiplicidade de iniciativas, nem diversidades de rumos, nem conclusões colidentes ou antagônicas numa obra que deve ser levada a efeito com o sentido de unidade que há de imperar sempre na vida nacional.

Câmara e Senado, dentro do Poder Legislativo, devem ajustar-se e completar-se, num funcionamento harmônico, como o de partes integrantes de um organismo vivo e palpitante. Legislativo, Executivo e Judiciário não se hão de comportar, na rigidez exagerada de titudes e indiferença reciproca, qual se, ao invés de parcelas de um mesmo todo, fossem peças desarmônicas de uma construção exótica. Unem-os entre si a identidade dos propósitos que são os de bem servir à pátria comum.

Recorda observação do Willoughby quanto à ilusão da separação dos poderes. Nem nos Estados Unidos, de onde trouxemos o modelo das nossas instituições, nem no Brasil, o principio da separação dos poderes teve aplicação exata. Os três poderes da República, na verdade, se interpenetram, para bem se articular. O Executivo exerce algumas atribuições legislativas; o Legislativo pratica atos executivos e judiciários; e o Judiciário tem competência para certos atos que seriam, rigorosamente, ou de um ou de outro dos demais Poderes.

Entende o Sr. Café Filho que, como presidente do Senado, e, consequentemente, do Congresso Nacional (considera superada a tese errônea de que a presidência do Congresso não caiba ao vice-presidente da República) pode e deve realizar um esforço de coordenação das duas Casas do Congresso entre si e do Legislativo com o Executivo e o Judiciário, para um melhor rendimento da tarefa legislativa, e, sobretudo, para evitar os inconvenientes apontados, da situação atual, em que funcionam como compartimentos estanques, com prejuizo para os interesses do pais.

Esse o seu programa, para o qual quer contar com a colaboração e a simpatia do Senado, da Câmara, dos órgãos do Executivo e do Judiciário e da imprensa, cuja atuação exalta, na critica justa, na advertência oportuna, no focalizar defeitos no trabalho realizado e nos rumos traçados.

A 24 KM DO PARALELO 38

As patrulhas blindadas da ONU avançam cautelosamente — As fôrças aliadas estão desalojando os comunistas entrincheirados no setor de Hongchon

TOQUIO, 16 (INS) — As patrulhas blindadas das Nações Unidas avançaram ontem, cautelosamente, colocando-se a 24 quilômetros do paralelo 38, marchando por quatro rodovias que saem de Seul e do baluarte montanhoso de Hongchen.

DESALOJANDO OS COMUNISTAS DE HONG CHON

TOQUIO, 16 (INS) — Comunicado do VIII Exército informou que os aliados continuavam desalojando os soldados comunistas entrincheirados nas serras do norte de Hong Chon, no que pese o fogo dos canhões, morteiros e armas curtas vermelhas.

Bruno Pontecorvo coordenando as pesquisas atômicas atrás da Cortina de Ferro

LONDRES, 16 (INS) — Despachos de Viena para o «Daily Telegraph» dizem que o Dr. Bruno Pontecorvo, o cientista italiano desaparecido, visitou há dias Budapest, Praga, Varsovia e a Alemanha oriental.

Acrescentam que segundo se acredita, Pontecorvo está coordenando as pesquisas atômicas das nações satélite.

COMPANHIA DE SEGUROS MINAS-BRASIL

Resumo do Balanço Geral e da "Conta de Lucros e Perdas", em 30 de dezembro de 1950 — 12.º Exercício

RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

DR. SANDOVAL DE AZEVEDO

Inicialmente, cumpre-nos falar do grande companheiro que a morte nos arrebatou a 8 de julho, o Dr. Sandoval Soares de Azevedo.

A memória de tão insigne companheiro ficará imperecivel na Minas-Brasil, emprêsa que êle amparou ao nascer e a que deu, em anos seguidos de labor, todo o entusiasmo de seu espirito e todo o calor de seu coração. A essa memória, além dos preitos de reconhecimento a saudade que lhe tem tributado, pretende a administração, em época oportuna, prestar alta e expressiva homenagem, para a qual sereis convocados e qual haveis de comparecer, tão grande, sabemos, é a vossa admiração pelo companheiro desaparecido.

PREENCHIMENTO DE VAGAS

A fim de preencher a vaga ocorrida na Diretoria, convidou esta, de acôrdo com o disposto nos Estatutos, o Dr. Aggêo Pio Sobrinho, um dos componentes do Conselho Consultivo.

Integrada a Diretoria, fez-se o provimento do cargo de vice-presidente e, logo em seguida, o de secretário, para os quais foram destacados, respectivamente, os Drs. Carlos Coimbra da Luz e Aggêo Pio Sobrinho.

Para a vaga que se verificou no Conselho Consultivo, o presidente, nos termos do art. 31 do Estatutos, convidou o Dr. Dario Gonçalves de Souza, membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde a sua fundação.

Tendo êste aceitado o convite foi pelo presidente convidado, para completar o corpo de fiscais efetivos, o Sr. coronel Faustino Assumpção, o mais velho dos membros suplentes, todos eleitos com o mesmo número de votos.

CONSIDERAÇOES GERAIS

O movimento de Produção no exercicio elevou-se ao total de Cr$ 79.682.458,60 contra Cr$ 35.016.561,10, com o excedente favorável a 1950 de Cr$ 14.665.897,50 ou seja 18,40% de aumento. O excedente foi de Cr$ 11.050.767,10 nos Ramos, Elementares e Acidentes do Trabalho e de Cr$ 3.615.130,40, no Ramo Vida.

Este acréscimo notável de Produção, é preciso notar-se, foi conseguido com operações limitadas **a quatro carteiras** uma das quais, a de Transportes, sujeita ainda a grandes restrições e, a do Ramo Vida, no seu segundo ano de atividades, operando apenas nos planos básicos.

As reservas técnicas legais e patrimoniais atingiram a importância de Cr$ 33.650.443.70 contra Cr$ 23.748.127,10 com excedente, portanto, de Cr$ 9.902.316,60 que corresponde ao aumento de 29,42%.

Os sinistros do exercício somaram o total de Cr$ 24.222.926,10, o que eleva a Cr$ .... 132.205.639,10 o total de indenizações pagas durante os doze anos de atividades da Companhia.

O nosso ativo elevou-se a Cr$ 50.945.607,30 contra Cr$ 39.213.528,70, conseguindo um aumento de Cr$ 11.732.078,60.

Do excedente liquido, conforme determinações dos Estatutos, foi proposta a distribuição seguinte:

	Cr$
Dividendo de 12 a.a.	1.200.000,00
Reserva Suplementar	572.334,10
Fundo de Integridade do Capital.	155.947,00
Fundo de Previsão	286.167,10
Fundo de Previdência	467.841,20
Fundo Garantia de Retrocessões..	155.947,00
Percentagem Estatutária	280.704,60
	3.118.941,00

Em conclusão, com resultados extremamente favoráveis do exercício, não obstante o deficit elevado, embora normal, do Ramo Vida no segundo ano de operações permitiu

1.º — REGISTAR O EXCEEDENTE FAVORÁVEL DE PRODUÇÃO DE	14.665.897,50
2.º — O AUMENTO DE RESERVAS TÉCNICAS LEGAIS E PATRIMONIAIS DE	9.902.316,60
3.º — A ELEVAÇÃO DO ATIVO DA COMPANHIA COM AUMENTO DE	11.732.078,60
4.º — O AUMENTO DE RENDAS DE INVERSÃO PARA	1.818.277,80
5.º — O EXCEDENTE LÍQUIDO DE	3.118.941,00
6.º — A DISTRIBUIÇÃO DO DIVIDENDO DE 12% no total de	1.200.000,00

ORGAOS OFICIAIS

Deixamos aqui expressos os nossos agradecimentos ao Diretor do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização e ao Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, Drs. Amilcar Santos e General João de Mendonça Lima, bem como aos seus dignos auxiliares, pela excelente colaboração que nos prestaram durante o exercício.

COLABORADORES

Muito deveis Srs. Acionistas à eficiência e notável dedicação dos funcionários e corpo de Produção da Companhia, sendo-nos grato deixar aqui o nosso caloroso agradecimento, tanto aos funcionários da Casa Matriz, Gerentes de Sucursais e Auxiliares, como aos prezados Agentes e Corretores, pela esplêndida e entusiástica cooperação que nos prestaram.

TRANSFERENCIAS DE AÇOES

Foram lavrados 45 termos de transferências, completando 2.200 ações sendo 7 por transmissões causa-mortes, totalizando 250 ações.

DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

Compete à Assembléia eleger a Diretoria que terá de dirigir os destinos da Companhia no próximo quatriênio, bem como os mebros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, esses com mandato anual.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 1951.

A diretoria: José Oswaldo de Araújo, Carlos Coimbra da Luz e Aggêo Pio Sobrinho — Eduardo Andrade — Superintendente Geral.

BALANÇO

ATIVO	Cr$
Imóveis	6.496.449,70
Móveis, Máq., Almox., veiculos e instalação	2.912.035,00
Ações e Títulos	2.907.224,50
Empréstimos Hipotecários	5.695.314,30
R. R. B. c/Retenção Reservas ...	891.607,30
Devedores Diversos	1.079.478,60
Apólices em Cobrança	11.011.341,00
Contas Diversas	7.846.537,10
Caixa e Bancos	12.106.619,30
	50.945.607,30
Contas de Compensação	4.239.064,00
Total do Ativo	55.184.671,30

PASSIVO	Cr$	Cr$
Capital	10.000.000,00	
Reserva Patrim	4.908.325,20	14.908.325,20
Reservas Técnicas		28.742.118,50
Credores Diversos, Dividendos, Percentagens, Resultados Pendentes		7.295.163,60
		50.945.607,30
Contas de Compensação		4.239.064,00
Total do Passivo		55.184.671,30

CONTAS DE LUCROS E PERDAS

DÉBITO	Cr$
Reservas Técnicas 1950	25.373.478,90
Despesas com Seguros	40.524.088,20
Despesas com Sinistros	24.222.926,10
Despesas Administrativas	17.050.460,60
Depreciações e Amort.	522.072,10
Excedente	3.118.941,00
Total	110.811.966,90

CRÉDITO	Cr$
Reservas Técnicas 1949	17.109.398,70
Operações de Seguros	89.182.647,40
Recuperação de Sinistros	2.701.643,00
Rendas de Inversão	1.818.277,80
Total	110.811.966,90

Belo Horizonte, 30 de dezembro de 1950.

A Diretoria: **José Oswaldo de Araújo, Carlos Coimbra da Luz, Aggêo Pio Sobrinho, Eduardo Andrade** — Superintendente Geral — **Louis Salabelle**, Atuário — **José de Araújo** — Contador Geral C. R. C. n.º 569.

Intervenção governamental para o aproveitamento do carvão brasileiro

(Titulos principais na 1.a pag.)

O Conselho Nacional de Economia acaba de concluir o estudo sobre o carvão nacional, e o parecer a respeito foi entregue, pelo presidente daquele órgão, ministro Souza Costa, ao presidente da Republica. Esse parecer foi provocado por um trabalho do Ministério da Agricultura em torno do importante problema e o Conselho Nacional de Economia o elaborou em virtude de recomendação do chefe do governo, concluindo por sugerir que seja instituido o Plano do Carvão Nacional e criada a Comissão Executiva para a sua realização.

Examinou o Conselho a exequibilidade técnica do Plano, a sua conveniencia economica, a sua praticabilidade financeira e a sua estruturação administrativa. Para isto, preliminarmente, reuniu uma Comissão Especial, composta de pessoas de reconhecida idoneidade e capacidade técnica, segundo determina o seu regimento. Iniciados os debates em 28 de dezembro do ano findo, prolongaram-se por oito sessões até 30 de janeiro deste ano. Além dos depoimentos apresentados e defendidos pelos membros da Comissão, ouviu ainda o Conselho o depoimento do general Silvio Raulino de Oliveira, presidente da Companhia Siderurgica Nacional. Finalmente, para formular nitidamente as conclusões, formou-se um pequeno grupo de trabalho, o qual se incumbiu do acerto dos pontos em que não se obtinha, até então, pleno acordo. Assim foi possivel ao Conselho Nacional de Economia esclarecer, em minucioso e aprofundado exame, o Plano do Carvão em seu aspecto industrial e técnico e seus processos de financiamento.

O estudo do Conselho Nacional de Economia fundamenta-se em que o carvão é produto essencial à economia do pais, cuja importação é sujeita periodicamente a dificuldades decorrentes de conflitos externos. Considerou, ao mesmo tempo, aquele órgão técnico que as reservas carboniferas nacionais são de qualidade inferior e localizadas em regiões distantes dos meios de consumo, o que tem tornado o produto até certo ponto anti-economico. E concluiu pela urgente necessidade da intervenção governamental no proposito de estimular, pelos meios técnicos e financeiros, o aproveitamento do carvão nacional, criando coincidentemente possibilidades para o surgimento de industrias novas baseadas na utilização dos subprodutos do carvão. Com essa intervenção, passará a industria carbonifera do pais a gozar do beneficio de um amplo financiamento, que terá como objetivo não proteger este ou aquele produtor, mas equilibrar a produção e o consumo em niveis economicos convenientes. Os financiamentos destinam-se, de modo categorico, à aquisição de equipamentos necessarios à racionalização da produção do carvão e esses equipamentos terão prioridade no tocante à concessão de cambio e licença para importação. Atenderão, ainda, às necessidades relativas à aquisição de navios de grande tonelagem, em numero bastante, permitindo transporte eficiente e a baixo custo do carvão de Santa Catarina.

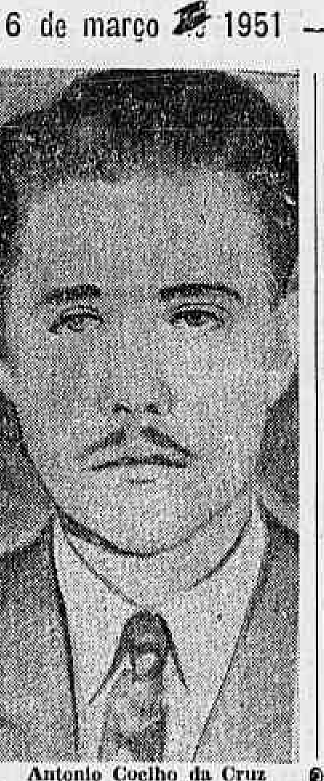
O Conselho não considera o plano do carvão como investimento adicional e sim como investimento de prioridade sobre outros empreendimentos já previstos no orçamento.

O Conselho Nacional de Economia elaborou, igualmente, um ante-projeto de lei, referente ao Plano do Carvão Nacional e à Comissão Executiva. Esta, que terá a seu cargo a realização integral do Plano, será composta de representação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, da Comissão de Marinha Mercante, da Companhia Siderurgica Nacional, da Estrada de Ferro Central do Brasil e do Sindicato dos Mineradores de Carvão, designados pelo presidente da Republica, que dentro deles escolherá tambem os respectivo presidente. Essa Comissão é que determinará e supervisionará a elaboração dos projetos especificos relativos aos varios setores de obras, baseada nos estudos e experiencias que considerar necessarias; determinará a preparação das especificações de equipamento a servirem de base às encomendas no exterior; procurará, através dos orgãos competentes, garantir a execução das encomendas e a remessa de equipamento do exterior; obterá, pelos meios apropriados, a cooperação da técnica estrangeira na realização de pesquisas geologicas e tecnologicas, visando ao aproveitamento do carvão nacional e de seus subprodutos e a localização e caracterização de novas jazidas, afora uma série de outros problemas intimamente ligados à industria nacional do carvão e ao seu desenvolvimento técnico.

O ministro da Viação visitou a Comissão do Plano Postal Telegráfico

O ministro da Viação visitou ontem as instalações da Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico, à Praça Pio X número 54, 10.º e 11.º andares, sendo acompanhado pelo diretor geral do Departamento dos Correios Telégrafos que, acumulativamente, por lei, é o presidente do aludido órgão. Receberam-no todos os membros da dita comissão, tendo à frente o respectivo diretor executivo, major Peri Guedes de Carvalho, recentemente nomeado para substituir o Sr. Libano de Miranda.

S. Excia assistiu ao início da segunda sessão do CEP na atual gestão administrativa do D.C.T., após ter percorrido tôdas as dependências da mesma comissão, instalada nos dois andares.



Antonio Coelho da Cruz

Foi atirado do caminhão e morreu

O pesado veículo tombou, na Av. Brasil

O caminhão 60-14-78, conduzido pelo motorista Walter José dos Santos, morador na rua Bastos Coutinho, numero ignorado, quando passava em grande velocidade ontem, à tarde, cerca de 15 horas e 30 minutos, na Avenida Brasil, para evitar uma colisão com outro carro que surgiu à sua frente, vindo da rua Piratini, a um golpe de direção, transpôs o refugio de pedestres, ali existente e devido ao peso da carga, tombou de maneira espetacular. Dentro do caminhão, ia um automóvel quebrado, «ferro velhos, pertencente ao Sr. Luiz da Cruz, que o transportava para o seu depósito, na rua Francisco Eugenio. Ao tombar o veiculo, a carga colheu o jovem Antonio Coelho da Cruz, de 24 anos, português, filho daquele senhor, que também viajava no caminhão. O moço ia em cima da carrocerie do veiculo e foi cuspido ao solo, morrendo instantaneamente.

O comissário Milton Lopes da Costa, do 16º distrito, que esteve no local, tomando as providências, apurou que o motorista culpado do desastre, Walter José dos Santos, que fugiu, faz ponto na localidade denominada «Cinco Bocas» em Olaria.

O pai do morto, bem assim como o ajudante do caminhão, nada sofreram além do susto.

O cadáver de Antonio foi recolhido ao necrotério do Instituto Médico Legal.

MATOU-SE A HERDEIRA DE ROCKEFELLER

Suicidou-se em companhia de suas duas filhas

GREENWHICH, Connecticut, 16 (INS) — Informou a polícia que a rica herdeira de John Rockefeller Senior se suicidou ontem à noite, com gás carbonico.

Também morreram suas duas filhas de 12 a 6 anos.

Os cadáveres das três inditosas pessoas foram encontradas na garage de sua propriedade em Deer Park.

A senhora Rockefeller era a filha de Percy Avery Rockefeller, que deixou uma fortuna de 50 milhões de dólares.

Cinema ? Leia CARIOCA

A FAÇANHA DO AJAX

BUENOS AIRES, 16 (UP) — O cachorro argentino Ajax Stutz tentará realizar hoje a travessia dupla do rio Lujan, no bairro de Tigre, sob o patrocinio da Associacion Argentina de Criadores de Perros Ovejeros (Cães Pastor). A prova inusitada terá lugar às 16 horas e Ajax Stutz carregará uma mochila nas costas.

O BARCO NAUFRAGOU NA URCA

Apareceu o corpo da vitima, boiando naquela praia

Conforme divulgamos em nossa edição de segunda-feira, sábado à tarde, tripulando o barco denominado "Belonave", Abelardo Ramos de Oliveira, solteiro, com 20 anos; Leonardo da Costa Robinson e Manoel de Souza Cruz, no qual saíram para pescar, de regresso soçobrou na Urca. Lutaram os moços contra a morte certa, durante horas, logrando os dois últimos salvar-se. O mesmo não aconteceu a Abelardo Ramos de Oliveira, que foi tragado pelo mar.

Na manhã de ontem, o cadáver de Abelardo Ramos deu à praia da Urca. A policia do 3.º distrito, ciente do fato, compareceu ao local, providenciando a remoção do corpo para o necrotério do Instituto Médico Legal.

NEGÓCIOS DA CHINA...

O "doutor" resolvia todos os problemas — Uma sexagenária apaixondada pelo malandrão — Na polícia, enfim, o caso

Não é caso inédito. De quando em quando aparece um desses espertalhões, dizendo-se advogado, homem de prestigio, capaz de resolver os prblemas mais complexos da vida intima de quaquer mortal.

O que admira sempre em tudo isso é que ainda exista alguém que acredite. E no caso de hoje, há, até, uma sexagenária, viuva possuidora de alguma fortuna, que se apaixonou pelo "doutor" e foi por ela explorada durante oito meses a fio, passando-lhe uma procuração em causa própria, agora, revogadas, já se vê.



Essa viuva, chama-se Ana Maria Salicane e reside na rua Japurú n.º 782. Foi a sua maior vitória.

O "doutor" em questão era especialista em todos os assuntos, e, com a viuva o foi até no amor. Seu nome: — José Porfirio dos Santos.

Esse individuo é casado, conta 44 anos de idade e reside na Praça 11 de Junho, 777, onde tem os seus escritórios. Identificou-o devidamente, prendendo-o a seção de Roubos e Furtos instalada no 4.º distrito policial, onde está, a propósito, instaurado inquérito.

Sôbre as chantagens do "doutor", além da viuva, apuraram as autoridades investigadoras outras vitimas existem, inclusive as seguintes:

Epifanio Bispo de Carvalho, residente na rua do Lavradio, 119, fundos; Maria Angela Marzoni Pereira, domiciliada na rua Juan Pablo Duarte, 15, sobrado e Pedro Nogueira de Oliveira, morador também na rua do Lavradio, 119 fundos, que já foram ouvidos em cartório. Francisco Xavier Sobrinho, domiciliado na rua Dr. Bernardino, 243; João Paulino Teixeira, morador na Ladeira São Lourenço 88, e Pedro Martins dos Santos, residente na rua Candido Benicio, 469.

Em trajes menores, morta no meio da mata

Crime misterioso no município de S. Gonçalo

No lugar denominado Itauna, 5.º distrito do municipio de S. Gonçalo, foi encontrado o cadáver de um mulher de 38 anos de idade, presumiveis, desconhecida naquela localidade.

O corpo, em decubito dorsal, achava-se em adiantado estado de putrefação, distante da estrada cerca de 500 metros. A vitima vestia apenas uma combinação.

O fato foi comunicado ao delegado Albino Imparato, da delegacia de S. Gonçalo, pelo subdelegado José Fagundes de Oliveira, o qual, por sua vez, teve conhecimento da ocorrência por uma desconhecida, moradora em Itauna, que cortava mato, quando deparou com o cadáver.

Para o local partiu o investigador José da Fonseca, acompanhado do seu colega Manoel Barros e do perito Luiz Azevedo, do Instituto de Policia Técnica de Niterói.

Morreu nos braços das alunas

BELO HORIZONTE, 16 (Da sucursal de A NOITE) — Fulminada por um colapso cardiaco, quando dava uma aula de metodologia, faleceu nos braços de suas alunas, D. Esther Alves, diretora da Escola Normal de Dores do Indaiá.

Comunicados fúnebres

PIETRO DI MARCO

(MISSA DE 30.º DIA)

Carmela Lombardo Di Marco, Lêda e Cléa, cunhados, cunhadas, sobrinhos, primos, tios e tias convidam seus demais parentes e amigos para assistirem à missa de 30.º dia que, por alma de seu querido e inesquecivel esposo, pai, cunhado, tio, primo e sobrinho, PIETRO DI MARCO, mandam celebrar amanhã, sábado, dia 17, às 9 horas, no altar-mor da Igreja de N. S. do Carmo, à rua 1.º de março. Antecipadamente agradecem a todos que comparecerem a êsse ato de fé cristã.

PIETRO DI MARCO

(MISSA DE 30.º DIA)

Molinaro & Di Marco Ltda., (Restaurante Gruta de Trieste), e seus auxiliares convidam seus amigos, fregueses e parentes para a missa de 30.º dia, que será celebrada em sufrágio da bonissima alma de seu inesquecível sócio e chefe PIETRO DI MARCO, amanhã, sábado, dia 17, às 9 horas, na Igreja de N. S. do Carmo, à rua 1.º de Março, antecipando seus agradecimentos aos que comparecerem.

PIETRO DI MARCO

(MISSA DE 30.º DIA)

José Casemiro da Cruz, esposa, filho, nora e neto convidam seus amigos e parentes para assistirem à missa de 30.º dia que, por alma de seu grande amigo e compadre PIETRO DI MARCO, mandam rezar amanhã, sábado, dia 17, às 9 horas, no altar de N. S. do Orto, da Igreja de N. S. do Carmo, à rua 1.º de Março, pelo que, antecipadamente, agradecem a todos que comparecerem a êsse ato religioso.

PIETRO DI MARCO

(MISSA DE 30.º DIA)

Teixeira Barbosa & Cia. Ltda., Serafim Teixeira Barbosa e seus auxiliares, convidam os amigos, fregueses e parentes para assistirem à missa de 30.º dia, que mandam celebrar por alma de seu dileto amigo PIETRO DI MARCO, amanhã, sábado, dia 17, às 9 horas, no altar de N. S. dos Passos, da Igreja de N. S. do Carmo, à rua 1.º de Março. A todos que comparecerem, antecipadamente, agradecem.

JOÃO RICARDO BORGES NETTO

(FALECIMENTO)

A família de JOÃO RICARDO BORGES NETTO cumpre o doloroso dever de comunicar o falecimento do seu querido chefe, ontem, dia 15, às 16 horas, e convida a todos os parentes e amigos para o acompanhamento do féretro hoje, às 16 horas, saindo o mesmo da sua residência, à rua José dos Reis, 1.414, para o cemitério de Inhaúma.

HERCULANO ANTUNES COELHO

(MISSA DE 7.º DIA)

Isolina Ribeiro Coelho, Antonio Ribeiro Coelho, esposa e filhas, Julia Coelho Argento e filha, Oswaldo Vieira de Moraes, esposa e filhos, Arnaldo Domingues e esposa, Manoel Antunes Coelho e esposa, Archimedes Antunes Coelho, Antonio Sequeira, esposa e filho, Maria Ernestina Coelho de Souza, Elmano Antunes Coelho e esposa (ausentes), agradecem as manifestações de pesar recebidas quando do falecimento de seu querido esposo, pai, sogro, avô, irmão, cunhado e tio HERCULANO ANTUNES COELHO, e convidam seus demais parentes e amigos para assistirem à missa de sétimo dia que, para o eterno descanso de sua alma, será celebrada amanhã, sábado, dia 17, às 10 horas, no altar-mor da Igreja de São Francisco de Paula.

AURELIO VALPORTO DE SÁ

(2.º ANIVERSÁRIO)

A família de AURELIO VALPORTO DE SÁ convida os seus parentes e amigos para assistirem à missa que, pela alma de seu saudoso e inesquecivel chefe, manda celebrar amanhã, dia 17, às 8,30 horas, no altar-mor da Igreja do Santíssimo Sacramento (Avenida Passos). Antecipa seus agradecimentos a todos que comparecerem a êsse ato religioso.

Domina, a geração nova, as atenções dos carreiristas

Crônica de turf

O "PEREIRA LIMA"

Primeiro clássico destinado às potrancas da nova geração, tem essa prova, este ano a particularidade de apresentar apenas três ganhadoras em confronto com cinco perdedoras, a atestar que não impressionaram fortemente aquelas, a ponto de afastar outras possíveis candidatas.

Mas são justamente as ganhadoras Lilac, Eledol e Herodiade, como não podia deixar de ser, as candidatas mais em evidência. Lilac estreou domingo numa eliminatória destinada a ambos os sexos, vencendo facilmenmete, de ponta a ponta em 48 2/5 para os 800 metros, ganhando de Bogó e Fair Baby. Como os animais de Gabino Rodrigues têm-se mostrado de grande precocidade — lembremos os exemplos de Garbosa, Hellen, Halesia, Hamdam e Kuriosa — não é exagêro afirmar que aí está uma égua em pleno estado para esses tiros curtos. Eledol também ganhou na estréia, abatendo Pompa e Cade com facilidade, marcando 49 para os 800 metros. Mostrou grande ligeireza a filha do Alibi, enchendo de esperanças sua proprietária, D. Zelia Peixoto de Castro. E Herodiade vem de São Paulo também com um triunfo, obtido por vários corpos sôbre Enrico de Savola e Germinal, com 47 para os 800 metros. Trata-se do primeiro produto de Antonym a correr no Brasil, e a estréia do garanhão não poderia ser mais promissora.

Das outras cinco candidatas, apenas Flor do Sol já é corrida, quando entrou em terceiro para Lupen e Perán, em 48 4/5, sofrendo contratempos. Tratando-se de uma irmã de Corruxa, explica-se o otimismo do seus responsáveis pela linda potranca. Nova é novata, uma filha de Maranta e Congelada, com trabalhos apenas regulares. Dificilmente abaterá as ganhadoras. Leiza é irmã de Lilac, possuindo trabalhos promissores, mas tratando-se de estreante, todo prognóstico é temário. Galanteria já correu em São Paulo sem sucesso, sendo inferior a Herodiade. E Pauda, da mesma farda de Eledol, parece ser inferior à companheira, apesar dos bons trabalhos que possui.

Concluindo, vamos indicar Lilac, com Eledol ou Herodiade na dupla. Um bom "azar" no páreo é a Leiza.

BIAS

Programa de SÁBADO

MONTARIAS OFICIAIS

1.º Páreo — 1.600 metros — Cr$ 30.000,00 — Às 13,25 horas.

		Kg
1—1	Mister Schuch, A. Port.	56
2—2	Tarascon, U. Cunha	56
3—3	Descamisado, D. Moreira	56
4	Patife, L. Mezaros	56
4—5	Noviço, L. Diaz	56
6	Curitibano, W. Meireles	56

2.º Páreo — 1.800 metros — Cr$ 30.000,00 — Às 13.55 horas.

		Kg
1—1	Cravador, U. Cunha	52
2—2	Ecelero, C. Moreno	58
3—3	Veludo, P. Coelho	54
4—4	Minguinho, A. Ribas	58
5	Panico, D. Moreira	50

3.º Páreo — 1.300 metros — Cr$ 30.000,00 — Às 14,25 horas.

		Kg
1—1	Jacomi, U. Cunha	52
2	Negra Maria, N. C.	52
2—3	Valco, D. Moreira	54
4	Haramun, O. Macedo	50
3—5	Lipe, O. Ullôa	56
6	Jacui, J. Mesquita	56
4—7	Hunter, P. Coelho	54
"	Mavilis, P. Tavares	50

4.º Páreo — 1.600 metros — Cr$ 30.000,00 — Às 14,55 horas.

		Kg
1—1	Gulfstream, O. Fern.	55
2	Changa, D. Moreira	53
2—3	Oraci, J. Portilho	55
4	Giselle, L. Diaz	53
3—5	Zanzibar, não corre	55
6	Maud, O. Ullôa	53
4—7	Manguarito, L. Leighton	55
8	Comtesse, N. C.	53
"	Chuva, N. C.	53

5.º Páreo — 800 metros — (Grama) — Cr$ 40.000,00 — Às 15,30 horas.

		Kg
1—1	Predica, Marcel	54
"	Pandorra, O. Ullôa	54
2—2	Fair Baby, D. Moreira	54
3	Perlita, I. Souza	54
4	Neva, J. Martins	54
3—5	Miss Judy, C. Moreno	54
6	Estrela do Norte N. C.	54
7	Kismel, J. Araujo	54
4—8	Panda, L. Diaz	54
9	Shameless, J. Mesquita	54
10	Pompa, B. Ribeiro	54

6.º Páreo — "Clássico Pereira Lima" — 1.000 metros — Cr$ 100 000.000,00 — Às 16,5 horas.

		Kg
1—1	Lilac, S. Ferreira	54
2	Neva, Não corre	54
2—3	Herodiade, C. Moreno	54
4	Leiza, O. Ullôa	54
3—5	Galanteria, I. Souza	54
6	Flor do Sol, A. Rosa	54
4—7	Eledon, Marcel	54
"	Pauda, L. Diaz	54

7.º Páreo — 1.000 metros — (Pista de Grama) — Cr$ ...... 40 000.00 — Às 16,40 horas — (Betting).

		Kg
1—1	Perola de Iapó, S. Camara	55
"	Imaruhy, O. Fernandes	55
2	Pola Negra, D. Moreira	55
2—3	Medea, F. Irigoyen	55
4	Camapuan, A. Brito	55
5	Elaem, Não corre	55
3—6	Miss You, P. Coelho	55
7	Olena, O. Macedo	55
8	Gay Princess, O. Ullôa	55
9	Ancindinha, W. Andrade	55
4-10	Gold Mary, S. Ferreira	55
11	Rosaline, J. Araujo	55
"	Ivy C. Moreno	55
"	Itaveraba, L. Leighton	55

8.º Páreo — 1.600 metros — Cr$ 30.000,00 — Às 17,20 horas — (Betting).

		Kg
1—1	Guaruman, L. Mezaros	58
2	Mursa, J. Martins	52
2—3	Argonauta, A. Rosa	58
4	Cojuba, N. C.	50
3—5	Fairfax, R. Urbina	58
6	Ouro Preto, C. Moreno	50
4—7	Winter King, L. Diaz	54
8	Incendiário, N. C.	50
9	Califa, Ot. Reichel	54

9.º Páreo — 1.500 metros — Cr$ 30.000,00 — Às 18 horas — (Betting).

		Kg
1—1	Dracula, I. Souza	56
2	Irak, S. Camara	50
2—3	Iguape, N. C.	52
4	Taquari, A. Ribas	54
3—5	Guelfo, A. Rosa	58
6	Comendador, L. Mezaros	56
7	Lingote, D. Moreira	50
4—8	Brazilian Star, D. P. S.	54
9	Caoré, C. Callori	54
10	Olympus, E. Cardoso	54

LIVRE-SE DA TOSSE E DEFENDA OS SEUS BRÔNQUIOS COM BENZOMEL Granado

Em ação os colombianos

BUENOS AIRES, 16 (A. F. P.) — Encontram-se nesta capital emissários colombianos, que estão interessados no centro-avante do San Lorenzo de Almagro, Unate, a quem fizeram uma tentadora oferta. Unate não resolveu nada a respeito.

Lilac, no "Pereira Lima" e Fair Baby, na eliminatoria, favoritos

Têm os carreiristas atravessado uma semana de intensa expectativa, em torno dos programas constituidos para as duas reuniões, dos quais se destacam as provas reservadas à geração nova.

Na sabatina são de maior destaque o classico "Pereira Lima" e a eliminatoria, para os quais convergem as atenções gerais prevendo-se que ambas sejam plenas de peripecias interessantes.

O classico, que marca o encontro de Lilac, Eledol, Panda e Herodiade, além de Neva Leiza, Galanteria e Flor do Sol, tem as opiniões divididas entre as quatro primeiras, pendendo a balança, ligeiramente, em favor da primeira.

Realmente, a pensionista de Gabino Rodriguez portou-se esplendidamente na estréia, não por haver ganho, mas pelo modo como o fez, com inteira facilidade e em tempo relativamente bom.

Lilac impressionou, ainda, pela calma apresentada na fita, com a qual parecia assás familiarizada, bem como pela correção durante o percurso, sem fazer os habituais "zigue-zagues" dos potrinhos.

Evidenciou, ademais, dotes de ligeireza e "endurence", parecendo tratar-se, realmente, de uma potranca de grande futuro.

De Herodiade, apontada como temibilissima, dizem maravilhas. Houve quem asseverasse não aparecer", há muito, um exemplar tão bom em Cidade Jardim.

E da parelha a cargo do competente Osvaldo Feijó, são conhecidas as proezas nos privados. Ambas têm menos de 48 na areia e isso chega para dizer-se o que valem.

Na eliminatoria são onze as potrancas que irão deliciar os carreiristas, cuja maioria opina em favor de Fair Baby, que se portou otimamente há dias, tendo mudado pelo triunfo até as especiais e perdido o segundo nos ultimos metros. A defensora do Stud Carmen, mais ambientada como está, dificilmente deixar-se-á bater.

Pudica e Pandorra, do Stud Peixoto de Castro, e Panda, apontam-se como adversarias mais perigosas da favorita.

POR TRÁS DAS CORTINAS

Mister Schuch parece ser a fôrça do primeiro páreo da sabatina, pois no Sul sempre se mostrou superior a Descamisado. Este e Tarascon prometem, porém, dar-lhe trabalho nessa milha que deverá ser corrida em câmara lenta.

•

Pelo que correu no sábado, Cravador é agora a fôrça da segunda carreira, mas Ecelero, Veludo e Minguingo tambem têm grandes possibilidades, podendo substituí-lo sem qualquer surpresa.

•

Jacomi perdeu por excesso de confiança de seu piloto o último páreo de domingo, e agora é a fôrça. Lipe, que volta refeito de um contratempo, e Negra Maria, bem colocada na distância, são seus maiores adversários.

•

Gulfstream não correu de todo mal no sábado e pode melhorar aquela "performance". Oraci, Maud e Giselle são seus maiores adversários.

•

No páreo de potrancas sem vitória, domina a parelha Prédica-Pandorra. Fair Baby e Panda são as adversárias.

•

No clássico "Pereira Lima", Lilac deve ser a favorita e provavel ganhadora, com Eledol e Herodiade num plano mais abaixo.

•

Pérola de Iapó correu tanto entre os machos que no páreo de éguas é fôrça destacada. Deve ganhar fácil, com Médea, Olena ou Gold Mary na dupla.

•

Argonauta volta à areia, onde corre mais, e pode se reabilitar do fracasso de domingo, mas Winter King, Guaruman e Fairfax tambem são candidatos.

•

Iguape vem correndo com regularidade, aqui e em Corrêas, podendo vencer Brazilian Star, Drácula e Guelfo.

INFORMES SOBRE OS ANIMAIS INSCRITOS PARA AMANHÃ

1.º Páreo — 1.600 metros

Mister Schuch — Pela sua estréia não deve perder.

Tarascon — Sério candidato. Há fé.

Descamisado — Apenas ligeiro. Pode estranhar o percurso.

Patife — Na grama estaria melhor.

Noviço — Tinindo. Será dos primeiros no disco.

Curitibano — Sua estréia agradou. Bom azar.

2.º Páreo — 1.800 metros

Cravador — Sofreu contratempos. Agora é a fôrça.

Ecelero — Não agradou sua última corrida. Cuidado!!!

Veludo — Pode-se reabilitar, pois anda bem.

Minguinho — Corria muito no sábado. Tem muita chance.

Púnico — A turma é forte. Só como azar.

3.º Páreo — 1.400 metros

Jacomi — É a fôrça do retrospecto. Pode ganhar.

Negra Maria — Na areia corre menos, mas tem alguma chance.

Valco — Foi mal corrido e na areia rende mais.

Haramun — Não gostamos dêsse na areia.

Lipe — Tinindo. Fez um bom apronto.

Jacuí — Não cremos em seu triunfo.

Hunter — Volta bem exercitado e é sério candidato.

Mavilis — Inferior ao companheiro.

4.º Páreo — 1.600 metros

Gulfstream — Foi mal corrido. Pode ganhar.

Canga — Turma forte. Não gostamos.

Oraci — Venceu fácil e é um dos prováveis ganhadores do páreo.

Griselle — Não cremos em seu triunfo.

Zanzibar — Vem correndo pouco, mas tem alguma chance.

Maud — Como azar não é má. Há alguma fé.

Manguanto — Tinindo. Venderá caro a derrota.

Courtesse — Não correrá.

Chuva — Não correra.

5.º Páreo — 800 metros

Prédica — Sua estréia foi boa. Pode levar a melhor.

Pandorra — Estreante. Regula com a companheira.

Fair Baby — Salvou o placê. Vai chegar com os primeiros.

Perlila — Foi pessimamente dirigida. Há muita fé.

Neva — Não correrá.

Miss Judy — Cremos que ainda não é desta vez.

Estrêla do Norte — Estreante. Ainda é cedo.

Kismel — Estreante. Vai esperar mais um pouco.

Ponda — Correu bem na estréia. Vale um placê.

Shameless — Não cremos em seu triunfo.

Pompa — Cada vez corre menos. Difícil.

6.º Páreo — 1.000 metros

Lilac — A mais temível adversária de Eledol.

Jeva — Estreante. Preferiu êste páreo. Será?

Herodiade — Vem de São Paulo preparada. Olho!!!

Leiza — Estreante. Vai fazer boa carreira.

Galantena — Estreante. Achamos que não pode ganhar.

Flor do Sul — Foi favorita e fracassou, porem pode ser desta vez.

Eledol — É um crack. Venderá caro a derrota.

Panda — Estreante. Pode formar a dobradinha. É de corrida.

7.º Páreo — 1.000 metros

Perlla de Zapó — É a fôrça do páreo. Pode ganhar.

Imamby — Reaparece bem movido mas não cremos.

Pola Negra — Não está no páreo.

Medéa — Volta bem exercitada: Séria candidata.

Camapuan — Não cremos em seu triunfo.

Elaem — Não correrá.

Miss Jon — Só como azar. Vem correndo pouco.

Olena — Não cremos em seu triunfo.

Gay Princess — Séria candidata. Há fé.

Amarelinha — Não cremos em seu triunfo.

Gold Mary — Vai ser das primeiras no disco.

Rosalie — Agora está na sua turma. Tem chance.

Ivy — Inferior à companheira.

Itaveraba — A mais fraca da trinca.

8.º Páreo — 1.600 metros

Drácula — Volta bem e nesta distância pode ganhar.

Irak — Difícil o seu triunfo. Nada vem fazendo.

Iguape — Em grande forma. Será dos primeiros no disco.

Taguari — Estreante. Correu pouco em São Paulo. Difícil.

Guelfo — Sua última corrida não valeu.

Comendador — Não cremos em seu triunfo. Tem corrido mal.

Lingote — Nada poderá fazer.

Brasilian Star — Volta bem e é um dos prováveis.

Caoré — Sua corrida foi suspeita. Cuidado...

Olympus — Não gostamos. Difícil.

Guaruman — Tem feito boas carreiras. Tem muita chance.

Mursa — Estreante. Cremos que nada poderá fazer.

Argonauta — Volta bem e na areia corre mais.

Cabala — Não correrá

Tarifax — Agora corre em qualquer raia. Pode repetir.

Ouro Preto — Não cremos em seu triunfo.

Winter King — Em grande forma — Continua com chance.

Incendiário — Pode ganhar pois reapareceu bem.

Califa — Tem muita chance na carreira. É da areia.

Dr. Capistrano NARIZ OUVIDOS GARGANTA
(Doc Fac. Med.)
R. Senador Dantas, 20-9.º 22-8868

PALPITES PARA AMANHÃ

M. Schuch — Tarascon — Noviço.
Cravador — Minguinho — Ecelero.
Jacomi — Lipe — Valco.
Gulfstream — Maud — Giselle.
Fair Baby — Predicà — Panda.
Lilac — Eledol — Herodiade.
Medéa — P. Iapó — Miss Jou.
B. Star — Guelfo — Comendador.
Winter King — Guaruman — Argonauta.

Café CRUZEIRO (Extra)
GOSTOSO ATÉ SEM AÇUCAR

SENSACIONAL REVELAÇÃO DE LEONIDAS

"Nos campos europeus serei o mesmo homem da Copa Mundial de de 1938" — "Voltei ao peso leve daquela época, graças à Emagrina"



Leonidas, o famoso homem de borracha, falando ao jornalista que emagreceu muitos quilos, tomando a também famosa Emagrina.

No football, como em todos os outros setores da vida, há os ases, aqueles que alcançam os pincaros da glória. Possuidores de qualidades inatas para êste ou aquele mister, êsses privilegiados tornam-se idolos populares. Está no caso, além de outras raridades, o famoso Leônidas da Silva, orgulho do football brasileiro. Leônidas, nos seus áureos tempos, conseguiu o que jamais foi conseguido por qualquer jogador de football. Como todos sabem, êle foi chamado o "Diamante Negro", cognome que por si só exprime a admiração que causou, pelas suas excepcionais virtudes de exímio manejador da pelota. Hoje, Leônidas não é mais nenhum mocinho, entretanto, vem ainda prestando o seu inestimável concurso ao sport. Ainda agora soubemos, por fontes merecedoras de todo o crédito, que alguns clubs da Europa, a um convite que fizeram ao São Paulo F. C. para exibir-se naquele Continente, impuseram a condição da presença de Leônidas. A importância desse fato nos levou a procurar o "Diamante Negro", para ouví-lo a respeito.

Cavalheiro e amável como sempre, o "Diamante", a uma nossa pergunta, não se fez de rogado e nos foi logo dizendo: "E' verdade, meu caro, os europeus querem me ver novamente dentro da cancha. Entretanto, como você sabe, a gordura esteve querendo tomar conta de mim e gordo não se pode jogar football com o mesmo desembaraço. Venho treinando com regularidade, no intuito de evitar a gordura para conservar a forma física. Agora, com êsse convite dos europeus, tive que procurar um meio de apressar o meu emagrecimento. Intensifiquei por isso o meu treinametno. Os resultados vinham sendo obtidos com alguma morosidade. Então resolvi procurar o médico da minha confiança, o Dr. Newton Xavier Arruda. Expus-lhe a minha intenção e esse ilustre facultativo aconselhou-me o uso de preparado científico denominado Emagrina. E os resultados têm sido surpreendentes. Tenho emagrecido satisfatoriamente, com a rapidez desejada e me sinto muito bem de saúde. A ciência progride, prezado jornalista, e já há — eu o digo por experiência própria — um remédio que faz emagrecer e ao mesmo tempo melhora a saúde. Pode, pois, dizer pelo seu jornal esta verdade incontestável: o produto que estou usando com absoluto êxito chama-se Emagrina. Assim, espero que serei o mesmo homem da Copa Mundial de 1938. Antes de terminar as minhas palavras, quero deixar aqui consignado um voto de agradecimento ao Dr. Newton Xavier Arruda, médico e meu particular amigo, que me aconselhou o uso da Emagrina". Dêste modo terminou sua sensacional revelação o famoso "Diamante Negro".

(Transcrito da "Gazeta Esportiva", de 15-1-1951).

DR. SPINOSA ROTHIER
Doenças sexuais e urinárias, lavagens endoscópicas da vesicula, tratamento dos tumores da próstata por eletro-reseção (trans-uretral
RUA SENADOR DANTAS, 45-B, ap. 902 — Das 13 às 19 horas
Telefone 22-3367

Cinema ? Leia CARIOCA

Seu médico está com a palavra...
Aumente a capacidade de seu Cérebro, combatendo a fadiga cerebral e o Esgotamento com:
FOR-T-FOSFATOS
Medicamento de FOSFATOS NATURAIS, VITAMINA B1 E AMINAS DO CÉREBRO E DA MEDULA ESPINHAL, que promove a normalização do metabolismo proteico do cérebro e dos nervos, evitando o esgotamento, combatendo a neurastenia e a perda de memória.
FOR-T-FOSFATOS, produto do Instituto Farmacobiológico, rua Estrela, 57 - Rio

Resultado do 191.º sorteio de apólices da
"A EQUITATIVA"
Relação das apólices sorteadas em 15 de março de 1951
SORTEADAS COM CR$ 10.000,00
SEGURO FAMILIAR

F. 10.155	Artur de Souza Lima	Jatobá — Paraiba
F. 3.356	Clóvis Barreto de Oliveira	Recife — Pernambuco
F. 9.168	Maria Raquel Mendes D'Avila	Ubá — Z. de Uberaba - Minas
F. 12.630	Ranulfo Fundão Coutinho	Cariacica — Espírito Santo
F. 17.707	Francisco Alves de Santana	Campos — Estado do Rio
F. 6.850	Jayme Martins Bastos	São Paulo — São Paulo
F. 18.918	Wanda Maria Ferraz	Anápolis — Goiás

SEGUROS BASICOS

413.523	Túlio Azevedo	Tefé — Amazonas
460.877	Niso de Souza e Silva	Santa Filomena — Piauí
276.977	Jamil Amin Jereissati	Fortaleza — Ceará
249.763	Dr. Alcides B. Correia de Mello	Recife — Pernambuco
308.590	Joaquim Carneiro da Silva	Ipirá — Bahia
519.724	Rodolfo Caldeira da Cruz em conj. com D. Antonina Campos da Cruz	Espinoza — Z. de Belo Horizonte — Minas
292.692	Maria de Aquino Castro	Juiz de Fora — Minas
403.127	Abilio Pereira Carneiro	Eloi Mendes — Sul de Minas
456.265	José Godoy	Ponte Nova — Minas
180.922	Dr. José de Vasconcellos Pinto	Distrito Federal
180.931	Dr. José de Vasconcellos Pinto	Distrito Federal
412.324	Luiz de Assis Duque Estrada	Distrito Federal
324.220	Dr. Celso Vieira	São Paulo — São Paulo
451.614	José Rebello Alves Corrêa	Ribeirão Preto — São Paulo
420.710	Joversino D'Assis Teixeira	Bandeirantes — Paraná
442.209	Bráulio Ezequiel Amarante	S. Francisco do Sul — S. Cat.
441.967	Athayde Peixoto de Freitas	Inhumas — Goiás

"A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL" já distribuiu em sorteios a importância de Cr$ 41.968.000,00
O próximo sorteio deverá ser realizado em 16 de abril de 1951
"A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL"
Sociedade Mútua de Seguros Sôbre a Vida
Sede: AV. RIO BRANCO, 125 — RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE SEGURO FAMILIAR COM SORTEIOS MENSAIS
RUA SÃO JOSÉ, 50 — 2.º, 4.º e 5.º PAVIMENTOS
Mande-nos informações sôbre o SEGURO FAMILIAR COM SORTEIOS
Nome: ....
Endereço: ....
Localidade: .... Estado: ....

Perfeição... Qualidade...
BICICLETAS BSA
INGLESAS
A VENDA NAS CASAS DO RAMO
VENDAS PELO CRÉDI-MESBLA
PEÇAM CATÁLOGOS
DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS
MESBLA
RIO - RUA DO PASSEIO, 48.54
FILIAL DE NITERÓI - R. VISC. RIO DO BRANCO, 521

Piadas de Mutt & Jeff

LÁ ESTÁ TOCANDO DE NOVO O TELEFONE; APOSTO COMO É LIGAÇÃO ERRADA!
RING RING RING
ALÔ!
ZO-OOOO ESTÁ OCUPADO, SENHOR, MAS EU POSSO ARRANJAR-LHE UMA LIGAÇÃO PARA 22-2222, QUE É UM NÚMERO MUITO SIMPÁTICO!
TELEFONISTA, DÊ-ME 55-1234!
ALÔ! É 55-1234? É O PRESIDENTE DA COMPANHIA TELEFÔNICA?
SIM!
ENTÃO, QUE TAL SAIR DA CAMA BEM QUENTINHA ÀS TRÊS HORAS DA MADRUGADA, PARA ATENDER A UMA LIGAÇÃO ERRADA, HEIN?
CLICK!
Fisher 775

O "ASTRO" NÃO QUER NADA...

CONTINUAÇÃO DA ÚLTIMA PÁGINA

o ex-comandante do Botafogo e das seleções cariocas de football? Sabíamos que, deixando o seu club litigiosamente, Otavio havia adotado nova profissão, a de cronista esportivo e estava fazendo sucesso. Teria por isso ocorrido algo tão decepcionante que o levasse àquela resolução? E isso justamente quando se murmura o seu retorno ao football em outro club da cidade? Tratar-se-ia de alguma «topada» sentimental, de um forte desencanto, capaz de o levar a «queimar as vestes profanas»?

"Inacreditável"!

Afinal, como reporter mais velho, resolvemos procurar Otávio. Encontramo-lo debrugado na máquina de escrever do vespertino onde agora defende o «pão nosso de cada dia». A nossa indagação atuou sôbre ele como um «coup de foudre»... Otávio perdeu a voz abatido pela surpresa mas recuperou-se rápidamente para reagir com o vigor dos velhos tempos em que fulminava os goleiros da cidade:

— Mas isso é inominável. Eu entrar num convento? Por que? Isso já não é mais um equívoco, deve ser uma pilheria.

Retrucamos que a notícia fora dada com toda a seriedade.

— Vou ler a notícia mas, posso lhe asseverar que jamais pensei nisso. Estou satisfeito com a minha vida e a minha nova profissão. Pode asseverar que prosseguirei vivendo como tenho vivido.

— Você voltará ao football, perguntamos para encerrar a conversa:

— Bem, essa é outra história. Por enquanto não resolvi nada sôbre o meu retorno às atividades desportivas. Mas é bem possivel que isso se verifique.

RECIFE, 16 (Asap.) — O Conselho Arbitral da CBD, indeferiu o pedido de anulação do jogo de domingo último, feito pelos alagoanos, por falta de fundamento da sua alegação de que o tento pernambucano havia sido conquistado irregularmente.

SILAS

Não jogará contra o Flamengo

S. PAULO, 16 (Serviço especial de A NOITE) — Chegou a esta cidade, viajando por via aérea, o atacante Silas, ex-defensor do Fluminense, do Rio, cujo passe acaba de ser adquirido pelo São Paulo F. C.

Encaminhado ao técnico Leônidas, Silas iniciará imediatamente os treinamentos, pois será incluido na delegação sampaulina que embarcará, hoje, para o Rio. Pelo que conseguimos apurar Silas não será lançado contra o Flamengo, no próximo domingo, aguardando Leônidas melhor oportunidade.

Dr. Pedro de Albuquerque
Doenças sexuais e urinárias
R. Rosário, 98 - De 13 às 18 hs.

MESSIAS
Tinto (leve) • Grande vinho tinto 1944 • Messias Rosé Garrafeira 1943

Hoje, a entrega dos prêmios da Prova Popular de Natação A NOITE

Às 17 e 30 horas, na redação de A NOITE, a cerimônia da entrega de medalhas de ouro e troféus aos vencedores daquela competição

Repetir-se-á, hoje, à tarde, na redação de A NOITE, uma cerimônia que se tornou tradicional e grata aos que militam nos desportos aquáticos e aos que sentem o alcance das iniciativas tendentes a estimular o gosto pela natação. Ela consistirá, como de outras feitas, na entrega dos prêmios instituidos por êste jornal, para os primeiros colocados na Prova Popular de Natação A NOITE.

Para a competição que êste ano A NOITE realizou com o êxito já habitual, foram reservadas medalhas de ouro, prata e bronze, para dezenas de concorrentes, bem como diplomas aos que completaram o percurso Fortaleza de São João-Rampa do Fiamengo. Troféus valiosos serão entregues aos dirigentes do Vasco e do Departamento de Educação Física do Corpo de Fuzileiros Navais, por terem as suas equipes se sagrado campeãs.

Ao Vasco da Gama caberá o bronze A NOITE e ao Corpo de Fuzileiros o bronze "Comandante Amaral Peixoto". O Flamengo também receberá um bronze A NOITE, por ter apresentado a equipe mais numerosa. As medalhas de ouro serão entregues a Hilton de Almeida e Jane de Queiroz Young, ambos do Vasco e detentores dos primeiros lugares. Medalhas de vermeil serão entregues a Valter Hughs Aragão, dos Fuzileiros e primeiro colocado dentre os militares, e a Artur Rodrigues da Silva, colocado em segundo lugar na classificação geral. Ao melhor avulso, João Gentil Junior e aos colocados do 3.° ao 10.° lugares serão entregues medalhas de prata. Os classificados do 11.° ao 30.° lugares receberão medalhas de bronze e os demais, diplomas comemorativos.

EM TRES ETAPAS O TORNEIO MUNDIAL DE CAMPEÕES

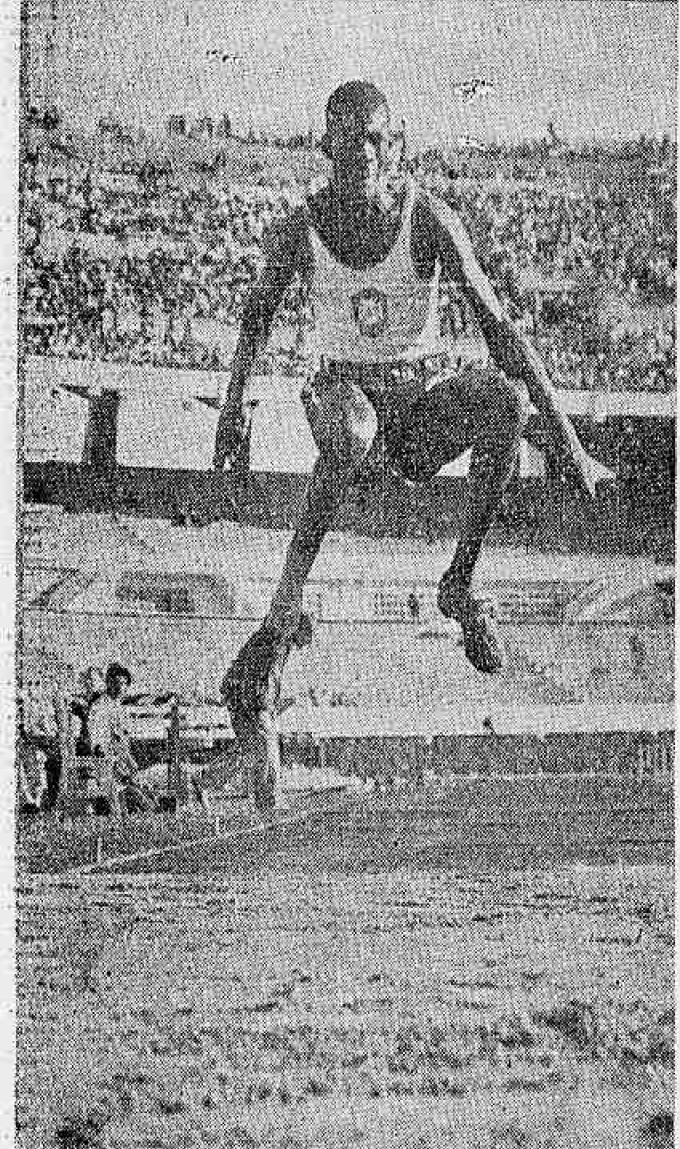
DOIS GRUPOS, NO RIO E SÃO PAULO, ENCABEÇADOS PELO VASCO E PALMEIRAS — COMO SE FARÁ A CLASSIFICAÇÃO E A DECISÃO DO TÍTULO — SERÃO APROVADAS, NA REUNIÃO DE HOJE, NA C. B. D., AS MEDIDAS DEFINITIVAS SÔBRE O CERTAME

Está marcada para esta noite, na sede da Confederação Brasileira de Desportos uma importante reunião entre os dirigentes da nossa entidade máxima e o Sr. Ottorino Barassi, presidente da Federação Italiana e vice-presidente da F.I.F.A., para ser tratada a realização do Torneio Mundial de Clubs Campeões. Esse certame, idealizado pelo Sr. Ottorino Barassi em seguida à última Copa do Mundo, está pronto para ser disputado entre 30 de junho e 20 de julho do corrente ano. Todavia, por motivo de certas dificuldades, chegou a ser anunciado o possível cancelamento do certame. Dessa maneira, a reunião de hoje surge como palavra final sobre o Torneio dos Campeões. Sabe-se, porém, que está de pé o proposito de se promover êsse Torneio, a despeito das versões em contrário.

Ao conclave desta noite na C.B.D. comparecerão, além dos elementos da diretoria e do Conselho Técnico de Football da C.B.D. os presidentes do Vasco e do Palmeiras, clubs brasileiros classificados para a disputa do certame.

Na sessão de hoje será aprovado o regulamento do Torneio Mundial de Campeões, com as modificações apresentadas pelo Sr. Ottorino Barassi.

Segundo o que se sabe, o certame deverá ser disputado em dois grupos de quatro concorrentes, um no Rio, e outro em São Paulo, sendo "cabeças de chave" o Vasco e o Palmeiras, respectivamente, tendo como local dos jogos o Maracanã e o Pacaembú. A disputa do Torneio, por outro lado, comportará três etapas: de classificação, semi-final e final. Na primeira ficarão classificados dois concorrentes em cada grupo; na semi-final jogarão entre si o 1.° colocado de um grupo e o 2.° do outro, saindo daí os dois finalistas. E na etapa decisiva, a final, jogarão em "melhor de três" ou "melhor de 4 pontos", os dois finalistas. O critério da decisão do título ficará estabelecido na reunião de hoje.



O formidável Adhemar Ferreira da Silva, do Brasil, campeão do triplo salto e considerado o melhòr atleta do momento internacional, na sua especialidade



Octavio, que prefere continuar na vida profana

Dante Rossi não serve

O VASCO PREOCUPADO COM O SORTEIO DOS JUIZES PAULISTAS

SÃO PAULO, 16 — (Da Sucursal de A NOITE) — Os profissionais do Vasco da Gama treinaram esta manhã, no Pacaembú, encerrando os seus preparativos para a peleja de amanhã, contra a Portuguesa de Desportos. O técnico Oto Martins Glória submeteu os seus pupilos a um rigoroso ensaio individual, que constou de ginástica e batebola. Todos os jogadores vascainos participaram do exercicio, inclusive Ademir e Amorim, os dois goleadores no «match» de domingo passado, frente ao Bangú.

O treino teve a duração de trinta minutos e terminado o mesmo, o técnico Oto Glória deu a conhecer a formação da equipe que enfrentará a Portuguesa. É a seguinte: Barbosa; Augusto e Clarel; Eli, Danilo e Jorge; Tesourinha, Ademir, Amorim, Ipojucan e Djair.

Hoje, à tarde, na séde da Federação Paulista de Football, será feito o sorteio dos árbitros para os jogos de amanhã e depois. Esse sorteio, ao que apuramos, está preocupando os dirigentes do Vasco da Gama. Como se sabe, o club cruzmaltino não se mostra muito interessado em concordar com o nome do Sr. Dante Rossi, pois, na peleja travada com o São Paulo, o apitador paulista não fez outra coisa senão prejudicá-lo nas marcações ofendendo, ainda, os jogadores. Espera o Vasco que o nome de Dante Rossi não figure no sorteio desta tarde.

"A MELHOR "CHAVE" E' A QUE ABRE O GOAL ADVERSÁRIO..."

PORTO ALEGRE, 16 (Asap.) — Como é sabido, o S. C. Internacional, desta capital, campeão gaucho de football de 1950, tomou parte num torneio quadrangular realizado em Montevidéu há poucos dias, perdendo os três jogos que disputou, por 4 x 0, 2 x 1 e 3 x 2. E o matutino local "Correio do Povo", num interessante comentário sôbre o que escreveram alguns órgãos da imprensa uruguaia, sôbre o bom desempenho da defesa do Internacional e a fragilidade do seu ataque, transcreveu o seguinte tópico de "El Debate":

"Não admira que o ataque do Internacional possua tão parcos recursos. Os brasileiros, cuidando da sua "diagonal", de suas "chaves", esqueceram de que a melhor "chave" é a que abre o goal adversário... Vimos na "Copa do Mundo' o scratch brasileiro. Ademir e Zizinho. Só. Dois ponteiros mediocres e um Jair que não cabe mais num scratch. O Vasco só tem Ademir e Maneca. Grande figura não possue o São Paulo em seu ataque. Nem o Corintians. Nem o Botafogo. Nem o Fluminense. São jogadores pouco impressionantes, de nivel médio, como Peñarol e Nacional têm inúmeros entre os reservas. Já os nossos são diferentes. Há profusão de forwards, tão bons construtores como artilheiros. E' que, enquanto os brasileiros cuidaram, nos últimos dez anos, mais de não tomar goals do que de fazê-los, nós cuidamos do inverso...".

A NOITE — 6.ª-feira, 16/3/51 — N. 13.740

"BROTINHOS" PARA O BOTAFOGO F. R.

RECIFE, 16 (Asap.) — Continua nesta capital, o ponteiro pernambucano Jarbas, pertencente ao Botafogo, do Rio de Janeiro, o qual veio com a missão de aliciar jogadores para o football carioca. Vários elementos estão sendo visados, todos com o limite de idade até 19 anos.

Ghiggia, o fantasma dos brasileiros

GHIGGIA, O FANTASMA

Contra o Internacional também fez o goal da vitória

MONTEVIDÉU, 16 — (A. F. P.) — Realizou-se ante-ontem à noite, no estádio Centenário, uma partida de football entre os clubs Internacional, de Porto Alegre, e o Peñarol, tendo finalizado com o triunfo dos locais pela contagem de 3 x 2. O conjunto brasileiro, fazia sua última apresentação no Uruguai e demonstrou um entusiasmo e entendimento que deram por terra, até mais da metade do segundo tempo, com as aspirações do club uruguaio. Depois dum primeiro tempo brilhantissimo pela rapidez e conhecimento das jogadas os rio-grandenses estavam vencendo por 2 x 1, e no meio do segundo tempo o Peñarol começou a reagir.

Os tentos foram conseguidos por Enio e Canhotinho, para o Internacional e Schiaffino, Miguez e Ghiggia para o Peñarol.

..N. R. — Ghiggia que fez o terceiro goal do Peñarol foi o autor do tento que deu aos uruguaios o titulo de campeões mundiais.

CARIOCA pertence aos "fans" do cinema e do rádio

Perdeu o Bonsucesso

S. PAULO, 16 (Serviço especial de A NOITE) — O Bonsucesso, no jogo-estréia, na cidade de Piquete, foi batido pelo Estrela do Norte, pela contagem de 3x1.

Não causou boa impressão o padrão de jogo apresentado pelos cariocas, que em nenhum momento da partida fizeram jus ao favoritismo de que vinham precedidos. Perdeu o Bonsucesso porque jogou pouco e não resistiu à linha atacante dos locais, que em magnifica tarde proporcionaram a regular assistencia presente, uma boa exibição de football.

A delegação rubro-anil viajou hoje, pela manhã, em onibus especial, de volta ao Rio.

ASPECTOS ATLETICOS DO PAN-AMERICANO

ADHEMAR FERREIRA DA SILVA, HELIO COUTINHO E LUCIO DE CASTRO

SALVARAM O RENOME DO BRASIL — INFERIORIDADE TOTAL DAS MOÇAS NACIONAIS

De Emmanuel Amaral, para A NOITE — Graças a Adhemar Teixeira da Silva, o notável saltador de triplo, que honrou fielmente os seus últimos resultados, a Hélio Coutinho, que o secundou, formando a única dupla vitoriosa do Brasil e o único titulo individual para o nosso país nessa especialidade, nossa representação atlética ficou muito longe do que se esperava para a nossa tradição de lider tantas vezes do continente sul. Afora essa estupenda performance sôbre especialistas, apenas o magnifico Wilson Nogueira, com os seus 53,7 nos 400 metros sôbre barreiras, a um passo do colombiano campeão e o seu quinto lugar nos 110 metros barreiras, no bolo tremendo que se formou atrás do famoso Keller, o campeão mundial.

Depois dêsses heróis brasileiros, Aldo Luz fez um bom resultado no salto em altura, classificando-se segundo e o "veteranissimo" Lúcio de Castro ainda salvou a nossa tradição no salto com vara, passando o sarrafo a 3,90 com todos os seus quarenta e poucos anos de idade.

Admirável, o Lúcio. Foi terceiro pela diferença de tentativas, perdendo o segundo lugar para o seu colega peruano, que saltara mais cedo a mesma altura.

O resto quase nada fez. Apenas o esfôrço de Roque e de Oiticica nas provas mais longas e um desastre total dos demais, tanto na parte masculina como na feminina. Nesse setor, então, que lástima. Nenhum corredor leve obteve classificação, nenhum arremessador se avizinhou de qualquer final. E estavamos preparados...

O "ASTRO" NÃO QUER NADA COM O CÉU...

Contentíssimo com a vida profana, Otávio, o ex-comandante do Botafogo, disse a A NOITE que só abandonará a sua atual profissão de jornalista se voltar ao football — "Barriga", a notícia do seu ingresso na vida monástica

Os meios desportivos tiveram na manhã de hoje, um «breakfast» delicioso: o ingresso do crack de football e jornalista estreiante, Otávio Sergio de Morais na vida monástica... Divulgada por um matutino, em sua primeira página, com sobriedade de linguagem, a noticia impressionou e tinha foros de veracidade. Afinal, não seria o primeiro «astro» a procurar um caminho mais rápido para o céu, através do cilicio dos claustros. Já um futuroso atleta paulista, jovem milionário e no apogeu da carreira, esperança do atletismo nacional largara tudo, de chofre para tomar o hábito Fora do esporte, outro jovem também no auge do estrelato, José Mojica, repudiara os bens ou males terrenos para esconder-se à sombra de vetusto convento na cordilheira dos Andes.

Confessamos que também nos surpreendemos com o «furo» Que teria acontecido a Otávio, (CONTINUA NA 11.ª PAGINA)

VENCEU O OLARIA

SEM MAIORES DIFICULDADES

CARANGOLA, 16 (Serviço especial de A NOITE) — Voltou o Olaria a exibir-se em gramados mineiros, desta feita enfrentando o conjunto do selecionado da cidade de Muriaé, que não conseguiu, apesar de seus esforços, oferecer resistência ao quadro carioca.

Venceram os olarienses pelo escore de 4x0.

A primeira fase da partida teve o seu desenrolar todo favorável aos pupilos de Domingos da Guia, e terminou com a contagem de 3x0, goals de Esquerdinha, Washington e Maxwell.

Ao iniciar-se a segunda fase os locais tentaram a reação e a partida passou a ter um desenrolar equilibrado, com visivel perigo para a méta de Milton. O jogo manteve-se neste nivel quando foi marcada uma falta máxima contra o quadro de Muriaé. Cobrou Esquerdinha, assinalando o quarto tento do Olaria e ultimo da peleja.

A renda atingiu a cifra de Cr$ 25.000,00. A arbitragem do Sr. Adelino Ribeiro de Jesus, foi satisfatória.

BASSO CONSEGUIU A RESCISÃO

O Botafogo, como se sabe, havia recebido uma carta do zagueiro Oscar Basso pleiteando a rescisão do contrato que o prendia ao alvi-negro carioca. Nessa carta, alegava o correto «player» argentino, que um unico e muito forte motivo determinava essa sua atitude: o estado de saude de sua esposa, que se encontra internada em Buenos Aires, devendo sofrer melindrosa intervenção cirurgica e cuidadoso tratamento. Dizia ainda Basso que recebeu do Botafogo o melhor tratamento e nenhuma queixa tinha contra o club, seus associados ou jogadores. Assegurou ainda o ex-defensor do San Lorenzo que no Brasil, caso voltasse ao nosso football só atuará pelo Botafogo.

Diante dos motivos alegados por Basso, a diretoria do Botafogo resolveu na sessão de ontem, à noite, conceder a rescisão pleiteada.

Assim, teve um desfecho amigável a questão, o que era esperado. No Botafogo, Basso deixou as mais lisongeiras recordações, sendo estimado por todos e considerado pelos dirigentes como magnifico exemplo de correção e eficiência.

BERLIM, 16 (A. F. P.) — O ciclista holandês Van Beeck faleceu depois duma queda, quando tomava parte na prova "Seis dias"

CORTANDO O PANO

A Federação Metropolitana ou melhor, o presidente ocasional da entidade, resolveu "entregar os pontos" no "caso" do amador Indio, negando-lhe o registro como profissional depois de o mesmo ter sido dado pela C. B. D.

A decisão acertada do mentor adventicio da F. M. F. foi de voltar atrás ouvindo o conselho dos mais velhos.

Mesmo porque, o que êle pretendia fazer contrariava a própria Constituição quando determina que a "ninguém se pode negar o direito de trabalhar".

Evidentemente, Indio, ao assinar contrato com o Flamengo, pretendia adotar a profissão de jogador de football, isto é, procurava trabalhar para a sua subsistência.

Tentanto proibi-lo, a F. M. F. estava incentivando a malandragem e burlando, por outro lado, os preceitos constitucionais.

De malandros o football já está cheio e quem duvidar que passe uma vista d'olhos pelas suas camadas dirigentes...

ALFAIATE

SEXTA-FEIRA, EM VEZ DE 5.ª

O SORTEIO DE JUIZES

Em virtude de uma sugestão apresentada pelo Sr. Romeu Dias Pino, diretor do Colégio de Arbitros, o sorteio dos juizes para as partidas do Torneio Rio-S. Paulo, que vinha sendo realizado às quintas-feiras, passará a ser feito nas sextas-feiras, à tarde.

DIA 25

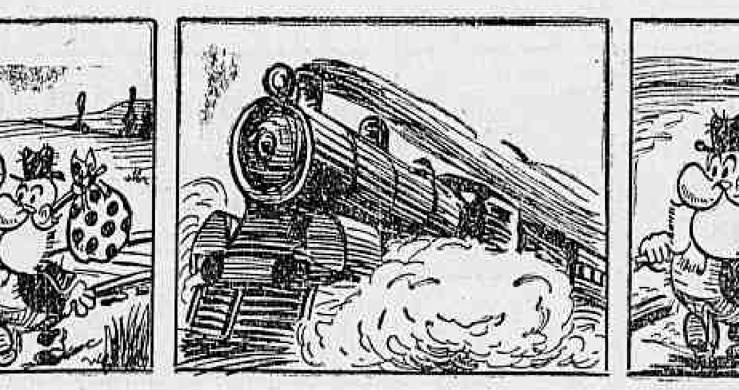
LISBOA, 16 (AFP) — Chegou a esta capital, por via aérea procedente do Rio de Janeiro, o Sr. Joaquim Almeida, diretor do São Paulo Football Club. Sabe-se que a equipe do São Paulo F. C. jogará em Lisboa, provavelmente, a 25 de março, contra o campeão português Sporting F. C. e o antigo campeão Benfica Football Club.

DEPOIS DE RESOLVER O CASO DA COLOMBIA

O SR. VALENZUELA DISCUTIRÁ AS RESOLUÇÕES DO CONGRESSO DE QUITANDINHA

SANTIAGO DO CHILE, 16 (U. P.) — O presidente da Confederação Sul-Americana de Football Luis Valenzuela viajará sábado para Lima, a fim de continuar viagem segunda-feira para Bogotá, onde conferenciará com os Srs. Luis Aranha e Ottorino Barrassi, vice-presidente e secretário, respectivamente, da Federação Internacional de Football "Association" (F. I. F. A.), com a finalidade de encontrar uma solução para a cisão do football colombiano, em conjunto com o presidente e demais dirigentes da Federação Colombiana de Football, que tem sede em Barranquila e é filiada à entidade internacional. Depois, Valenzuela irá a Madrid onde conferenciará com os membros da F. I. F. A., designados para discutir as novas regulamentações aprovadas no Congresso de Quitandinha, no Rio de Janeiro, em meados do ano passado. As reuniões de Madrid serão realizadas de 29 a 31 de março. Estas reformas deverão ser ratificadas no Congresso Mundial de Football de Helsinki, em 1952, quando forem realizados na Finlandia as Olimpiadas Mundiais. E' possivel que Valenzuela, de regresso ao Chile, visite o Rio de Janeiro, e Montevidéu, a fim de assegurar o comparecimento dos brasileiros e uruguaios ao campeonato pan-americano de football a ser realizado em Santiago, em 1952.

GILDO, O INCRIVEL...



Vem aí uma equipe argentina

BUENOS AIRES, 16 (U. P.) — Uma equipe argentina de basketball partirá no dia 29 dêste mês para o Brasil, a fim de disputar 10 matches com os melhores "five" do Rio, São Paulo e Santos. Os jogadores argentinos, que participarão da excursão ao Brasil, são: Capece, Belli, Tram, Perez, Verad, Gaszo, Grasso, Modios Comenero e Lopez.

BIBLIOTECA NACIONAL
AV.Rio Branco
D.Federal
G 7/45 N.

A situação do país

na Mensagem do presidente Vargas ao Congresso

Confiança na ação do Legislativo, no sentido de dotar o Brasil da legislação adequada ao seu desenvolvimento econômico e social — Significado do pronunciamento das urnas a 3 de outubro — Identificação do Estado com o povo — Igualdade de oportunidade na competição social — Crédito ao trabalhador, pequeno agricultor e industrial — A situação financeira — Plano de reestruturação geral dos serviços públicos — Apuração e correção das irregularidades e deformações praticadas no setor do pessoal, a fim de repará-las, sem prejuizo dos direitos perfeitamente configurados — O custo da vida — Verificou-se em janeiro passado a maior alta mensal dos últimos anos - Atacará o govêrno o problema nas três frentes: o contrôle monetário, o aumento da produção essencial e o combate sem tréguas à especulação através de medidas diretas e de emergência — "Nesse particular, (escreve o presidente Vargas), espero a compreensão geral" — Os transportes e o sistema tributário — Eletrificação de ferrovias — O petróleo e a habitação popular

Publicamos a seguir a Mensagem que o presidente Getúlio Vargas enviou ao Congresso Nacional ao inaugurar-se, ontem, a nova Legislatura. E um documento da mais alta expressão, em que o chefe do Govêrno expõe a situação do país, inclusive quanto aos grandes problemas com que nos defrontamos. Nêle revela o seu desejo de preservar a continuidade administrativa, em tudo o que não fôr superado pela experiência, pelo pronunciamento das urnas ou pelas condições emergentes da vida nacional e internacional, e revela os propósitos que o animam, salientando a sua preocupação constante de realizar a democracia econômica e social, através da proteção ao trabalhador e da melhoria das condições de vida dos humildes

Eis os termos da Mensagem:

SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

No início do novo Govêrno, quando se inauguram os trabalhos da presente legislatura, proporciona-me o preceito constitucional a almejada oportunidade de vos expor a situação do País e os grandes problemas com que nos defrontamos.

Esta é, também, uma mensagem de cordial colaboração do Poder Executivo, na qual desejo, inicialmente, manifestar a minha inteira confiança no labor objetivo e fecundo do Congresso, no sentido de dotar o País, no menor tempo, da legislação adequada ao seu desenvolvimento econômico e social, e de prover o Poder Executivo com os recursos legais para uma ação plástica e eficiente nas novas condições externas e internas, bem como para o desempenho pleno e responsável dos seus deveres perante a Nação.

Registrarei os aspectos mais significativos e os fatos relevantes da situação do País, conquanto não fôsse possível, nos primeiros dias de govêrno, coligir todos os elementos informativos, com a desejável minúcia, pois não encontrei elaborados os relatórios do ano transato. A Administração, no entanto, tem caráter permanente, ainda que variem seus responsáveis ou suas diretrizes políticas. De minha parte, espero poder preservar a continuidade administrativa, em tudo o que não fôr superado pela experiência, pelo pronunciamento das urnas ou pelas condições emergentes da vida nacional e internacional.

E' meu desejo amiudar êstes contatos com o Poder Legislativo, para que, num espírito de mútua compreensão e colaboração, possamos acelerar o ritmo de trabalho dos dois Poderes, no estudo e solução dos ingentes e complexos problemas nacionais, emprestando, assim, à ação governamental presteza e eficácia, como as circunstâncias estão a exigir.

A cooperação será a atitude constante do Executivo. Podeis contar com a sua solicitude e empenho em fornecer-vos todos os elementos informativos de que dispuser, não só a pedido vosso, mas antecipando-se a êle, por iniciativa própria e prática regular, para o que já estou determinando as necessárias providências. Podeis, mesmo contar com a assistência permanente em tudo aquilo em que dependerdes da Administração para o perfeito desempenho da vossa missão de representante do povo.

Confio na ação pronta e eficiente do Congresso, na vossa lúcida interpretação das aspirações populares, traduzidas numa legislação adequada aos imperativos e contingências de nossa época. Pronto estou para pôr em execução, como me cumpre, os vossos decretos, e sugerir-vos os projetos que pareçam ao Executivo, com a experiência do Estado em ação, atender às necessidades do País e traduzir os seus anseios.

Fomos todos nós distinguidos pela confiança popular nas eleições de 3 de outubro. Parece-me oportuno fixemos de logo o sentido dêsse acontecimento marcante na história do sistema representativo brasileiro, pois dêsse esclarecimento advirá melhor compreensão da própria situação do País.

O último pronunciamento das urnas teve um cunho democrático, inédito pela sua fôrça e significação. Mais uma vez cumpre-me ressaltar, como já o fiz em ocasiões anteriores, a lisura com que se feriu o pleito e se pôs em execução a lei, o que honra o vigente sistema eleitoral. Este acontecimento revelou a eficácia das nossas instituições, estabelecidas pelo Govêrno Provisório de 1930, que me coube chefiar, e baseadas, de um lado, no sufrágio secreto e no uso mais extensivo possível do direito de voto; e, de outro, na segurança e imparcialidade da apuração, processo que se instituiu na Justiça Eleitoral. O regime democrático e republicano, submetido à prova nesse prélio, dele saiu revigorado e consolidado.

Não é pelo aspecto formal, que mais avulta a eleição de outubro. E' antes pelo seu significado profundo. Todavia, do ponto de vista formal, haveria ainda que pensar no aperfeiçoamento dos métodos que, sem prejuízo da segurança, permitissem acelerar o processo de alistamento, votação e apuração das eleições.

Sem embargo dêsses inconvenientes, o processo eleitoral permitiu às grandes massas liberarem-se do mêdo dos contrôles e sanções, e, assim, da submissão às oligarquias eleitorais e do seu poder arbitrário. Fôrça é reconhecer que não está ainda definitivamente superado o caciquismo e a política de campanário. E preciso tempo para extirpar vícios arraigados. Por outro lado, é necessário que floresçam, em substituição à política de clientelas, quadros de líderes orientados por idéias que conquistem, a compreensão e a confiança das massas; e, ainda, é imprescindível a uma completa liberdade eleitoral a libertação do temor e da necessidade, o que se conseguirá por uma substancial elevação dos níveis de vida das mais numerosas camadas do nosso povo. Eis porque tem sido minha preocupação constante a realização da democracia econômica e social, através da proteção ao trabalhador e da melhoria das condições de vida dos humildes.

Embora não tenhamos atingido ainda à plena maturação dêsse processo evolutivo, é certo que o pronunciamento das urnas demonstra uma reconquista da consciência do povo, uma afirmação das massas, outrora apáticas e submissas, da sua vontade de participar efetivamente do poder. A eleição não veio aprovar um estado de coisas, nem consagrar os grupos dominantes. Veio antes fazer desaparecer o afastamento entre as fôrças sociais e o Estado.

Num regime em que a afirmação popular legítima não atingia senão limitadas áreas e classes, o voto, como sabemos, era a homologação de oligarquias, e o Estado ficava entregue a minorias privilegiadas, já afastadas das realidades sociais. Essa manipulação do Estado por alguns, no jôgo dos interêsses de grupos e de negócios personalistas, divorciava o poder público dos interêsses eminentemente nacionais e dos problemas ingentes do povo.

A última eleição veio identificar o Estado com o povo. Foi uma reconquista do Estado pela sociedade viva. Aguçou-se, então, a capacidade de presença do Govêrno nos sentimentos e nos problemas populares, bem como se acresceram a legitimidade e o vigor das manifestações da soberania nacional.

Sinto-me particularmente feliz de ter sido a expressão da confiança e símbolo dessa afirmação nacional. Se no meu passado de lealdade ininterrupta aos interêsses populares, interpretado acima de quaisquer injunções, encontrou o povo a razão para escolher-me, redobrado compromisso assumi para com ele depois do seu caloroso pronunciamento. Convocado novamente para a suprema direção do País, quando já me considerava desobrigado de suportar seus pesados encargos, pouco lhe poderei dar que seja de minhas próprias fôrças. Conto, porém, para bem desincumbir-me das novas responsabilidades, com as luzes e o patriotismo dos demais Poderes, sobretudo do Legislativo, em seu relevante papel, e, ao vosso lado, com o apoio e a inspiração constantes da confiança popular.

A eleição de 3 de outubro revelou o alto nível de consciência política que atingimos, face aos grandes objetivos sociais e nacionais. Seus resultados, particularmente os que se registraram nos dois maiores Estados da Federação, demonstraram que foi superada a estreiteza do regionalismo político. Desta forma ficam nitidamente reforçadas as possibilidades de partidos políticos de âmbito nacional e de estrutura ideológica.

Com efeito, a consciência política alcançada pelas grandes massas e a maior segurança para a superação de vícios tradicionais, para o progresso das instituições democráticas e do sistema econômico, e para o próprio aperfeiçoamento da máquina administrativa. Tendo formado na vanguarda de acontecimentos decisivos da nossa recente história política, desfraldando a bandeira da unidade nacional, é-me particularmente grato registrar, na mensagem das urnas de 3 de outubro, o acêrto da minha orientação, interpretando os anseios populares e procurando no passado apressar a eliminação de artificiais obstáculos regionalistas que se antepunham ao progresso econômico e social do País, e que eram cultivados por grupos com interêsses nos monopólios de influência ou no próprio jôgo dos conflitos regionais.

A responsabilidade do Govêrno, ae que juntos partilhamos é, na hora presente, tanto maior quando se considera que não estamos ainda assistidos pela atuação regular de partidos estruturados em consonância com o pronunciamento das urnas.

O mandato de que fui investido, com o potencial de confiança de que estou plenamente consciente, impõe-me o dever de contribuir para orientar o poderoso impulso construtivo dêsse movimento popular, de modo a que possa atingir seus objetivos no menor tempo.

Não temo a resistência dos pequenos grupos reacionários, em quaisquer setores, nem creio que tentem vãos esforços de sobrevivência de seus superados padrões de comportamento e de seus interêsses anti-sociais. Sei que êles carecem de importância, apesar de sua tenacidade, diante da dominante afirmação das fôrças do progresso, e da própria capacidade de adaptação às circunstâncias históricas, que é uma das grandes virtudes da nossa gente.

Haveria, sim, a temer os desvios da energia desgastada nos movimentos populares sem firme direção; as espoliações e os enganos de que o povo tem sido vítima nessas fases de transição, enquanto não se preparam os novos quadros dirigentes, ou se ajustam os elementos válidos das elites às exigências das novas realidades políticas e sociais.

A primeira diretriz das urnas é a do Estado-serviço, com o qual o govêrno do povo se exerce também como o govêrno para o povo. Isso impõe a remodelação da Administração e a revisão gradual de seus processos e métodos tradicionais, no sentido de implantar uma atitude democrática de serviço público isto é, de servo do povo, no sentido mais puro da expressão.

Outra diretriz é a efetiva realização da igualdade de oportunidade na competição social. O princípio da igualdade perante a lei, sôbre incompleto, não foi além de um ideal não realizado. O que havia eram condições extremamente desiguais, conseqüentes das diferenças de fortuna e de nascimento. De fato, a ascensão social dos mais capazes era mínima, apesar de em nosso meio não medrarem os fortes preconceitos de côr e de casta, que em outras sociedades impedem a utilização plena das capacidades e aptidões individuais. As dificuldades econômicas, porém, persistem, entravando a escalada dos homens de origem humilde. E, enquanto isso, o sistema de educação e a maioria das instituições nacionais não estão ajustados para a democrática e saudável "circulação das elites".

Esta é uma conquista fundamental de justiça, e uma garantia de govêrno social, no mais alto sentido, sensível às mutáveis circunstâncias históricas e às reais aspirações populares.

Uma das instituições essenciais à realização dêsse princípio é o chamado "sistema do mérito", que procurei, quando de minha anterior administração, desenvolver no serviço público federal, como uma realização eminentemente democrática, e que sofreu rude retrocesso no período mais recente, particularmente no último exercício, com a lamentável cumplicidade dos próprios representantes do povo.

E' preciso promover a realização da igualdade de oportunidades, principalmente pela mais equilibrada e construtiva redistribuição dos frutos do trabalho e do capital, através do impôsto e dos programas do Estado. Será a igualdade pela tributação dos excedentes de poder econômico, aplicados pelo Govêrno no sentido de dar maiores oportunidades ao maior número. Bem sei das dificuldades de aplicação dêste princípio num país novo como o Brasil. Procurarei, contudo, adotá-lo, uma vez preservado o estímulo ao espírito de iniciativa e aos investimentos necessários ao desenvolvimento geral, e organizado o aparelhamento administrativo para maior eficiência econômica e social na aplicação dos recursos públicos.

A defesa dos padrões de trabalho através do aperfeiçoamento e execução da legislação trabalhista, a previdência social e a assistência às massas trabalhadoras continuarão a ser um dos instrumentos dessa política, em obediência ao mandamento das urnas. Urge racionalizarmos as atividades assistenciais para melhoria das condições de vida, tratando sobretudo dos problemas de imediato interêsse para a higiene e a elevação da produtividade — como é o caso da habitação e da alimentação. — ainda que tais problemas dependam essencialmente, para solução completa e definitiva, do desenvolvimento econômico geral.

Tendo em vista o importante papel do crédito ao trabalhador pequeno agricultor, artesão e industrial, será êsse um meio de que o Govêrno pretende lançar mão para estimular o espírito de empreendimento e de poupança, e para assim favorecer o acesso social dos mais capazes advindos das camadas populares.

E' propósito do Govêrno amparar, através do crédito e da assistência técnica, o homem que trabalha e empreende, procurando criar novas fontes de produção e de emprêgo. Neste sentido, nenhuma política parece mais imperativa que a de baratear a terra e tornar acessível e estável sua propriedade, na extensão necessária à exploração econômica.

O balanço da situação do País revela que não são fáceis os nossos problemas, sobretudo pela flagrante desproporção entre as nossas sociedades e as possibilidades atuais.

As justas aspirações do povo por uma vida melhor e mais feliz esbarram nas limitações de nossa realidade econômica, e da presente situação financeira. Os anseios e reivindicações dos assalariados crescem em ritmo superior ao da elevação dos salários e talvez mesmo do próprio crescimento da produção ou dos bens disponíveis.

A defesa da economia popular contra a carestia da vida é firme propósito do meu Govêrno, a cuja execução já dei início. Mas todos sabemos que os resultados definitivos dessa política só serão alcançados com o saneamento financeiro e o aumento substancial da produção.

A elevação dos níveis de vida, num país como o Brasil depende, assim, muito menos da justa distribuição da riqueza e do produto nacional, do que do desenvolvimento econômico. A grande verdade é que temos pouco que dividir. Devemos, portanto, por um lado, atender ao problema de justiça, corrigindo os abusos e a ostentação de uma minoria, e ainda elevar a produtividade através de melhores níveis de consumo, mas, por outro lado, não devemos permitir que uma distribuição insensata venha prejudicar o potencial de capitalização necessário ao desenvolvimento econômico geral, e, assim, à criação de maiores e mais amplas oportunidades de emprêgo e de salários.

A melhoria dos salários não deve ser medida em cruzeiros desvalorizados, mas no poder de compra de maior quantidade de bens. E para isto é indispensável que aumente a produção nacional.

O progresso social se vinculará solidamente ao desenvolvimento econômico. O Govêrno não poupará esforços para favorecer a acumulação de recursos públicos e privados, que se destinam a ampliar a produção nacional, e assim melhorar pelo emprêgo e pela abundância, as condições de vida do nosso povo. Do mesmo passo estaremos procurando alcançar nossa emancipação econômica, na melhor escala compatível com as inexoráveis interdependências internacionais. Não há por quem recear essa acumulação de capitais a serviço da Nação com uma nítida destinação social, e sob o contrôle de uma ordem política instaurada pelo povo e devotada a seus interêsses.

Confio em que o clima de emancipação popular e de responsabilidade das massas na obra do Govêrno e no progresso do País serão fatôres de confiança recíproca e de colaboração nas tarefas da produção, e, portanto, de aumento da produtividade do trabalhador nacional. Para ela também deverão contribuir decisivamente o sistema de educação e as atividades de assistência ao homem brasileiro. Desta maneira não será absurdo esperar, sem prejuízo do futuro, uma elevação substancial dos níveis de vida, ao mesmo tempo que estaremos preparando bases firmes em que se devam assentar o máximo possível de segurança internacional, e a futura libertação do nosso povo das necessidades fundamentais da existência.

Os sacrifícios que nos impôs a última guerra não foram compensados pela utilização oportuna dos saldos reservados para o reequipamento do País. Hoje, quando nem todos os setores públicos se recuperaram, e os produtores de norte a sul, lutando com a deficiência de crédito, de transporte, de armazenagem e a ausência de esclarecida e firme assistência oficial, mostraram a sua capacidade de iniciativa e de aperfeiçoamento, e venceram sérios obstáculos à expansão da produção, — principia a agravar-se a situação econômica mundial, com os conflitos armados no Oriente e a mobilização industrial do Ocidente.

Não assumiu a Nação consciência da gravidade do novo estado de coisas e de seus tremendos efeitos sôbre a nossa economia. Afrouxou-se o contrôle sôbre o emprêgo das divisas e não se cuidou das importações essenciais. A inflação se agravou, deixando, como uma bomba de ação retardada, os seus efeitos sôbre o período que se inaugura, especialmente quanto ao custo da vida.

Neste período em que a produção enfrentará as maiores dificuldades oriundas da crescente escassez de importações essenciais, e as finanças públicas federais e estaduais se encontram numa situação de grave desequilíbrio tem a Nação que enfrentar não menores, porém maiores encargos.

O Govêrno sente o dever e a responsabilidade de encarar de frente a situação. Fortalecido pela confiança das massas trabalhadoras e pela identificação profunda com o sentimento popular, não receia as medidas que sejam necessárias para vencer os riscos da conjuntura interna e externa, não discrepando de sua linha internacional, e disposto a alcançar, apesar de todas as dificuldades, uma posição de maior segurança e relêvo para o Brasil, no conceito das Nações, através do seu desenvolvimento econômico, da elevação da cultura e do progresso social do nosso povo.

Panorama internacional e posição do Brasil

Nos anos que se seguiram à terminação da 2ª grande guerra mudou consideravelmente o panorama da vida internacional.

Em primeiro lugar, desenvolveu-se o sistema de cooperação internacional, não só através das Nações Unidas, como de numerosos organismos regionais e especializados, que assumiram importantes encargos na vida interna de cada estado, dispensando-lhes cooperação técnica e financeira para solução de seus problemas e coordenando seus esforços em benefício do bem-estar geral e da manutenção da paz.

Em segundo lugar, o Govêrno dos Estados Unidos da América cônscio das responsabilidades que lhe advêm do grau superior de desenvolvimento econômico do seu país, tomou a si importantes tarefas de auxílio, levando recursos técnicos e econômicos às áreas devastadas, e também, ainda que em escala menor, às áreas subdesenvolvidas do mundo. Nasceu dêsse modo, um novo conceito da cooperação entre os povos, que se traduziu, no tocante ao grupo de países de que fazemos parte, na doutrina exposta pelo Presidente dos Estados Unidos no chamado "Ponto IV" e consubstanciada na Lei n.º 535 do 81.º Congresso Norte-Americano sôbre o desenvolvimento econômico internacional.

Em terceiro lugar, malgrado os esforços das nações democráticas para reconstruir, após a terminação da guerra, sôbre uma base unitária, as relações internacionais, dois grandes blocos se formaram baseados em sistemas econômicos opostos. Daí nasceu, em vez do convívio pacífico, voltado para a reconstituição material e a aproximação espiritual dos povos, um estado de tensão política, que deixa constantemente entrever as possibilidades de nova guerra. O potencial econômico das democracias, que poderia ter sido aplicado às obras de paz, aumentando o bem-estar dos povos, e elevando o seu nível de civilização, teve de ser, assim, em grande parte, dirigido à manutenção de um preparo militar, que onera com enormes encargos a economia dos países ocidentais.

Esse panorama veio criar novas perspectivas à política externa do Brasil e, ao mesmo tempo, exigir ampla reforma dos métodos de ação, para que os instrumentos diplomáticos e administrativos de que dispomos se adaptem às circunstâncias.

O desenvolvimento dos organismos internacionais, a criação de órgãos permanentes, que dirigem a cooperação entre os países, a reunião reiterada de congressos, conferências e assembléias, através das quais se completam e uniformizam as políticas seguidas pelos diferentes Estados, vieram suscitar, ao lado da diplomacia clássica, exercida através de representações permanentes junto a cada Govêrno, uma diplomacia parlamentar, cujo objetivo é a defesa dos interesses nacionais nos debates, nas resoluções coletivas e na troca de pontos de vista e de influências sôbre as principais questões de que dependem a vida e desenvolvimento dos povos.

Essa nova diplomacia tinha, no período histórico anterior à terminação da 2.ª grande guerra um caráter excepcional e secundário. Não há, porém, exagêro em dizer que ela avulta hoje em primeiro plano na política exterior, sobretudo quando as nações reduzem necessariamente o âmbito de sua política de poder para procurarem a proteção de seus interêsses vitais nas resoluções coletivas, nos princípios uniformes e nos instrumentos multilaterais, cujas sanções sustentam, em lugar das armas, o equilíbrio do sistema internacional.

As nações individualmente tendem a procurar amparo para os seus direitos nos organismos internacionais e nas fórmulas econômicas e jurídicas, que estabelecem o equilíbrio entre elas. Se ainda não logramos ver realizado o ideal da segurança coletiva, já galgamos uma importante etapa histórica, substituindo a política nacional de poder por uma política regional, em que os problemas de segurança e de defesa já não são examinados apenas em função de um Estado, mas em função de uma região ou de um bloco político irmanado pelos mesmos ideais.

A Organização das Nações Unidas, em primeiro lugar, a União Pan-Americana, em segundo, são os dois quadros em que inscrevemos a nossa vida política internacional, dentro dos tradicionais princípios de cooperação e de convivência pacífica, em que se moldou a civilização brasileira.

Pretendemos elevar ao mais alto grau a eficiência de nossa participação nesses e em outros organismos e reuniões internacionais, de acôrdo com a moderna consciência de que os interêsses brasileiros não estão apenas nas proximidades de suas fronteiras, mas em qualquer recanto do mundo, onde se fira uma questão ou se abra um problema capaz de pôr em xeque o sistema jurídico de convivência, em que nos integramos. Nesse sentido, tôdas as questões internacionais, ocorram onde ocorrerem, são de natureza fundamental para a política brasileira, e exigem uma consideração atenta e uma orientação consentânea com os nossos princípios e interêsses vitais.

O segundo aspecto característico da vida internacional de hoje — a nova concepção de cooperação visando ao desenvolvimento econômico — também determina algumas reorientações fundamentais da política exterior do Brasil e do aparelhamento administrativo que ela exige.

A era do imperialismo econômico, caracterizado pela exploração dos países atrasados em proveito da economia dos que se achavam altamente industrializados, pode ser considerada ultrapassada, senão nos fatos, pelo menos nos princípios que formam hoje a vida internacional. Tanto os povos adiantados, como os povos subdesenvolvidos do Ocidente, sabem que o mundo democrático não poderá sobreviver se não conseguir superar o exagerado desnível econômico entre as áreas de que é formado.

No mundo ocidental, onde vivem lado a lado nações imensamente fortes, dotadas de economia fértil em capitais e nações extremamente fracas, formadas de povos de baixo padrão de vida, não se poderá manter por muito tempo nem a unidade política, nem a prosperidade econômica, nem a paz social. Cedo ou tarde a unidade estabelecida entre elas conheceria a desagregação, e a revolução social viria liquidar os desajustamentos e as crises, que os seus dirigentes, em tempo hábil, não teriam sabido evitar. Daí a nova política de cooperação econômica internacional, cujo objetivo é proporcionar aos países subdesenvolvidos meios de expansão intensiva, com que corrijam suas deficiências e compensem as desvantagens naturais responsáveis pelo seu retardamento.

A NOITE
(2ª SECÇÃO)
(Não pode ser vendida separadamente)

O Brasil encara como um imperativo inadiável o seu desenvolvimento econômico intensivo, em perfeita harmonia com o dos demais países americanos.

Esse desenvolvimento não depende apenas da política econômica e financeira interna, que venha a ser firmada pelo Govêrno. Os fatos econômicos se situam numa conjuntura maior do que a nacional. O sucesso ou insucesso de qualquer política depende em primeiro lugar da sua perfeita inscrição nas tendências e correlações regionais e mundiais, que em grande parte predeterminam as conseqüências da ação dos governos.

O terceiro aspecto sob o qual se apresenta a vida internacional de hoje diz respeito à tensão política mundial.

O Govêrno encara as perspectivas internacionais dentro dos mesmos princípios de solidariedade às nações democráticas e da fidelidade aos ideais da civilização cristã, que sempre inspiraram e orientaram a nossa política externa. O bloco regional americano tem hoje no Tratado do Rio de Janeiro o instrumento eficaz pelo qual pautará as suas atitudes e pronunciamentos, quer diante de uma agressão partida do próprio hemisfério, quer diante de uma agressão partida do exterior. A próxima Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos dará margem a que estudemos, dentro dêsses princípios e dessas normas jurídicas, a atual situação internacional, cuja gravidade não pode ser disfarçada.

Nessa reunião não só consideraremos os problemas de cooperação política e militar entre os povos do hemisfério, como os problemas de cooperação econômica em face da situação de emergência, que determinará o restabelecimento de muitas características da situação que atravessamos em épocas anteriores. O Govêrno brasileiro estará pronto a dar a sua cooperação econômica, sob tôdas as formas ao seu alcance, mas a sua conduta externa está condicionada ao princípio de reciprocidade, de modo que os nossos aliados, por sua vez, nos auxiliem a suportar o impacto da situação de emergência sôbre a nossa deficiente estrutura econômica. E' sabido que um país subdesenvolvido, pobre de capitais e minado pela inflação, que nos últimos anos se agravou despropositadamente, suporta dificilmente os efeitos de uma situação de emergência, propícia aos deslocamentos artificiais do seu potencial de investimento e desorganizadora dos suprimentos indispensáveis à manutenção regular da vida industrial e civil.

O Brasil entende que a situação econômica de emergência não deve interromper, e sim acelerar, os programas de cooperação internacional visando ao seu desenvolvimento econômico, pois êsse desenvolvimento é indispensável para que possamos manter a nossa própria cooperação com outros países, e para que não soframos em nossa economia desgastes e limitações de difícil e tardia recuperação.

Todos êsses problemas serão levados a debate na Reunião de Consulta e examinados através dos órgãos competentes pelo nosso Govêrno e pelos das demais nações americanas.

As relações com os países do nosso hemisfério estão hoje no melhor estado de compreensão mútua e de solidez. O Brasil não tem rivalidades políticas nem econômicas com qualquer povo americano, e a sua economia encontra na dos países do hemisfério um complemento natural, que deixa antever as melhores perspectivas de ampliação do comércio e de mais intensa cooperação. O Govêrno brasileiro vê, com especial satisfação, o desenvolvimento paralelo das nações americanas, e na medida das suas fôrças contribuirá para êsse desenvolvimento, certo de que o bem-estar econômico e social do nosso povo só encontrará base sólida numa elevação geral do nível de vida e da produtividade das Américas.

As relações do Brasil com as grandes nações européias continuarão igualmente a manter os laços de colaboração fecunda, solidamente implantados em nossas melhores tradições. A Europa representa focos de cultura para os quais se volta secularmente a vida brasileira, e centros econômicos a que nos encontramos ligados por importantes empreendimentos e por vínculos ininterruptos de trocas de mercadorias, de serviços, de assistência técnica e de intercâmbio de capitais.

Com relação à política imigratória, é tempo de mudarmos radicalmente o sentido que ainda impera em muitas de nossas leis e práticas administrativas, oriundas dos anos da guerra passada, quando os povos se viram na contingência de estreitar a porta aberta ao ingresso dos estrangeiros, pelas contingências da situação política e do surto nacionalista, que dificultava a assimilação dos elementos vindos de fora na comunidade nacional. O Brasil tem necessidade de receber do exterior largo e generoso incremento demográfico para que as suas possibilidades econômicas não sofram as limitações decorrentes de sua deficiência de população. A Itália e Portugal, como também outros povos, devem ser considerados nos programas de expansão demográfica a serem objeto de deliberação do Govêrno.

Uma nova fôrça vem surgindo no quadro internacional, que, sobretudo pelas afinidades econômicas com o nosso País, merece a especial atenção de nossa política externa: o continente africano. O Brasil não considera com qualquer espírito de rivalidade o desenvolvimento econômico dessas regiões. Entende pelo contrário, que elas fazem jus a uma política de desenvolvimento do mesmo estilo prevista para tôdas as regiões atrasadas, não porém, no sentido de criar, em pleno século XX, um extemporâneo colonialismo, mas no sentido de favorecer a rápida elevação do nível de vida de suas populações, capacitando-as para atingirem, tão cedo quanto possível, o padrão político de Estado. Todo colonialismo deve ser entendido como uma sobrevivência indesejável nos quadros da vida internacional de hoje. Ele se opõe ao ideal de elevação do bem-estar geral dos povos e introduz nos quadros do comércio internacional um fator de desequilíbrio, que compromete, cedo ou tarde, a unidade política das nações.

Essa concepção de política externa, correspondente à intensificação da vida internacional, que testemunhamos, exigirá, no campo do serviço público, uma ampliação dos recursos consagrados ao Ministério das Relações Exteriores. Dentro dos severos princípios de redução orçamentária, que norteiam a política administrativa do Govêrno, visando debelar o deficit financeiro, um esfôrço terá de ser feito para que o Ministério das Relações Exteriores não tenha a sua eficiência comprometida por escassez dos recursos indispensáveis. Muitas reduções poderão ser feitas em despesas de menor utilidade para o pleno rendimento da máquina diplomática e consular. Mas, ao lado dessas reduções, alguns recursos serão necessariamente ampliados para que o Brasil possa auferir todos os benefícios decorrentes de uma participação adequada na vida internacional.

Organismos internacionais

Delineada nossa posição no panorama internacional, cumpre-me agora relatar os mais importantes fatos internacionais rela-

(CONTINUA NA 2.ª PAGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

A situação do país

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

cionados diretamente com os interêsses do Brasil.

A política do Brasil com as Nações Unidas, traçada desde a Conferência de São Francisco, manteve-se inalterável, dentro dos compromissos ali assumidos.

Fato relevante para o nosso País foi o de sua reeleição para o Conselho de Segurança, no preenchimento de três vagas ali existentes, para as quais se elegeram conosco os Países-Baixos e a Turquia. No primeiro escrutínio, num total de 59 votos válidos, obteve o Brasil 57. Voltamos, assim, a ocupar a Cadeira que havíamos conquistado em São Francisco.

Nessa mesma Assembléia, integramos o bloco de 15 delegações que tornaram vitorioso o projeto que prorrogou o mandato do Secretário Geral.

CONSELHOS E INSTITUTOS

A Delegação brasileira, embora não estando representada no Conselho de Tutela, junto ao qual mantém apenas observador, ainda assim tem intervindo nas discussões ali travadas.

Temos também emprestado nossa colaboração ao Conselho Econômico e Social. Insistimos particularmente em coordenar as atividades das Nações Unidas com as de suas Agências Especializadas, na configuração dos grandes problemas econômicos de após guerra, principalmente naqueles relativos à Assistência Técnica, ao financiamento dos programas de desenvolvimento econômico das áreas subdesenvolvidas, à questão do pleno emprêgo e das atividades a longo prazo em favor da infância por que temos demonstrado vivo interêsse. Cumpre destacar, pela significação especial para o nosso País, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina, da O.N.U..

Obtivemos em Genebra a prorrogação do mandato do Fundo Internacional de Socôrro à Infância. Apesar do mandato de não pertencermos ao Conselho, a êle permanecemos vinculados pela nossa atuação em suas comissões funcionais, nas quais o Brasil é o país latino-americano com maior representação.

Em 9 de junho de 1950, o nosso Delegado Permanente, coroando os esforços de diversas autoridades brasileiras, federais e estaduais, assinou em Nova Iorque, com o Diretor Executivo do Fundo Internacional de Socôrro à Infância, um acôrdo visando à realização de um programa de assistência em benefício de crianças, adolescentes, gestantes e mães lactantes de quatro Estados do nordeste do Brasil.

Inicialmente destinado a atender apenas ao Estado da Paraíba, estendeu-se o auxílio aos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, instalando-se a Missão Permanente do F.I.S.I. em João Pessoa. A partir de julho do ano findo, começaram a chegar as primeiras remessas de material, que deverão continuar em ritmo crescente até meados de 1951. Trata-se de um plano de real importância para o Nordeste brasileiro, cujas instituições hospitalares serão totalmente equipadas com excelente material, dotadas de numerosos cursos de formação de pessoal especializado, recebendo ainda apreciáveis quantidades de leite e medicamentos para serem distribuídos.

Através de vários cientistas brasileiros, tem sido das mais destacadas a nossa participação na Organização Mundial de Saúde. O Brasil, cujo mandato havia terminado em 1950, foi indicado para integrar o referido Conselho por mais um ano.

EDUCAÇÃO, CIENCIA E CULTURA

Desde a criação do organismo das Nações Unidas destinado ao estudo dos problemas de Educação, Ciência e Cultura — U. N. E. S. C. O. — sempre nos fizemos representar em suas reuniões e conferências. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, — órgão correspondente da U. N. E. S. C. O. no Brasil — tem realizado diversos empreendimentos de difusão cultural, apesar da falta de recursos.

As Nações Unidas, organizando um programa de assistência social, colocaram à disposição do Govêrno brasileiro várias bôlsas de estudo, para as quais se apresentaram dezenas de candidatos, cujos títulos e qualificações foram encaminhados à Divisão competente.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A Organização Internacional do Trabalho expandiu em 1950 suas úteis atividades, de interesse direto ou indireto para o Brasil.

No ano findo, realizou-se uma Conferência preliminar sôbre migrações, conferência técnica tripartida, preparatória sôbre a formação profissional de adultos além de reuniões do Conselho de Administração, reuniões de numerosas comissões, que estudaram importantes assuntos sôbre seguro social, indústrias químicas, petróleo, indústrias texteis.

Uma das mais importantes iniciativas da Organização Internacional do Trabalho na América Latina é o Escritório Latino-Americano da mão-de-obra, instalado em São Paulo, resultante da resolução da IV Conferência dos Estados Americanos, membros da O.I.T., realizada em Montevidéu, em 1949. Destina-se a fornecer informações sôbre a Organização do Emprêgo, a formação profissional e a aprendizagem, ajuda técnica solicitada pelos Governos ou, por seu intermédio, pelas organizações de empregadores ou trabalhadores para organização e desenvolvimento do emprêgo e sistemas de formação, bem como pôr em execução outras medidas de caráter prático, tendentes a obter, na América Latina, reservas de trabalhadores qualificados, fixar um programa de formação, inclusive de capatazes e instrutores, intensificar a organização dos serviços de empregos e, no plano nacional regional e internacional, a troca de estagiários, operários, estudantes e instrutores. Também deverá, a pedido dos Governos dos países de imigração, fornecer auxílio para a elaboração dos planos de migração.

ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

Em virtude da posição relevante que ocupa o Brasil entre as nações componentes da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, recebeu a nossa Delegação ali atribuições e responsabilidades da mais alta importância. Além de ocupar a vice-presidência da conferência e de figurar em três comissões chaves, teve o Brasil o seu mandato prorrogado no Conselho por mais um ano.

O Rio de Janeiro foi ainda escolhido par sede de um dos três sub-escritórios regionais da Organização na América Latina. Um escritório florestal já está aqui funcionando, devendo ser desdobrado, a fim de abranger outros objetivos no que se refere à agricultura e nutrição. Logramos também ver aprovada nossa solicitação de Assistência Técnica à atividade agropastoril em nosso País.

Política econômica

A preponderância que vem assumindo a política econômica na esfera internacional e a crescente complexidade técnica das relações econômicas com os demais países levaram o Itamarati a procurar melhor aparelhamento de seus serviços econômicos que ainda se ressentem de sérias deficiências. Ponto significativo nêsse sentido foi a criação da Comissão Consultiva da Acôrdos Comerciais, pelo Decreto número 27.893, de 20 de março de 1950. Destina-se êsse órgão, de um lado, a promover melhor coordenação entre o Itamarati, os diversos Ministérios interessados em variados aspectos da política comercial e o Banco do Brasil, e, de outro, a democratizar o processo de elaboração dos acôrdos comerciais, mediante ampla consulta às classes econômicas interessadas no intercâmbio com o exterior. Com êste último objetivo foram os representantes do comércio, indústria e agricultura associados aos representantes governamentais na preparação e análise dos acôrdos comerciais, instituindo-se, previamente também, o sistema de audiências públicas à negociação dêsses instrumentos contratuais.

AJUSTES DE TROCAS

No último ano regulamos as nossas negociações comerciais com vários países, que representam, em conjunto, cêrca de 40% do nosso comércio exterior. Em vista das dificuldades de pagamentos internacionais e inconversibilidade de moedas, a maioria dêsses instrumentos assumiu a forma de ajuste de trocas, baseados em listas com limites quantitativos de mercadorias, com vistas a assegurar equilíbrios dos pagamentos bilaterais.

Além do escoamento equilibrado de nossa produção exportável, cuidaram os nosso negociadores de assegurar utilização adequada de nossa frota marítima e incrementar o comércio de exportação direta de mercadorias brasileiras para o consumidor final, de preferência ao comércio de entreposto, preservada, entretanto, a necessária flexibilidade para permitir, em caráter excepcional, aos países com que negociamos, a reexportação de nossas mercadorias para consumidores aos quais não tenhamos acesso direto.

Entre os ajustes firmados no ano passado, figuram os convenios que disciplinam e expandem as trocas de mercadorias com a Grã-Bretanha, Austria, Iugoslávia, Tcheco-Eslováquia e Austrália. Com a Argentina firmamos um ajuste comercial e um convênio especial sôbre intercâmbio de frutas. Foram, outrossim, restauradas, em base formal, as relações comerciais com a Alemanha, através de um ajuste de trocas, completado por um convênio de pagamentos concluído entre o Banco do Brasil e o Bank Deutsche Laende. Com a Itália, além de um ajuste comercial e um convênio de pagamento, firmamos um instrumento destinado a regular e controlar a transferência de capitais daquele País para o nosso. Por troca de notas, deram, ainda, os dois Governos assentimento ao contrato firmado entre a Fábrica Nacional de Motores e a Emprêsa Alfa Romeo.

ASSISTENCIA TECNICA

A experiência acumulada nestes primeiros anos de atuação da Organização das Nações Unidas levou-a a preparar-se para um vasto esfôrço conjunto, no sentido de ajudar os países menos desenvolvidos a assimilar idéias novas e conhecimentos técnicos, imediatamente aplicáveis na solução de seus problemas econômicos, sociais e de organização administrativa.

São consideráveis as possibilidades de cooperação técnica que se nos abrem, através do chamado "Programa ampliado de assistência técnica" da O.N.U. e Organismos Especializados, em cuja formulação participou o Govêrno brasileiro, através de suas delegações. Dêsse programa cooperativo participam quase tôdas as nações do globo, figurando o Brasil, ao mesmo tempo, como doador e beneficiário de auxílio técnico. Associando países de experiência e níveis variados de desenvolvimento econômico, tal programa possibilitanos o acesso seletivo a conhecimentos tecnológicos de países cujo ambiente econômico e social julguemos mais relevantes para o nosso próprio esfôrço, tanto de racionalização administrativa, como de desenvolvimento econômico.

Vale mesmo salientar que uma das modalidades de assistência das Nações Unidas, hoje conhecida sob a designação particular de programa de ensino prático de administração pública, é oriunda de uma proposta apresentada pela Delegação do Brasil, concernente ao estabelecimento de um centro internacional de pesquisas e estudos de Administração Pública.

Releva salientar que o programa de ajuda técnica em assuntos de administração pública precedeu ao próprio programa de assistência técnica para desenvolvimento econômico, e é vital para o bom êxito dêste. Para bem auxiliar a desenvolver os recursos humanos e naturais de qualquer país, a Organização das Nações Unidas terá de empregar o método do aconselhamento e da recomendação, pois que deverá limitar-se sempre à análise das condições existentes e à formulação de planos e recomendações. A execução dêsses planos compete necessariamente aos govêrnos beneficiados, que, para conseguir resultados tangíveis, devem contar com a indispensável equipe de pessoal qualificado.

O Govêrno brasileiro não tem descurado de todos êstes significativos aspectos da questão. Assim é que, quando da Conferência Internacional de Assistência Técnica, que deveria discutir, em Lake Success, a organização de um programa extensivo de assistência técnica para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, o Itamarati — visando a que a ela comparecêssemos devidamente preparados — promoveu uma reunião, dirigida pela C.O.I., de representantes dos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Trabalho, Indústria e Comércio, Educação e Saúde, Agricultura, Fundação Getulio Vargas, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e Instituto Agronômico de Campinas.

Tal Conferência nos resultou altamente proveitosa, pois as contribuições oferecidas excederam de 12.500 dólares o total de 20 milhões de dólares, previsto no programa inicial.

A contribuição do Brasil para o "Fundo de Assistência Técnica", calculado em 8 e meio milhões de cruzeiros, ou sejam 460 mil dólares, despertou grande interêsse e foi a quinta, em valor, vindo depois da dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França e Canadá.

Essa contribuição foi representada por bôlsas e estágios técnicos, fornecidos pelo S.E.N.A.I., S.E.N.A.C., Fundação Getulio Vargas, Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Saúde, Universidade de S. Paulo e Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Em 28 de setembro de 1950, o Conselho Interamericano Econômico e Social, por sua vez, deu aprovação ao projeto de programa de assistência técnica elaborado pelo Comité Coordenador de Assistência Técica (C. C. A. T.) para o ano de 1951, assim como a Resolução pela qual foram solicitados os Estados-Membros a indicarem, até 31 de outubro de 1950, o montante das suas contribuições àquele programa.

Para a efetivação dessas contribuições, adotou-se o critério do pagamento nas respectivas moedas nacionais e para aplicação no próprio país contribuinte, em projetos aos quais tivesse dado sua expressa aprovação e de cujo aproveitamento viesse a ser o principal beneficiário.

Não obstante o interêsse do Brasil na execução de vários projetos do mencionado programa e os compromissos assumidos com a aprovação do mesmo, não foi possível, dada a falta de tempo para o pedido de abertura dos necessários créditos ao Congresso Nacional, em fim de exercício e na iminência da mudança de Govêrno, indicar ao Delegado brasileiro junto à O.E.A. o montante da nossa contribuição, providência que urge ser tomada, sob pena de comprometer, ante a posição do Brasil no seio daquela Organização, todo o Programa de Assistência Técnica por ela elaborado.

A participação brasileira nos programas de assistência técnica da O.N.U. e da O.E.A. determinou a criação de uma Comissão destinada a coordenar as nossas necessidades de assistência, organizar e apresentar projetos específicos e dar execução aos compromissos assumidos, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores.

Finalmente, quero destacar, neste capítulo, os acôrdos já celebrados com os Estados Unidos da América, em dezembro do ano findo, e cuja execução deverá processar-se no ano em curso. Decorrente o primeiro do programa chamado "Ponto IV", estabelece normas para a prestação de assistência técnica para o desenvolvimento econômico do País, sendo dêle complemento um segundo acôrdo, que cria uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América, destinada a facilitar a execução do plano de assistência técnica. As diretrizes da Comissão são as seguintes: a) exame do grau de assistência técnica mais conveniente ao Brasil para acelerar a elaboração de determinados projetos, com prioridade para aquêles que se relacionem com os transportes, energia elétrica e agricultura; b) estudos de oportunidade para a utilização do conhecimento técnico, do trabalho especializado e dos investimentos estrangeiros, que possam contribuir para a realização de projetos específicos favoráveis ao desenvolvimento do potencial econômico brasileiro; c) exame das medidas de ordem geral e legal que sejam convenientes ou necessárias para remover obstáculos e facilitar a realização dos projetos considerados necessários ao desenvolvimento econômico.

Já designei os componentes brasileiros da Comissão Mista, que será subdividida em subcomissões, de conformidade com as necessidades que surgirem durante o desenvolvimento dos trabalhos. Inicialmente, serão estabelecidas as seguintes: transporte, energia elétrica, alimentação e agricultura.

POLITICA AÉREA

As diretrizes da política aérea brasileira seguem as linhas traçadas pela Convenção sôbre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago em 7 de dezembro de 1944. Os Acôrdos assinados, desde então, pelo Brasil obedecem aos princípios de igualdade de tratamento e reciprocidade no gôzo dos direitos comerciais, preconizados pela referida convenção. Já assinamos convênios dessa natureza com a Argentina, Chile, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Itália, Líbano, Noruega, Países-Baixos, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia, os quais asseguram a presença das aeronaves comerciais brasileiras na América do Sul, Europa e Oriente Médio. Deverão ser concluídas, ainda êste ano, as negociações, já em fase final, com os Governos do Uruguai, Paraguai e Bolívia.

RELAÇÕES COM O JAPÃO

Após restabelecer a representação diplomática junto ao Supremo Comando das Potências Aliadas no Japão, desenvolveu o Brasil, com aquele país, relações econômicas e políticas. No Rio de Janeiro, estabeleceu-se uma Agência japonêsa com sucursal em São Paulo, incumbida dos assuntos consulares do Japão. Embora gozando das mesmas regalias inerentes à sua representação, ficaram, entretanto, sujeitas às mesmas restrições que regulam o funcionamento de agencias semelhantes estabelecidas nos Estados Unidos da América.

Também concordou o Govêrno brasileiro com o estabelecimento de uma linha de navegação japonesa para o Brasil, que fará a ligação direta entre o nosso continente e o Extremo Oriente, servindo a outros portos da América do Sul. Navegarão sob o contrôle de ocupação norte-americana no Japão, ficando, apenas, sob responsabilidade das autoridades japonêsas a parte administrativa.

ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLIVIA

Prosseguiram os trabalhos de construção e conservação da linha da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, iniciados no meu Govêrno. A extensão total da linha é de 650 quilômetros, estando 450 já construídos, a partir de Corumbá. Tôda a extensão já construída encontra-se em tráfico privado. A ligação de Pôrto Esperança a Corumbá, ou da Noroeste com a Brasil-Bolívia, encontra-se paralisada e, por isso, já recomendei as providências indispensáveis para a rearticulação dos serviços.

PETRÓLEO BOLIVIANO

O Itamarati prosseguiu nos entendimentos com o Govêrno boliviano para permitir à Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo, iniciar a fase dos trabalhos de perfuração, encontrando-se adiantadas as negociações. Uma nova área petrolífera, a de Terebinto, já foi incorporada às anteriormente determinadas, após estudos geológicos na região oeste de Santa Cruz de la Sierra.

CONDOMINIO DA LAGOA MIRIM

O Govêrno brasileiro aprovou a ata das reuniões realizadas em Montevidéu em 1944, entre técnicos uruguaios e brasileiros, para o maior aproveitamento das possibilidades econômicas e sociais, resultantes da navegação nas águas da bacia das Lagoas Mirim e dos Patos. O Govêrno uruguaio, por sua vez, nomeou a comissão de técnicos que se deverá reunir no Rio de Janeiro para cuidar do desenvolvimento dos problemas técnicos, dos assuntos econômicos, legais e administrativos, formulados nas reuniões anteriores.

Ação cultural

No domínio cultural a atividade desenvolvida no ano que findou foi, de modo geral, apreciável, mas deverá ser ampliada. O aproveitamento dos diversos Institutos de cultura criados em vários países, alguns dos quais realizam excelente trabalho, como o Uruguaio-brasileiro, de Montevidéu, há de permitir a expansão da nossa cultura, assegurar informações úteis sôbre o Brasil e permitir a difusão da língua portuguêsa. Em tôda a América e também na Europa encontraremos vasto campo para essas atividades. O interêsse pelo Brasil se acentúa cada vez mais. Um aparelhamento adequado se impõe para corresponder às solicitações recebidas pelo Ministerio das Relações Exteriores. Nos Estados Unidos, em particular, Institutos, Universidades, Organizações jornalísticas reclamam frequentemente elementos de informação. Cursos de português estão em pleno funcionamento em Montevidéu, Assunção e Bordéus, bem como em Universidades norte-americanas. No momento, o Itamarati considera a possibilidade de mantê-los em Buenos Aires, Santiago, Madri e Roma.

Como consequência das bôlsas de estudos concedidas pelo Itamarati, o Rio de Janeiro já se transformou num centro internacional de estudos, abrigando duas centenas de estudantes da América espanhola, que vêm cursar as nossas Escolas superiores. Atraídos, também, pela reputação da nova arquitetura brasileira, para aqui afluem os estudiosos dos Estados Unidos e da própria Europa. Chegou o momento de instituirmos bôlsas integrais para curso universitário completo, atraindo pessoas interessadas em se especializar em assuntos brasileiros.

Atos internacionais

O Govêrno assinou, no decorrer do ano de 1950, os seguintes atos internacionais: os de intercâmbio comercial com a Iugoslávia, o Uruguai, a Austria, a Tcheco-Eslováquia, a Itália, a Argentina, a Alemanha Ocidental, a Austrália e a Grã-Bretanha; de pagamentos, com a França e a Alemanha Ocidental; de investimentos, com a Itália; de imigração, com a Itália e os Países-Baixos; de transportes aéreos, com a Turquia; cultural, com os Estados Unidos.

Também foram assinados atos gerais sôbre Tarifas Aduaneiras, a Hiléia Amazônica e a União Postal das Américas e Espanha. Com os Estados Unidos da América, firmamos atos sôbre troca de publicações oficiais, cooperação sanitária, pesquisas minerais, cooperação cultural, desenvolvimento econômico.

No mesmo período, foram submetidos à aprovação do Congresso Nacional dezesseis atos internacionais, dos quais já se encontram aprovados dez. O Brasil ratificou treze e promulgou quatorze.

O acôrdo sôbre a imigração, com a Itália, veio acrescer e disciplinar as correntes imigratórias italianas para o nosso País, oferecendo o Brasil vantagens especiais aos nacionais daquela nação amiga. O acôrdo sôbre investimentos preencheu uma grande necessidade, favorecendo a criação e o desenvolvimento de Companhias Mistas Ítalo-Brasileiras e a inversão de grandes capitais italianos no Brasil.

Novas missões. Reconhecimento de Governos

Em princípios de 1950, resolveu o Govêrno brasileiro, atendendo a convite que lhe foi feito pela Alta Comissão Aliada na República Federal da Alemanha, designar um representante junto àquela Comissão.

Foram ainda criadas Missões diplomáticas junto aos Governos do Haiti, Honduras, Nicaragua e El Salvador, o que significa que agora possuímos representação permanente em todos os países continentais.

Também reconhecemos, em 1950, a independência da República dos Estados Unidos da Indonésia, no quadro da União Neerlando-Indonésia, ficando a Legação dos Países-Baixos, no Rio de Janeiro, encarregada da proteção dos interêsses daquela república.

Procedimento identico adotamos quanto à independência dos Reinos do Laos e Cambodge, bem como do Govêrno do Imperador do Vietnam, estados associados e independentes da União Francesa. Reconhecemos ainda, o Govêrno do Haití, constituído, em 1950, da mesma Junta Militar que ocupara o poder durante seis meses, em 1948.

Litígio Peru-Equador

Os representantes do Brasil e demais Estados garantes do "Protocolo de Paz, Amizade, Limite", entre o Peru e Equador, reuniram-se no Itamarati, com o propósito de encontrar soluções aceitáveis para ambas as partes, em relação a duas controvérsias ainda existentes quanto à demarcação da fronteira perúvio-equatoriana.

Ante acusações recíprocas de movimento de tropas nas duas fronteiras, a Comissão resolveu constituir uma Missão militar composta de adidos militares do Chile e da Argentina, no Peru, e dos Estados Unidos da América e do Brasil, no Equador, sendo para a mesma expedidas as respectivas instruções.

Demarcação de fronteiras

Cumpriu-se integralmente, no mundo, o programa estabelecido para a demarcação de fronteiras. Destacaram-se, particularmente, os trabalhos realizados nos limites do Brasil com a Venezuela, que, uma vez concluídos no terreno, permitiram a reunião em Belém, da trigésima quarta conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana, bem como a realização dos preparativos para a próxima campanha de 1950-1951.

Na fronteira Brasil-Bolivia, devido a dificuldades financeiras e de outra natureza, consagrou-se a comissão ao aero-levantamento de uma extensão de trezentos quilômetros, ficando habilitada para completar a demarcação dêsse trecho. Na fronteira Brasil-Paraguai, também se processou o aero-levantamento de uma faixa de duzentos quilômetros, havendo executado, em terreno hostil e de acesso difícil, a construção de cento e quatorze marcos. Executou-se, ainda, o levantamento aéreo de um trecho do Rio Paraná. Na fronteira Brasil-Uruguai, os trabalhos de demarcação podem ser considerados concluídos, faltando, apenas, alguns previstos na Ata da 34.ª Conferência da Comissão Mista, a serem concluídos no terreno.

Nos aero-levantamentos nas fronteiras com a Bolivia e o Paraguai, foi preciosa a colaboração do Serviço Geográfico do Exército.

Plataforma submarina

A exemplo do que já fizeram várias nações, como os Estados Unidos da América, o México, o Chile, a Argentina e o Peru, decidiu o Govêrno brasileiro assegurar os seus direitos com relação à Plataforma continental submarina, ou prolongamento submerso das costas continentais e insulares do Brasil. Foi, assim, expedido o Decreto n. 28.840, de 8 de novembro de 1950, definindo essa Plataforma. Não se alarga a faixa de águas territoriais brasileiras, mas ficam expressamente ressalvadas as normas sôbre a navegação nas águas sobrepostas à Plataforma, além do mar territorial. Trata-se de um ato declaratório e assecuratório de direito, sem prejuízo da competência do Poder Legislativo nessa matéria.

Situação Política e Administrativa

ORGANIZAÇÃO E COLABORAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS

A organização dos poderes públicos, nas suas linhas básicas, constitui matéria fixada na Constituição, que, de um lado, mantendo o regime federativo, distribuiu as atribuições públicas entre a União, os Estados e os Municípios, e, de outro lado, adotando o sistema democrático tradicional da divisão de poderes, distinguiu a competência do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Os poderes públicos e sua atuação

É preciso salientar que tanto a Constituição vigente como as necessidades político-sociais do País exigem que se considere, com plasticidade, êsse problema básico do Estado. Inicialmente, a tripartição dos poderes, conforme a sistemática e a doutrina vigentes, deve ser encarada como tripartição de funções, pelo critério da prevalência e, em certos casos, da exclusividade. Por fôrça de tal princípio, devem cooperar ativamente e fiscalizar-se mùtuamente os três poderes da República. Por outro lado, convém não esquecer que existem outras fôrças e expressões sociais que o Estado não deve encampar, mas resguardar a liberdade e a autonomia.

Supõe-se, assim, como necessidade urgente do País a de estabelecer condições asseguradoras da criação social, estimulando as atividades privadas, a livre associação e a autonomia da cultura, cujos máximos órgãos representativos, as Universidades e os Institutos, devem ser considerados como um novo poder, dentro de um regime de independência superior ao de que atualmente gozam. Também deve ser destacada a relevância social das fôrças da produção e do trabalho. Novamente neste caso o Estado se encontra diante de importantes realidades sociais — o trabalho e o capital — que só indiretamente são representadas nos Estados democráticos tradicionais e que, entretanto, além de comporem uma das dimensões fundamentais da vida social, devem, por sua natureza, ser disciplinadas pela lei e enquadradas na ordem jurídica vigente. Para tal faz-se mister que as associações representativas das classes gozem da necessária autonomia e tenham poderes para intervir na defesa e na composição de seus interêsses.

Colaboração entre os poderes da República

Consoante nossa tradição republicana e democrática, os três Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, foram previstos pela Constituição vigente, para funcionar em colaboração. Já tive ocasião de acentuar, linhas atrás, que a legislação e a doutrina brasileiras evoluíram, desde a implantação da República, no sentido de considerar essa distinção dentro de um critério funcional, sem mutilar a unidade do Estado entre três poderes incomunicáveis.

Mas a sua colaboração ainda não foi desenvolvida até o ponto em que o exigem as necessidades do Estado. Refiro-me, sobretudo, às relações que devem vincular o Executivo ao Legislativo. Embora caiba ao Poder Executivo promover e fiscalizar a aplicação da lei, é dever indeclinável do Legislativo, por sua vez, fiscalizar a ação do Executivo e controlar a eficácia da política governamental.

Colaboração com os Estados e Municípios

Ao adotar o regime federativo, as Constituições republicanas do Brasil consagraram o princípio da divisão do trabalho, na execução das múltiplas e complexas tarefas cometidas ao Poder Público.

Todavia, certa imprecisão na discriminação dos encargos tornou, muitas vêzes, desnecessàriamente concorrentes a União, Estados e Municípios na execução de tarefas idênticas, com o malbarato de preciosos recursos.

Sem dúvida, seria impraticavel reduzir a um critério rígido a distinção de competências. A essência do problema se encontra, assim, na necessidade de coordenação flexível entre as áreas de govêrno. A êste respeito, nossa estrutura política apresenta ainda numerosas deficiências.

O sistema federativo revela, em nosso País, grande desnivelamento de suas unidades, caracterizado pela acentuada desproporção entre a capacidade real de cada Estado para atender a suas atribuições e os encargos fixados uniformemente pela Constituição. A observação é válida, ainda, com respeito aos Municípios.

Esta a realidade de que decorrem as mais graves consequências, a exigir acurado estudo. Na adoção de medidas tendentes a solucionar os problemas suscitados por êsse desnivelamento, nem sempre se tem considerado devidamente os princípios que enformam a matéria, nem sempre se tem agido com a necessária clarividência. As relações inter-governamentais, tanto no sentido específico da posição dos Estados em face da União, como em sentido geral, no que diz respeito aos Municípios, devem ser comandadas por duas ordens de considerações. De um lado, o princípio de que a União e os Estados em suas respectivas esferas, devem contribuir para que possam ser cumpridos, pelos Governos locais, os compromissos constitucionais, promovendo, concomitantemente, a elevação do nível de vida das coletividades. De outro lado, o princípio de que as divisões regionais e discriminações de competência são, principalmente, normas funcionais, postuladas para que a Nação, como um todo, se desenvolva e realize.

Os lineamentos jurídicos do regime e os reclamos de uma sã política social exigem a adoção de medidas concretas e eficazes por parte de todos os níveis de Govêrno, de modo a que os encargos regionais, estipulados pela Constituição, possam ter cumprimento, porporcionada a ajuda necessária à recuperação efetiva das zonas subdesenvolvidas.

É de lembrar-se, todavia, que o imperativo do progresso nacional impõe que não se sacrifiquem os recursos do País e suas possibilidades de capitalização, num malbarato provocado pela falta de unidade, de planejamento ou de tenacidade na execução dos serviços.

Todos os esforços devem, pois, processar-se no sentido de obter-se perfeita cordenação dos diversos planos e programas de govêrno nas três esferas, com pleno respeito da autonomia do Poder Público a fim de garantir-lhe o máximo de rendimento útil e ajustá-los dentro das linhas gerais de largo planejamento administrativo de âmbito nacional.

Esta orientação se torna particularmente urgente, em virtude das dificuldades que o País provavelmente atravessará em consequência da situação internacional. A condução desordenada dos programas locais pode prejudicar seriamente a vida do País.

Neste sentido, é firme propósito do Executivo Federal manter e ampliar tôdas as medidas de cooperação com os Estados e Municípios, ora em execução nos setores da educação, saúde, produção, energia e transportes.

A União oferecerá eficaz ajuda, visando aumentar a capacidade de produção e recuperação de zonas retardadas, manter efetivos demográficos que constituam reserva para a defesa nacional e o povoamento sadio do País, e compensar os desequilíbrios resultantes da própria unidade econômica nacional, tudo sob o princípio geral da reprodutividade dos recursos empregados em benefício do bem-estar geral da Nação.

Destarte, dever-se-á disciplinar convenientemente a concessão dos auxílios, visando garantir sua efetiva aplicação em serviços de alto rendimento social e econômico, impedindo-se seu desvio para fins de interêsse secundário.

Determinei, logo aos primeiros dias de minha gestão, o estudo acurado da experiência dos convênios e outros métodos de cooperação federal, no sentido de estendê-los da forma mais adequada.

Assistência técnica e financeira da União deverá ser ampliada, racionalizando-se a prática do auxílio federal, de sorte a atender a três critérios: suprir deficiências técnicas e financeiras locais para o desempenho de programas essenciais ao desenvolvimento econômico e social do País; estimular o esfôrço dos poderes locais, relativamente às suas possibilidades; fixar recursos técnicos que habilitem as administrações locais a assumir progressivamente a responsabilidade pela iniciativa e contrôle dos programas de desenvolvimento econômico e de progresso social, habilitando-as, assim, ao exercício pleno da autonomia e ao saudável florescimento do Município federativo.

Dêste modo, todo o apoio será dispensado às legítimas reivindicações dos Municípios, dentro dos princípios de sadio e construtivo municipalismo.

Esta cooperação no domínio da despesa pública deve, todavia, estender-se, no tocante à receita, aos diversos aspectos da política financeira da União, Estados e Municípios. A utilização de suas fontes de renda, especialmente a tributação e o crédito público, a curto e longo prazo, deverá ser convenientemente disciplinada, de forma a evitar-se o conflito de interêsses entre as diversas esferas administrativas e a perturbação de nosso mercado de capitais, pelo esgotamento da capacidade contributiva e das disponibilidades financeiras do País.

A precedência, aqui atribuída ao aspecto financeiro, no capítulo da colaboração inter-governamental, decorre não apenas de sua reconhecida importância, como também do fato de já haver a Constituição traçado o caminho a seguir. Outorgando ao Govêrno federal a prerrogativa de legislar sôbre "normas gerais do direito financeiro" (art. 5.º, n.º XV, letra b), os constituintes de 1946 introduziram um elemento novo na tradição de nosso direito constitucional, cuja efetiva concretização, infelizmente, está ainda na dependência de legislação ordinária complementar.

Invocando, a propósito, o significativo exemplo de colaboração inter-administrativa que representa o nosso atual aparelhamento estatístico, espera meu Govêrno poder contar com a cooperação de todos os poderes locais, a fim de dotar o País de uma Lei Orgânica da Finança Pública, capaz de assegurar-lhe neste ponto uma posição de vanguarda entre as mais adiantadas nações do mundo. Neste sentido, já se têm pronunciado as reuniões de técnicos federais, estaduais e municipais, promovidas pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Lembraria ainda a oportunidade de o Congresso Nacional voltar suas vistas para a revisão da discriminação das rendas estabelecidas na Constituição, de sorte a ajustá-la melhor aos interesses da economia geral do País.

Administração dos territórios federais

A criação, em 1943, de cinco Territórios Federais, em áreas fronteiriças, os quais se vinham somar ao legendário Território do Acre, teve como principal objetivo levar vida à solidão dessas regiões, atendendo, ao mesmo tempo, às exigências de ocupação efetiva da terra, de povoamento, de valorização e segurança de postos-chaves do território nacional. Por conseguinte, seria fator de integração dessas áreas na comunidade brasileira, e de intensificação do comércio com os países vizinhos do continente. O Govêrno Central ampliou assim o vulto de suas responsabilidades no setor da colonização interna. E que lhe cumpria criar as necessárias condições de desenvolvimento, a fim de que essas áreas pudessem no menor tempo transformar-se em Estados-membros da Federação.

A realização desse objetivo exigirá da União consideráveis gastos com os serviços dos Territórios Federais.

No último quinquênio, a União despendeu com essas administrações 865 milhões de cruzeiros, demonstrando o empenho de dar continuidade a êsse programa.

Infelizmente, porém, nenhum progresso sensível se registrou no tocante ao planejamento e contrôle das atividades. Os resultados sôbre o desenvolvimento econômico e social de tais áreas não correspondem ao vulto das inversões federais.

Após a criação das novas unidades territoriais, haviam sido adotadas medidas no sentido de promover a racionalização de suas atividades administrativas. Criou-se uma Comissão de Estudos do Código Tributário dos Territórios, destinada a estudar os seus problemas de tributação e, em 1946, esboçara-se uma reforma radical na estrutura das administrações territoriais, tendo como principal objetivo o estabelecimento de uma ligação orgânica das atividades dessas unidades com os planos da Administração Federal. Os estudos empreendidos, secundados pela experiência do Govêrno em matéria de administrações delegadas, mostram que a principal deficiência de que se ressentem os Territórios Federais consiste na precária articulação de suas atividades com as do Govêrno Federal. Para corrigir essa descoordenação, providências imediatas deverão ser tomadas, reatando a orientação anterior e em consonância com os objetivos que ditaram a própria criação dos Territórios.

O problema da administração dos Territórios Federais deve ser tratado, à luz dos interêsses da Nação, como um todo, em correlação com o do auxílio federal às demais áreas de govêrno, a fim de que sejam sanados os sensíveis desequilíbrios entre a situação dos Territórios e a de alguns Estados.

Segurança Nacional

E' evidente a gravidade da situação internacional e os perigos que dela poderão advir para os povos livres, mormente aquêles que não souberem preparar sua defesa.

Embora pacíficos por índole, preferindo tradicionalmente o recurso ao arbitramento e repudiando a guerra de conquista, não temos, todavia, descurado de nossa defesa, promovendo o desenvolvimento harmônico das fôrças físicas, morais, intelectuais, econômicas e militares da Nação. A obrigação do serviço militar, expressa no art. 181 da Constituição, colocou em relêvo a idéia de que ao velho conceito do serviço militar obrigatório se deva opor o do serviço nacional obrigatório. E, embora nem todos os nossos patrícios, em idade do serviço militar, sejam incorporados às fileiras, devendo sua grande maioria ser mantida nos locais de trabalho, entregue aos afazeres costumeiros, haverá permanente supervisão da autoridade militar, responsável pelo preparo da segurança nacional. Dêsse modo, a contribuição dos trabalhadores para a grandeza crescente da Pátria não sofrerá solução de continuidade e nem por isso deixarão êles de ser, nos momentos difíceis, soldados do Brasil, prestando sua colaboração anônima e imprescindível nos parques industriais, nas fazendas e nos campos, nos meios de transporte ou em qualquer outras atividades para as quais forem designados, de acôrdo com as suas aptidões.

Conselho Nacional de Segurança

Órgão decorrente dos imperativos do mundo atual, tem o Conselho de Segurança Nacional por finalidade ajustar as realizações e possibilidades da Nação à política de segurança nacional. No entanto, para que possa cumprir integralmente sua elevada missão, necessita o Conselho de algumas modificações em sua estrutura orgânica, o que, oportunamente, será solicitado ao Congresso. Torna-se mister dotá-lo da lei a que se refere o § 2.º do art. 179 da Constituição, nela fixando suas atividades no âmbito nacional, de modo a que possa influir em certos setores de capital importância para a nossa defesa.

O Conselho iniciou recentemente a organização de um plano de emergência para provisão de suprimentos e melhoramento dos serviços essenciais do País, organizando, para isso, uma Comissão que se desdobrou em várias subcomissões. Esse trabalho se encontra em andamento e abrange desde a estocagem de combustíveis, matérias-primas e equipamentos, até as medidas para o aumento da produção nacional e providências para atendermos a compromissos com as Nações Unidas.

Outro problema relevante, estudado pelo mesmo órgão, refere-se à industrialização do xisto betuminoso do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo.

Estado Maior das Fôrças Armadas

Esse importante órgão da defesa nacional, que é o Estado Maior das Fôrças Armadas, não teve ainda o desejado desenvolvimento. Agora, porém, diante da gravidade da situação internacional, torna-se imprescindível acelerar o ritmo de suas atividades. Para isso, faz-se necessário introduzirem-se certas modificações mediante lei complementar e alteração de seu próprio regulamento. Assim ficará devidamente aparelhado e em condições de realizar a sua tarefa.

Uma das profícuas realizações do Estado Maior das Fôrças Armadas consistiu na instalação e funcionamento da Escola Superior de Guerra, cujos trabalhos, correspondentes ao último ano letivo, foram coroados de pleno êxito. Diplomaram-se vários civis e militares, depois de se haverem inteirado de inúmeros problemas relacionados com os supremos interêsses do Brasil.

Exército

Não obstante as dificuldades financeiras do País, que impossibilitaram fôssem encetadas realizações materiais de vulto, tem o Exército trabalhado intensamente, em todos os setores de suas atividades, procurando retirar o máximo proveito dos limitados recursos disponíveis e dedicando-se de modo especial às questões atinentes à eficiência técnico-profissional.

As imposições de ordem orçamentária têm-lhe, porém, reduzido as despesas com as obras militares, aquisição de material e equipamentos, viagens de instrução, etc. Entretanto, não foram poupados esforços para o exame meticuloso dos problemas básicos do Exército, e os planos existentes, frutos dêsses estudos, têm sua solução dependendo dos indispensáveis recursos financeiros com que poderá contar o Ministério da Guerra.

No setor do ensino militar, apreciáveis realizações foram alcançadas, destacando-se, entre elas, o 1.º Seminário de Ensino do Exército, que teve lugar na Escola Militar de Rezende, e a elaboração do Estatuto do Ensino do Exército. Trabalho de grande alcance, que deve ser pôsto em especial destaque, é o que se refere à documentação sôbre o biotipo brasileiro, a cargo da Escola de Educação Física.

O Serviço de Saude prossegue, laboriosamente, em suas atividades e, mesmo diante dos minguados recursos financeiros de que pode dispor, tem conseguido prestar apreciáveis serviços ao pessoal do Ministério da Guerra, não só através do Laboratório Químico Farmacêutico, como, também, das diversas Farmácias Militares, da Policlínica Central, do Hospital Central e dos demais hospitais e formações espalhados por todo o território nacional.

A Diretoria de Remonta e Veterinária luta com verba cada vez mais escassa para manter o efetivo mínimo necessário em animais. Ainda assim conseguiu organizar 453 postos de Monta no País, o que representa ponderável acréscimo em relação aos anos de 1948 e 1949.

Quanto à Diretoria de Transmissões, pôde atender apenas a 1/6 das necessidades do Exército, embora o Serviço Radiotelegráfico continuasse a trabalhar com rapidez e eficiência, e o Serviço Cinematográfico experimentasse considerável progresso em 1950.

Por outro lado, a Diretoria de Mecanização tem desenvolvido intenso trabalho na recuperação do material existente. Construiu vagões-cisternas e reservatórios para combustível, mudou a Seção de Viaturas do Depósito Central do Derbi Clube para as instalações completas em Deodoro, adquiriu motores e recuperou inúmeros caminhões, carros de combate e motores de viaturas automóveis. A Diretoria de Fabricação tem desenvolvido grande atividade na recuperação de material bélico, quer na indus-

(CONTINUA NA 3.ª PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

A situação do país

(CONTINUAÇÃO DA 2.ª PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

tria civil, quer nas fábricas e arsenais do Exército. Na Fábrica Presidente Vargas, foi inaugurada a Fábrica de Nitroglicerina, que utiliza os mais modernos processos para a produção dêsse explosivo. As Escolas Profissionais, mantidas por algumas fábricas têm concorrido de modo acentuado para a formação e manutenção do pessoal especializado.

A Diretoria de Intendência instalou em Niterói, Recife, Pôrto Alegre e Joinvile respectivamente, um Estabelecimento de subsistência, dois Entrepostos e Estabelecimento de Material de Intendência.

Na parte referente a obras, apesar da obediência estrita à disciplina orçamentária, o Ministério da Guerra, por intermédio de sua Diretoria de Obras e Fortificações, tem procurado dotar a tropa e o material de instalações adequadas, construindo novos aquartelamentos e ampliando ou reformando os existentes, merecendo especial destaque várias construções novas ou em andamento no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e em outros pontos do território nacional.

As guarnições de fronteira, que exercem, com abnegação e sacrifício, sua missão de vigilância, foram objeto de atenções especiais. Obtiveram novas instalações entre outras as unidades sediadas na Foz do Iguaçú, em Guaíra, Boa Vista, Pôrto Velho e Cáceres.

Prosseguiram, também, as obras de construção e ampliação dos Estabelecimentos de Saude tendo em vista melhor aparelhá-los, para prestar assistência à tropa, aos oficiais, aos sargentos e respectivas famílias.

Ainda sob orientação da Diretoria de Obras e Fortificações, as comissões especiais, a fim de instruir seus quadros de oficiais e de graduados, formar especialistas e reservas na arma de Engenharia e, principalmente, contribuir para o programa nacional de abertura de estradas, construiram e estão construindo muitos quilômetros de rodovias e ferrovias, tôdas de interêsse para a defesa nacional.

Por fim, o Estado Maior do Exército, em íntima ligação com os diferentes escalões de Comando e Diretorias elaborou os documentos básicos para as fôrças terrestres, dentre os quais merecem realce, por sua importância, as Bases Gerais para a Elaboração dos Testes de Instrução; o Anteprojeto de Organização, o Emprêgo da Guarda Nacional; Anteprojeto de Lei de Promoções; Anteprojeto de Lei de Reestruturação dos Quadros das Armas e Serviços.

A falta de material para o desempenho normal de suas atividades, isto é, para completar os efetivos previstos nos quadros de dotação das Unidades existentes, atinge a um montante elevado, exigindo que a tal matéria seja dispensada atenção especial.

Embora nossa situação financeira recomende a maior parcimônia nas despesas, devemos reconhecer que o problema de reaparelhamento do Exército — é questão da mais alta relevância e que avulta de ano para ano. No momento, as estimativas decorrentes de estudos feitos pelo Estado Maior do Exército, em colaboração com as demais Diretorias do Ministério da Guerra, apresentam como necessários, somente para a aquisição de material de transmissão, cêrca de Cr$ 170.000.000,00 e para a aquisição de material bélico cêrca de Cr$ 480.000.000,00, o que dá bem idéia do vulto dos recursos exigidos para êsse reaparelhamento, considerando-se, particularmente, que essas importâncias constituem parcelas — embora as mais dispendiosas — das atuais necessidades.

O orçamento do corrente ano consigna para Obras Militares Cr$ 35.000.000,00. Se examinarmos a finalidade dessa verba verificaremos que se destina à conclusão de empreendimentos em alguns quartéis e hospitais ou, apenas, a reparos de urgência e pequenas adaptações em estabelecimentos militares. O Ministério da Guerra precisa, porém, encetar obras novas, construir quartéis para unidades já existentes, que se acham alojadas provisòriamente nas mais precárias condições.

A falta de quase 50% do efetivo previsto impõe, como medida inadiável, um aumento na verba para aquisições, de forma a permitir, paulatinamente, a eliminação do desequilíbrio entre as "compras" e "descargas", e assegurar, no devido tempo, sejam completados os programas previstos.

As Fôrças Blindadas desempenham hoje, nas operações terrestres, um papel decisivo e de tanta envergadura, que nenhum Exército poderá deixar de dispensar os maiores cuidados à organização e preparo dessas Unidades.

Em nosso Exército, porém, as fôrças blindadas ainda não estão organizadas de modo adequado. São constituídas por um conjunto heterogêneo e sem o equipamento conveniente.

Na impossibilidade, no momento, de se criar uma Divisão Blindada completa, parece imperioso pensar na organização, urgente, numa primeira fase, do um Grupamento Tático Blindado constituído por elementos de armas combinadas, capaz de assegurar uma instrução eficaz e em consequência, o adequado preparo dos quadros que integrarão a futura Divisão.

Para isso, seriam aproveitadas as Unidades Blindadas já existentes, restando completá-las, criando-se apenas, um Grupo de Artilharia e uma Companhia de Engenharia, órgãos indispensáveis à organização e eficiência do referido grupamento.

O problema de armazenamento dos materiais bélicos se situa entre os mais importantes do Exército. Os armazens e paióis existentes acham-se superlotados de munições, pólvoras e explosivos, sem capacidade para receber a produção resultante dos programas de fabricação. Conquanto já tenha a Diretoria de Obras e Fortificações recebido recursos para construção de mais seis paióis, êsse problema ainda permanecerá, pois os mesmos serão insuficientes para as necessidades. Sòmente a construção de mais vinte e quatro paióis duplos, num valor de .... Cr$ 60.000.000,00 possibilitará atender êsse mínimo de necessidades. No que se refere a suprimentos, a Diretoria não se encontra em condições de atender a grande número de pedidos de material bélico decorrentes dos quadros de dotação elaborados pelo Estado Maior do Exército, pela inexistência dêsses materiais, particularmente os de procedência norte-americana.

Os estudos para atender a essas necessidades já foram ultimados pelo Departamento Técnico e de Produção, dependendo apenas de concessão de recursos à aquisição ou fabricação do material previsto.

Marinha

Ao iniciar-se o período governamental, encontra-se a Marinha, como sempre, inteiramente devotada a suas atividades, procurando cumprir os programas traçados pela alta administração. No entanto, muitos problemas vitais a afligem. A escassez de recursos que lhe têm sido destinados, dotações orçamentárias insuficientes ou inadequadamente distribuídas, impediram que pudesse desenvolver-se normalmente para alcançar um nível compatível com as menores necessidades de nossa defesa marítima.

A nossa Fôrça Naval é mesmo espelho vivo da insuficiência de meios com que luta a Armada para bem cumprir as múltiplas tarefas que lhe cabem. A aquisição recente de dois cruzadores, conquanto viesse reduzir a carência, não é de molde a resolver o nosso problema naval.

A escassez do material flutuante tem trazido insuperáveis dificuldades ao adestramento da Esquadra, que só poderá ser cuidado, satisfatòriamente, quando a composição de nossa Fôrça Naval atingir o nível programado. E' propósito do Govêrno fazer uma redistribuição de nossas unidades navais, tendo em vista as bases disponíveis, o que concorrerá para diminuir o número de navios imobilizados em reparos.

Para o problema do pessoal, todavia, urge solução completa e definitiva que evite o círculo vicioso de não poder a Marinha aumentar o seu pessoal por falta de material onde empregá-lo e não adquirir material, por não dispor de pessoal suficiente para operá-lo.

E' necessário, de qualquer modo fomentar maior afluência às Escolas de formação de marujos e aproveitar maior percentagem de conscritos para incorporá-los ao serviço da Armada. O projeto governamental que reestrutura os quadros do pessoal da Armada, em trânsito pelo Congresso, deve ser ajustado à situação prevista pelo atual Govêrno, cumprindo dar ao seu andamento caráter urgente.

Nesse assunto, de excepcional relevância nas Marinhas de Guerra modernas, estamos empenhados em recuperar, de forma prática, o atraso em que permanecemos, ativando, para isso, o funcionamento de nossos centros de instrução técnica, sem perturbar os serviços normais.

A constituição de tais reservas deve entre outras medidas, prever com o maior interêsse o entrosamento do pessoal da Marinha Mercante nas atividades da Marinha de Guerra, seja pela passagem temporária de seus elementos a bordo de navios e serviços da Armada, seja pela ampliação de suas escolas, que devem ser incorporadas ao acêrvo dos serviços de ensino naval. Devemos considerar, também, com interêsse o concurso do pessoal dedicado à pesca.

Por outro lado, os compromissos que assumimos com respeito à defesa do Continente, aconselhando a padronização do material naval e dos métodos de emprega-lo, levam-nos a utilizar as facilidades que nos proporcionam os Estados Unidos da América — sob o regime de cooperação, que desejamos manter com a sua Marinha — para padronização dêsses materiais, métodos, doutrina de emprêgo e adestramento.

No setor de cooperação industrial, é ainda aconselhável se estabeleça entendimento formal com os principais estabelecimentos produtores da indústria nacional, para que se habilitem a fornecer os materiais especializados de que carecem os nossos estaleiros e depósitos, recebendo, em troca, a colaboração de técnicos e de maquinaria especializada da Marinha, que poderão auxiliá-los em suas atividades correntes, desde que se adaptem ao fabrico de certos produtos, imprescindíveis na guerra, mas sem interêsse comercial na paz. O auxílio aos pequenos estaleiros, disseminados em todos os nossos portos, é medida também inadiável.

Retomar o rumo das construções navais é providência imprescindível ao progresso da Marinha e do Brasil, sendo necessário interessar no empreendimento a indústria particular entregando-se aos Arsenais do Estado a fabricação dos protótipos destinados a fornecer àquela indústria os padrões a serem por ela fabricados.

Os estudos para a instalação de um grande Arsenal de construção, em Jacuecanga, já estão concluídos, dependendo o início das obras da solução que indicará a forma mais acertada para a referida instalação, seja com a responsabilidade total do Govêrno, seja por empreitada ou, ainda, adotando-se solução mista.

Quero frisar, neste capítulo, o interêsse do Govêrno em melhorar as instalações da Marinha, quer na Capital, em que são deficientes, quer nos Estados onde, em geral, são paupérrimas.

E' necessário prover os Distritos Navais dos meios e recursos de que carecem para o cumprimento das tarefas que lhes estão atribuídas. O 4.º Distrito, por exemplo, que tem sob sua jurisdição tôda a região amazônica, só agora começa a contar com alguns recursos em material flutuante para poder realizar o policiamento fluvial.

Impõe-se, ainda, dar às relações entre a Marinha de Guerra e a Mercante, — cada vez mais complexas e interdependentes — maior organicidade e eficácia. Nesse sentido, uma providência adequada será, talvez, a criação de um departamento que possa com maior propriedade cuidar dos interêsses e atividades dêsse importante ramo de nosso poder marítimo, que é a Marinha Mercante. Como reserva das fôrças armadas, tem ela, com estas, ligações e compromissos indissolúveis, e para torná-los efetivos é, de fato, aconselhável maior entrosamento entre seus serviços. A colaboração da Marinha de Guerra no serviço de manutenção da frota do Loide Brasileiro, patrimônio do Estado, deve ser, também, devidamente encarecida.

E' preciso cuidar da construção de uma nova Escola Naval, uma vez que a existente não mais satisfaz. O Colégio Naval despertou o maior interêsse entre a juventude brasileira, sendo de cêrca de dois mil o número de candidatos que se apresentaram às trezentas e cinquenta vagas.

De modo geral, a atual organização administrativa da Marinha de Guerra é satisfatória, devendo-se introduzir algumas modificações tendentes a facilitar a execução dos serviços logísticos. Sob êsse ponto de vista, parece conveniente o aperfeiçoamento e simplificação das normas orçamentárias e contábeis, de modo a facultar à administração naval maior flexibilidade e eficácia.

Deixo consignada também a necessidade de ser criado um Fundo Naval, já em cogitação na Câmara dos Deputados. Trata-se de medida salvadora, cuja aprovação se reveste de caráter urgente, pois permitirá a elaboração de um plano geral, compreendendo não só a renovação do material flutuante como a complementação de bases e apoios imprescindíveis à solução dos problemas fundamentais da Marinha de Guerra.

Aeronáutica

A Aeronáutica no empenho de contribuir para a segurança e progresso do Brasil, está a exigir urgente renovação e desenvolvimento.

A rápida evolução do material aéreo e da arte de guerra impõe-nos um pesado esfôrço para o reaparelhamento da Fôrça Aérea Brasileira, embora tenhamos de considerar as limitações decorrentes das possibilidades financeiras do País.

Não devemos esquecer que uma das características principais da aviação e a velocidade, que, atualmente, traz implícita a idéia de jacto-propulsão. Nesse setor, estamos atrasados em relação a essa nova era do avião. Para atingi-la, precisamos promover o desenvolvimento do nosso parque industrial no sentido de suprir as necessidades de manutenção e reparação da nossa aviação atual e, ao mesmo tempo, iniciar planos para a futura produção de aviões a jacto.

Por outro lado, o transporte aéreo militar, que até agora tem mantido a sua capacidade operacional com aviões bimotores, necessita passar à utilização de quadrimotores que irão permitir maior rendimento e economia.

A Comissão de Organização do Centro de Aeronáutica está realizando notável trabalho, que deverá influir no ensino e no sistema universitário do Brasil, principalmente, no ramo de engenharia, visando a constituir um núcleo de técnicos da maior aptidão.

Há, ainda, outros problemas a exigir providências adequadas do Govêrno, tais como o reexame e modernização dos sistemas de segurança aérea e de proteção ao vôo, conforme nos impõem os acôrdos internacionais e as nossas próprias necessidades; o estabelecimento de um Plano Nacional de Aeroportos, à semelhança dos Planos Rodoviário e Ferroviário Nacionais; criação de um sistema específico para suprimento de combustíveis, face às deficiências do sistema de transporte nacional; a formação do pessoal da Reserva da Aeronáutica, mediante cursos especiais e a formação de elementos para uma Fôrça Aérea Especializada, de cooperação com a Marinha de Guerra.

Importa, também, que a exploração do transporte aéreo no País apresente maior rendimento, tornando-se necessário, para isso, concluir as instalações aeroportuárias e dotá-las de equipamento adequado, em quantidade e qualidade, para assegurar a proteção ao vôo, no grau desejado. No caso em aprêço, será estudada a obtenção de recursos sem alteração das atuais tarifas, tendo em vista a redução do custo da exploração, que reverterá a favor das emprêsas concessionárias devido ao uso de melhor infra-estrutura e à liberação de certos serviços mantidos em determinados pontos de escala por tôdas as companhias que aí operem e que passarão a ser exercidos sob uma direção única.

O problema do desenvolvimento da aviação comercial será devidamente considerado na parte desta Mensagem em que trato do sistema de transportes em geral.

Por outro lado, o setor de aeroclubes exige nova regulamentação, que permita prestar maior assistência ao pessoal que constitui reserva potencial da nossa Fôrça Aérea. Será, também, necessário cogitar-se do auxílio à Campanha Nacional de Aviação.

Finalmente, considerando ser desaconselhável planejar uma aviação sem cuidar do apoio de uma indústria do próprio país, que manufature os seus acessórios complexos e variados, é intenção do Govêrno promover o surto da indústria aeronáutica nacional, e, ao mesmo tempo, das indústrias com ela relacionadas, tais como as de aços finos e ligas metálicas.

A fim de atender às proposições referidas nesta Mensagem o Alto Comando da Aeronáutica estudará e proporá as reorganizações e regulamentações que se tornarem necessárias.

Segurança Pública

O Departamento Federal de Segurança Pública, em articulação com as administrações estaduais neste setor, vem cumprindo a sua tarefa de manutenção da ordem e segurança públicas e preservação das instituições.

O desajustamento social tem influído de maneira relevante na elevação do índice de criminalidade, na capital da República e em geral nos grandes centros. O afluxo de população nova, sem alojamento adequado e sem ocupação regular, a intensificação da vida urbana, o crescente número de veículos, nessas cidades, e, em todo o País, a aceleração do ritmo migratório, são certamente fatôres importantes dessa situação e estão a indicar-nos o aperfeiçoamento dos métodos de prevenção e de repressão ligados ao tratamento econômico e social dos problemas de desajustamento, aproveitando a experiência de outros países, no sentido de evitar o seu agravamento. O esfôrço que já vem fazendo as organizações policiais nesse sentido, conquanto ainda insuficiente, em consequência mesmo da deficiência de meios, merece ser referido e incentivado.

Administração Federal

Os propósitos do Govêrno no que concerne ao tratamento da presente situação nacional consubstanciam-se nas diretrizes políticas anteriormente expostas. Elas deverão cumprir-se pelas instituições econômicas e sociais do país em colaboração com a Administração Pública.

Desejo encarecer êste caráter instrumental da Administração, pois, no Brasil, persiste uma tendência a superestimar o seu papel na resolução dos problemas sociais. Tem-se verificado que, entre nós, é costume esperar quase tudo do Govêrno e muito pouco da iniciativa particular.

Na verdade, a influência da Administração está limitada pelo sistema econômico e social vigente, de que ela é parte, e pelo nível cultural dos cidadãos. Uma vez que tal influência não se exerce abstratamente, cumpre ao governante fazer funcionar o sistema administrativo de modo a liberar de entraves as tendências de desenvolvimento e de progresso da comunidade nacional. Não se podem levar à conta da Administração dificuldades e males que decorrem do subdesenvolvimento geral do país e de condições seculares que só podem ser transformadas a longo prazo.

A tarefa que o Govêrno se propõe, no que diz respeito à Administração, é continuar o esfôrço de racionalização da máquina governamental, não só no setor de suas atividades específicas, como nos setores de pessoal, material, obras, organização, orçamento, documentação, em resumo, de tôdas as atividades ditas institucionais do Estado.

Transformações radicais registraram-se na Administração pública em nosso país, a partir de 1936, promovidas por uma série de reformas de base, pelas quais se extirparam do organismo burocrático sobrevivências e vícios patrimonialistas, bem como seu empirismo, e se implantaram métodos modernos de trabalho no trato dos negócios públicos.

Quando deixei o Govêrno, em 1945, o Brasil tinha conquistado no exterior merecida reputação em matéria de técnica de administração, de que dão prova depoimentos de eminentes autoridades estrangeiras, referências elogiosas em obras e publicações internacionais e o fato eloquente de técnicos brasileiros, formados pela experiência realizada no período de 1936 a 1945, terem sido chamados a prestar seus conselhos a governos de mais de um país latino-americano e a ocupar postos de direção no secretariado de organismos internacionais, como a O.N.U. e a U.N.E.S.C.O.

Vale destacar, como aspectos marcantes da obra legada aos que me sucederam em 1945, além do florescimento de numerosas repartições de fins específicos, a renovação dos processos de elaboração orçamentária; a centralização das compras de material e a racionalização de sua aquisição e distribuição; a criação de um sistema organizador que ia adestrando os serviços do Estado para o funcionamento eficiente, segundo princípios, normas e padrões tècnicamente elaborados; a reclassificação das carreiras do serviço público civil, providência preliminar à classificação de cargos; o treinamento e aperfeiçoamento de servidores, através de estágios, bôlsas de estudo e cursos especializados; a elaboração do Estatuto dos Funcionários Públicos, atualmente necessitado de revisão, mas sem dúvida um avanço na época de sua promulgação; o sistema de seleção de servidores públicos civis, através de concursos e provas de competência.

Durante o quinquênio findo, êste movimento em prol da racionalização administrativa foi pràticamente interrompido e, em alguns aspectos, em particular no que concerne à administração de pessoal, sofreu deformações que precisam ser corrigidas urgentemente, e para isso já determinei as providências iniciais.

Organização

A estrutura da Administração federal não sofreu, desde 1945, alterações dignas de nota.

Todavia, se naquela data ela já apresentava defeitos, êstes se agravaram mais ainda pela quase paralisia das atividades de organização. Esta deve ser não só contínua, como sistemática. Nenhum método de trabalho, nenhuma estrutura é definitiva, mas deve ser objeto de permanente exame tendo em vista a sua adequação, cada vez mais satisfatória, aos seus objetivos, que por sua vez, são mutáveis. Acresce-se ainda que, tendo desaparecido o espírito que inspirava aquêle movimento em prol da racionalização administrativa, tal estrutura acentuou depressa as suas tendências para o enrijecimento e para a rotina.

O processo organizador transcorre num ciclo ininterrupto de fases, o qual abrange o levantamento, o planejamento, a implantação, o acompanhamento da execução e a apuração crítica dos resultados. Ora, a reorganização da Administração federal, que se operou no período de 1936 a 1945, teria de ser experimental, por fôrça de circunstâncias histórico-sociais e da essência mesma da técnica de organização. Permanecendo inalterada, como pràticamente permaneceu, daquela data até aqui, é compreensível que atualmente mereça uma revisão cuidadosa, tendo em vista adaptá-la à nova realidade econômica e social do país.

O atual desaparelhamneto da organização administrativa é um obstáculo que terá de ser vencido, com firmeza, como o exigem não só a tendência universal de assumir o Estado, crescentemente, novas responsabilidades, como tambem as condições anormais do mundo contemporâneo e, ainda, a peculiaridade de ser o Brasil um país novo.

A pesquisa e a utilização dos meios que promovam a maior integração funcional das atividades administrativas no processo de desenvolvimento econômico do país constituirão uma das preocupações fundamentais do meu Govêrno.

Apesar das reformas acima referidas, grandes segmentos de nossa Administração sobrevivem pela inércia, à época e à concepção que os suscitaram, e, no presente, carecem de real eficácia, constituindo-se em elementos negativos de progresso. Por outro lado, são notórias, na Administração federal, frequentes duplicações, paralelismos e conflitos de competência entre suas partes, tudo isto exigindo um plano geral de sua reestrutura, de que o Governo já está cogitando.

O Govêrno realizará uma política de planejamento administrativo, tomando a si a indicação de diretrizes aos serviços públicos e apurando, sistemàticamente, os resultados de suas atividades.

Cumpre referir especialmente a necessidade de reorganizar os serviços de fomento e contrôle da economia, com o objetivo de dar-lhes maior eficiência em seu funcionamento; de simplificar as suas relações com os interessados, principalmente com as emprêsas; de aparelhá-los para a realização de pesquisas, reduzindo ao mínimo indispensável as atividades de rotina; de, finalmente, torná-los aptos a funcionarem articuladamente, cada um realizando a parcela de trabalho mais útil, sem duplicar ou perturbar o trabalho de qualquer outro. Com respeito a esta matéria, o Governo pretende ainda estimular a criação de órgãos de pesquisas, bem como outros de recursos e de consulta, através dos quais se manifestem os interêsses e direitos dos particulares e, especialmente, das classes produtoras.

Impõe-se, com análogos intuitos, a reorganização dos serviços federais de assistência médico-social, visando, conforme as modernas concepções, menos a objetivos filantrópicos do que ao seu efetivo rendimento econômico e social.

Finalmente, merece especial atenção o aperfeiçoamento do aparelho arrecadador da União, em cujo funcionamento se observam deficiências, do que é reflexo a considerável evasão de receitas, fato que vem agravando o problema da escassez de recursos orçamentários.

Orçamento: Elaboração e Contrôle

O movimento de racionalização administrativa, iniciado no país em 1936, realizou no campo das atividades orçamentárias da União notável progresso, aferível pela organização de suas linhas estruturais e pelo alto padrão técnico impresso ao seu funcionamento.

A administração financeira da União reclamava, de há muito, o estabelecimento de um sistema de órgãos e de normas que permitissem pôr têrmo ao regime de indisciplina, e conter as improvisações que tantos males acarretavam à vida financeira do país.

Em 1940, atendendo a essa imperiosa necessidade, consegui estender ao setor das atividades orçamentárias os influxos da ação renovadora. Providenciei, deliberadamente, a título experimental, a criação de um sistema de órgãos especializados, subordinados ao comando de uma agência central orçamentária, à qual a lei atribuiu o encargo de coordenar as atividades dos órgãos de menor amplitude, localizados na estrutura dos Ministérios e dos órgãos não ministeriais, de elaborar a proposta orçamentária do Executivo e de controlar a execução do programa administrativo. Era o que mais urgente se exigia para assegurar aos trabalhos orçamentarios o imprescindível cunho de organicidade.

Em 1945, à vista dos resultados apurados, inclusive no que se refere à formação do indispensável corpo técnico, assumiu forma definitiva o provado esbôço do que se podia chamar de Sistema Orçamentário da União. Ficava assim a Administração pública aparelhada com um conjunto de órgãos permanentes, especializados nas técnicas de elaboração, execução e contrôle do orçamento. Tal conjunto compunha-se do órgão central orçamentário — Divisão de Orçamento e Organização do D.A.S.P., — das Divisões de Orçamento dos Ministérios, e das Seções de Orçamento dos Departamentos de Administração, todos funcionando em estreita articulação com os órgãos de Pessoal, Material e Obras.

A êsse conjunto de repartições, liderado pelo órgão central orçamentário, cumpria examinar e estudar os planos de trabalho e os pedidos de dotações contidos nas propostas parciais das unidades orçamentárias. Um simples cotejo, porem, dos documentos específicos desta e das épocas anteriores, revela os magníficos resultados obtidos com a reforma realizada nos quadros estáticos e dinâmicos dos serviços em aprêço. Infelizmente, porém, tal índice de progresso e conquista técnica não foi devidamente mantido neste último quinquênio, como se fazia mister. E isto, por efeito de interferências de outros órgãos paralelos da Administração, que visando a melhorar o nível dos trabalhos, apenas conseguiram quebrar a harmonia do conjunto, no seu ponto mais fundamental, ou seja na unidade de comando. Este ligeiro retrocesso será devidamente eliminado, para que a fase da elaboração da proposta orçamentária possa processar-se dentro do necessário rigor técnico e da mais estreita cooperação.

Quanto às atividades de contrôle, encaradas sob o ponto de vista da técnica orçamentaria, é preciso reconhecer que muito pouco se conseguiu até agora neste particular, em que pesem as tentativas empreendidas no decorrer do exercício de 1945. Mas nem por isso se pode esconder que, no que se relaciona com os interêsses do programa de ação governamental, e o contrôle concomitante, exercido pelos agentes categorizados do Executivo, o que mais se afirma como instrumento de correção administrativa. Consiste numa fiscalização direta e imediata, e se necessário, for, in loco, do emprêgo dos recursos concedidos, no sentido de apurar se os gastos com admissões de pessoal, aquisição de material, realização de serviços e execução de obras públicas estão sendo aplicados consoante os superiores interêsses da Administração, e o princípio de economia de meios para atender aos fins visados, disso resultando a devida apuração de responsabilidades, à base de critérios racionais.

Sem dúvida, a administração orçamentária do país estará a salvo de qualquer desvio prejudicial quando o concurso eficiente da fiscalização concomitante se juntar ao salutar contrôle do Congresso, exercido diretamente ou por intermédio do seu órgão auxiliar — o Tribunal de Contas, juiz da legalidade de todos os atos que importem obrigações financeiras para o Tesouro Nacional.

Meu Governo se encontra disposto a colaborar estreitamente com o Poder Legislativo em mais êsse importante setor da Administração federal. Não pouparei as medidas necessárias para retomar a série de providências tendentes a tornar o contrôle condomitante uma realidade, contribuindo assim para assegurar ordem, eficiência, moralidade e rendimento no emprego dos dinheiros públicos.

Administração de Pessoal

Em meu anterior período governamental, foi implantado o sistema do mérito na Administração Federal, não só como medida de moralidade mas tambem como fator de eficiência e economia.

O acesso aos cargos e funções passou progressivamente a obedecer ao critério democrático dos concursos e das provas de competência. Mediante apurações objetivas, eram os mais capazes os escolhidos pelo Governo para ocuparem os cargos e as funções públicas. Operou-se, assim, em matéria de seleção de pessoal, uma verdadeira revolução. O Governo, com energia, vinha escoimando a Administração pública de defeitos seculares, emancipando-a do personalismo, da patronagem política e das clientelas eleitorais. Os benefícios de tal regime eram nitidamente perceptíveis. Ganhou alto prestígio o exercício de cargos e funções públicas, elevado moral ostentavam os servidores do Estado em sua conduta funcional, e muitos serviços públicos passaram, de fato, a ser conduzidos com maior economia e eficiência. Por outro lado, as oportunidades oferecidas frequentemente pelos concursos e provas estimularam, entre os jovens, não só a confiança no esfôrço, como o gôsto pelos estudos especializados e, em consequencia, um maior ajustametno do sistema educacional às necessidades efetivas do país, tradicionalmente viciado no academicismo e no bacharelismo.

Vale ressaltar que a implantação do sistema do mérito representou um passo à frente na evolução historica do Brasil. Representou a vitoria do princípio da democracia sobre o princípio da oligarquia e dos clãs políticos, persistentes em confundir a coisa pública no seu patrimônio particular, e secularmente habituados a fazer da administração um instrumento de seus interêsses privados.

A essência do pensamento político atual, que deve impregnar todo o organismo do Estado, é, precisamente, um propósito contrário ao coronelismo, e ao privatismo de certos grêmios políticos e grupos oligárquicos: é a idéia de que o trabalho é o instrumento, por excelência, de elevação social do cidadão; de que a cada um é garantida a oportunidade de, pelo seu esfôrço e pela sua capacidade, conquistar o seu lugar na hierarquia social. Daí ser a manutenção e o aperfeiçoamento do sistema do mérito um ponto básico do meu Governo.

Cargos e funções foram ultimamente criados e preenchidos, como é público e notório, em desobediência não só a princípios de moralidade administrativa, mas com infringência de normas legais e de seleção científica de pessoal. Subverteram-se as escalas de vencimentos e salários, o sistema de remuneração, consagrando-se o favoritismo pessoal e de grupos, em franco desrespeito à equidade, e com pesado ônus para o Tesouro. Outrossim, admitiram-se servidores sem a observância legal da apuração de capacidade. Tais fatos suscitaram no meio dos servidores do Estado o aparecimento de tensões psicológicas, o açodamento reivindicatório, a descrença nos processos regulares de elevação funcional, o desânimo generalizado, tudo isso resultando na quebra do moral do funcionalismo e na perturbação da boa ordem dos trabalhos administrativos.

Em consequência disto, decidiu o Governo determinar, como era do seu indeclinável dever, em obediência ao proprio clamor da opinião pública, a apuração e correção das irregularidades e deformações praticadas no setor de pessoal, a fim de repará-las, sem prejuízo dos direitos perfeitamente configurados.

FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

Ressentem-se os órgãos técnicos da carência de pessoal especializado.

O rendimento do trabalho de muitas repartições importantes está prejudicado por êste fato. O sistema educacional brasileiro não atende às necessidades de mão-de-obra especializada do país. Carece o nosso ensino superior de institutos de ensino e pesquisas no setor da economia e das ciências administrativas, em número suficiente aos reclamos do meio e com equipamento adequado. O Governo pretende realizar vasto programa de formação de mão-de-obra técnica e de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal, não somente para suprir deficiências de pessoal da Administração Pública, como tambem as das atividades privadas. E' mister promover o reequipamento das bibliotecas oficiais, reunir em conferencias e conclaves frequentes os estudiosos de problemas nacionais, de todo o país, a fim de que se difundam, com proveito de todos, os novos conhecimentos e as experiências bem sucedidas. O Govêrno reencetará o programa de bôlsas de estudos, estágios e viagens ao estrangeiro, oferecidas a profissionais no interêsse do seu aprimoramento. Uma das formas do auxílio federal será estender aos Estados e Municípios os benefícios do programa de treinamento e previsão. Urge aperfeiçoar o nosso aparelho de documentar a eficiência de seus serviços.

Administração de Material

A administração de material vinha evoluindo normalmente, dentro de uma sistemática, até o ano de 1945.

A exemplo do que as nações mais avançadas faziam, procurava-se, no Brasil, pôr em prática métodos racionais de administração de material. Assim, a simplificação dos materiais, a normalização dos processos de aquisição, a especificação e a padronização constituíam preocupações constantes do Governo.

Esses trabalhos tiveram, inclusive, saudável efeito no sentido do progresso industrial do país, através da padronização.

Sofreu, entretanto, o sistema várias alterações, tendo sido interrompidas as atividades de pesquisa e os estudos de racionalização dos materiais, que vinham sendo realizados em ritmo progressivo. Impõe-se, no presente, não só a revisão dos procedimentos em uso, como tambem a elaboração de novas leis que restabeleçam a sistemática antiga e permitam sua evolução.

Documentação e informações

A documentação é primacial instrumento da continuidade, do planejamento e do contrôle do trabalho administrativo.

Tanto quanto possível, aos serviços oficiais de documentação incumbe oferecer às autoridades informações as mais completas, que permitam a continuidade das iniciativas bem sucedidas. Os relatórios devem constituir uma prática regular dos que são responsáveis pelos diversos setores da Administração, observadas normas adequadas, e vazados, quanto possível, em forma acessível à compreensão pública.

Avulta de importância, no momento, a documentação estatística, pelo seu caráter de instrumento imprescindível de planejamento que o Governo vai levar a têrmo, a fim de que possam incretação estatística, ainda deficiente, apesar de seus notáveis progressos nos últimos anos.

Uma das preocupações fundamentais do Governo é facilitar ao público o conhecimento de seus atos, bem como apurar sistemàticamente os resultados das atividades dos serviços do Estado. Cabe, portanto, às repartições de documentação completar essa tarefa, elaborando, com presteza e oportunidade, trabalhos de divulgação, não só para o Congresso, mas para o grande público, até mesmo como um instrumento de preparação da cidadania.

Estatística

Cumpre destacar, pela particular importância de que se reveste, o sistema estatístico.

A experiência de três lustros de profícua atividade está demonstrando o acêrto da estruturação dada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a qual, respeitada a autonomia de cada Governo no que concerne à parte administrativa, submete a uma única orientação técnica as atividades específicas das repartições de estatística ou geográficas e as aproveita em benefício dos interêsses comuns.

Essa "cooperativa para fins de administração pública" goza de apreciável vitalidade, graças, principalmente, ao apoio que lhe asseguraram os Municípios, a última órbita governamental, aliás, a integrar o sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E' de esperar que se removam os embaraços surgidos, de parte de algumas prefeituras, na execução do convênio relativo às agências municipais de estatística.

Tem-se registrado ano a ano progresso na técnica dos levantamentos e elaborações estatísticas, particularmente no que se refere à demografia. Entretanto, muito há o que aperfeiçoar, simplificando em alguns casos os inquéritos, ou evitando duplicações no sentido de obter uma coleta segura e rápida dos dados, elaborados e divulgados prontamente, como instrumentos de oportuna informação e orientação dos podêres públicos e dos particulares.

E' de notar que as estatísticas econômicas ainda não permitiram um levantamento adequado e regular da renda nacional.

As condições do país não facilitam as tarefas das organizações estatísticas, mas, por outro lado, essas próprias dificuldades e o precário estado do conhecimento dos fatos da vida nacional impõem um esfôrço acelerado de aperfeiçoamento das estatísticas econômicas e sociais.

Plano Salte

O Plano Salte é mais uma tentativa de ampliar os investimentos governamentais, e de fazê-los escapar ao anacrônico regime normal de contabilidade pública. A associação de programas diversos, embora paralela a programas outros da mesma natureza, que continuam no orçamento ordinário, representa uma orientação louvável. A coordenação entre os programas, contudo, mesmo dentro do Plano, é quase inexistente. Revela, acima de tudo, notar que suas bases financeiras são precárias, ou inexistentes, visto que o proprio orçamento ordinário vem fortemente desequilibrado e sem cobertura para os seus repetidos e crescentes deficits. Assim, não há, nem na receita ordinária, nem no crédito público, possibilidade de financiar tal lista de obras e de serviços e encargos. A Lei n. 1.102, entretanto, permite razoável elasticidade na sua execução, de modo que ao Executivo será possível imprimir a orientação mais indicada. Diante da impraticabilidade ou da inconveniência de sua execução completa, pelas razoes acima, a lei se reduz a uma autorização ao Executivo de utilizar créditos consignados no orçamento comum, sob um regime diferente, ou de lançar no mercado títulos da dívida pública. Essa autorização só pode ser aproveitada para aqueles projetos que sejam de reprodutividade imediata, tendo em vista as circunstâncias que estamos atravessando, ou que sejam de interêsse fundamental para a Nação.

Afigura-se, portanto, necessário estabelecer um regime de prioridade na utilização das dotações do Orçamento, bem como do crédito, de modo a evitar consequências ruinosas.

O setor Alimentos, que ainda não teve sua execução iniciada, deverá merecer particular atenção quanto a seus programas fundamentais.

Estabelecidas as áreas que, de preferência, deverão ser atacadas, cumpre harmonizar os programas dos vários setores para atingir os objetivos econômicos do Plano. As obras e serviços já executados nos setores Saúde, Transportes e Energia, embora tenham constituído realizações de valia, não apresentaram as características de coordenação e harmonia indispensáveis ao melhor aproveitamento dos recursos financeiros. Oportunamente se deverá cuidar da revisão da Lei n. 1.102 e de todo o orçamento de investimentos do Governo, tendo em vista aperfeiçoar a técnica orçamentária, coordenar todos os programas e ajustá-los às reais condições e necessidades da finança pública e da economia nacional.

Situação Econômico-Financeira

Finanças Públicas

Em confronto com os dados gerais da economia nacional, as finanças públicas apresentam evolução menos satisfatória e nos convencem de que vêm sendo um entrave ao seu maior desenvolvimento.

O "deficit", sem cobertura, na execução orçamentária do último quinquênio, foi de 9,7 bilhões de cruzeiros; e em tão vultosa cifra não estão ainda incluídas as despesas extra-orçamentárias, autorizadas pelo Govêrno, utilizando fundos especiais e diluídas em geral nas contas do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil. Como se verá adiante, o "deficit" do exercício de 1950, já verificado, é de 4 bilhões e 297 milhões de cruzeiros.

Para 1951, conforme demonstração a seguir, está previsto no orçamento ordinário um "deficit" convencional de 3,5 bilhões, mas os encargos realmente passados para o corrente exercício, sem cobertura prevista, elevam-se a 9,9 bilhões, sem contar os créditos inevitáveis. Esses algarismos ressaltam a seriedade da presente situação financeira, cujo desequilíbrio, nos últimos anos, se vem acentuando, sem que tenham sido adotadas oportunamente as medidas convenientes.

No âmbito estadual e municipal, a situação é, em alguns casos, mais precária. Vale ressaltar que o total dos "deficits" da União, Estados e Municípios para 1951, só nos orçamentos ordinários, está estimado em mais de 5 bilhões de cruzeiros, em orçamento conjunto de 40 bilhões.

Destarte, conquanto os investimentos públicos apresentem em muitos casos o carater do que se convencionou chamar despesa reprodutiva, vi-me obrigado, nos primeiros dias de govêrno, a efetivar compressões de despesas que, em parte, virão sacrificar a execução do programa de inversões para 1951. E' que se impunham iniciativas imediatas para o saneamento financeiro, enquanto medidas de maior alcance pudessem ser estudadas, visando ao restabelecimento futuro do equilíbrio entre a receita e a despesa, sem prejuízo dos empreendimentos projetados.

Tais dificuldades do Erário devem ser entendidas, em parte, como consequência de um fenômeno natural nos países de insuficiente desenvolvimento econômico: a carência de capitais disponíveis para os empreendimentos privados estreita o campo tributário, resultando que a tributação não pode atingir a percentagem que alcança em outros países relativamente à renda nacional.

Por outro lado, um país em desenvolvimento requer grandes investimentos básicos, de carater público, e aparelhamento técnico do Estado para dar a melhor aplicação aos recursos extraídos da comunidade.

Antes, porém, de apelar para uma elevação dos impostos, em têrmos justos, a qual de maneira alguma deverá afetar o custo da vida, meu Govêrno procurará aperfeiçoar o mecanismo arrecadador, de que resultará — estou certo — considerável aumento da produtividade tributária, mesmo sem excessos de fiscalização, mas apenas pela racionalização dos serviços específicos e desenvolvimento de melhores relações com os contribuintes.

Um dos mais perniciosos defeitos da organização do Tesouro deriva da confusa administração tributária. Cogita o Govêrno de dar nova feição a êsses serviços, a fim de assegurar, pela centralização da direção, a indispensável uniformidade de critérios na execução das leis tributárias e, por conseguinte, o máximo de eficiência na arrecadação.

Por outro lado, serão garantidas aos contribuintes maiores facilidades para a satisfação dos seus deveres fiscais.

O aumento das receitas públicas depende substancialmente da atuação dos agentes da fiscalização, que devem, antes de tudo, orientar e instruir os contribuintes quanto ao fiel cumprimento das suas obrigações fiscais.

O empírico sistema arrecadador da União funciona através das exatorias federais, que formam uma extensa rêde a cobrir todo o território nacional. Como órgãos arrecadadores primários, têm estas exatorias servido como solução razoável, se atentarmos para as dificuldades oriundas da grande extensão territorial do País, a carência de meios de comunicação e transportes, e a diversificação das zonas geo-

(CONTINUA NA 1.ª PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

A situação do país

(CONTINUAÇÃO DA 3.ª PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

econômicas, mas cumpre rever sua experiência.

Sistema tributário

É sabido que os tributos diretos — cujo paradigma é o impôsto sôbre a renda — são, em regra, os mais desejáveis socialmente, pois que, por serem pessoais, não são passíveis de repercussão. Já os gravames indiretos — de que o impôsto de consumo pode servir de modêlo — oneram a grande massa popular, e se prestam a sub-reptícios aumentos do custo da vida. Tradicionalmente, o impôsto de consumo — que grava indistintamente tanto a caixa de fósforos, como os artigos de luxo, representava a coluna-mestra da nossa receita fiscal, concorrendo com a maior parcela de nossas rendas tributárias.

Em meu Govêrno anterior, procurei atenuar êste malefício, pela sua profunda injustiça social. Este o motivo que me levou às sucessivas reformas do impôsto sôbre a renda, de que decorreria ter chegado êste tributo a concorrer em 1944 com a maior parcela das rendas tributárias. À míngua de medidas saneadoras, eis que a situação retomou os antigos característicos, sendo que hoje a produtividade do impôsto de consumo voltou a ultrapassar em milhões as cifras do impôsto de renda.

É certo que medidas governamentais majoraram as taxas do tributo. Todavia, a causa principal de tal fenômeno reside essencialmente na incapacidade administrativa do sistema arrecadador do impôsto sôbre a renda.

O fato de 73% da arrecadação do impôsto de renda provirem do Distrito Federal e do Estado de São Paulo, ainda que tal se explique, em parte, pela concentração do poder econômico nessas regiões, mostra a conveniência de ser acentuada, cada vez mais, a descentralização da execução dos serviços do impôsto de renda.

Com as melhorias que serão introduzidas nesse setor e com a decidida orientação de eliminar as sonegações, a arrecadação dêsse tributo poderá registrar considerável aumento em relação aos níveis até agora obtidos, voltando a representar a principal fonte das rendas tributárias.

Ao lado dos impostos diretos sôbre a renda percebida, a profissão e a propriedade, justifica-se a cobrança dos impostos sôbre a renda consumida, que, no nosso sistema tributário, assumem principalmente a forma indireta do impôsto de consumo, do sêlo e da importação.

A legislação brasileira sôbre o impôsto de consumo vem sendo aperfeiçoada e constitui, tècnicamente, a parte menos vulnerável do nosso sistema tributário.

A prática dêsse tributo, todavia, deverá ser realizada com prudência e sabedoria, orientada no sentido de isentar os artigos de primeira necessidade, para taxar de preferência os produtos menos essenciais à vida das populações. Essa diretriz, consubstanciada na Constituição, condiz com o espírito do Govêrno.

Por outro lado, salvo algumas modificações que a experiência venha a recomendar, pode afirmar-se que a produtividade do impôsto deverá ser aumentada em decorrência de fiscalização mais intensa e assídua nos pontos em que se manifesta a possibilidade de sua evasão.

Quanto ao impôsto de importação, vale salientar que sua arrecadação, não obstante a anormalidade que caracterizou, no último decênio, o comércio internacional, não vem mantendo a necessária correspondência com o valor das importações.

Esse fato decorre, em grande parte, de possuirmos tarifa predominantemente específica, pois apenas excepcionalmente é que se faz a cobrança do tributo por meios de taxas *ad-valorem*. Daí o desequilíbrio, pois que a elevação do valor das mercadorias importadas, sobretudo em nossa moeda, reduz, de fato, a incidência real dos direitos específicos, já que essa forma de taxação não se ajusta, como acontece com as taxas *ad-valorem*, às flutuações do poder aquisitivo da moeda.

Daí verificar-se constante declínio da importância relativa do impôsto de importação no conjunto da receita tributária. Assim é que, em 1929, o impôsto representava 42,16% de nossas rendas tributárias; em 1937 chegava a 33,89%; em 1945, a 11,59%, e, em 1949, a apenas 9,49%.

A nossa Tarifa das Alfândegas carece, no entanto, de atualização. Para êsse fim, cogita o Govêrno de instituir uma comissão, da qual farão parte funcionários especializados e representantes das classes interessadas no assunto, para estudar detidamente a reforma da nossa pauta aduaneira e elaborar o projeto a ser submetido, oportunamente, ao Congresso Nacional. O enorme avanço tecnológico, determinando o aparecimento de novos e numerosos produtos, impõe amplas modificações na nomenclatura atual. Além do mais, a expansão do nosso parque industrial exige tratamento mais adequado das matérias primas importadas. A forma de taxação — específica, *ad-valorem* ou mista — constituirá, também, objeto de estudo da referida Comissão, pois é matéria de alta complexidade técnica, em face das dificuldades inerentes ao contrôle fiscal.

Ao contrário dos direitos de importação, o impôsto do sêlo vem contribuindo, apreciàvelmente, nos últimos anos, para o fortalecimento da receita pública. No último qüinqüênio, de menos de 1,2 bilhões em 1946, passou a quase 2 bilhões em 1950. As perspectivas no tocante à arrecadação dêste tributo no corrente exercício, são favoráveis, quer em virtude da atual conjuntura, que é propícia à prática de atos jurídicos e operações financeiras determinantes do pagamento dêsse impôsto, quer em razão das medidas de contrôle fiscal que, no caso, têm importância fundamental.

O sistema tributário deve ser objeto de estudos aprofundados do Executivo e do Legislativo, no sentido de aperfeiçoá-lo como instrumento de arrecadação de recursos para os fins tradicionais do Estado e para o seu programa de inversões públicas, bem como de contrôle monetário, adaptando-o outrossim às necessidades de desenvolvimento econômico e social.

Política orçamentária

Em sua última mensagem anual ao Congresso, meu antecessor capitulou a questão do Orçamento federal entre os aspectos negativos do Govêrno, salientando haver nos erros da Administração uma responsabilidade solidária do Executivo e do Legislativo. Sôbre tal co-responsabilidade, o Executivo argüía a necessidade urgente de reaparelhar a administração federal dêste setor, pois não era possível continuar, em matéria orçamentária, a valer-nos de instrumentos de trabalho antiquados.

Não se pode negar, porém, que o Govêrno deixara, em 1945, um sistema orçamentário, que representava grande avanço. No período decorrido entre 1938 e 1945, o Orçamento evoluiu paralelamente às iniciativas de racionalização do Serviço Público Federal, concentradas as atenções principalmente sôbre suas características técnicas.

A partir de 1947, todavia, do Orçamento da União ingressaria inegàvelmente em nova fase, pois que teria de enfrentar as novas condições resultantes da recomposição dos quadros políticos.

Infelizmente, os primeiros contatos do Executivo com o Congresso, a respeito da matéria orçamentária, prenderam-se de regra aos aspectos negativos da questão, esboçando-se logo uma improfícua desarticulação, que iria culminar em 1949, quando o Presidente da República não sancionou nem vetou a lei orçamentária, que foi promulgada pelo Presidente do Senado Federal.

Por outro lado, no seio do Executivo travou-se luta estéril pela hegemonia da elaboração orçamentária, durante a qual se tumultuou a técnica orçamentária com visível desprestígio para a Administração Pública, que chegaria a elaborar, em 1950, duas propostas orçamentárias, coincidentes apenas quanto ao otimismo na previsão de *superavit*.

Relembro aqui êstes fatos, todos êles do domínio público, porque julgo devermos retomar o caminho trilhado anteriormente, conquanto não o fechemos para os aperfeiçoamentos indicáveis pela experiência.

Embora a Constituição de 1946 tenha procurado conciliar a atuação do Executivo e do Legislativo quanto à elaboração e execução orçamentária, na prática se têm verificado falhas, para o que julgo importante chamar vossa atenção.

Em primeiro lugar, lembraria a inconveniência do art. 74, que manda prorrogar o orçamento em vigor, no caso de não haver sido enviado à sanção o projeto do futuro orçamento. Saliente-se que a norma anterior, neste ponto, era mais flexível e objetiva, quando prescrevia dever o Presidente da República sancionar o novo orçamento na base das últimas votações do Congresso, caso êste excedesse os prazos previstos para o seu pronunciamento.

Por outro lado, são incontornáveis as dificuldades acarretadas ao Executivo, pela exigência consubstanciada no art. 87, n.º XVI, que estipulou seja a remessa da proposta do Executivo efetuada dentro de dois meses após o início de cada sessão legislativa. Tal exigência impõe grande antecipação para o cálculo das estimativas (quase um ano), obrigando o Executivo a enviar ao Congresso uma proposta meramente formal — e já obsoleta — não só passível de revisão geral mas em certos pontos de reelaboração definitiva.

Êste vício de origem tem facultado ao Congresso ampla liberdade para modificar os quadros das despesas, principalmente nos setores das obras públicas, auxílios, contribuições e subvenções — atendendo às aspirações parciais, muitas vezes justas, mas não baseadas no exame da situação geral. Não há dúvida de que as vantagens por tal meio obtidas têm, por vezes, profundo interêsse humano. Todavia, por desviarem recursos de aplicações básicas, tumultuam o esquema nacional das atividades do Govêrno, agindo como anacrônica e condenável cauda orçamentária.

Quanto às subvenções especiais, devo lembrar que os orçamentos de 1938 a 1946 só as consignavam mediante existência prévia de lei. Só excepcionalmente alguns auxílios eram concedidos. Esta prática, porém, foi logo subvertida no Orçamento de 1947.

É pensamento do Executivo reatar os estudos de tão relevante matéria, a fim de apresentar ao Congresso normas que voltem a disciplinar êste importante setor das finanças públicas.

Execução orçamentária

Ao assumir o Govêrno, determinei rigoroso balanço da situação financeira. Embora ainda haja pontos secundários a esclarecer, o Ministro da Fazenda já apresentou, há duas semanas, documentada exposição sôbre a grave situação do Tesouro. Cumpre ressaltar que, pela primeira vez, são apuradas as contas do exercício financeiro anterior, ainda no mês de fevereiro, a tempo de figurarem nesta Mensagem ânua.

A Lei n.º 961, de 12 de dezembro de 1949, que orçou a receita e fixou a despesas para o exercício de 1950, previu o *deficit* de Cr$ 3.515.188.784,00, assim demonstrado:

	Cr$
Receita estimada	18.775.228.000,00
Despesa fixada	22.290.416.784,00
Deficit	3.515.188.784,00

Foram, porém, concedidos créditos adicionais que, somados, elevaram a despesa a Cr$ ...... 24.738.357.163,00, como se poderá verificar do seguinte quadro:

	Cr$	Cr$
Orçamento	22.290.416.784,00	
Menos: Alterações	7.655.893,40	
	22.282.760.890,60	
Mais: Alterações do Tribunal de Contas	8.722.533,70	22.291.483.424,30
Créditos adicionais:		
Suplementares		63.275.006,90
Especiais		2.373.398.732,00
Extraordinários		10.200.000,00
Total		24.738.357.163,20

Confrontada a parcela da receita prevista com a da despesa total autorizada, encontra-se o *deficit* presumível que se expressa em Cr$ 5.963.129.163,20, resultante da receita estimada de Cr$ 18.775.228.000,00 e da despesa total autorizada de Cr$ .. 24.738.357.163,20.

A previsão da receita para 1950, baseada no estudo das possibilidades reais e nos índices oferecidos pela arrecadação dos exercícios mais próximos, e, também, no comportamento da do exercício de 1949, foi ligeiramente superada na execução, oferecendo um afastamento inexpressivo de pouco mais de 3%.

Nas rendas tributárias, principal fonte da receita, com exceção do parágrafo da "Importação", como era de esperar, em face do regime de licença prévia, todos os demais superaram os quantitativos inscritos na lei de meios, classificando-se, por ordem de grandeza dos excessos, o "Impôsto de Consumo", "Impôsto de Sêlo", "Impôsto de Renda" e, finalmente, os "Impostos que competem à União nos Territórios". Dos demais capítulos, sòmente o de "Diversas Rendas" excedeu ao previsto, ficando aquém da previsão as "Rendas Patrimoniais", as "Rendas Industriais" e a "Renda Extraordinária".

A despesa realizada à conta das dotações orçamentárias, consideradas as alterações no orçamento, e dos créditos suplementares, importou em Cr$ .... 21.278.075.583,60, deixando, assim, um saldo de autorizações expresso em Cr$ 1.103.749.170,20. Todavia, incluídos os demais dispêndios realizados à conta de créditos especiais e extraordinários e sem crédito, a despesa já realizada elevou-se a Cr$ ..... 23.669.854.385,10, determinando o vultoso *deficit*, já verificado, de Cr$ 4.297.066.064,70, que resulta do confronto da receita classificada com a despesa efetuada, como segue:

	Cr$
Receita	19.372.788.320,40
Despesa	23.669.854.385,10
Deficit já verificado no exercício	4.297.066.064,70

Devo salientar que os empreendimentos de grande vulto, não reprodutivos de imediato, atacados simultâneamente e sem condições financeiras favoráveis, respondem, certamente, por grande parte do resultado desfavorável apurado, que exigiu e exigirá ainda do Tesouro compromissos onerosos para cobri-lo, levando a que o Govêrno inicie suas atividades num regime rigoroso de compressão de gastos.

O excesso das despesas não foi atendido com o apêlo ao mercado de títulos públicos, mas recorrendo sobretudo à emissão de "Letras do Tesouro", não resgatadas em 1950, no valor de Cr$ 2.000.000.000,00, e levadas a redesconto, ao lado de outros recursos do Banco do Brasil, e à transferência de pagamentos para o corrente exercício.

O débito do Tesouro ao Banco, que era, em outubro de 1945, de 977 milhões de cruzeiros, atingiu a 31 de dezembro de 1950 o montante de 9 bilhões e 256 milhões, dos quais 8 bilhões e 316 sem qualquer cobertura. A 31 de janeiro, a posição do Tesouro no Banco se havia agravado.

Perspectivas para 1951

Quero salientar-vos que recebo o Govêrno do País enfrentando angustiosa situação financeira, em que ressaltam os seguintes encargos taxativos:

		Cr$
a)	*Deficit* previsto no orçamento de 1951	2.318.021.431,00
b)	Créditos transferidos	183.210.451,00
c)	Créditos adicionais especiais autorizados e não abertos no exercício anterior	2.136.397.656,00
d)	Novos encargos votados sem receita correspondente, cujas despesas serão realizadas no corrente exercício	1.923.220.732,00
e)	Pagamentos obrigatórios não incluídos no orçamento	151.032.698,00
f)	Pagamentos obrigatórios insuficientemente incluídos no orçamento	107.580.400,00
	Total	6.818.463.368,00

A fim de melhor esclarecer o quadro acima, especifico algumas das parcelas que o integram:

Novos encargos votados, sem receita correspondente

		Cr$
1.	Lei n.º 200, de 30-12-1947 (Extensão de benefícios)	50.000.000,00
2.	Lei n.º 1.254, de 4-12-1950, que dispõe sôbre o sistema federal de ensino superior (excesso sôbre a receita)	88.000.000,00
3.	Lei n.º 1.293 de 27-12-1950 — que reorganiza o serviço de inspeção de Coletorias Federais	85.220.732,00
4.	Lei n.º 1.316, de 20-1-1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (valor que se atribui aos compromissos, com base nos pedidos de suprimento)	1.700.000.000,00
	Total	1.923.220.732,00

Pagamentos obrigatórios não incluídos no orçamento

		Cr$
1.	Acôrdo de empréstimos e arrendamentos	93.600.000,00
2.	Acôrdo sôbre bens e excedentes de guerra ...	1.647.698,00
3.	Quota de aumento de capital da Fábrica Nacional de Motores	55.785.000,00
	Total	151.032.698,00

Pagamentos obrigatórios insuficientemente incluídos no orçamento

	Cr$
Decreto-lei n.º 6.019, de 23-11-1943:	
Para os empréstimos em libras (amortização e juros)	69.522.940,00
Para os empréstimos em dólares (amortização e juros)	38.057.460,00
Total	107.580.400,00

Não se acha, porém, ainda completo o quadro da situação financeira do País, porquanto outros encargos terão de ser também computados, consoante discriminação abaixo:

		Cr$
a)	Restos a pagar de 1950	2.203.277.003,00
b)	Exercícios findos (cálculo da Diretoria da Despesa Pública com base em 130.000 processos ali existentes)	600.000.000,00
c)	*Deficit* de autarquias industriais (Comissão de Marinha Mercante, Estrada de Ferro Central do Brasil e Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional)	296.632.470,00
	Total	3.099.909.473,00

Com relação à letra c devo esclarecer que as demais autarquias, até o momento, não encaminharam os seus balanços relativos ao exercício de 1950 à Contadoria Geral da República.

Destarte, mesmo admitindo que a receita orçamentária se efetive acima da previsão e que outros recursos venham fortalecer a posição da caixa, como os depósitos especificados e de diversas origens, forçoso é reconhecer que os encargos acima enumerados exigirão, de pronto, forte soma de numerário.

Para atender a uma modesta parte dos encargos acima referidos, cujo impressionante montante dispensa maiores comentários, deveria contar o Govêrno com a soma de Cr$ 2.100.000.000,00 proveniente de operações de crédito legalmente autorizadas, como antecipação de receita. Tal parcela, no entanto, já foi quase inteiramente utilizada, pois dela restavam, em 1.º de fevereiro próximo passado, apenas Cr$ .. 100.000.000,00.

Em resumo, o desequilíbrio que ameaça a execução orçamentária e extra-orçamentária ascende, em 1951, a 9.918 milhões de cruzeiros, sem contar os novos créditos porventura abertos no decorrer do presente exercício.

Os números acima revelam uma situação de inquestionável gravidade. Para enfrentá-la, determinou o Govêrno medidas rigorosas de compressão de despesas, mas essas providências, que estão sendo tomadas na escala possível, não bastam para superar o desequilíbrio. O aumento da arrecadação poderá contribuir, no corrente exercício, apenas com pequena parcela de recursos adicionais. Por outro lado, não é possível, para efeitos imediatos, a majoração de impostos. Fora dos recursos estritamente orçamentários, a possibilidade de recorrer ao mercado de títulos públicos é sabidamente limitada. Assim sendo, a situação encontrada tornará talvez impossível evitar de todo o apêlo às emissões não destinadas a redescontos legítimos.

Confio, no entanto, em que venceremos as dificuldades que se nos deparam, contando, para isso, com alto espírito de compreensão de tôdas as esferas de govêrno, o senso de responsabilidade dos podêres públicos e a colaboração do povo. Assim conseguiremos, após breve período de sacrifícios, a normalidade financeira, — base indispensável para prosseguir, com maior segurança e celeridade, no caminho do desenvolvimento econômico e do progresso social.

Dívida pública

Dívida externa

Quando assumi o poder em 1930, atravessava o País a maior crise financeira de tôda a sua história, sendo que, no campo da dívida externa, o caos era completo. Naquela época, o Brasil não conhecia ao menos o montante de seus compromissos externos e as remessas eram baseadas nas estimativas que os próprios banqueiros nos apresentavam.

Por falta da mais rudimentar escrituração e do conhecimento até dos textos contratuais, estava fora de qualquer fiscalização o movimento das contas de empréstimos. E o crédito brasileiro, em praças estrangeiras, era quase nulo.

Inaugurada a nova fase político-administrativa, foram iniciados os trabalhos da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, de que resultou a reunião de todos os contratos de empréstimos e o estabelecimento da contabilidade indispensável. Apurou-se, então, que o saldo devedor, em circulação a 31 de dezembro de 1930, se elevava à soma de £ 267 173 476 (quase dez vezes o orçamento federal) que representava a herança legada pelos governos passados.

Sem desfalecimento, e depois de longos trabalhos, enfrentando as mais graves dificuldades, firmaram-se as diretrizes que haveriam de nortear até hoje tôda a política financeira do Govêrno no setor da dívida externa. Assim, foram aprovados os esquemas de 1934 (Decreto n.º 23.829) e de 1940 (Decreto n.º 2.085) e que vieram culminar com o Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, ainda vigente, que regularizou definitivamente o problema dos empréstimos em libras e dólares.

Como corolário destas iniciativas foi interrompida a tendência ascensional do saldo devedor e estabelecida sua gradual diminuição.

Graças, portanto, à orientação firmada pelo meu Govêrno, baixou-se a circulação da dívida externa brasileira ao valor atual £ 105 072 610, correspondente à quarta parte do orçamento federal.

Não foi, entretanto, por todos compreendido o critério estabelecido no Decreto-lei n.º 6.019 citado. Segundo seu próprio texto, que resultou de minuciosas ponderações, trasidas à luz quando dos entendimentos que o precederam, as alternativas "A" e "B", por êle oferecidas, traziam em seu fundo objetivos certos, dando a cada entidade devedora (União, Estados e Municípios) responsabilidades definidas em relação a seus compromissos. Desvirtuando êsses princípios, a União vem fazendo os pagamentos totais dos serviços de juros e amortizações de todos em empréstimos externos federais, estaduais e municipais, quando sòmente cabe a ela responder apenas pelos do Plano "B" e somente na falta de pagamento pelos respectivos devedores. O Plano "A", porém, é da direta e exclusiva responsabilidade do devedor original. Como resultado dêsse procedimento, que é imperioso corrigir, devem os Estados e Municípios à União, pelos adiantamentos efetuados, a elevada soma de Cr$ 327.615.670,00.

Em relação à parte em francos da nossa dívida externa, também foi no meu Govêrno que se realizaram os entendimentos básicos para a respectiva solução. Para nós, constituía um grave problema a situação dos empréstimos em francos-ouro e francos-papel. Visando saná-la, foram entabuladas conversações que resultaram no Acôrdo de Liquidação, assinado em junho de 1940. Com a guerra que se alastrava na Europa, atingindo frontalmente a França, forçoso foi suspender-se a execução daquele Acôrdo. Ao término da conflagração, foram reiniciados, em 1945, estudos para o estabelecimento de novo ajuste, o qual, totalmente concluído ainda em meu Govêrno passado, foi definitivamente firmado no limiar do Govêrno seguinte. Mas as diretrizes já estavam assentadas, e tenho satisfação em verificar que foram rigorosamente seguidas. Falta, apenas, fixar bases para o resgate de 307.282 títulos ainda em circulação e para a liquidação das discutidas obrigações das Estradas de Ferro Vitória-Minas e São Paulo-Rio Grande. Uma Comissão Especial já está designada para ultimar as providências relacionadas com êste assunto.

A política no que respeita à dívida externa, traçada em meu Govêrno, veio assim assegurar à Nação o perfeito equilíbrio entre suas centenárias responsabilidades e a sua efetiva capacidade financeira.

Também na dívida interna, registra-se sensível redução da sua importância relativa. Esta parte da dívida federal, que representava há dez anos 140% da despesa, hoje não ultrapassa 45%, malgrado o grande acréscimo verificado com a emissão de obrigações de guerra.

Nos Estados e Municípios, a situação da dívida interna é menos folgada, tendo esta aumentado de 6,5 bilhões de cruzeiros, em 1945, para 12 bilhões, em 1949, último ano do qual se conhecem dados completos. Relativamente à despesa, representava, em 1949, 81% da despesa realizada no exercício.

Impõe-se o saneamento do mercado de títulos governamentais, mediante estabilização do poder aquisitivo da moeda e operações adequadas de *open market*, para as quais a Superintendência da Moeda e do Crédito já está, aliás, autorizada, desde 1945. Com tais providências, tornar-se-á possível o financiamento de parte das novas inversões governamentais pelo recurso dos capitais internos.

Certo descontrôle em vultosas emissões de títulos estaduais vem tornando difícil a organização do mercado, o que reclama nossa atenção para o estabelecimento das normas fundamentais de direito financeiro, previstas na Constituição, no sentido de não ser minada a unidade econômica da Nação.

Situação Monetária

Ao assumir o Govêrno, encontrei um volume de papel-moeda de 31 bilhões de cruzeiros, apresentando firme tendência a aumentar, pois só no último exercício as emissões montaram a 7,2 bilhões, que correspondem a um dos mais fortes incrementos verificados em tôda a história financeira do Brasil.

Nos últimos cinco exercícios, o acréscimo do papel-moeda em circulação atingiu 13,7 bilhões de cruzeiros, o que significa um aumento de 78% em relação a janeiro de 1946. Acompanhando tais emissões, a moeda escritural evoluiu de 23 bilhões a 49 bilhões. Se tomarmos os 16.909 milhões de moeda em circulação a 29 de outubro de 1945, e os 31.199, a 31 de janeiro último, intervalo entre os meus dois governos, o acréscimo foi de 14 bilhões e 290 milhões, ou seja, de 84%. Os meios de pagamento alcançaram a 31 de janeiro último a cifra recorde de 80,7 bilhões, mais 83% que a cifra consignada em 29 de outubro de 1945.

Esta expansão excede de muito o ritmo de aumento da produção, criando condições para o clima especulativo, no qual encontrei o País acarretando a alta dos preços, dos lucros e do custo de vida.

O motivo desta alta desornada foi predominantemente o *deficit* na execução orçamentária.

É certo que houve influência dos altos preços dos produtos de exportação, os quais, à falta de uma política monetária compensatória, teriam reclamado maior soma de redescontos. Os títulos redescontados subiram de 116 mil, em 1949, para 157 mil, em 1950, e seus valores, de 10,5 bilhões para 16,9 aproximadamente. Neste vultoso aumento, porém, as operações legítimas de redescontos foram relativamente limitadas. Além da cifra de 2 bilhões, que equivale à emissão para atender às aperturas dos cofres públicos, sob o título de empréstimo com a garantia de "letras do Tesouro", o avultado redesconto de títulos do Banco do Brasil resultou direta ou indiretamente das funções do Banco como financiador do Govêrno. De um saldo de operações da Carteira de Redescontos, no montante de 11,8 bilhões, apenas 2 bilhões foram redescontos a bancos particulares. Do restante, além dos 2 bilhões correspondente às "letras do Tesouro", a Carteira redescontou títulos do Banco do Brasil no importe de 7,7 bilhões.

No último exercício, o saldo na balança comercial, graças aos altos preços do café e de outros produtos, determinou um saldo no balanço de pagamentos. Os dados ainda provisórios das operações de câmbio revelam um *deficit* de 115 milhões. Entretanto, tal resultado contábil decorre do cômputo de avultados pagamentos governamentais em libras congeladas, não percebidas no exercício. Assim, efetivamente, o balanço de contas de 1950 fechará com um saldo positivo considerável. Não resta dúvida de que êste fato, por um lado favorável, explicaria em certa medida a inflação, se houvesse impossibilidade de importações compensatórias, e o financiamento de tal excesso de exportações só fôsse possível através de emissões.

Se o resultado do balanço de contas de 1950 pode ser uma parcial justificativa para a inflação, as condições que prevaleceram nos anos anteriores facilitavam extremamente o saneamento financeiro. Com efeito, até o penúltimo ano, o *deficit* no balanço de pagamentos, com a liquidação de cambiais pelo Banco, por conta do Tesouro, e a liquidação dos estoques de produtos financiados, constituíram fatôres de absorção do meio circulante, e assim de correção da inflação. Tais fatôres, no lado da normalização das importações essenciais e do reajustamento da produção interna, tornaram de tudo injustificável o processo inflacionário cujos efeitos estamos agora sentindo em cheio. Se tivesse havido o equilíbrio possibilitado pela conjuntura do comércio exterior e da produção, a economia brasileira poderia agora absorver ou amortecer a pressão inflacionária decorrente do saldo no balanço de contas de 1950.

Durante a última guerra, tivemos uma conjuntura inteiramente inversa: a dos saldos acumulados no comércio e no balanço de contas, obrigando o Govêrno à compra de vultosa massa de letras de exportação. Essa foi sabidamente a razão originária, dominante e iniludível das emissões então realizadas.

Há, no presente momento, retôrno estacional de numerário às caixas dos bancos. As emissões de papel-moeda estão sustadas, como era de esperar. E o Govêrno vem tomando medidas para reduzir ao mínimo as emissões impostas pelas condições financeiras prevalecentes e não determinadas pelos redescontos legítimos, que venham atender às necessidades da produção efetivada e sua distribuição.

Cabe, porém, anotar que o saldo que se supõe no balanço de contas de 1950 se registrou sobretudo em conseqüência das operações do fim do ano, e dêste modo os seus efeitos no sentido inflacionário só em 1951 estarão se exercendo em tôda a plenitude.

Crédito

A política creditícia seguida no último qüinqüênio caraterizou-se por drástico cerceamento dos recursos reclamados pela atividade econômica na fase inicial, com graves conseqüências para a produção e circulação da riqueza, seguindo-se um período de ampliação do crédito, que foi imprudente pela desordenada aplicação dos recursos.

O contrôle de crédito se torna cada vez mais imperioso, em face das pressões inflacionárias internas e externas, cujo agravamento se deve prever, e da necessidade de encaminhar os recursos para a produção dos bens essenciais ao abastecimento, à segurança econômica e ao desempenho do nosso papel internacional.

CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil vem seguindo a orientação traçada quando do seu estabelecimento, em 1938. Os créditos concedidos no último exercício atingiram 3,3 bilhões à agricultura, 825 milhões à pecuária, e 905 milhões à indústria.

Os contratos em vigor a 31 de dezembro último atingiam, para a agricultura, 3,1 bilhões, para a pecuária, 2,7 bilhões, na sua maior parte em moratória e, para a indústria, 1,5 bilhões, em números redondos.

Os créditos concedidos à agricultura e à pecuária estão longe de atingir 10% do valor da produção agropecuária a preços de produtores, e os destinados à indústria ultrapassam por pouco 1% do valor bruto da produção industrial do País. Mostram estas cifras a necessidade de ampliar tais tipos de crédito especializado, para os quais os bancos particulares não estão habilitados suficientemente. No que toca à pecuária, devo acentuar, de logo, a necessidade de financiamento especial ao criador, saneando-se por completo as condições de crédito nesse setor básico para o abastecimento do País, de forma a permitir a ampliação da assistência financeira para fins nitidamente produtivos.

Já é tempo de rever a experiência da Carteira, cujo regulamento se tornou em vários pontos obsoleto, cuidando de fornecer-lhe maiores recursos para uma atuação mais ampla e plástica em benefício da produção nacional.

Por outro lado, a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, utilizando sua singular experiência, na posição estratégica que ocupa na economia brasileira, deverá ser aparelhada tècnicamente para orientar um crédito construtivo à produção nacional, no sentido de substituir importações e produzir exportações, bem como no de assegurar importações para manutenção no Brasil, em certo limite, de reserva de bens essenciais, numa conjuntura como a presente. Nesse programa, poderia agir em colaboração com as demais carteiras do Banco do Brasil. Resta mobilizar os recursos financeiros dentro das limitações nacionais a fim de assim realizar devidamente um dos objetivos para que foi estabelecida.

Situação cambial

Fixada a paridade do cruzeiro, em 14 de julho de 1948, de comum acôrdo com o Fundo Monetário Internacional, vem a cotação do mesmo sendo mantida oficialmente desde então em Cr$ 18,50 por dólar, apesar da desvalorização do esterlino, bem como de grande número de outras moedas.

Embora a taxa oficial tenha ocasionado dificuldades à exportação de vários produtos, e resultado, por outro lado, em maior procura de importações, o contrôle do câmbio e do comércio permitiu mantê-la.

As perspectivas de balanços de pagamentos favoráveis, com o agravamento da situação internacional, são suscetíveis de reforçar imediatamente a posição da nossa moeda, embora constituam perigoso potencial inflacionário interno. Não obstante, cumpre ainda encontrar fórmulas adequadas para assegurar o escoadouro a produtos de exportação, em condições de difícil competição internacional, e que não possam ser consumidos no País ou ter os seus recursos de produção transferidos para outras atividades produtoras.

Ao iniciar-se o ano de 1950, novembro. Ora, o balanço vinha nossas disponibilidades no exterior eram de Cr$ 6.308.780.087,10. Ao encerrar-se o exercício, êsse saldo baixava a Cr$........... 4.677.936.374,00. A diminuição nas moedas bloqueadas equivale a Cr$ 1.089.794.256,70, e teve por causa principal o resgate prematuro de títulos da Dívida Externa e a encampação do acervo da *Great Western*. Nas moedas arbitráveis, houve aumento correspondente a 142 milhões de cruzeiros, e nas moedas compensadas, diminuição de 131 milhões.

Registrou-se assim, em virtude dos preços do café e do cacau, por um lado, e do contrôle de importações, por outro, melhoria da nossa posição em dólares. Mas, enquanto isso, desequilibrou-se totalmente nosso balanço com a Inglaterra e a Argentina, depois de longo período de saldos positivos. Em conseqüência, apesar de se ter feito uma compra de libras por dólares, e de termos recorrido a um adiantamento de libras do Fundo Monetário Internacional, ainda não se conseguiu reequilibrar o balanço com a área esterlina. Extranhável foi que, nestas circunstâncias, tivesse havido acodamento na utilização de divisas que tinham seu descongelamento já convencionado.

Contrôle Monetário

Conforme já salientou o Govêrno, o enorme vulto das despesas governamentais, alimentadas com a emissão de papel-moeda, e a incompreensão da extensão dos fenômenos monetários muito contribuíram para impedir a ação da Superintendência da Moeda e do Crédito, estabelecida no meu Govêrno anterior para a coordenação e orientação da política monetária. A experiência evidenciou a falta de articulação administrativa para se alcançar o objetivo da lei que criou êsse órgão.

A Superintendência, devidamente prestigiada, deverá contribuir, de maneira decisiva, para uma salutar situação monetária. Cabe-lhe exercer uma ação eficiente no sentido de fortalecimento interno e externo da moeda, distribuição equilibrada e satisfatória do crédito, e saneamento das finanças públicas, sob a direção do Ministro da Fazenda.

Deverá assim a Superintendência proceder à previsão cuidadosa das necessidades de numerários do Banco do Brasil, em colaboração com êle, tendo em vista as safras, as épocas do ano e suas funções de agente e financiador do Tesouro. Concomitantemente deverá programar a concessão de crédito, para o atendimento crescente das reais necessidades da produção, com restrição paulatina e progressiva do crédito de caráter inflacionário.

É indispensável ainda, para êsse fim, que se efetive a supervisão do Conselho da Superintendência sôbre os programas de investimentos ou de empréstimos das Caixas Econômicas, das instituições de previdências e das companhias de seguro e de capitalização.

Não é propósito interferir em administrações autônomas ou na esfera legítima da emprêsa privada, mas conjugar os esforços para o objetivo comum de combater a inflação, e não deixar sem contrôle os fatôres ponderáveis de perturbação monetária. Impedir-se-á, assim, que essas organizações possam atuar, inadvertidamente, em sentido oposto à orientação do Govêrno. A alteração nas práticas tradicionais de tais emprêsas públicas e privadas traz a vantagem de fazê-las contribuir melhor para o desenvolvimento geral do País — o que será favorável à expansão das suas atividades.

Deverá ser promovido o fortalecimento dos recursos monetários externos mobilizáveis, especialmente o ouro e as moedas conversíveis, por meio de sua rigorosa economia e pela adoção de medidas tendentes a evitar sua evasão para o mercado negro, mas sem prejuízo das importações essenciais, inclusive as que se destinem a prevenir o agravamento da presente emergência internacional.

Impõe-se a cooperação com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, no cumprimento das obrigações decorrentes da Convenção, ratificada pelo Brasil.

Os preços, por fôrça mesmo das pressões inflacionárias não controladas, continuaram subindo em 1950. E, enquanto o custo da vida subiu 6%, os preços por atacado se elevaram em mais de 15%, refletindo sensivelmente o agravamento da inflação monetária. Os preços no mercado atacadista tendem a refletir-se nos preços a varejo, e assim no custo de vida.

De fato, em janeiro último, verificou-se a maior alta mensal dos últimos anos, tanto nos índices de preços de atacado como nos de custo de vida.

Diante dessa situação, atacará o Govêrno a forte tendência à alta dos preços simultâneamente nas três frentes: o contrôle monetário, o aumento da produção essencial e o combate sem tréguas à especulação, através de medidas diretas e de emergência. Neste sentido, espero a compreensão geral.

Comércio Exterior

O balanço comercial externo, em 1950, assinala uma mudança da maior significação para a conjuntura econômica do País. Graças à elevação do valor total das exportações, em confronto com as do ano anterior — 24,9 contra 20,1 bilhões de cruzeiros, ou 23,4% de aumento — as trocas externas acusam um saldo favorável ao Brasil da ordem de 4,5 bilhões, a julgar pelos dados referentes ao período de janeiro a se comportando deficitário ao País, desde 1947, com graves reflexos na economia interna, ameaçada de não se poder suprir regularmente no exterior, à falta de divisas.

Essa mudança resultou fundamentalmente da melhoria dos preços dos principais produtos exportados pelo País, já que os embarques de mercadorias nacionais para o exterior aumentaram, em tonelagem, tão somente de 2%, de um ano para outro. Simultâneamente, aumentaram os volumes das importações e reduziu-se o seu valor; os produtos brasileiros ficaram mais caros, enquanto os importados tornaram-se relativamente mais baratos.

Os têrmos de troca dos produtos nacionais melhoraram, portanto, sensivelmente, no ano passado.

Dividido o intercâmbio comercial em dois grandes grupos, quanto às respectivas áreas monetárias, nota-se, entretanto, que a modificação ocorrida em 1950 afetou preponderantemente as trocas no setor das moedas conversíveis — sobretudo o dos Estados Unidos da América — em que o Brasil obteve forte saldo, ao passo que, no das moedas inconversíveis — preferentemente o da Europa — tendiam a equilibrar-se.

Êsse fato não deixou de acarretar conseqüências salutares, atenuando até certo ponto a chamada crise de dólares, tão aguda no ano de 1949. De outro lado, o intercâmbio com os países europeus e outros do hemisfério ocidental ficou fortalecido de alguma forma, retornando à posição registrada em períodos anteriores. Isso não obstante a ocorrência de deficits consideráveis no intercâmbio do Brasil com os seus dois maiores mercados da área de moedas inconversíveis — a República Argentina e a Grã-Bretanha. A cobertura dêsses deficits processa-se, contudo, em parte à conta dos saldos anteriormente acumulados em favor do Brasil.

No tocante aos produtos importados, a política de estímulo às importações essenciais e de cerceamento das dispensáveis ou supérfluas, é caminho acertado, não somente para melhor aplicar as disponibilidades de divisas do País, mas também para fomentar o desenvolvimento econômico nacional.

Quanto à exportação, cumpre ressaltar a importância crescente do café, do algodão e do cacau, em relação às vendas externas totais à medida que os seus preços se elevam e que vários outros produtos enfrentam a concorrência internacional, principalmente na área das moedas inconversíveis. Pequena foi, por exemplo, a participação dos produtos elaborados e das manufaturas naquelas vendas em contraste com a animadora atividade dos anos anteriores, indicando a necessidade de firme apoio e estímulo à política de exportação dêsses artigos, tendo em vista a crescente importância da indústria do País. A mesma atitude de defesa e de expansão dos mercados deverá ser adotada em relação aos demais produtos exportáveis.

O maior consumo interno e a maior instabilidade das exportações determinaram a redução no volume destas, em vários setores. Dada a importância do comércio exterior para a economia do País, não deixa de ser vulnerável a nossa posição presente baseada na valorização externa dos principais produtos exportados. É ponto primacial da política do Govêrno defender o atual estado de recuperação dos preços e dos têrmos do intercâmbio. Entretanto, cumpre sobretudo cuidar da ampliação da capacidade nacional de exportar um número cada vez maior de mercadorias, e da dilatação e estabilização dos mercados para os novos produtos.

Essa orientação, adequada à política de comércio exterior em épocas normais, justifica-se de maneira especial na presente conjuntura em que o suprimento de artigos essenciais à manutenção da atividade nacional deve ser procurado em qualquer País que tenha possibilidade de atendê-lo. As perspectivas são, aliás, de nova inversão da balança comercial externa e mesmo, do balanço de pagamento, à falta de disponibilidades exportáveis de bens essenciais ao Brasil, nos mercados tradicionalmente fornecedores. Sob êsse aspecto, o grande saldo verificado na balança comercial, em 1950, constitui mau prenúncio para o ano em curso.

Cumpre, portanto, incrementar as aquisições externas de bens essenciais até mesmo com a conseqüente acumulação de estoques daqueles que se vão tornando escassos, assegurando-se ao País, por outro lado, através de acordos internacionais, o suprimento regular das mercadorias estrangeiras imprescindíveis à nossa

(CONTINUA NA 5.ª PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

A situação do país

(CONTINUAÇÃO DA 4.ª PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

...onomia, em face da conjuntura mundial.

Política Comercial

DIRETRIZES

Embora venha declinando em têrmos relativos, na medida em que se desenvolve o mercado interno, a participação do comércio exterior na renda nacional continua a ter um papel relevante. No desenvolvimento econômico do país e nas flutuações das atividades econômicas internas se refletem as vicissitudes das transações internacionais. E' indispensável para estabilizar e acelerar o ritmo do nosso crescimento econômico a expansão equilibrada do comércio exterior.

Efetivamente o desenvolvimento econômico requer crescentes importações de bens de produção e de vez que os rendimentos se elevam, também maiores volumes de importação de bens de consumo. Mas a ampliação das importações supõe um incremento da procura internacional para nossos produtos de exportação ao lado da entrada de capitais estrangeiros. Nossas exportações, entretanto, não se têm expandido numa taxa equivalente à demanda de importações e, de outro, não têm sido ponderáveis, nem estáveis, os influxos de capitais. Em consequência, tende a balança de contas do País a ser crônicamente desequilibrada, coarctando o progresso econômico interno. As nossas necessidades rígidas de importação, em contraste com a demanda instável de nossas exportações, forçam, salvo interrupções episódicas, a deterioração dos têrmos de intercâmbio, o que constitui um fator adicional na relativa diminuição de nosso poder de compra no exterior e, assim, do próprio equilíbrio do balanço de pagamentos.

Nessas condições, a economia nacional, através de lento e descontínuo processo de adaptação, vem sofrendo uma transformação estrutural, que consiste essencialmente na substituição de importações pela produção doméstica e na diversificação das exportações. Êsse processo, que se iniciou pela substituição das importações de manufaturas destinadas ao consumo, se prolonga na fase mais recente pelo crescimento de produção interna de bens de capital, antes importados. No setor das exportações foram avultando numerosos produtos muitos dêles certamente de procura eventual, outros, porém, que se tornaram substanciais fontes de divisas, como o algodão, madeiras, sementes e óleos vegetais e outros produtos primários.

Um dos objetivos fundamentais da política econômica do Govêrno deve residir na criação de condições que facilitem o referido processo de adaptação, em conformidade com as tendências manifestadas, como a solução naturalmente indicada para assegurar não só o desenvolvimento econômico como o equilíbrio das relações econômicas internacionais.

A correção do desequilíbrio permanente do balanço de pagamentos importa em defender as iniciativas nacionais para garantir a expansão da produção substitutiva de importações, sempre que econòmicamente viável, em expandir as receitas de exportação e em assegurar um influxo estável de capitais estrangeiros.

Como se sabe, os saldos positivos do balanço têm efeitos inflacionários, enquanto que os saldos negativos tendem a repercutir deflacionàriamente. A estabilidade econômica interna requer ou a consecução do equilíbrio no balanço de pagamentos ou a adoção de medidas que compensem as suas projeções inflacionárias ou deflacionárias.

Portanto, é indispensável cuidar do aperfeiçoamento de mecanismos, como a Superintendência da Moeda e do Crédito, no sentido de relacionar a situação do balanço de pagamentos com medidas monetárias internas compensatórias.

Além disso, na situação mais frequente de deficits nos balanços de pagamentos, como a do período que vem da normalização do comércio mundial, depois da última guerra, a política que se impõe é a de estímulo às exportações e de seleção das importações, atribuindo-se prioridade às importações essenciais.

MEDIDAS BASICAS

Desde 1946, o Brasil vem participando de uma série de reuniões internacionais, destinadas a estabelecer normas que deveriam conduzir à disciplina e expansão do comércio mundial. Dos debates verificados resultou um projeto aprovado em Havana, em 1948, de uma Carta Internacional de Comércio e Emprêgo, o qual ainda não mereceu a ratificação dos principais países-membros e mesmo de seus patrocinadores, e um Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio, ora em vigência provisória, que contém os dispositivos relevantes da mencionada Carta, particularmente os referentes à liberação do comércio, e as concessões multilaterais de tarifas negociadas pelos países participantes.

Ao ser assumida a responsabilidade da adesão do nosso País a esses instrumentos internacionais e aceitos os compromissos tarifários decorrentes das negociações não se procedeu a um balanço dos resultados e à sua avaliação crítica em face dos objetivos permanentes de uma política comercial. E' essa uma tarefa a que o atual Govêrno pretende dedicar-se com urgência antes que seja solicitado a subscrição definitiva daqueles compromissos.

De qualquer modo, é lamentável que as obrigações tomadas provisòriamente levantem sérios obstáculos à revisão do nosso velho e anacrônico Código Aduaneiro, inadequado às novas condições econômicas do País e, sem dúvida, um óbice institucional ao nosso progresso. Certamente deveria ter sido uma tarefa preliminar, essencial à negociação, mais fundamentais, a revisão racional da Tarifa das Alfândegas tendo em vista o desenvolvimento econômico do País.

Não é de esperar, por obra das concessões obtidas pelo nosso País nas referidas negociações tarifárias, grandes ou razoáveis efeitos na expansão de nossas exportações, conquanto possa haver alguma influência benéfica sôbre a nossa capacidade de competição. De fato, consistindo em novas vendas sobretudo de produtos primários, dependem antes da elevação das rendas nacionais dos países importadores do que de reduções nos preços. Assim, tôdas as medidas, tomadas isoladamente ou na base da cooperação internacional para manter estáveis as rendas nacionais dos grandes países industriais têm compreensível interêsse para nós. Tais medidas podem constituir efetivamente uma das melhores formas de colaboração que essas economias nos podem proporcionar.

A expansão desejada de nossas exportações pode, entretanto, encontrar sérios óbices, se êsses países se empenharem, através de planos específicos, em que apliquem vultosas inversões em desenvolver em outras áreas de situação colonial produções concorrentes com as nossas exportações. O Brasil encara com simpatia e interesse o desenvolvimento econômico de outras regiões, condição indispensável para a expansão do comércio mundial. Mas nota que a estimulada concorrência das áreas coloniais não parece servir aos interêsses legítimos dessas áreas — que devem repousar antes numa expansão econômica equilibrada que num desenvolvimento desproporcionado dos setores de exportação — e se processa em condições desvantajosas para os países independentes, exportadores de produtos primários. Assim é que elas têm uma situação de preferência aduaneira consolidada nos acordos internacionais, os salários ali vigorantes são comparativamente vis e, finalmente, aquelas inversões, acompanhadas da assistência técnica mais moderna, constituem realmente um subsídio de que não se beneficiam outras fontes de produção.

A concorrência dessas áreas, nas condições em que se desenvolve, não só pode repercutir negativamente nos planos de desenvolvimento dos países como o Brasil, como contribuir para agravar a tendência secular à deterioração dos têrmos de intercâmbio. Torna-se urgente assegurar uma relação razoável entre os preços dos produtos primários e os dos produtos manufaturados e estabilizar as correntes comerciais daqueles produtos. E' indispensável a presença de representantes nossos em tôdas as reuniões internacionais em que sejam examinados problemas relacionados com os interêsses dos nossos produtos básicos de exportação.

As condições e problemas do influxo de capitais necessários ao nosso desenvolvimento são referidos em outra parte desta Mensagem.

MEDIDAS CIRCUNSTANCIAIS

O Brasil passou a enfrentar desde 1947, uma situação deficitária no seu balanço de pagamentos. Essa situação, que era previsível, poderia ter sido prevenida, se não se tivessem interrompido os controles vigentes em 1945 no comércio exterior, justamente quando, ao contrário do que se fez, se tornava mister dar-lhes caráter mais geral. Porém sob o pretexto de conter a elevação do custo de vida, através da redução dos meios de pagamento e do aumento da oferta de bens de consumo, foram estimuladas as importações. Entretanto, como na época subsistisse a escassez de equipamentos e matérias-primas essenciais ao mercado mundial, a liberação dos controles favoreceu as importações supéfluas, e sobretudo a fuga de capitais, malbaratando-se as divisas penosamente acumuladas no exterior durante a guerra, e que deviam ser destinadas à reposição do desgastado parque produtivo do País e a retomar, com bases seguras, o curso do desenvolvimento econômico. Só em 1948, diante da gravidade da situação, subordinou-se ao regime de licença-prévia o intercâmbio comercial do País.

Preferiu-se à desvalorização cambial o emprêgo de controles diretos sôbre as transações externas.

A aplicação do regime de licença-prévia, instituído pela Lei nº 262, de 23 de fevereiro de 1948 e prorrogado pela Lei nº 842, de 4 de outubro de 1949 cuja preocupação primordial foi a de conter rigidamente as importações dentro do orçamento cambial que lhes era atribuído, evoluiu, à base da experiência da Carteira de Exportação e Importação e da Comissão Consultiva de Intercâmbio com o Exterior, no sentido da formulação de normas segundo as quais fossem contemplados os interêsses mais fundamentais da economia nacional.

Em atenção à crônica tendência ao desequilíbrio no balanço de pagamentos, a manutenção dêsse instrumento é aconselhável, não mais apenas como um meio de emergência, mas associando-o, como um complemento essencial, a providências destinadas a encaminhar os recursos para aplicações mais produtivas.

Todavia, mais do que a eficácia dos instrumentos empregados na política do Govêrno em relação ao comércio exterior, foi a conjuntura favorável dos preços internacionais dos nossos principais produtos de exportação, o principal fator para a restauração dos saldos em nossa balança comercial. O Govêrno se empenhará em assegurar a posição conquistada por êsses produtos e espera contar para êsse fim com a cooperação internacional.

MEDIDAS EM FACE DA ATUAL EMERGÊNCIA

Os recentes acontecimentos internacionais começam a refletir-se no comércio mundial e na economia brasileira. Os preparativos de defesa das nações vêm alterar as condições de oferta e procura nos mercados mundiais. E' de presumir que, num prazo relativamente curto, a situação do balanço de pagamentos do País tenda a inverter-se. Antes mesmo de iniciar o mandato, atribuí importância primordial ao estudo dos problemas e das medidas relacionadas com as perspectivas internacionais, para, tomadas em tempo oportuno as providências cabíveis, como já o vêm sendo, compensar os impactos negativos das novas condições sôbre a economia nacional.

No plano internacional, no que concerne ao aspecto econômico, procurará o Govêrno, através de entendimentos com as nações amigas firmar compromissos que assegurem ao nosso País: suprimentos de matérias primas e equipamentos essenciais, a estabilidade de nossas receitas de exportação, e a manutenção do poder de compra dos saldos que porventura se formarem.

No plano interno, além das providências monetárias e fiscais, indicadas noutra parte, diligenciarei no sentido de promover uma política de estocagem de produtos essenciais; ampliar a capacidade de armazenagem; apressar a conclusão dos empreendimentos de relevante interêsse para a economia do País, dependentes de financiamentos externos, obtendo para êsse fim as prioridades para as importações indispensáveis.

A criação de monopólios internos, o desestímulo ao aperfeiçoamento tecnológico, a elevação especulativa de preços e demais consequências perniciosas do amortecimento da concorrência devem ser objeto da devida atenção, paralelamente ao contingenciamento da importação, a fim de que os efeitos do contrôle não se desvirtuem em detrimento dos interêsses coletivos.

Para isso, faz-se necessário que as funções da Carteira de Exportação e Importação, estabelecidas ainda no meu govêrno anterior, sejam cumpridas integralmente, conjugadas a uma política que vise ampliar a assistência técnica e financeira às nossas atividades básicas, inclusive em benefício da diversificação e do desenvolvimento da produção exportável ou que venha substituir importações vitais ao Brasil.

A natureza extremamente dinâmica dos problemas econômicos exige que a atuação da referida Carteira se ajuste às exigências das conjunturas que lhe cumpre atender, mas sem que se afaste ela de suas diretrizes essenciais. Tenho, entretanto, a lamentar que ultimamente, interpretando com otimismo os efeitos dos melhores preços alcançados pelo café e outros produtos, fontes de divisas fortes, a Carteira tivesse afrouxado a aplicação dos critérios que deveriam orientá-la, invertendo, em importações não essenciais ou simplesmente especulativas, disponibilidades exigidas por setores básicos da produção nacional.

O Govêrno tem conhecimento da utilização antecipada de quotas de câmbio em importações sem base econômica, mas oficialmente autorizadas, a qual prejudicará provàvelmente o atendimento adequado das necessidades básicas de importações liquidáveis em moedas escassas.

Louvando-se na gravidade da situação internacional, a execução do contrôle permitiu importações maciças de produtos não essenciais, sob os mais variados pretextos, inclusive o de estocagem. Em consequência, enfraqueceu-se notoriamente a confiança da opinião pública na administração dos controles do comércio exterior.

OPERAÇÕES VINCULADAS

A desvalorização da libra esterlina em setembro de 1949, e o consequente reajustamento de outras moedas de curso restrito, que a acompanharam, vieram agravar a colocação no exterior dos excedentes exportáveis de muitos dos nossos produtos, sem preço para competir nos mercados internacionais. Procurou-se encontrar solução para o escoamento dessas mercadorias, que não podiam ser desprezadas sem que surgissem sérios problemas de ordem econômico-social para as regiões que as produziam. A justificativa foi a de que, através de operações vinculadas, o consumidor de artigos menos essenciais importados subsidiasse o produtor nacional, já que o Govêrno não podia assegurar, êle próprio, êsse subsídio. Uma das primeiras medidas do meu Govêrno foi suspender o emprêgo das operações vinculadas, não só porque verifiquei que já atendera, como medida precária e de emergência, às principais crises de escoamento de nossa produção, mas também porque as sucessivas elevações dos preços nos mercados internacionais não estavam sendo acompanhadas, como se fazia necessário, pela retirada do sistema, dos produtos que já haviam alcançado condições de competição. Ocorreram casos de patente nocividade aos interêsses da economia nacional, como o dos materiais estratégicos brasileiros da mais intensa procura nos mercados mundiais, cuja cotação chegava em alguns casos, a duplicar no curso de uma semana, e que continuavam sendo permutados por automóveis, máquinas de lavar roupa e produtos semelhantes. O sistema estava dando margem à especulação, e não favorecia o reajustamento da produção às condições competitivas, na medida em que fosse possível. Era, portanto, imperioso o reexame da situação, pois o sistema das operações vinculadas fôra evidentemente desvirtuado.

AJUSTES DE TROCA

A anormalidade do comércio internacional levou a maioria dos países a declarar inconversíveis suas moedas, obrigando a utilização de um mecanismo especial de acordos bilaterais, com o objetivo de manter e incentivar as correntes de comércio com aquêles países, possibilitando o escoamento de nossos excedentes exportáveis e diminuindo a demanda de produtos e serviços pagos em moeda forte, sem ensejar o acúmulo de grandes saldos em moedas inconversíveis.

A técnica para negociações de tais acordos não se limitou a estabelecer igualdade de valor nas trocas efetuadas sob aquêles convênios, mas também se orientou pelo equilíbrio qualitativo dos produtos programados, segundo cotejo da respectiva essencialidade para os países contratantes.

Não bastava entretanto, que os acôrdos fossem negociados inteligentemente. Tornava-se necessário também, na fase executória uma fiscalização permanente da maneira por que êles se conduziam a fim de que pudéssemos receber os produtos essenciais negociados, e não apenas os menos essenciais ou supérfluos, ao tempo em que, inadvertidamente, eram licenciados, na exportação, produtos altamente procurados nos mercados mundiais.

Produção

Sem que a produção nacional se expanda e fortaleça, com o emprêgo dos processos de ação que a técnica moderna instituiu e vem aperfeiçoando dia a dia, não é possível assegurar ao comércio exterior do país a amplitude e a diversificação indispensáveis à satisfação das necessidades nacionais, no que concerne aos suprimentos estrangeiros. A redução do grau de dependência em que ainda se encontra o Brasil, em vários setores vitais da sua atividade econômica, além do baixo consumo de muitos bens cuja utilização continua inacessível ou mesmo desconhecida da maior parte da população nacional, estão a reclamar, por outro lado, a instituição e o cumprimento de uma sadia política de fomento da produção destinada a abastecer e ampliar o mercado interno.

Produção industrial e produção primária

Para isso, a Nação terá de fazer um esfôrço decisivo e criar as indústrias de base que a estrutura econômica nacional comporte e para as quais a mobilização de recursos financeiros e humanos esteja ao seu alcance; terá de expandir a indústria manufatureira de bens do consumo produzido no País, em quantidades insuficientes a atender as necessidades atuais e iniciar a produção de outros que se tornam imprescindíveis à elevação do nível de vida da população; terá, ainda, que fortalecer e ampliar a produção de bens primários, para seu próprio consumo e para exportação, uma vez que as trocas externas nacionais assentam quase totalmente no fornecimento de gêneros alimentícios e matérias primas aos países industrializados, — conquanto tal posição possa e deva ser paulatinamente modificada em proveito do trabalho nacional.

Enormes são, sem dúvida, as possibilidades da nação no que se refere à valorização progressiva dos bens naturais existentes no seu território, quer quanto aos minerais e às fontes de energia hidrelétrica, quer quanto ao revestimento florístico, e, mesmo, aos solos adequados à agricultura e à pecuária — tradicionais atividades que ora estão a reclamar cuidadosa atenção do Govêrno, para que não se agrave o perigoso desequilíbrio existente entre a economia rural e a urbana, ultimamente expandida em virtude da industrialização.

Prosseguindo, como convém, o esfôrço do País no sentido de industrializar-se, os encargos da agricultura e da pecuária irão sendo aumentados em virtude das necessidades crescentes de alimentos e de matérias primas indispensáveis ao suprimento dos centros urbanos e à manutenção e ampliação das correntes de comércio exportador. A produção dêsses bens primários dedica-se ainda, e assim será por muito tempo mais, a maior parcela dos brasileiros, representada por aquêles que asseguram a ocupação efetiva do território nacional e que, revigorados na sua economia e habilitados à adoção de muitas das comodidades modernas que desconhecem, constituirão para a indústria um mercado estável e cada vez mais amplo. Essa transformação do homem rural brasileiro deve processar-se, aliás, sem que êle perca as suas grandes virtudes de depositário secular das características fundamentais da nacionalidade, virtudes essas que ora parecem em parte ameaçadas pelo impacto da civilização industrial.

Afastando-se essa ameaça, cumpre, ao mesmo tempo, levar gradualmente a máquina à atividade rural, para que esta também se industrialize, em benefício não só de todos os que a exercem, mas igualmente da economia nacional de consumo e de exportação.

Situação agropastoril

Ocupação básica da maioria da população e fonte maior de divisas para o País, a agricultura nacional, quando tomada em seu conjunto, não conseguiu libertar-se ainda de fôrças que emperram o seu normal desenvolvimento. Verdade é que a produção de determinados gêneros alimentícios, nos últimos anos e em algumas zonas favoráveis, se vem desenvolvendo em ritmo encorajador. Todavia, atentando-se para o quadro geral da produção agropastoril, duas verdades resaltam dos fatos que as estatísticas registram: tem ela aumentado, por certo, mas, em vários setores, não na proporção de crescimento da população geral; de outro lado, o rendimento médio por unidade de área, para a maioria dos produtos, tem caído lenta mas inequivocamente. Essa situação corre por conta, evidentemente, de uma série de fatôres, tais como a falta de aplicação, por parte dos agrários, de técnicas modernas nas atividades do campo, a inexistência de sistema adequado de crédito especializado — notadamente para os pequenos e médios produtores, — o uso imoderado do solo e de outros recursos naturais, levando à dilapidação às regiões novas e às zonas de fronteira, sem mencionar, por fim, a desorganização econômica e associativista em que, històricamente, têm vivido agricultores, criadores e industriais rurais de nosso País.

As causas relacionadas com êsses fatos são várias, portanto, e atuam de maneira interdependente.

EMPIRISMO

A primeira delas é a rotina como método de cultivar o solo e de criar rebanhos. Continuam grande parte dos atuais ruralistas brasileiros a fazer, no século da máquina, dos adubos e dos inseticidas, o que sempre fizeram as gerações anteriores. O uso do trabalho manual, o desconhecimento de técnicas novas de explorar o solo, a inacessibilidade prática ao instrumental mecânico de trabalho, aos fertilizantes e fungicidas, eis as características reconhecidas dêsse ultrapassado rotineirismo. E' preciso mudar o quadro, quebrar a rotina. Os interessados diretos e o Govêrno têm muito que fazer em relação a êsse problema.

MÁQUINAS AGRICOLAS

A difusão das técnicas modernas de exploração do solo exigirá quantidades crescentes de máquinas e instrumental agrícolas, além de adubos e inseticidas. Oneroso tem sido pôr êsses bens ao alcance da atividade rural do País mediante a sua importação regular dos outros países que os fabricam. O Brasil terá, portanto, que ampliar e aprimorar a sua indústria de máquinas e implementos agrícolas para produção dos tipos até agora importados e que possam ser fabricados em bases econômicas no País. A intensificação do trabalho da terra, pela mecanização, como a recuperação das áreas esgotadas e o aproveitamento daquelas até hoje não ocupadas, exigirão o emprêgo, em larga escala, de adubos e corretivos que igualmente terão de ser fabricados no País, para que a atividade rural fique a coberto, na medida do possível, das dificuldades de importação.

CRÉDITO RURAL

Ao crédito está reservada função de relêvo na modificação do quadro acima esboçado. O financiamento rural, especialmente aos agricultores da classe média e aos pequenos produtores, mesmo àqueles que trabalham em terras alheias, mas que sejam reconhecidamente honestos, operosos e dotados de ambição, é medida que não deve ser mais protelada. O crédito cooperativo está, também, a pedir ampliação compatível com as necessidades do cooperativismo nacional.

COMERCIALIZAÇÃO

Além do crédito, há outro aspecto da atividade rural a justificar menção especial: a comercialização dos produtos agropastoris. Da carência de uma rêde de silos e armazéns, nas áreas de produção e nos centros consumidores, decorrem o alto índice de deterioração dos produtos e a exploração de que têm sido vítimas os produtores, por parte de intermediários e financiadores inescrupulosos. A comercialização como se processa no Brasil implica, quaze sempre, num desestímulo às atividades das classes produtoras rurais, que não participam em percentagem adequada dos lucros oriundos dessa operação. A melhoria das condições gerais de transporte e armazenagem, ao lado de medidas específicas, como a garantia de preços mínimos, tenderão a modificar êsse quadro em benefício, simultâneamente, de produtores e de consumidores.

ORGANIZAÇÃO DA CLASSE RURAL

A isso acresce um outro fator que agrava a situação da agricultura nacional. E' a ausência de eficiente organização econômica dos produtores, através de cooperativas de produção, bem como a quase inexistência de uma rêde efetiva de associações rurais de todos os graus, capazes de dar aos homens do campo a consciência da sua valia. O enquadramento do lavrador, do criador e do industrial rural em legítimas entidades de classe — sejam, por um lado, cooperativas, sejam, por outro, associações rurais municipais, federações estaduais, sob a égide da Confederação Rural Brasileira, a ser organizada consoante previu o Decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945, — também aí está uma providência a que é preciso dar execução racional, planificada e sem perda de tempo.

Tôdas essas medidas, ao lado de larga campanha de educação para as gentes do campo devem constituir os instrumentos mais adequados ao levantamento do nível de vida material e cultural das populações brasileiras — preocupação fundamental do meu Govêrno. Concito o Congresso a lançar para ela as suas vistas, empenhando-se igualmente, a fundo, na solução dêste problema, que tão de perto interessa à generalidade dos setores da vida nacional.

Reestruturação do Ministério da Agricultura

Para enfrentar pela base todo êste problema de produção agropecuária a curto prazo e a longo curso, tendo-se em mira as reformas necessárias para conferir às classes agrárias o mínimo de que carecem para uma vida melhor, impõe-se não apenas uma reestruturação interna dos serviços do Ministério da Agricultura, como uma mudança em alguns de seus processos de trabalho. Urge, de um lado, fundir recursos, juntar esforços, articular planos, entre divisões especializadas do Ministério da produção primária e as dêste com os demais Ministérios igualmente interessados na solução das questões essenciais ao progresso do País.

Impõe-se, igualmente, sistemático e amplo levantamento científico, da estrutura e funcionamento da economia e da sociedade rural do País, para orientar a Administração e o Parlamento. Esse levantamento poderá processar-se em colaboração com os órgãos de pesquisas sociais existentes e com os serviços oficiais responsáveis pela execução da política de bem-estar a que adiante farei menção.

Educação rural

Não sendo possível conseguir novos processos de trabalho e melhores condições de vida sem um programa educativo de base abrangendo o lavrador com sua família e as próprias instituições sociais de sua comunidade, devem, nesse sentido, os Ministérios de Educação e da Agricultura articular os seus esforços, planos e recursos financeiros e humanos.

Impõe-se, igualmente, que o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, compreendendo as instalações da Universidade Rural e dos órgãos de experimentação com ela articulados realize todo o programa que fundamentou a sua criação no meu Govêrno anterior dando pleno rendimento à vultosa inversão de capital ali realizada.

Abastecimento dos centros urbanos

Um dos objetivos fundamentais das providências supra-indicadas será o de dotar o Govêrno de instrumento adequado à solução do problema alimentar, que apresenta características substancialmente diferentes quando se trata de áreas rurais e de centros urbanos. Num e noutro caso, todavia, êle se prende a quatro fatôres fundamentais, interdependentes: produção em si, distribuição ao consumo, transporte e financiamento. Êsse problema interessa fundamentalmente, portanto, ao produtor, de longe ou de perto dos grandes centros consumidores, e aos habitantes dêstes.

E' imperativo traduzir a solução do problema em têrmos que atendam a tais interesses, mediante a articulação, quanto possível, das necessidades do consumo aos programas do fomento à produção e da ligação dos planos chamados de emergência com os planos concretos a longo prazo, sejam de produção, sejam de abastecimento.

Quanto à produção de gêneros alimentícios, as últimas safras têm-se apresentado em ascensão, mas essa melhora é prejudicada, em parte, pelas deficiências de transportes e de armazenagem. Por outro lado, salvo um crescimento muito substancial da produção alimentar, a situação crônica de carência, em algumas áreas, não ficará sanada. Essa situação tenderá a agravar-se se não fôr contida a inflação, que desestimula a produção primária, e, também, se a emergência internacional vier a reclamar o deslocamento da atividade rural para setores da produção orientados para os fornecimentos externos.

PROBLEMAS NACIONAIS E LOCAIS

No encaminhamento da solução do problema do abastecimento convém distinguir as questões de caráter nacional, isto é, comuns a todo o País ou a grandes áreas, de questões meramente locais. Uma coisa, ainda, é o problema da subnutrição de parte do povo brasileiro, e outra, a questão do suprimento de gêneros alimentícios aos centros urbanos e metropolitanos mais desenvolvidos, do norte, do centro e do sul.

Tal distinção é necessária, não só por motivos técnicos, mas também porque se deve atribuir a responsabilidade das situações locais aos poderes locais, embora com auxílio técnico e financeiro federal. A União, através da administração ordinária, de recursos específicos e das organizações auxiliares, caberá a solução dos problemas de alcance nacional, de que dependem a produção crescente e a regular distribuição dos abastecimentos alimentares.

A fim de enfrentar o problema pela base, tem o Govêrno consciência de que a sua solução envolve questões gerais que são tratadas noutros capítulos desta mensagem, referentes ao melhoramento dos transportes, à armazenagem da produção, à regularização do comércio, ao crédito, à política de preços, às indústrias de beneficiamento e transformação, ao fomento agrícola, e, por fim, ao aproveitamento de áreas disponíveis junto aos centros populosos, com a fixação aí de lavradores nacionais e estrangeiros, criteriosamente selecionados.

Produção animal

PECUÁRIA

A pecuária é uma atividade econômica que interessa diretamente a todos os brasileiros, quer como consumidores, nos centros urbanos, quer como produtores, nas zonas rurais. E é de notar que, levando-se em conta a sua área de influência, a pecuária é atividade que muito interessa à economia do País, pois tôdas as regiões que compreendem o Brasil Central encontram nela sua principal possibilidade de desenvolvimento, ou seja, de ingresso na vida econômica nacional.

Contamos, no interior, com rebanhos suficientes para atender ao abastecimento interno de carne e derivados e, nas regiões sulinas, dispomos, anualmente, de sobras para manter as exportações.

Para que os centros urbanos se abasteçam normalmente dêsse produto, faz-se necessário que se tomem diversas providências, tais como a de melhorar e criar condições de transporte especializado, construir frigoríficos nos centros de produção e consumo e fornecer financiamento adequado aos verdadeiros criadores, a fim de que êstes possam adquirir melhores reprodutores, proporcionar o trato indispensável aos seus rebanhos e cuidar devidamente de suas invernadas; é necessário, também, adotar medidas que conduzam à organização do comércio retalhista em bases racionais.

Do encaminhamento inadequado dessas questões têm decorrido crises periódicas de abastecimento dos centros urbanos, que reclamam, por vêzes, medidas de emergência que deverão ser tomadas cautelosamente, a fim de não perturbar a atividade produtora, indispensável à solução cabal do problema, em futuro próximo.

A necessidade de se amparar a exportação da carne também deve ser considerada. Ainda que a participação dêsse produto no valor de nossa exportação total seja pequena, é preciso levar em consideração ser ela de grande importância para a pecuária nacional. E' que, por êsse meio, se faz o escoamento dos excessos, que poderiam abortar o mercado, podendo-se ainda aproveitar as carnes de qualidade inferior, na indústria de conservas.

Igual cuidado devem merecer as exportações de outros produtos da pecuária do País, especialmente os couros e as peles que não sejam absorvidos pelo mercado consumidor nacional. O incentivo à industrialização de tais produtos, visando aos mercados externos, parece, aliás, oportuno, visto como o Brasil tem possibilidades reais de fornecer couros e peles elaborados aos seus clientes externos da matéria prima em bruto.

Soerguendo-se a suinocultura nacional, gravemente abalada por motivo da peste que assolou recentemente os rebanhos dos Estados do Sul, cumpre fortalecer a indústria da banha, de que vivem numerosas comunidades agropastoris, e normalizar o suprimento do mercado nacional dêsse produto, hoje, sem dúvida escasso, em face do crescimento da massa consumidora.

DEFESA SANITARIA ANIMAL

Ao lado da política de fomento da produção animal, torna-se indispensável aperfeiçoar os serviços oficiais de combate às epizootias, que vêm causando ao País prejuízos avaliados em cêrca de um bilhão de cruzeiros por ano. O contrôle das doenças que provocam a redução dos nossos efetivos pecuários acarretará, por si só, acréscimo de 25 a 30% na produção de carnes e derivados, o que representa uma estimativa de aumento de valor dessa produção expresso em aproximadamente três bilhões de cruzeiros.

Sabe-se que os 100 milhões de animais domésticos que o Brasil possui, mantidos em vários regimes, desde a estabulação à criação ultra-extensiva, aí estão quase que entregues à sua própria sorte. Só a febre aftosa causa prejuízos anuais superiores a 400 milhões de cruzeiros. Recentemente, uma epizootia dizimou mais de 2 milhões de suínos, motivando o aumento do preço da carne e da banha e a ruína de muitos criadores.

PESCA E PESCADO

Com o propósito de ampliar o suprimento nacional de produtos alimentares de origem animal, é preciso dar atenção, ainda, ao problema da pesca. Mais de 70.000 pescadores profissionais existem no Brasil, produzindo cêrca de 150.000 toneladas de pescado por ano. Ao heroísmo que revelam em seu humilde mister não tem correspondido, ainda, aparelhagem moderna para a pesca e para conservar e distribuir o pescado ao consumidor. Eis a razão pela qual não chega a 2.000 kg a produção média de cada pescador brasileiro por ano. Com melhor assistência técnica ao profissional, poder-se-á triplicar a produção, o que representará renda superior a um bilhão e meio de cruzeiros anuais.

Produção agrícola

CEREAIS

Por motivo, sem dúvida, das solicitações crescentes dos mercados consumidores internos e externos, a produção nacional de cereais vem-se expandindo no após-guerra, à medida que se atenuam as dificuldades de transporte, que culminaram durante o conflito armado.

Essa expansão não se fez sentir, contudo, de forma bastante intensa, em relação ao milho, cereal cujo cultivo interessa a tôdas as regiões agrícolas do País. Em médias anuais, o volume colhido no triênio de 1947-49 foi inferior ao do quinquênio 1935-39, o que significa, feita a abstração das exportações, considerável redução do consumo *per capita*. No ano findo, porem, comparado com o anterior, verificou-se um aumento na produção, segundo as apurações preliminares da safra, ultrapassando a colheita, pela primeira vez, a cifra de 6 milhões de toneladas. Não obstante, o aumento da produção entre 1935-39 e 1950, de 8,3%, longe está de atender às exigências do consumo interno, em várias regiões do País.

Com apoio na experiência adquirida, pela introdução de técnicas modernas de produção de sementes, de plantio e de trato cultural, o Govêrno procurará racionalizar a produção de milho e assegurar o escoamento das safras, com a ampliação da rêde de armazenagem e conservação do produto e a adoção de medidas destinadas a regularizar a sua comercialização.

A cultura arrozeira do país apresenta amplo desenvolvimento que convém consolidar, assegurando escoamento regular da produção para os mercados de consumo, internos e exteriores. Desde antes da guerra, a expansão da cultura vem-se processando de tal forma, que a produção do ano findo acusou um aumento de 73% em confronto com a média do quinquênio 1935-39.

Dessa forma, conquanto o consumo interno, *per capita*, venha-se elevando, de ano para ano, cumpre ter em vista a necessidade de colocar no exterior os excedentes dêsse consumo, sem o que o ritmo de expansão da cultura se interromperá. A exportação das disponibilidades nacionais do produto encontrará, sempre, pelo menos nos anos próximos, compradores externos sequiosos dêsse cereal, de que há grande falta no mundo. Se as vendas externas de arroz brasileiro se reduziram nos dois últimos anos, o fato deve ser atribuído, em parte às dificuldades de transporte existentes em certas regiões produtoras e em parte, à disparidade entre os custos internos e as cotações internacionais.

Para obviar a tais dificuldades e empecilhos, cumpre agir simultâneamente em dois campos distintos — o da redução dos custos internos da produção, mediante a melhoria técnica da cultura, de rendimento muito baixo em quase tôdas as zonas produtoras, e a regularização do escoamento das safras para os centros consumidores e para os portos de exportação; e o da melhoria das condições de venda para o exterior, que deverão tornar possível a exportação, não obstante o desequilíbrio existente entre o poder aquisitivo interno e externo da moeda nacional.

O incentivo à cultura do trigo é problema de características diferentes, de vez que a produção nacional poderá expandir-se de muito, para suprimento do mercado interno, conquanto continue o Brasil mantendo as suas correntes de comércio com os países que lhe fornecem êsse cereal. E' que o consumo de trigo, *per capita*, continua sendo extremamente reduzido, em nosso País, e a expansão da cultura, ao lado do crescimento dos centros urbanos e da difusão do uso das farinhas panificáveis em novas camadas populacionais, deverá ampliar o mercado interno, em benefício do regime alimentar brasileiro.

Torna-se indispensável, portanto, elevar a produção nacional do trigo, em bases racionais, que os resultados das pesquisas já levadas a têrmo, no sul do País, possibilitem, amplamente, uma vez complementadas por medidas de natureza econômica. A quase triplicação dos volumes colhidos, em 1950 confrontados com os de 1935-39, demonstra que a continuidade da política de fomento da produção, seguida nos últimos anos, levará àqueles objetivos. Não obstante, se não forem adotadas medidas com o fim de garantir uma armazenagem adequada do cereal, nas fontes de produção e nos portos de embarque, de forma a permitir o escoamento das safras em períodos dilatados, ficarão comprometidos os resultados dos esforços até agora feitos, com danosa repercussão na economia agrícola das zonas dedicadas a essa cultura.

A armazenagem adequada de trigo nas zonas produtoras não só assegurará o escoamento das safras para os centros que se vêm abastecendo exclusivamente com o produto estrangeiro; permitirá resolver também o problema do suprimento regular de trigo às próprias zonas produtoras, que ora consomem, em certas fases do ano, grão ou farinha importados do exterior.

FRUTAS

Ao lado de uma política geral de incentivo à produção de frutas destinadas ao consumo interno, cumpre dar atenção à citricultura e à bananicultura, que já alcançaram considerável desenvolvimento no País e apresentam problemas específicos ligados à política de comércio exterior.

A citricultura apresenta características de grande interêsse no momento. Depois de exportarmos mais de 5.000.000 de caixas de frutas em 1939, fomos forçados durante a guerra, devido ao fechamento de nossos principais mercados consumidores, a restringir as vendas externas para pouco mais de .... 1.000.000, durante o período de 1942 a 1945. Coincidiu, aliás, com êste fato, o aparecimento da moléstia que dizimou quase a totalidade dos laranjais de São Paulo e dos Estados do Rio e Distrito Federal, tornando a produção insuficiente até mesmo para o abastecimento de nossos principais centros urbanos.

Após a debelação dessas doenças, novos pomares vão sendo plantados e melhores tratos estão sendo dados aos já existentes. São boas as possibilidades para a citricultura, pois se reabriram os mercados estrangeiros e o mercado interno ainda não se acha devidamente abastecido.

Constará do programa do Govêrno o reaparelhamento das estradas de ferro, e a construção de uma rêde de frigoríficos nos centros de produção e consumo, a fim de melhorar o serviço de distribuição dos frutos no mercado interno e alongar o período de consumo dessa fruta nos centros urbanos.

Extensas regiões do nosso litoral têm a cultura da banana como fonte principal de renda. No momento, os produtores lutam com sérios entraves para manter suas exportações. Dificuldades cambiais, irregularidades dos transportes, falta de frigoríficos e deficiências portuárias representam entraves à exportação.

Considerando, porém, que os excedentes exportáveis são volumosos, que os centros urbanos são mais bem abastecidos quando se processa essa exportação, e ainda mais, considerando que dispomos de condições ecológicas e econômicas para incrementar a cultura e competir vantajosamente no comercio internacional, o Govêrno propiciará as condições necessárias para que essa produção se desenvolva.

CANA DE AÇUCAR

Graças ao grande aumento do consumo nacional de açúcar, o problema da superprodução já não subsiste e as safras vêm crescendo e sendo escoadas sem dificuldade nos últimos anos. Do ponto de vista agrícola, o ano de 1950 foi mesmo muito auspicioso para a lavoura. Tem havido um aumento progressivo de tonelagem de cana produzida em todo o País, em virtude da ampliação da área cultivada. O rendimento médio por hectare, porém, tem permanecido quase inalterado, em tôrno de 38 toneladas por hectare.

A economia canavieira, no entanto, para firmar-se, carece de providências, que assim podem ser resumidas: melhor funcionamento de Estações Experimentais, visando aos trabalhos de pesquisa e de multiplicação de plantas selecionadas, à adoção de um plano geral de adubação da lavoura e de cultura mecanizada, reequipamento das usinas de açúcar e de álcool, sem esquecer o cuidado especial que se deve dedicar à integral aplicação dos dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira, para garantia de direitos e deveres de trabalhadores braçais, fornecedores de cana e usineiros. Igualmente, o meu Govêrno deseja prosseguir o programa de assistência aos operários rurais e industriais e respectivas famílias, com os recursos para tanto já disponíveis, assistência que, no gênero, poderá ser modelar para outras atividades agro-industriais.

CACAU

E' o cacau uma atividade econômica significativa da economia do País, principalmente como fonte de divisas. Em faixa localizada ao sul da Bahia, obtêm-se, praticamente, há mais de duas décadas, 96% da produção brasileira; desenvolvem-se, ali, aproximadamente, 200 milhões de pés de cacaueiros. Mas a produção está praticamente estacionária. Por ela, especialmente quanto ao aspecto técnico-agrícola, pouco se tem feito.

Alguns problemas vêm emperrando a produção cacaueira baiana e espiritossantense: a exploração da amêndoa em regime extrativista, o esgotamento do terreno em certas zonas, o ataque de moléstias e pragas, a hipertrofia do intermediário nas atividades comerciais, algumas condições mesológicas desfavoráveis, preparo rotineiro das amêndoas, míngua de financiamento rural, absenteísmo dos grandes proprietários e ausência de vinculação efetiva entre o produtor de fato e a área por ele ocupada e trabalhada. Vale, a propósito, assinalar mostrarem os dados oficiais que 12% dos cacauicultores baianos obtêm 72% de tôda a produção do Estado; e os proprietários ausentes são os que obtêm essa

(CONTINUA NA 6.ª PÁGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

A situação do país

(CONTINUAÇÃO DA 5.ª PAGINA DA SEGUNDA SEÇÃO)

elevada percentagem da produção.

A posição estatistica internacional do cacau é favorável, mas cumpre não esmorecer a vigilância da defesa comercial do produto, a qual vem sendo objeto de louváveis esforços das organizações estaduais, que merecem o apoio federal. Poderá a economia cacaueira utilizar melhor a situação se a produção se ampliar, aprimorando-se em qualidade e aumentando o rendimento por área.

São, portanto, pontos básicos para o fomento da economia cacaueira, a que o Govêrno quer dar atenção imediata, as medidas tendentes a modificar para melhor o quadro acima descrito, mediante a adoção de um programa, a curto e a longo prazo, a ser elaborado e cumprido pelo Ministério da Agricultura — através do Instituto Agronômico de Leste — e do Instituto do Cacau.

CAFE'

Avulta, ainda mais, na atual conjuntura, a importância do café para a economia nacional. Recentemente, com a elevação dos preços nos mercados externos e com a queda das exportações de outros produtos, voltou êle a contribuir com 64% do valor de nossa exportação, sendo de salientar que as vendas se dirigem, principalmente, para os países de moeda forte.

No futuro, nossas melhores atenções ainda devem ser voltadas para essa cultura. O exame da posição estatística do produto mostra que há falta de café no mundo. A produção mundial que girava em tôrno de 32,8 milhões de sacos, no biênio 1939-40, caiu para 29,2 em 1949-50, enquanto o consumo que era orçado em 27,3 subiu no mesmo período para 33,3 milhões. Os estoques, que até pouco eram volumosos e que constituíam pesado encargo para os países produtores, desceram a níveis razoáveis.

Devido a essa nova posição estatística do café, abriram-se grandes perspectivas para o Brasil. Dispomos em nossas fronteiras das melhores regiões para a cultura do café arábico. E' preciso, porém, saibamos aproveitar essas perspectivas.

Infelizmente, a situação de nossa lavoura não é satisfatória. A produção caiu de uma média de 22,6 milhões de sacas, no período de 1935 a 1940, para 14,4 em 1949-50. Parte da lavoura é constituída de árvores velhas que se ressentem dos maus tratos que os agricultores foram forçados a lhes dar durante os anos de baixo preço. E' ponto fundamental de meu Govêrno estimular a recuperação dessas lavouras velhas, incentivando o emprêgo de técnicas modernas que elevem a produção por unidade de área e que lhe diminuam o custo. A formação de novas lavouras, nas chamadas zonas velhas cafeeiras, produtoras do nosso café de melhor qualidade, encontrará decidido apoio, através do sistema oficial de financiamento e de uma permanente assistência técnica. A abertura de novas áreas que se prestem à cultura do café e que ainda não se acham por ela ocupadas, será controlada e orientada pelos órgãos técnicos, de modo a evitar o desperdício, melhor adaptar o trabalhador à terra e garantir as reservas florestais indispensáveis.

A defesa do preço e a regulamentação do comércio dêsse produto serão mantidas permanentemente a fim de evitar os efeitos das flutuações da safra, tão características de nossa produção. Além disso, serão promovidos entendimentos com os outros principais países produtores a fim de estabilizar a atual posição do café no mercado internacional. Assim é que o Govêrno procurará conseguir seja regulado o escoamento da produção dos diversos países, de modo a evitar que nos anos de grande safra o mercado venha a ser sobrecarregado e que os preços caiam a baixos níveis.

Reconhecemos que a consecução dessas medidas não se mostra tarefa fácil. Contamos, porém, com o esfôrço dos cafeicultores e o esclarecimento dos líderes da lavoura, além dos conhecimentos de nosso corpo de técnicos. Os recursos financeiros dos antigos órgãos controladores da economia cafeeira serão mobilizados para êsse fim, proporcionando aos agricultores crédito para reaparelhar suas velhas lavouras, plantar novos cafezais em bases técnicas e comercializar o produto: serão, também fornecidos meios para a reestruturação dos órgãos oficiais de pesquisa, fomento e contrôle das atividades econômicas relacionadas com o café.

ALGODÃO

O algodão continua ocupando o segundo lugar em nosso comércio de exportação, contribuindo nos últimos quatro anos com percentagens variaveis de 10 a 18% de seu valor total; fornece, também, matéria prima para a nossa indústria textil, que consome cêrca de 200.000 toneladas por ano, e ainda contribui ponderavelmente para o suprimento nacional de óleos comestíveis.

A posição estatística do produto é, no momento, muito favorável aos países produtores. Os estoques que, em 1939, atingiam cêrca de 20 milhões de fardos e que durante a guerra alcançaram 24 milhões, caíram no período de após-guerra, chegando a 13,8 milhões em 1948. Nos últimos dois anos os estoques mostraram algum acréscimo, tendo já atingido a classe dos 16 milhões; mas as perspectivas de um novo conflito deram ao algodão posição ainda mais sólida.

Há outras razões que nos levam a dar grande importancia à elaboração de um programa que permita ampliar e racionalizar a nossa lavoura algodoeira. E' que nossa indústria textil, que mostra possibilidades de aperfeiçoar-se e reiniciar suas exportações para o exterior, teria essa possibilidade cortada se viesse a contar com matéria prima a preços superiores aos de outros países que também produzem o algodão e exportam sua fibra em forma de tecidos.

Na regiões produtoras do sul do País o soerguimento da economia algodoeira poderá ser conseguido a curto prazo. E' do conhecimento geral, mesmo no estrangeiro, que a organização dada à cultura em São Paulo foi modelar. A produção de sementes selecionadas, os trabalhos de pesquisas sôbre as práticas culturais e o combate às doenças e pragas, o beneficiamento e classificação do produto foram levados a têrmo de forma a permitir um desenvolvimento da produção em bases racionais. E' verdade que a cultura luta agora contra dois serios problemas. Um deles é a pequena produção, por unidade de área que os lavradores têm colhido nos ultimos anos: de um rendimento de 68,6 arrobas por hectare de algodão em caroço em 1941, passou-se em São Paulo nos ultimos anos a rendimentos muito inferiores, não chegando em média a 29 arrobas no ultimo quinquênio. Outro problema é o que diz respeito à mudança das áreas de cultura que se dirigem rapidamente para as zonas novas, forçadas pela erosão e pelo desgaste das terras. São ambos problemas de ordem técnica que podem ser resolvidos com a racionalização das práticas agrícolas e com o combate sistemático às pragas. E' necessário, pois, que os conhecimentos técnicos a êsse respeito sejam melhor divulgados entre os agricultores e que êstes disponham dos recursos financeiros necessários para aplicá-los.

Quanto às regiões produtoras no norte do País, medidas idênticas tornam-se necessárias, pois o algodão é fonte principal de vida de grande parte dos agricultores daquele trecho do território nacional.

Com a ampliação do parque industrial nordestino, à base da energia elétrica barata que a usina de Paulo Afonso há-de fornecer, as necessidades regionais dessa matéria prima deverão elevar-se consideravelmente, cumprindo cuidar, desde logo, dessa questão.

Não se devem esquecer, também, as medidas destinadas a assegurar preços estáveis e remuneradores para o algodão, bem como a garantia do escoamento dos excedentes do consumo interno para os mercados exteriores.

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

Em grande parte, a política de aumento da produção agrícola está condicionada à prática de defesa sanitária vegetal. Incalculaveis tem sido os prejuizos causados por pragas e insetos à vida agrícola nacional. E, infelizmente, os órgãos oficiais disso encarregados, quando tentam ultrapassar a rotina de mera fiscalização exercida sôbre produtos importados e exportados, caem nas campanhas de emergência como as de combate à broca do café, à cigarrinha dos canaviais, à lagarta rosada, às nuvens de gafanhotos.

Não há dados atuais para mostrar o real prejuízo causado à lavoura pelo ataque de insetos, pragas e doenças, que a agronomia moderna pode e deve controlar. Esses prejuizos são, porém, muito avultados e ao problema deve ser dada especial atenção.

PRODUÇÃO FLORESTAL

A exploração dos recursos florestais do País está a reclamar medidas efetivas no sentido de assegurar, a longo prazo, o abastecimento nacional dos materiais que são obtidos das nossas matas, nativas ou plantadas, principalmente nos setores em que a atividade econômica implica no corte raso das formações. Além disso, cumpre orientar a expansão da agropecuária, para que ela não se processe de forma a extinguir o revestimento florístico, onde êle seja indispensável à defesa dos solos e do regime de águas e constitua reserva valiosa de material lenhoso, que já se apresenta escasso em varios pontos da região povoada do País.

POLITICA FLORESTAL

Simultaneamente com a fixação da política geral de proteção e defesa dos recursos florestais da Nação, torna-se necessário incentivar a sua exploração racional, como uma das grandes fontes nacionais de riqueza, até hoje não convenientemente valorizadas, conquanto sejam de grande vulto as atividades florestais em algumas regiões do País. O meu Govêrno dará apoio aos esforços orientados no sentido da valorização dêsses recursos, desde que as explorações industriais não impliquem na extinção do manto florístico, onde êle deve ser mantido. A restauração das áreas florestais, pela recuperação natural e pelo reflorestamento, para proteção dos solos e das águas e para obtenção de material lenhoso, também será objeto da atenção do Govêrno.

MADEIRA

A industria madeireira cabe tarefa de grande significação nessa política, não só porque a sua atividade é conciliável com a manutenção e o enriquecimento dos recursos florestais do País, mas, também, porque a formação artificial de florestas, para produção de madeira, mal se inicia no Brasil. Persistindo a ameaça da superprodução de madeiras do sul, será aperfeiçoado o contrôle das explorações florestais nessa região, com o fim de colocar a industria madeireira em condições de abastecer o mercado interno e dar escoamento, para o exterior, aos tipos que não encontram colocação nos mercados consumidores nacionais, e que proporcionam consideravel volume de divisas ao País. O suprimento dos mercados externos que necessitam do produto brasileiro será devidamente considerado, levando em conta o Govêrno a dificuldade em que se encontrariam os compradores tradicionais das nossas madeiras, se viessem a cessar, abruptamente, os fornecimentos do Brasil. Para manutenção das correntes comerciais de interêsse para o País serão adotadas as medidas que as circunstancias forem aconselhando como adequadas a obviar as atuais dificuldades com que lutam a industria e o comércio madeireiro.

BORRACHA

A modificação por que passou ultimamente a economia da borracha, de fundamental interêsse para a região norte do País, permite a instituição de uma política de produção, a longo prazo, de todo fundada no suprimento do mercado consumidor nacional. Desde que ficou encerrado o ciclo da superprodução da goma extraída da mata nativa, a revalorização dos seringais abandonados ou mesmo nunca explorados deve, quanto antes, ser objeto de providências dos órgãos executivos da política econômica oficial e, para isso, o Govêrno tem a sua atenção voltada. Simultaneamente, o plantio racional de novos seringais e o adensamento dos seringais nativos terão de desenvolver-se com o fim de ampliar, no menor prazo possível, a produção nacional de goma. O sistema de plantio e de exploração dos novos seringais vem sendo objeto de estudo especial, para que, nesse empreendimento sejam asseguradas condições de vida convenientes ao elemento humano nêle ocupado.

MATE

A defesa comercial do mate, outra riqueza florestal da região sul, será prosseguida e ampliada visando ao fortalecimento da economia ervateira de há muito abalada pela redução das vendas para o exterior. Além da expansão do mercado interno, que está por ser conquistado pelo produto, a colocação dêste nos países onde a difusão do seu uso se afigure interessante será objeto da atuação do Govêrno, apoiado na experiência até agora acumulada pelo órgão oficial que tem a seu cargo êsse problema.

OUTROS PRODUTOS FLORESTAIS

Não deixará de merecer a atenção do Govêrno a economia de outros produtos florestais, como os frutos oleaginosos (castanha do Pará, babaçu, oiticica) e as ceras (carnauba, licuri) e resinas, que constituem o fundamento da atividade de vastas regiões do País e são, mesmo, vitais à economia de alguns Estados da Federação. Não só a melhoria técnica da exploração dessas riquezas, mas principalmente a sua comercialização reclamam providências oficiais que serão postas em prática, com o fim de evitar a paralisação dessas atividades e orientá-las no sentido de seu desenvolvimento em bases seguras.

Produção mineral

A produção mineral brasileira, cujo volume é da ordem de 15 milhões de toneladas, incluindo-se no computo o material de construção, visa não só ao suprimento de certas matérias primas à industria nacional, mas também ao atendimento de clientes tradicionais externos, que procuram ampliar as suas compras no País.

Em 1950, a industria mineral atingiu um incremento ponderável na produção de minério de ferro e de calcário para cimento; enquanto que os outros bens minerais mantiveram aproximadamente a mesma posição estatística do ano anterior. O carvão mineral, que atravessara fase propícia à exploração, sofreu redução consideravel no seu transporte para os centros consumidores, acumulando-se estoque, de cêrca de 600 mil toneladas, nas minas e nos portos de Santa Catarina. Quanto ao minério de manganês, revelou-se existir no Amapá uma reserva mínima da ordem de dez milhões de toneladas de minério de alto teor, tornando a região um nucleo poderoso de futuros fornecimentos dêsse bem mineral.

Os minerais de mica e quartzo, bem como os minérios de berilo e tungstênio, que, no primeiro semestre do ano de 1950, sofreram grande queda na procura, tiveram, por motivo dos acontecimentos internacionais, sua posição grandemente melhorada, traduzindo-se por aumento de preço e de quantidade exportada. Já estão sendo industrializados no País, em pequena escala, os minérios de chumbo e de estanho, respectivamente a galena e a cassiterita.

Foram condicionadas as exportações de produtos minerais a exame prévio das condições da negociação, para evitar eventual alienação a preço vil do produto exportado, como também à sua análise, a fim de garantir a qualidade do importador.

PESQUISAS MINERAIS

O órgão próprio para pesquisas minerais do Govêrno federal sofreu ponderavel emperramento em razão da falta de flexibilidade no regime de aplicação das verbas que lhe são atribuidas. Durante os oito primeiros meses de 1950, não recebeu êle recursos para seus trabalhos de campo no setor de minas, geologia e energia, resultando disso interrupções prolongadas e a desorganização dos serviços de pesquisa que lhe estão afetos.

Verificou-se pequeno interêsse privado pela pesquisa e lavra de minerais, atribuindo-se o fato a causas econômicas, próprias ao após-guerra e sobretudo à alteração introduzida pelo semi-regime de acessão estabelecido em 1946, com a Constituição federal, derrogando o sistema res-nullius introduzido pela Constituição de 34 e pelo Código de Minas, regime êste que propiciou mais seguro conhecimento dos recursos minerais da Nação.

No Piauí, continuaram os trabalhos de pesquisa do carvão e água subterranea, compreendendo levantamentos geológicos e sondagens, que permitiram equacionar o problema; terminou-se o tombamento da jazida de apatita de Monteiro, Paraíba; iniciou-se a pesquisa de depósito fosfático nos arredores de Recife e efetuou-se o estudo de detalhe das formações carboníferas de Santa Catarina.

Cabe, também, assinalar a deficiência de técnicos com que luta o País. Engenheiros de minas, geólogos e técnicos em mineração faltam de tal forma que é difícil atribuir um sentido técnico à mineração nacional; nela continua a predominar o regime de garimpo ou da exploração desordenada.

MEDIDAS A ADOTAR

Atendendo-se às deficiências em que vive a industria da mineração e aos principais males que a afligem, a fim de se lhe dar o relêvo que merece, importa considerar a oportunidade de varias medidas, como o restabelecimento do regime de res-nullius, que tão bons resultados apresentou quando de sua aplicação no que concerne aos bens minerais de importancia nacional; a instituição do crédito mineiro, a fim de proporcionar facilidades para instalação no País de verdadeiras minas cuja estabilidade será uma garantia para as industrias que utilizam os metais assim recuperados; proporcionar aos mineradores facilidades para obtenção de equipamento para seus trabalhos.

Como medida importante, depende do pronunciamento do Congresso, está a revisão do Código de Minas, na qual se deve aproveitar a experiência adquirida para corrigir deficiências e facilitar as pesquisas pela industria privada.

Impõe-se, igualmente, incentivar a formação de técnicos a fim de poder oferecê-los aos organismos e emprêsas que dêles necessitarem; neste setor, novos rumos precisam ser traçados no ensino superior e profissional.

Deve ser incentivada a organização da Carta Geológica do País, a pesquisa e tombamento dos seus recursos minerais, especialmente dos combustíveis, dos fertilizantes, dos minerais essenciais à energia atômica e às industrias de base.

Cabe, também, aparelhar melhor o órgão próprio federal encarregado das pesquisas e do contrôle da produção mineral brasileira, de modo a que atenda com eficiência às atividades científicas, técnicas e de fiscalização de sua competência. A organização que lhe foi atribuida, produziu seus frutos, carecendo de readaptação à conjuntura e ao desenvolvimento do País.

E' necessario, e isto constituirá ponto de meu Govêrno, dispensar às coisas da produção mineira em geral o mesmo alto interêsse que vem sendo atribuido às coisas do petróleo. Isto é necessário para que o aproveitamento do subsolo do território pátrio seja intensificado, de forma a que o produção de bens primários minerais venha a ser uma real fonte de riqueza e elemento decisivo na elevação do padrão de vida brasileiro, além de auxilio fundamental para a agricultura nacional, que não pode viver sem a calagem conveniente das terras e a adubação mineral adequada, com sais de fósforo e potássio.

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS DE FERRO

A exportação de minério de ferro do Brasil acusou aumento apreciável no ano findo, comparando com a de 1949, atingindo 900 mil toneladas, das quais 20% sairam pelo porto do Rio de Janeiro, das jazidas da região de Brumadinho, em Minas Gerais, e 80% pelo porto de Vitória, das jazidas de Itabira, também em Minas em demanda às usinas dos Estados Unidos da América, Canadá, Inglaterra e outros países europeus. Cerca de 7 milhões de dólares representou essa exportação de matéria-prima, cuja reputação pela sua elevada qualidade, está conquistando novos mercados.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE S.A.

Quatro quintos dessa produção provieram das minas da região de Itabira, e foram produzidos pela Companhia Vale do Rio Doce S.A., sociedade de economia mista criada ao tempo do meu primeiro Govêrno, com o objetivo de secundar a produção de aço dos países então nossos aliados, estabelecendo-se, entre o Brasil e aquêles países, vínculos mais estáveis de interêsse e proporcionando-nos condições mais favoraveis para importação de produtos acabados.

Desde então, vem a Companhia Vale do Rio Doce S.A. aumentando sua exportação, que cresceu 53% de 1949 para 1950, atingindo a cifra de 722 mil toneladas métricas de hematita compacta, a qual vem sendo usada nos países que no-la adquirem em grande parte para completar as cargas de fornos de revérbero na refinação do aço.

Principalmente para os Estados Unidos da América, nosso principal comprador, o minério brasileiro representa valiosa contribuição à produção de aço das industrias da sua costa atlantica. O mercado, gradualmente conquistado, tende a crescer, de ano para ano, e a Companhia Vale do Rio Doce espera exportar no ano que se iniciou cerca de 1.200.000 toneladas de minério. A mecanização das suas minas, já adiantada, deverá ficar terminada no corrente ano e permitirá, então, ao Brasil, a exportação de maior tonelagem, ficando êle aparelhado com um sistema capaz de garantir um fluxo permanente de minério da ordem de 1,5 milhões de toneladas anuais.

E' pensamento do meu Govêrno, atingida essa primeira fase, dar atenção ao estudo de projetos capazes de permitir maior expansão dêsse programa, no sentido de aumentar a exportação de minério e melhorar o aparelhamento atual a fim de compensar a corrente de exportação de minério com uma corrente inversa de importação de carvão pela E. F. Vitória-Minas, visando o centro de Minas Gerais.

Indústrias de base

COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL S.A.

No parque siderurgico brasileiro, Volta Redonda, concebida ao tempo do meu primeiro Govêrno, com o objetivo de estabelecer no País a primeira industria pesada, estreou no cenário nacional em fins de 1946.

Contribuiu, em 1950, com cerca de metade da produção nacional de aço laminado. Atingiu a cifra de 287.168 toneladas, excedendo em 27% a do ano anterior, o que representa mais de 1 bilhão e cem milhões de cruzeiros de produtos vendidos nos mercados, nacional e estrangeiro, e poupando-nos as correspondentes divisas que teriam sido gastas com mercadorias importadas.

Trilhos, chapas e folha-de-flandres constituíram a parte essencial da sua fabricação, suprindo o País com uma linha de laminados em que outras siderurgicas não se especializaram até esta data. Produziu, também, mais de 40.000 toneladas de barras e perfilados, abrindo perspectivas para mais ampla utilização do aço em estruturas metálicas.

Ao lado do aço, objetivo primacial dessa moderna industria mais de 600.000 toneladas de carvão nacional foram beneficiadas em Capivari, Santa Catarina, das quais dois terços de diversos mineradores. Produziram-se, assim, cerca de 145.000 toneladas de carvão lavado para coque metalurgico. Participou êste, na proporção de cerca de um terço na mistura em que entram 2/3 de carvão estrangeiro, para produzir um pouco menos de .... 300.000 toneladas de coque metalurgico, combustivel utilizado na fabricação do gusa.

Mas, ao lado disso, como subproduto do beneficiamento do carvão de Santa Catarina, produziram as instalações de Capivari cerca de um quarto de milhão de toneladas de carvão vapor grosso, próprio para queima em caldeiras fixas e locomotivas, enquanto a coqueria produziu vasta gama de subprodutos da destilação, compreendendo benzol, toluol, alcatrão, óleos, nafta e sul- lo meu Govêrno, em 1933, ja pro- tato de amônio para adubo.

Volta Redonda trabalha, ainda hoje, com um só alto forno de 950 toneladas de capacidade media diária, 55 fornos para 1.100 toneladas diárias de coque, 4 fornos Siemens-Martin para 450.000 toneladas anuais de aço. Acha-se, assim, próxima a saturação da capacidade correspondente à primeira etapa do projeto que a concebeu. No ano corrente deverá atingir êsse limite, com uma produção prevista em .. 324.000 toneladas de trilhos, barras, perfilados, chapas, e folhas-de-flandres e uma receita da ordem de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros.

A consecução dêsse objetivo não é suficiente, porém, para a expansão e as necessidades do País, que adquiriu no estrangeiro, durante o ano findo, cerca de 40% dos seus suprimentos de ferro e aço e ainda figura no rol dos países do mundo de mais baixo consumo de aço, per capita. Neste setor, portanto, como noutras atividades, a Nação tem de empenhar-se num esfôrço de crescimento contínuo para elevar o padrão de vida que se mede, entre outros índices, pelo consumo individual do aço e dos combustíveis.

AMPLIAÇÃO DA USINA

Volta Redonda encara, como segunda etapa da sua ampliação, a construção de um segundo alto forno de igual capacidade; de 21 fornos para coque; de 2 fornos para aço; de acréscimos parciais nas suas instalações. Prevê também a criação de uma fabrica de estruturas de aço, tudo articulado de modo a permitir elevar em 50% a capacidade máxima de sua primeira etapa, passando-a para 460.000 toneladas por ano, com os correspondentes aumentos na produção de carvão metalurgico e vapor grosso. Tal ampliação que envolve um investimento suplementar calculado em menos de 1/3 dos investimentos já feitos, envolve ainda a solução de problemas correlatos de transporte de carvão por via marítima e terrestre, que põem em jogo a capacidade de organização e de trabalho das entidades transportadoras.

Tal é o quadro da situação atual de Volta Redonda, como industria básica do País, e do dever que é imposto à Nação no sentido de promover o seu crescimento e sua expansão. Não somente pesa na balança de contas do País, proporcionando uma economia de divisas da ordem de quarenta milhões de dólares, por ano, como ainda dá azo a que, à sua sombra se estejam multiplicando industrias de transformação que manipulam os seus produtos, oferecendo ao mercado nacional uma forma variada de produtos acabados e essenciais ao progresso das cidades e do interior.

Dentre êstes se destacam chapas e perfilados, destinados à construção de vagões e capazes de permitir ao País dar os primeiros passos no ramo da construção naval, que é pensamento do meu Govêrno considerar e incentivar.

ATIVIDADE SIDERURGICA PRIVADA

Não se limitara, porém, os benefícios econômicos e sociais da Usina de Volta Redonda aos valores de sua produção individual. A iniciativa particular, no campo das realizações metalurgicas sempre se mostrara tímida, diante da falta de uma orientação definida da Administração Publica. Não se sentia por isso encorajada a novos empreendimentos, condenando-se assim o País à alternativa precária da importação de produtos básicos para sua subsistência.

Volta Redonda veio demonstrar que o Govêrno estava decidido a amparar firmemente os bons empreendimentos. Assim, ao passo que progrediam as necessidades brasileiras de materias primas, surgiam e se expandiam entre nós empreendimentos siderurgicos em esplendida sucessão de novas fábricas e novas variedades de produtos elaborados.

No ano de 1950, já o consumo de aço quase atingia à casa do milhão de toneladas. E' fato relevante que, nesse total, as emprêsas particulares contribuiram com quase 350.000 toneladas enquanto a importação baixava ao nivel das 200.000 toneladas.

De ferro gusa, produziram essas mesmas usinas, de iniciativa privada, cerca de 400.000 toneladas, o bastante para a transformação em aço, refusão, e até mesmo para exportação a países vizinhos. De produtos laminados de aço, abrangendo uma gama variada de produtos, entregaram ao consumo cerca de 300.000 toneladas.

A atmosfera de confiança, que o Govêrno soube e saberá inspirar ao capital e a empreendimentos particulares, respondeu a iniciativa nacional estendendo seus beneficios a todo o País. Podemos por isso contar hoje com variada linha de produção siderurgica, em nove unidades da Federação, onde se acham em atividade de trinta e cinco entidades produtoras de ferro e aço, das quais dezoito partindo do minério, usam gusa próprio para suas operações e para abastecimento às restantes.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE AÇO

Em 1930, o Brasil produziu apenas 40.000 toneladas de aço, para um consumo de quase 350.000 toneladas. O consumo anual do brasileiro à época apenas atingia a 9 kg per capita.

O consumo anual de 1950 já sobe a mais de 19 kg **per capita**. Enquanto que naquela época nossa produção contribuia com menos de 1 kg **per capita**, a contribuição da produção nacional presentemente ultrapassa o valor-índice de 14 kg por ano e por brasileiro.

A produção de laminados atingiu um valor de mais de 1 bilhão e setecentos milhões de cruzeiros — num índice significativo de nossa expansão economica e das oportunidades que se oferecem aos obreiros da grandeza nacional. Evoluem e aprimoram-se nossos métodos de produção. Liberta-se a siderurgia nacional dos moldes iniciais com que se implantou entre nós. Busca tecnicas mais perfeitas, e mais consentaneas com o ambiente brasileiro. A primitiva siderurgia a carvão de madeira, com que nos iniciamos, tende a ser superada diante do vulto que tomam as usinas nacionais.

Não poderia o meu Govêrno desconhecer tais circunstancias. Sabe que a evolução inevitavel dos moldes técnicos de nosso trabalho implicará na necessidade de providências de alçada governamental, a serem tomadas em seu devido tempo. Maiores progressos de nossa siderurgia irão fatalmente provocar a eclosão de novos problemas, como seja a devastação de nossas reservas florestais numa área demasiado extensa para sua recuperação oportuna; como a esterilização do solo trabalhado por derrubadas pela erosão e desmineralização, como a assistencia social aos obreiros, dedicados às fainas do carvão.

Volta Redonda criou o exemplo da siderurgia à base do coque, como caminho a palmilhar. E isso ainda que devamos importar o carvão estrangeiro, para suplementar e corrigir as deficiências do carvão nacional do sul do País. Além dêste recurso, há que atentar-se na electro-siderurgia, como solução econômica e técnica adaptável às condições nacionais.

Já em parte a solução apontada vem encontrando sanção nos fatos através da produção dos fornos elétricos existentes, que atinge hoje cerca de 80.000 toneladas anuais de produtos variados.

AÇOS ESPECIAIS

Nova iniciativa, a Companhia Aços Especiais Itabira, organizada em outubro de 1944, por iniciativa privada e com o apoio financeiro do meu Govêrno, apos longo período de obras e construção, iniciou, em 1950, a sua produção de gusa e promete, no corrente ano, entrar no rol dos produtores de aço laminado e de aços especiais, usando o processo **duplex** em que intervêm como fontes caloriferas o carvão de madeira e a energia elétrica.

Deverá êste ano ficar aparelhada essa emprêsa para acrescentar ao potencial nacional de fabricação de aço mais 55.000 toneladas de produtos laminados e forjados de composição especial pertencentes a linhas novas de fabricação e incorporar ao potencial hidrelétrico nacional mais .. 28.000 kw.

Assim, a par do progresso das iniciativas governamentais, a preocupação do Govêrno que as iniciativas privadas cresçam e se articulem numa ampla rede de produtores, a fim de que o País, economia, amplie o numero de no seu conjunto, consolide a sua produtos de fabricação nacional e proporcione oportunidades e meios de vida variados a seus operários.

E quando, cedendo aos reclamos cada vez mais intensos das necessidades do nosso consumo, chegar o dia de lançarmos em Minas Gerais a segunda Volta Redonda, certamente a solução do problema da substituição do carvão de madeira por coque e energia elétrica será considerada pelos nossos especialistas como de cunho eminentemente nacional, ainda que enquadrada em planos de desenvolvimentos regionais.

INDUSTRIAS QUIMICAS DE BASE

A fabricação do ácido sulfurico e a dos álcalis — soda cáustica e carbonato de sódio — são atividades industriais básicas porque produzem os constituintes essenciais a quase todos os processos da quimica industrial.

ÁCIDO SULFURICO

Tal é a importancia do ácido sulfurico na industria, que seu consumo tem sido considerado o mais caracteristico índice da industrialização dum país. Na Alemanha, outrora se verificava o maior consumo de ácido sulfurico **per capita** em vista do grande desenvolvimento da fabricação de produtos quimicos, de fertilizantes e da metalurgia. Atualmente, é nos Estados Unidos que se observa a maior produção mundial de ácido sulfurico e ali o consumo **per capita** atinge 71 kg por ano.

Nossa produção de ácido sulfurico vem crescendo de par com o desenvolvimento industrial; há poucos anos, o consumo **per capita** era inferior a 1 kg e atualmente é da ordem de 1,5 kg por ano, o que vem mostrar que grande parte da atividade brasileira se processa fora do ambito industrial.

Dificilmente poderemos desenvolver a produção de fertilizantes, a refinação do petróleo, a industria quimica em geral, sem aumentar correspondentemente a nossa produção de ácido sulfurico. No momento observa-se um crescimento considerável nessa industria, inclusive pelas remodelações de velhas fabricas que se adptam aos modernos processos de fabricação por catálise.

As industrias de **rayon** e de adubos fosfatados têm sido o maior fator de crescimento da nossa industria de ácido sulfurico.

Hoje, a capacidade de produção dêsse ácido em nosso país é da ordem de 90.000 toneladas anuais, sendo 70% produzidos em São Paulo, 20% no Estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal e 10% no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e Paraná. Embora a cidade de São Paulo continue sendo o maior centro de produção de ácidos minerais, outro importante núcleo surgiu e está crescendo no vale do Paraíba, sob a influência indireta de Volta Redonda.

Infelizmente, tôda a nossa produção de ácido sulfúrico baseia-se no emprêgo de enxôfre importado.

A despeito das pesquisas até hoje realizadas, ainda não foram revelados depósitos dêsse mineral no Brasil. São conhecidas tão somente jazidas de piritas, de exploração difícil onde o enxôfre se acha ligado ao ferro. As piritas do carvão constituem a maior fonte de enxôfre que possuímos e sua utilização poderá ser efetivada quando forem aperfeiçoados processos tecnológicos já realizados em laboratório e agora em estudo de caráter semi-industrial. Para a atual produção de ácido sufúrico, consumimos enxôfre estrangeiro à razão de 100 toneladas por dia, enquanto, só na usina de lavagem de Capivari, abandonamos como refugo diàriamente mais de 150 toneladas de enxôfre sob a forma de resíduos piritosos.

Isso mostra bem a necessidade de incentivar os estudos de aproveitamento dos nossos recursos naturais, de amparar a pesquisa tecnológica, visando obter maior rendimento nas operações industriais e melhor utilização de nossas matérias primas. O enxôfre é, no momento, um dos elementos essenciais às indústrias de maior carência no país, não devendo ser poupados esforços para que seu abastecimento seja garantido, pois êle constitui a chave de tôda a grande indústria química.

ALCALIS

A indústria dos álcalis tem uma importância equivalente à do ácido sulfúrico, porém sua implantação no Brasil foi muito retardada pela dificuldade de encontrar as condições necessárias ao seu estabelecimento em bases sólidas. Enquanto a produção de ácido sulfúrico já tomou grande surto a despeito de estar baseada inteiramente em matéria prima importada, a indústria dos álcalis, já instalada, contribui com uma parcela muito pequena para o suprimento das necessidades do país, quanto à soda cáustica.

Duas modestas fábricas de soda electrolítica e produtos clorados, uma no Estado do Rio de Janeiro, outra em São Paulo, representam uma produção da ordem de 3.000 toneladas anuais de soda cáustica ou seja menos de 5% da nossa importação atual. Nossas indústrias de vidro, de **rayon**, de celulose e muitas continuam, assim, na dependência das importações que, no ano findo, atingiram a cifra de 55.000 toneladas de barrilha e 70.000 toneladas de soda cáustica. Devemos decidir-nos, por tanto, a evitar o dispêndio de divisas para aquisição de produtos, como êsses, que podemos fabricar no país.

Um dos óbices apontados contra a criação da nossa indústria de álcalis era a dificuldade de obter grandes quantidades de sal e outros elementos necessários a essa indústria. A descoberta do sal-gema em Alagoas e Sergipe, em 1942, despertou interêsse pelo problema dos álcalis e fomentou minuciosas pesquisas em Sergipe, infelizmente não coroadas de êxito.

COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS

Pelo Decreto n. 5.684, de 20 de junho de 1943, foi fundada a Companhia Nacional de Alcalis, instalada a 28 de junho de 1944, com a finalidade de implantar em grandes moldes essa indústria tão essencial ao desenvolvimento econômico do país. Até o momento, porém, não foi possível iniciar os trabalhos de construção da fabrica projetada para Cabo Frio, porque se tornou necessário estudar minuciosamente os vários fatôres influentes no caso e procurar soluções para contornar as dificuldades encontradas.

Após longos períodos e ensaios, ficou comprovada a possibilidade de se criar em Cabo Frio uma grande indústria de álcalis empregando sal de produção local e calcário de camadas de conchas existentes no fundo da lagoa de Araruama. O projeto atual, devidamente estudado, consiste numa fábrica com a capacidade de 100.000 toneladas anuais de barrilha, devendo uma parte desta ser transformada em soda cáustica, de acôrdo com as necessidades do mercado.

O novo empreendimento planejado exige o aumento de capital da Companhia para 200 milhões de cruzeiros e um empréstimo externo de 15 milhões de dolares.

Atendendo a considerações da Companhia, foi enviada ao Congresso Nacional, a 28 de outubro de 1950, uma mensagem que fundamenta projeto de lei destinado a autorizar a abertura de um crédito especial até 150 milhões de cruzeiros para compra de ações da Companhia Nacional de Alcalis e a transferência, para o Tesouro Nacional, de 50.000 ações preferenciais de propriedade dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, no valor de Cr$ 1.000,00 cada uma, e que, ao mesmo tempo, solicita autorização para o Govêrno garantir o empréstimo de 15 milhões de dolares a ser levantado nos Estados Unidos da America. Esse projeto de lei aguarda o pronunciamento da Comissão de Finanças na Câmara dos Deputados.

A indústria de álcalis, em grande escala, não atraiu, até o momento, a iniciativa particular, pela pequena margem de lucros que proporciona, dentro das condições naturais do país. Importante firma especializada já estudou o problema com grande interêsse, verificando a pequena margem de benefícios ao capital que comporta a indústria de álcalis nas condições peculiares ao Brasil. Cabe, pois, ao Govêrno ter em mente a melhor forma de promover a sua implantação, como medida de interêsse nacional.

INDÚSTRIA MECANICA DE BASE — FABRICA NACIONAL DE MOTORES

Quando, premido pelas dificuldades oriundas da última conflagração internacional, promovi a criação da Fabrica Nacional de Motores, visava êsse empreendimento a atender uma necessidade nacional — a da construção de motores para aviões, bem como estabelecer a primeira grande oficina que, pelo seu caráter de mecanica especializada e de precisão, pudesse servir de ponto de partida para linhas de produção destinada a usos civis. Os tratores, caminhões e geladeiras figuravam entre as linhas em estudos e ensaios.

E' de lamentar, entretanto, que o magnífico equipamento com que se dotara a indústria básica do país, tenha sido longo tempo desprezado.

E quando se retomou o programa industrial, objetivando a montagem e progressiva fabricação de caminhões, ligou-se a Fábrica a uma emprêsa italiana em via de liquidação. Liquidada a Isotta Fraschini, foi o contrato com esta emprêsa substituido por outro, com a Alfa Romeo.

A Fábrica tem, porém, prestado bons serviços na revisão de motores de aviação e seu abundante equipamento está permitindo o aperfeiçoamento de mecânicos de precisão, capazes de, no momento oportuno, virem a constituir o núcleo indispensavel a novos rumos na construção de veículos no Brasil.

Restam várias medidas para colocar a Fábrica Nacional de Motores nas condições previstas quando da sua criação, superando as dificuldades com que vem lutando desde 1946.

Indústrias de bens de consumo

Não deve ter sofrido solução de continuidade, no ano findo a expansão da atividade industrial dedicada à produção de bens de consumo que se vinha acelerando desde o início da segunda Grande Guerra.

NECESSIDADE DE UMA POLITICA INDUSTRIAL

O impacto sofrido por essa indústria, em 1947, por motivo das importações indiscriminadas e em massa de manufaturas já fabricadas no país, não arrefeceu o ânimo dos industriais brasileiros que, não obstante a concorrência externa, mantiveram o ritmo de produção em quase todos os setores e empreenderam a renovação e ampliação dos equipamentos, grandemente desgastados pelo esfôrço de guerra. Contudo, a experiência demonstrou, então, que a indústria nacional não pode prescindir de uma sadia política de comercio exterior, tendente a pôr as emprêsas instaladas para produção de artigos essenciais a coberto de surprêsas resultantes de liberalidades excessivas em relação à concorrência externa. A falta de proteção aduaneira e, mais que isso, a situação cambial, exigem a instituição daquela política, que deverá ser seguida pelo menos enquanto não se achar devidamente consolidada a posição industrial do país em face das nações industrialmente desenvolvidas. Preconizando tal orientação adotamos tão só a diretriz seguida por tôdas essas nações, durante o seu desenvolvimento.

A escassez de divisas, que se seguiu àquelas importações, deu origem à adoção do regime de contrôle do comercio exterior, motivando a seleção das mercadorias importadas, em razão da sua essencialidade ou à vista da sua produção efetiva ou possivel, no país. Daí, o fortalecimento das atividades industriais já existentes e o surgimento de condições propícias a novas iniciativas.

Beneficiou-se dessa situação a indústria nacional de bens de consumo. Vários são os setores em que a expansão se vem processando de forma segura. Conquanto ainda não disponha o país de estatísticas eficientes, para medir a expansão das indústrias produtoras dêsses artigos, os dados relativos ao impôsto de consumo e à produção ou à importação de matérias primas por elas empregadas permitem verificar que, de fato, ocorreu ultimamente notável avanço na atividade nacional produtora de manufaturas. O consumo de energia elétrica, como fôrça motriz, oferece outra indicação do crescimento da produção industrial, pois tal consumo aumentou de 15%, entre 1949 e 1950, nos dois maiores centros manufatureiros do país—Distrito Federal e capital do Estado de São Paulo.

Além disso, a renovação e ampliação das instalações industriais existentes e a implantação de novas unidades produtoras podem ser, em parte, avaliadas em vista das importações de equipamentos fabris. Desde que as compras dêsses equipamentos se tornaram possiveis, no após-guerra, o país importou dêles cêrca de quatro bilhões de cruzeiros, participando as indústrias produtoras de bens de consumo com 86% do valor total dessas aquisições. Inicialmente, a escassez de bens de produção nos países tradicionalmente fornecedores e depois, a de divisas dificultaram, porém, o atendimento da procura de equipamentos importados. A indústria nacional de máquinas, entretanto, já se acha apta a suprir parte considerável dos equipamentos reclamados pelas emprêsas manufatureiras.

ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Em contraste com os fatores acidentais de incremento — como a interrupção de compras externas durante a guerra e mesmo depois de cessado o conflito, quer por falta de bens de consumo nos mercados supridores mundiais, quer em virtude do desequilíbrio da balança de pagamentos que resultou na adoção do regime de licença prévia de importação — a marcha para a industrialização tem defrontado uma série de obstáculos que vão sendo vencidos, quase exclusivamente pela tenacidade da indústria privada.

A dificuldade na aquisição de matérias primas e maquinaria estrangeiras, em virtude da situação internacional, é um dêsses empecilhos que tende a agravar-se. As restrições adotadas pelos países fornecedores já se fazem sentir no Brasil, principalmente nas indústrias que consomem metais não ferrosos, produtos químicos essenciais, ferro e aço, fôlhas-de-flandres, ao mesmo tempo que se acentuam as dificuldades para obtenção de equipamentos. Como medida destinada a evitar maiores entraves à expansão das indústrias nacionais de bens de consumo, cumpre fomentar a criação das indústrias de base destinadas a garantir suprimentos regulares, em todos os setores em que tais empreendimentos se apresentem oportunos.

A vacilação, senão ausência, de uma política industrial, principalmente no que concerne ao co-

(Continua na página seguinte).

A situação do país

(Continua na página seguinte)

mercio externo de manufaturas, implica, tambem, no retardamento da expansão manufatureira. As necessidades crescentes do país, o desenvolvimento fabril que ele já alcançou e a incerteza de obtenção, no exterior, das manufaturas indispensáveis ao seu consumo, reclamam a adoção de uma diretriz segura para êsse campo de atividade nacional. Ao lado da revisão da política tributária interna, a racionalização da tarifa aduaneira necessita ser intentada, para que a indústria de bens de consumo não fique indefesa, após a extinção do regime de licença prévia de importação. Conquanto tais medidas não se afigurem urgentes, em face dos acontecimentos internacionais, a amplitude da tarefa a realizar exige que o Governo dela se ocupe quanto antes, com o fim de evitar surprêsas futuras.

A falta de tradição industrial no país faz com que grande parte do nosso operariado seja improvisado pelas próprias emprêsas produtoras. Além da ampliação do ensino técnico-profissional, tanto o tradicional sistema oficial, como o do SENAI que já vem trazendo importante contribuição, cumpre incentivar o engajamento de operários especializados estrangeiros, que desejem emigrar para o Brasil.

Cumpre, ainda, adotar medidas no sentido de generalizar, entre as emprêsas industriais a consciência de que o aperfeiçoamento da produção, a custo reduzido, será o melhor dos estímulos às indústrias manufatureiras nacionais. A racionalização dos processos de produção e de comercialização das manufaturas de alta qualidade, para que possam ser vendidas a baixo preço, em todo o território nacional, é questão que já não pode deixar de ser enfrentado seriamente, não só pelas emprêsas privadas, mas tambem pelas organizações de classe da indústria. Ao Governo não será estranha essa questão, orientando-se a política oficial no sentido de ampliar as facilidades de assistência tecnológica, bem como de encorajar os empreendimentos destinados a satisfazer as necessidades nacionais de bens de consumo, em condições convenientes, quer quanto à qualidade dos produtos, quer quanto aos seus preços.

SITUAÇÃO DE ALGUMAS INDÚSTRIAS

TEXTEIS

A situação de algumas indústrias de bens de consumo precisa ser considerada, para que se lhes dedique atenção especial ao se fixar a política industrial adequada ao país, na presente conjuntura.

Após a crise de super-produção com que se defrontou a indústria nacional de fiação e tecelagem, ao se ver impossibilitada de manter as vendas para o exterior, no após-guerra, essa atividade produtora marcha para a normalização, de vez que já deu escoamento aos seus estoques gravosos e pôde, mesmo, aumentar o ritmo de trabalho no ano findo, em confronto com o de 1949. Foram consideráveis as importações de equipamentos para essa indústria, desde o término da guerra, não só destinados à substituição das máquinas que se desgastaram, por outras de maior rendimento, mas tambem com o fim de ampliar as fabricas existentes e de criar novas. No conjunto do país, o aumento do número de fusos usados pela indústria têxtil algodoeira, de 1949 para 1950, foi da ordem de 15%. Todos os outros ramos têxteis experimentaram tambem sensivel crescimento, que é preciso manter e estimular no futuro.

METALÚRGICAS E MECÂNICAS

Ao passo que se amplia a fabricação de produtos semi-elaborados de ferro e aço e de metais não ferrosos, cresce a capacidade de absorção dêsses produtos pela indústria nacional de transformação, nos ramos metalúrgicos e mecânicos, e os programas de ampliação das usinas siderurgicas revelam a procura intensa, no país, dos produtos semi-acabados que elas vêm fabricando. No grupo das manufaturas de consumo civil produzidas pelas indústrias mecânicas e de material elétrico, vale destacar o desenvolvimento da fabricação de motores elétricos, pequenos e médios, e de alguns dos aparelhos elétricos de uso doméstico, na qual se atendeu praticamente à procura interna. Apresenta considerável avanço a indústria de máquinas-ferramentas, para trabalho em ferro e madeira, e de instrumentos usados na lavoura. O encaminhamento de projetos privados, para montagem de outras indústrias, como a de refrigeradores e a de máquinas de calcular, denuncia o surgimento de condições favoráveis à ampliação do campo industrial, nesse setor. Fato idêntico manifesta-se no campo das manufaturas de metais não ferrosos, como o dos artefatos de aluminio, em geral.

ALIMENTICIAS

Não obstante o incremento já observado na industrialização de produtos alimentares, êsse campo de atividade reclama atenção especial, em virtude da situação em que se encontra o problema da alimentação no país. A expansão faz-se sentir nos setores da produção de óleos comestíveis, açucar, doces e conservas, laticínios, bebidas e outros; nenhum setor dêsse campo industrial deverá, porém, permanecer estacionário, visto como a melhoria das condições alimentares do povo brasileiro e o aumento demográfico demandam quantidades crescentes de alimentos. E a industrialização é condição essencial à estabilidade da produção agropecuária e à ampliação dos suprimentos nacionais de produtos alimentícios.

FARMACÊUTICA

Ramo industrial intimamente ligado à política oficial de saúde, a indústria farmacêutica nacional amplia-se e se aprimora, de ano para ano, reclamando, contudo, amparo efetivo nos setores de cuja atividade dependa o êxito daquela política. As dificuldades maiores com que se defrontou a indústria, ao se reduzirem as exportações no após-guerra, foram vencidas, em parte, com a montagem de filiais das emprêsas brasileiras em países latino-americanos.

DO PAPEL

Exige o mercado consumidor nacional quantidades crescentes de alguns tipos de papel, como o de imprensa, ainda não fabricados no país em quantidade suficiente para atender às necessidades atuais e imprescindíveis ao alevantamento do nível cultural da população, sob qualquer aspecto. A solução adequada do problema liga-se estreitamente ao êxito da indústria nacional de álcalis, mas o encaminhamento dessa solução não deve ser retardado, com o fim de evitar que o país venha a ter agravadas as dificuldades ao suprimento do papel de que necessita. Conta, aliás, a Nação com consideráveis recursos naturais para resolver êsse problema de forma adequada, conjugando-o com a exploração da mata nativa, para outros fins industriais. Os dados referentes às importações de celulose, em 1950, confrontados com os do ano anterior — 78% de aumento — denunciam que as necessidades nacionais de papel aumentam aceleradamente de ano para ano.

DE ARTEFATOS DE BORRACHA

Marcha o país para a completa auto-suficiência no domínio das manufaturas de borracha e a produção de base dessas manufaturas já alcançou, mesmo, amplitude de grande porte. A manutenção dessa indústria em ritmo de funcionamento adequado às necessidades nacionais é questão, aliás, da maior importância, em face da imprescindibilidade dos produtos que ela fabrica, para os transportes rodoviários e urbanos e para outros setores da atividade nacional. Por outro lado, é ela a consumidora de matéria prima oriunda da região amazonica, cuja economia precisa ser soerguida. O fortalecimento e a ampliação da indústria manufatureira da borracha serão, portanto, objeto de atenção do meu Govêrno.

OUTRAS MANUFATURAS

Outras manufaturas nacionais, como as do calçado e a dos materiais de construção civil, estão a exigir ajuda eficiente para que, melhorando as suas condições de produção e de comercialização, possam suprir o mercado consumidor nacional de forma condizente com o objetivo geral do Governo, de elevar o padrão de vida do povo brasileiro. Na política industrial a ser instituída, os vários setores da produção ligados a êsse objetivo serão devidamente considerados, fixando-se critérios de prioridade na distribuição das medidas de fomento, principalmente através do crédito, de forma a orientar a iniciativa privada, assistida pelo Estado, para os setores em que a aplicação dos recursos disponíveis mais interessa à política do bem-estar nacional.

Desenvolvimento Econômico

Recursos naturais

No adequado aproveitamento dos recursos naturais, exauríveis e renováveis, reside um dos meios mais eficazes e seguros para aumentar a nossa produção e melhorar o padrão de vida do povo brasileiro.

Política de aproveitamento de recursos

Devido à vastidão do território, ao pequeno número de técnicos disponíveis, às dificuldades de execução de estudos em regiões longínquas, destituídas de comunicações, muitas vezes completamente despovoadas, — há ainda inúmeros recursos naturais que aguardam o pronunciamento da técnica para sua efetiva utilização. Julgamos, por isso, que deve ser empreendido um balanço dos recursos naturais do País com o fim de focalizar os problemas mais prementes e entregá-los às cogitações dos homens capazes e empreendedores.

Não é possível fomentar a exploração das riquezas do País mantendo processos rotineiros, fruto do empirismo dos antepassados, aparelhagem obsoleta e concepções errôneas acêrca do valor da terra. O adequado conhecimento do solo, do subsolo, da flora, da fauna e das águas, é a base indispensável ao planejamento de qualquer obra de vulto, com ampla repercussão sôbre o progresso do País.

De par com investigações tendentes a descobrir recursos naturais básicos que ainda nos faltam ou que temos em quantidades limitadas, levando em conta o crescimento espantoso de todas as atividades, impõe-se instituir uma cruzada pela conservação e melhor utilização dos recursos naturais.

Aperfeiçoando os métodos de trabalho planificando programas de acôrdo com as condições naturais, introduzindo na vida nacional práticas conservacionistas, poderemos utilizar melhor as fontes de riqueza do nosso território, sem depredá-las nem esgotá-las, resguardando para gerações futuras um patrimônio comum que deve ser conservado a bem da sobrevivência da Nação.

A conservação dos recursos naturais básicos deve constituir, portanto, uma preocupação precípua não só do Poder Público como de todos os brasileiros esclarecidos e patriotas. Uma campanha nesse sentido deve ser estendida a todo o Brasil, mostrando, a todos os que produzem e consomem, os meios de minorar nossas deficiências através de melhor aproveitamento das matérias primas nacionais, de mais racional ocupação da terra e de mais compreensiva utilização dos recursos humanos.

O saque aos recursos naturais foi praticado aqui, como em tôdas as regiões do mundo expostas à ambição desenfreada dos primeiros exploradores.

Mas a concepção que se tem hoje dos recursos naturais é bem diversa daquela que orientou as atividades econômicas dos produtores de antanho. As grandes áreas florestais, as minas, as fontes de energia, as águas e o solo não podem ser encarados sòmente sob o aspecto da propriedade privada, em que o detentor, querendo, tem o direito de depredar e inutilizar, sem medir consequências para o meio e para a coletividade. Acima da respeitável concepção da propriedade individual, cumpre encarar o ponto de vista do bem comum, da parcela que representa no patrimônio da Nação, do que significa para a harmonia e o equilíbrio dos bens naturais do País.

Entretanto, só um inquérito geral sôbre a utilização dos recursos naturais e sua conservação poderá fornecer elementos para elevar o grau de eficiência em vários setores da produção.

RECURSOS AMAZÔNICOS

A região amazônica, com sua vastidão de florestas cobrindo uma extensão de milhões de quilômetros quadrados, encerra problemas infindos. Temos ali de encarar a situação da borracha, da castanha, das madeiras de lei, dos óleos essenciais e produtos oleaginosos e, ainda, de inúmeros vegetais de possível utilização mediante o estudo de melhores técnicas de aproveitamento.

A nossa majestosa Hiléia não mais pode prescindir da atenção dos homens de estudo, para que dela se retire tudo quanto venha a contribuir para a economia nacional. Devemos agir bem alicerçados nas práticas de conservação, a fim de utilizar os bens sem romper irremediàvelmente o equilíbrio ecológico, para não correr o risco de desencadear calamidades consequentes à intervenção errada do homem no ambiente amazônico.

O crescente desenvolvimento da produção artificial de borracha, partindo dos componentes do petróleo, obriga-nos a uma atitude de mais assistência à produção da nossa borracha a fim de preservarmos essa riqueza natural que vem sofrendo, cada vez mais, a concorrência dos vários tipos de substitutos sintéticos.

BABAÇU

O côco babaçú precioso fruto de uma palmeira tão disseminada nas regiões de transição entre a Amazônia e o sertão, ocorre com grande abundância em vários pontos na orla da grande floresta equatorial. A utilização dessa importante semente oleaginosa deixa muito a desejar, e o pouco que produzimos representa esfôrço ingente de populações rurais trabalhando nas piores condições de rendimento. E' êsse um grande problema que precisa ser atacado com a ajuda de investigadores esclarecidos, capazes de introduzir práticas que permitam aumentar a produção mediante uma exploração racional e mecanizada, utilizando ao máximo os produtos do babaçu.

Na costa do Nordeste e Leste até ao paralelo do Rio de Janeiro temos locais e condições favoráveis à produção de sal marinho da maior importância, quer no ponto de vista industrial, quer alimentar. E' curioso notar que, embora tenhamos no mar uma fonte inesgotável dêsse produto, êle é ainda muito pouco consumido no País, e seu preço excessivamente alto. Nosso consumo "per capita" é apenas de 14 kg, enquanto nos Estados Unidos é da ordem de 100 kg, contribuindo para isso o seu uso generalizado na indústria e na pecuária.

E' necessário estudar os meios de tornar êsse produto, tão essencial, mais acessível aos consumidores do interior, melhorar a qualidade, utilizar os subprodutos das salinas, atualmente lançados novamente ao mar. A indústria salineira, por seus subprodutos, poderá contribuir para o aumento da produção agrícola, fornecendo sais de potássio em quantidades superiores aos que normalmente vimos importando.

CALCÁRIOS

Dentre os recursos minerais, importa mencionar as rochas calcárias. Sua utilização vem sendo feita inteiramente pela iniciativa particular, no afã de produzir materiais de construção, como cal e cimento.

CIMENTO

Por muito tempo só empregamos cimento importado e, quando surgiu o projeto de fabricá-lo no País, os pessimistas e os interessados no comércio de importação procuravam incutir no espírito do povo a idéia de que não seríamos capazes de produzir cimento com os nossos recursos naturais.

Os insucessos duma primeira tentativa, em São Paulo, fortaleceram por muitos anos essa propaganda contra os interêsses do País, e só depois de funcionar a primeira grande fábrica, localizada em Perus, foi que essa atividade, hoje tão florescente, se impôs à confiança do povo brasileiro.

Atualmente, a indústria de cimento conta-se entre as mais prósperas, mas não pode ainda acompanhar as solicitações do mercado, a despeito das novas instalações. Em 1930 produziamos apenas 87 mil toneladas de cimento, em 1940 já fabricavamos 746 mil toneladas e em 1950 atingimos ao nível de um milhão e quinhentas mil toneladas, tendo sido ainda necessário importar 330 mil toneladas do estrangeiro.

CALAGEM DAS TERRAS

Além de assegurar grande expansão à indústria de cimento, nossas jazidas calcárias permitirão que se crie no Brasil a prática da calagem das terras. A acidez dos nossos solos, acentuada pela repetida lavagem das terras nos climas tropicais, está exigindo que, à semelhança de outros países de agricultura mais adiantada, se enfrente o importante problema da adição de calcário moído ao solo.

Progresso da população e acidez do solo são problemas por tal forma correlatos que meu Govêrno não pode ignorar a premente necessidade de lançar as primeiras bases da utilização dos calcários moídos no cultivo das terras, visando à diminuição de sua acidez, como base da reconstituição e preservação da sua fertilidade, ao lado das práticas culturais indicadas pela técnica moderna.

A calcificação do solo, reconhecida como um dos grandes problemas dos países de solos ácidos, a ponto de exigir o transporte e incorporação de milhões de toneladas de calcário por ano, constituirá, assim, um ponto importante do programa governamental de defesa dos recursos naturais e fomentos da produção.

CARVÃO MINERAL

Não podemos descuidar, por outro lado, o estudo e a proteção das reservas de carvão, para assegurar continuidade ao programa metalúrgico nacional, já em grande expansão.

A siderurgia a coque, materializada na usina de Volta Redonda, está na dependência direta do carvão coqueificável de Sta. Catarina. Este deve ser resguardado preferencialmente para uso siderúrgico, evitando-se a sua utilização para outros fins em que se podem empregar carvões que não possuem as propriedades necessárias à formação de coque.

CARVÃO VEGETAL

Preocupações da mesma ordem devem abranger o abastecimento de carvão vegetal para a siderurgia instalada em Minas e São Paulo. O problema florestal, nesse aspecto particular de assegurar carvão vegetal para os altos fornos, não pode ser descurado nem subestimado.

A devastação rápida das matas pelos carvoeiros é um fato que não mais pode ser ignorado e, se não forem tomadas severas medidas acauteladoras, iremos ampliar a área de desolação e pobreza que ora se desenha em tôrno das usinas siderúrgicas.

PETRÓLEO E XISTOS

Diante da situação atual do consumo de combustíveis liquidos, crescente numa proporção em desacôrdo com as descobertas de petróleo que se vêm fazendo à custa de trabalho pertinaz, sem arrefecimento nem descrença, impõe-se em princípio considerar também os xistos betuminosos como recurso natural potencial.

FERTILIDADE NATURAL

Os solos férteis das frentes pioneiras, no Paraná e em Goiás, representam hoje uma riqueza que vem sendo conquistada com a mesma avidez com que os bandeirantes se atiravam às aluviões auríferas nos tempos coloniais. Áreas de solos virgens, até agora protegidos pela mata, constituem um grande potencial de riqueza de que nossos agricultores do "hinterland" vêm lançando mão, com fé e entusiasmo. Mas é preciso não esquecer que os fatores climáticos, a erosão e o próprio esgotamento, provocado pelas colheitas, estarão aí presentes, empobrecendo ràpidamente a terra, se não forem tomadas medidas indicadas para a conservação de sua fertilidade original.

O solo fértil é, sem dúvida, o nosso maior patrimônio natural. Daí a necessidade de congregar esforços para protegê-lo, tanto quanto possível, através de práticas já ensaiadas e comprovadas, em regiões semelhantes de agricultura mais evoluída. A má utilização do solo, portanto, não mais pode ser vista como assunto de estrito interêsse privado, principalmente se sua ocupação depender do sacrifício de outra riqueza natural — a floresta.

FLORESTAS

Na região Sul, como noutras zonas povoadas do País, a questão do suprimento de madeira às futuras gerações deve ser objeto de uma política de expansão da lavoura e da pecuária, que se concilie com a preservação das formações florestais de interêsse econômico, cujo aproveitamento industrial se processará sempre de forma racional. Extintas que forem tais formações pela atividade agropecuária costumeira, a obtenção de material lenhoso de grande porte se apresentará como problema sem solução, de vez que a restauração dos recursos florestais é impossível em curto prazo.

Conselho Nacional de Pesquisas

Em 1936, enviei ao Congresso um projeto instituindo o Conselho Nacional de Pesquisas, tendo antes criado o Instituto Nacional de Tecnologia. Por outro lado, a ampliação do tradicional Instituto de Tecnologia de São Paulo e o estabelecimento de organizações semelhantes em alguns Estados vieram impulsionar e ampliar a imprescindível organização da pesquisa tecnico-científica em nosso País.

A Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951, originária de três projetos em estudo no Congresso, estabeleceu, por fim, o Conselho e o Fundo Nacional de Pesquisas, com a finalidade de promover investigações científicas e tecnológicas, em qualquer domínio do conhecimento, por iniciativa própria ou em colaboração com outras instituições e a auxiliar a formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos.

Constituindo um centro de apoio e coordenação para as instituições existentes, criará, ainda, o Conselho, uma rede de órgãos de pesquisas, da qual se deve esperar o melhor conhecimento dos recursos nacionais e dos processos e métodos de sua utilização, e a melhor solução para problemas ecológicos, econômicos e sociais. Em complemento a isso, seu papel no suprimento da grande deficiência de quadros científicos e técnicos, no País, e de que tanto se ressentem a pesquisa, o ensino, o serviço público e a produção, poderá ser do maior alcance.

O Govêrno está disposto a apoiar e incentivar o Conselho Nacional de Pesquisas e as instituições votadas à investigação científica e à preparação de pesquisadores, por considerar sua missão da maior relevância, como instrumento propulsor do progresso econômico e social do Brasil.

Transportes e Comunicações

Uma das mais críticas deficiências para o desenvolvimento da economia brasileira é a precariedade do sistema de transportes. As distâncias e as dificuldades da topografia longe estão de serem vencidas. O processo de integração do mercado interno se retarda. Defrontamos hoje dois problemas gigantescos: a extensão das linhas e sua eficiência transportadora. De um lado, a população dispersa e a vastidão do território a interligar; e, de outro, a precariedade das estradas e do aparelhamento terrestre e aquático existentes, para proporcionar transporte rápido, seguro e barato.

O custo direto dos transportes, mais as perdas e o florescimento dos intermediários, favorecido pela irracionalidade do sistema transportador, constituem fatores decisivos no encarecimento da vida e nos desestímulo ao produtor. Além do mais, a situação de insegurança chegou a um ponto alarmante, de que constituem índice as elevadas taxas de seguro.

Não podemos subestimar a magnitude da tarefa — de uma parte, atender às longas interligações, de mais remoto interêsse para a finança das rêdes de transporte, e mesmo para a nossa economia, porém urgentes à segurança econômica e militar da Nação; de outra, renovar e reequipar o aparelhamento de transportes, com a técnica mais moderna e mais adequada às necessidades e condições do País.

Se não conseguirmos resolver os problemas fundamentais de transporte, a economia brasileira não poderá avançar muito da posição atual. Cumpre, assim, destinar o máximo de recursos financeiros e técnicos a êsse gigantesco problema, desenvolvendo todos os meios de transporte, cuidando de sua maior articulação e de seu mais útil aproveitamento pela economia nacional. Neste sentido, devem ser desenvolvidos os estudos de conjunto das necessidades de transportes, e adotado um novo Plano Nacional de Viação, que atualize e aperfeiçoe o baixado pelo Decreto 24.497 de 1934, e integre todos os sistemas.

Deve êle traduzir-se num plano global de inversões, para o qual devemos utilizar as fontes nacionais e internacionais de financiamento a nosso alcance.

Transporte ferroviário

A vinção férrea singulariza-se, entre os meios de transporte, como o que permite o mais baixo frete aos gêneros de primeira necessidade, produtos predominantes em países de economia agrícola, e que assegura todo o transporte pesado.

A falta de orientação econômica na implantação dos primitivos traçados, a desarticulação do sistema, em função de emprego de diferentes bitolas, a pobreza ou o esgotamento das regiões marginais às vias férreas, o excessivo custo da mão de obra, os efeitos da inflação, o problema da carência de combustíveis e a insuficiência da extensão da rêde eletrificada, a falta de renovação do equipamento e do material rodante, a persistência nos sistemas tarifários obsoletos e a concorrência de outros meios de transporte, são as causas principais do estado deficitário da generalidade das nossas estradas de ferro, e da incontestável decadência da rêde ferroviária.

A análise comparativa das últimas estatísticas oficiais mostra-nos que a situação financeira das nossas estradas de ferro tem piorado nos últimos anos.

Assim, as vias férreas brasileiras que, em seu conjunto, proporcionaram um saldo de 106 milhões de cruzeiros no ano de 1945, passaram a dar *deficits* crescentes. De 250 milhões de cruzeiros, em 1946, atingiu o *deficit* em 1949 a 1 bilhão e 141 milhões, e em 1950 se aproximou de 1 bilhão e 500 milhões.

Todavia, devo lembrar que a análise ou as críticas sôbre os resultados financeiros das estradas de ferro não estarão completas, nem serão reais, se não forem levados a crédito das vias férreas os lucros indiretos obtidos à custa das ferrovias pela comunidade brasileira.

O ressurgimento econômico do sistema será problema difícil e que exigirá firmeza e decisão dos administradores ferroviários e extraordinários encargos financeiros para a União. Com efeito, o programa de primeira urgência para o reaparelhamento do nosso parque ferroviário foi avaliado em 21 bilhões de cruzeiros, nas últimas reuniões de Diretores de Estradas de Ferro, realizadas no ano de 1949.

O programa do Plano Salte e o estabelecimento do Fundo Ferroviário constituem pontos de partida para a execução do Plano Ferroviário.

ARTICULAÇÃO DAS RÊDES

A interconexão das diversas rêdes ferroviárias do País, programada e iniciada no ano de 1941, tem prosseguido regularmente.

Naquele ano, foram iniciados os trabalhos de articulação das rêdes seguintes: Central do Brasil à Leste Brasileiro, esta à Great Western, esta à Rêde Cearense e esta última à E. F. Mossoró, à E. F. Central do Piauí e à São Luiz-Terezina.

A ligação norte-sul, de Pôrto Alegre a Salvador, já está assegurada com a ligação, ùltimamente inaugurada, de Montes Claros, na Central do Brasil, a Contendas, na Leste Brasileiro.

As obras das outras ligações continuaram, devendo, no atual Govêrno, ser terminadas tôdas as ligações ferroviárias de Pôrto Alegre a São Luís do Maranhão.

O melhoramento dos traçados existentes tornou-se, porém, um problema ferroviário tão importante como a ampliação da nossa rêde ferroviária. Neste particular, as obras de remodelação do Ramal São Paulo e da Linha do Centro, iniciadas em 1943, na E. F. Central do Brasil, deverão ser concluídas até o próximo ano. Cumpre fazer face à concorrência rodoviária, com ferrovias modernas e eficientes, que favoreçam a expansão da produção nacional.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES MARGINAIS

As estradas de ferro brasileiras, cumprindo a missão civilizadora de vias de desbravamento e penetração, teriam que desenvolver-se, como se desenvolveram, sem preocupação de lucros imediatos, que deveriam surgir com o progresso esperado das regiões beneficiadas. O progresso recíproco das vias de transporte e das zonas de influência, em geral, não correspondeu, porém, às previsões, porque, paralelamente à via de transporte, não houve nenhum planejamento para amparo e desenvolvimento das regiões de base agrícola ou pastoril, subsidiárias das vias férreas.

As zonas de progresso provocado pelas estradas de ferro muitas vezes se transformaram ràpidamente em grandes latifúndios desérticos.

Este é um dos fatôres por que, enquanto nos Estados Unidos as estradas de ferro transportam mais de 2.700 toneladas-quilômetro por quilômetro de linha, no Brasil não atinge a 200. A debilidade econômica das nossas vias férreas, em virtude da falta de potencial das regiões, ressalta pela comparação dêsses índices da densidade de tráfego.

O combate à erosão, a recuperação do solo, a mecanização da lavoura, a defesa sanitária, o crédito agrícola, a distribuição de terras, os gravames fiscais, enfim, a racionalização da lavoura e do pastoreio ao longo das estradas de ferro, são providências de largo alcance, que deverão ser adotadas em um plano geral de recuperação das regiões marginais das estradas de ferro. Dentro desta orientação, a recuperação das ferrovias deverá ser uma das diretrizes do programa de colonização.

ELETRIFICAÇÃO DAS FERROVIAS

O programa de eletrificação das estradas de ferro brasileiras constitui fator fundamental para solução do problema de combustível, e foi iniciado nas estradas de ferro da União, já em 1937, com a inauguração da eletrificação dos subúrbios do Rio de Janeiro, na Central do Brasil.

A eletrificação desta Estrada tem continuado, atingindo Barra do Piraí, em 1949, com a primeira travessia da Serra do Mar por meio de trens elétricos.

A eletrificação da E. F. Santos-Jundiaí, da Viação Férrea Leste Brasileiro, da Sorocabana, constituem outras iniciativas em marcha, que o atual Govêrno intensificará, dentro de um amplo programa de cunho nacional.

RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTO

E' fácil verificar que, embora muito se tenha realizado no sentido de aumentar a eficiência dos serviços ferroviários, permanecemos ainda muito aquem dos países que guardam a dianteira do progresso ferroviário.

Há grandes despesas a realizar, não sòmente no campo das construções, do prolongamento das vias férreas, e da eletrificação, como também na realização de um programa de renovação do material rodante e de tração.

Causas diversas, internas e externas, especialmente as perturbações decorrentes da última conflagração mundial, impediram que as estradas de ferro se aparelhassem em proporção ao acrescimo de volume de mercadorias e passageiros transportados. Durante a última guerra, as estradas de ferro realizaram um esfôrço gigantesco. Entre 1934 e 1945, o número de passageiros-quilômetro e toneladas-quilômetro aumentou para mais de 100%, enquanto o número de carros só pôde crescer apenas 10%, o número de vagões, de 23%, e o de locomotivas, de 8%. No período final da guerra a 1950, quando as condições foram favoráveis, o que se fêz pela recuperação das estradas de ferro não terá coberto o desgaste sofrido desde o começo do conflito mundial.

E' pensamento do Govêrno intensificar estudos para uma completa revisão do programa de aquisição de material rodante e de tração, baseando-se em dados estatísticos atualizados, bem como balanceando as despesas do material nacional distintamente das despesas do material de importação.

Transporte rodoviário

As diferentes rêdes de transporte, embora dotadas de características próprias que as diversificam e lhes condicionam a utilização, são interdependentes, constituindo sua coordenação requisito essencial à própria economia e eficiência dos transportes. Devemos, pois, construir rodovias de penetração e complementares às ferrovias. Isto, porém, não impede que um sistema rodoviário deva apresentar continuidade, permitindo ligação ininterrupta entre várias regiões geo-econômicas do País, e proporcione, através da articulação das linhas-tronco do Plano Nacional às rodovias estaduais, a formação de uma rêde que cubra todo o território nacional e se constitua em instrumento efetivo de progresso. Todavia, essas desejáveis ligações, quando importarem em traçados paralelos às ferrovias, não devem ser efetivadas sem a ponderação dos inconvenientes de uma competição ruinosa entre as duas vias de transporte e comunicação.

Concluídas as rodovias que põem em comunicação a Capital Federal com o Sul e com o Nordeste, urge ultimar as ligações com o Centro e o Oeste. Estendendo a influência das estradas de rodagem a vastas regiões tolhidas em seu desenvolvimento pela falta de comunicações, asseguraremos fácil escoamento aos seus produtos e propiciaremos, pelo intercâmbio com outros núcleos de população, sua integração à economia do País, bem como sua participação ativa em vários setores da vida nacional. A existência das boas rodovias é condição essencial à fixação do homem rural, ao estímulo às atividades agropecuárias, como fator eficiente na luta contra o pauperismo e à perniciosa concentração dos centros urbanos, pois nenhum outro meio de transporte moderno é mais penetrante e interêssa mais fundamentalmente o homem do campo.

A execução sistemática do Plano Rodoviário Nacional, aprovado pelo Decreto-lei n.º 15.093, de 20 de março de 1944, com os acréscimos que lhe foram sendo introduzidos, destinados a ajustá-lo às necessidades de desenvolvimento do País, merece todo o empenho do Govêrno.

A criação do Fundo Rodoviário Nacional, cujos primeiros estudos datam de 1933, e que evoluíram para a oportuna fórmula consubstanciada na lei de janeiro de 1946, veio proporcionar recursos à expansão da Rêde Federal de Estradas de Rodagem e garantir, por outro lado, em obediência ao preceito constitucional, o auxílio financeiro aos Estados e Municípios, com o que ficou assegurado o desenvolvimento harmônico do sistema nacional e dos sistemas regionais de estradas de rodagem.

Cabe ao Govêrno federal, principalmente, a construção das grandes linhas diretrizes, que deverão ser complementadas com a construção de estradas tributárias, tarefa que compete primordialmente aos Estados e Municípios. Nesse sentido, a estreita cooperação da Administração Federal com os Departamentos Estaduais propiciará, pela coordenação de esforços e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, resultados consideráveis e a breve prazo.

Torna-se mesmo oportuno ponderar que a extensão da Rêde Rodoviária se deve processar simultâneamente com o melhoramento das estradas existentes. O revestimento dos trechos de tráfego mais intenso beneficiará o transporte, evitará os riscos, atenuará os fretes e reduzirá as despesas de conservação. Lembre-se mesmo que, nas estradas sem revestimento permanente, tais despesas se elevam a somas vultosas, que, em última análise, se convertem em puro desperdício.

Torna-se, assim, indispensável elaborar um programa de construção de revestimentos duráveis, nas principais ligações existentes, com o que o transporte terá seu custo reduzido, ganhando, ainda, em segurança, confôrto e rapidez. Por outro lado, a construção de uma rêde rodoviária de amplitude tão considerável, como está a exigir a imensidão do nosso território, impõe severa disciplina na aplicação das verbas, que se não devem dispersar com a multiplicidade das obras, mas, sim, destinar-se, segundo critério seletivo, às realizações de maior alcance econômico. Embora fôsse desejável poder contemplar com recursos financeiros a construção de rodovias que representam, muitas vêzes, justas e antigas aspirações, uma orientação realista aconselha restringir o número de empreendimentos, para que sua execução se processe de forma econômica e sem descontinuidades prejudiciais.

Os recursos do Fundo tiveram grande expansão com o aumento do consumo de combustíveis liquidos. Apesar disso, as quotas e dotações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem terão que responder, a partir dêste exercício, por muitas das obras que se realizaram utilizando financiamentos do Banco do Brasil, ou contando com créditos ainda não votados no Congresso, sem falar na vultosa cifra dos "restos a pagar". Cumpre acentuar que os empréstimos foram levantados esgotando disponibilidades bancárias normalmente destinadas ao crédito comercial agrícola e industrial, o que obrigou o Banco do Brasil a maior apêlo ao redesconto, ou seja, a emissões.

Portos

Os portos, elementos de ligação indispensável entre os meios de transportes terrestres e os sôbre água, representam papel de capital importância no desenvolvimento econômico da Nação.

Com o grande aumento de nosso intercâmbio comercial, quer interno, quer externo, — êste último, na década 1940/50, cresceu de cêrca de 15 milhões de toneladas anuais para 22 — as instalações e as condições de acesso da maioria de nossos portos tornaram-se insuficientes para atender às sempre crescentes exigências do comércio e da navegação.

Conseqüentemente, é da maior urgência, não só a continuação do reaparelhamento e da ampliação das instalações dos portos existentes, como a conclusão de instalações já iniciadas. A êste respeito, quero frisar que a execução de melhoramentos adequados, em vários portos, cujas zonas de influência estão a exigir melhores condições para o comércio de importação e exportação, merecerá de meu Govêrno cuidadosa atenção.

Entre os melhoramentos que merecerão iniciativas firmes e imediatas, sobressai, pela sua vital importância, a dragagem das barras, canais de acesso e bacias de evolução de muitos de nossos portos, cuja economia está sendo asfixiada por falta de providências concretas. Lembre-se mesmo que o volume a dragar em nossos portos está estimado em cêrca de 45 milhões de metros cúbicos, acrescendo ainda que, para a execução do trabalho em prazo razoável, não há aparelhamento disponível no País.

Navegação marítima

O extenso litoral e a nossa posição no comércio internacional exigem a manutenção de uma Marinha Mercante muito mais ampla e eficiente que a atual. De 307 navios acima de 100 toneladas, com 622 mil toneladas, 112 com 260 mil toneladas têm mais de 30 anos de serviço. Muitos dêstes navios exigem uma equipagem muitas vêzes superior à requerida pelos navios mais modernos, além de maiores dispêndios de combustíveis e de menor velocidade. A entrada em tráfego de 114 novos navios de diversos tipos, representando 270 mil toneladas, desde que terminou a guerra, recebidos ou encomendados, em geral, no meu período anterior, não foram suficientes para cobrir a perda de 152 mil toneladas em operação, durante o último conflito mundial, mais o desgaste de nossa frota marítima. Acrescente-se a isso a expansão do volume de comércio, refletida no movimento de cabotagem, que, apesar da carência de praça marítima, ascendeu de 3.019 mil toneladas de carga transportada em 1941 a 4.585 mil em 1949.

As novas encomendas, em que se destacam os petroleiros, referidos quando tratei do petróleo, não atendem às necessidades.

E' patente a precariedade da nossa navegação de cabotagem. Cabe, pois, acentuar o interêsse vital de uma grande marinha mercante para o desenvolvimento econômico e a defesa nacional. Nossa grande linha de comunicações ainda é o mar, e quanto mais se desenvolvem os transportes interiores, mais navegação nacional de cabotagem e longo curso será requerida.

Navegação fluvial

Ainda no campo dos transportes, outro ponto que merece especial atenção é o melhoramento de nossa extensa rêde fluvial, já integrada no Plano Geral de Viação Nacional.

Evidentemente, não é possível pensar na sua execução imediata, pela importância de seu vulto; entretanto, terá que ser feito, paulatina e sistemàticamente, a fim de que se facilite e incremente a navegação interior e se faculte transporte eficiente, barato e rápido.

Para isso, porém, não basta o melhoramento das condições de navegabilidade de nossos rios; é preciso também dar maiores facilidades à pequena navegação que nêles se processa.

Por outro lado, a navegação fluvial, entre nós, é bastante precária e apresenta aspectos peculiares, em virtude das grandes distâncias a vencer, das variadas condições de navegabilidade, da reduzida produção regional e baixa densidade demográfica.

Há emprêsas governamentais que estão em situação de extrema penúria, sem embarcações e sem recursos, não só para reparar as velhas e insuficientes unidades existentes, como até para custear o próprio tráfego normal.

Meu Govêrno procurará estimular a atividade privada, fazer concessão de maiores facilidades à navegação, especialmente à fluvial, bem como aparelhar e modernizar a frota mercante da União, reorganizando os respectivos serviços, a fim de que possam corresponder à sua finalidade, que é o transporte rápido, eficiente e a baixo custo.

Transporte aéreo

A expansão dos transportes aéreos, no território nacional e para o exterior, vem-se processando de ano para ano, de forma a colocar o Brasil em posição de destaque, no mundo, entre os países de maior volume de tráfego. No ano findo, o percurso das aeronaves brasileiras somam 62 milhões de quilômetros, a serem confrontados com 7 milhões, em 1940; os passageiros conduzidos, 1,5 milhões, contra 86 mil em 1940; a bagagem e a carga transportadas, 50 mil toneladas, ao passo que, em 1940, não somaram 1.800 toneladas.

Mostram tais números que o transporte aéreo está preenchendo, no país, uma função cada dia mais importante. Núcleos populacionais remotos continuariam pràticamente isolados da comunidade nacional, se o avião não lhes tivesse proporcionado rápida ligação com os centros urbanos mais importantes. Entre êstes, o tráfego aéreo veio acelerar o ritmo da atividade econômica geral, que reclama o aperfeiçoamento contínuo do serviço.

Este aperfeiçoamento precisa ser alcançado, portanto, ao mesmo passo que se expande a rêde aeroviária nacional. Além das medidas indispensáveis ao contrôle e à proteção dos vôos, para segurança das aeronaves, cumpre conservar e melhorar os aeroportos já construídos, especialmente alguns de tráfego intenso que apresentam deficiências. As vias de acesso aos aeroportos estão a reclamar, também, as obras indispensáveis ao preenchimento da função do transporte aéreo, caracterizada pela rapidez.

Da mesma forma, a frota aérea, que apresenta falhas consideráveis em face do progresso da indústria aeronáutica, deve ser renovada com a urgência necessária a evitar que a expansão dos transportes aéreos nacionais venha a sofrer solução de continuidade.

Equipamento de transportes

O desenvolvimento e manutenção de um grande sistema de transportes, como o que o Brasil exige, requer uma relativa autonomia quanto às fontes de entrega e à produção de materiais e equipamentos para os transportes. Em outra parte desta Mensagem, destaco os combustíveis e a eletricidade. Cumpre-me aqui acentuar a necessidade de desenvolvermos a produção nacional de materiais de construção e instalação de vias de transporte, e de locomotivas, carros, automóveis, caminhões e navios. Graças aos planos e estímulos do meu período anterior de govêrno, avançamos consideràvelmente na produção de trilhos e de vagões. A capacidade potencial das indústrias de tais especialidades não foi, entretanto, utilizada plenamente nos últimos anos. Não se fez, também, a utilização, na escala prevista, das chapas grossas de Volta Redonda para o desenvolvimento das construções navais.

O Govêrno retomará a orientação de fomentar, ou de promover diretamente, na medida em que a iniciativa e o capital privados não acorrerem, tôdas as indústrias que, em bases eficientes, contribuam para libertar o país das importações de meios de transporte, inclusive a de construção de locomotivas, a indústria automobilística e a de máquinas de construção.

Comunicações

Sem serviços eficientes de comunicação, — sejam os mantidos pelo Estado, sejam os concedidos, — a vida econômico-social da Nação não poderá desenvolver-se devidamente em nenhum dos seus setores.

CORREIOS

Desde a fusão dos serviços de correios e telégrafos iniciou-se um trabalho tendente a reformar os velhos processos de atuação do Estado no campo das comunicações. Os serviços postais, porém, continuam a reclamar medidas capazes de sanar as suas falhas e de assegurar a sua evolução no mesmo ritmo da atividade geral do País. Há que mecanizar o serviço, reformar as instalações, regularizar os transportes, coordenar o tráfego postal em todos os pontos em que essas providências se apresentam como necessárias. Os planos de trabalho elaborados com êsse objetivo não devem ter a

(Continua na página seguinte)

A situação do país

(Continuação da página anterior)

sua execução interrompida, para que se ultimem em prazos razoáveis.

TELEGRAFOS

O aperfeiçoamento dos serviços telegráficos e radiotelegráficos vem sendo, também, objeto de um plano cujos estudos se iniciaram em 1945. Cumpre levá-lo a efeito, igualmente, substituindo as linhas-tronco, instalando aparelhagem de tráfego de grande rendimento e implantando os processos de operação que a técnica moderna instituiu e vai aprimorando, principalmente no domínio do rádio. Empreendimento de tal vulto, terá de ser realizado em etapas sucessivas, articuladas com as peculiares à reforma do serviço postal, dando-se prioridade às realizações de significação mais urgente em face do desenvolvimento geral do País.

TELEFONES

Dentre os serviços de comunicações explorados por concessão a empresas privadas, os de telefones estão a exigir atenção especial do Govêrno, visto como padecem de graves deficiências em quase tôdas as regiões do País. Conquanto tais deficiências decorram, em parte, de dificuldades surgidas durante a guerra e não superadas devidamente no quinquiênio anterior, é preciso ter em vista a falta de entendimento, pelas emprêsas concessionárias, da demanda de novas instalações, principalmente nos grandes centros urbanos. Os serviços existentes não estão acompanhando o desenvolvimento nacional, quer nesses centros, quer nos do interior, que devem quanto antes ser postos em comunicação direta com os centros vitais do País.

Para solução dos problemas peculiares às comunicações postais, telegráficas, radiotelegráficas e telefônicas, a indústria nacional muito pode contribuir, reduzindo as dificuldades com que se defronta o País no suprimento da aparelhagem indispensável ao serviço. E à medida em que se restringirem as compras de material estrangeiro, em conseqüência das limitações impostas pela situação internacional, a fabricação daquela aparelhagem, pela indústria nacional mais se imporá como o único meio de evitar que as comunicações tenham o seu desenvolvimento retardado.

Energia

O consumo de energia, quer elétrica ou dos combustíveis, é um índice final, perfeitamente característico, do padrão de vida e do confôrto de um povo evoluído. Uma nação vale econômicamente pelo número de cavalos-vapor que mobiliza em suas turbinas, em seus veículos e em seus motores. A civilização moderna aprendeu que riqueza, bem-estar social e justiça econômica resultam não apenas da vitalidade de suas instituições políticas, mas principalmente da potência de seus instrumentos de trabalho. A natureza oferece oportunidades imensas aos povos que aprenderam a substituir a fôrça do braço humano pela energia das máquinas. Os elementos necessários ao progresso de um país e ao bem-estar de seu povo se ampliam na proporção dos recursos energéticos mobilizados.

Pudessemos hoje elevar o consumo de energia do trabalhador brasileiro aos níveis já atingidos por outros povos, e teríamos eliminado as principais causas de sofrimento de nossa gente. A multiplicação da potência em máquinas, à disposição dos trabalhadores da indústria e do campo, significaria aumento de produtividade, melhor padrão de vida e maior felicidade coletiva. Podemos repetir o conceito do pensador moderno: — "o aspecto material da história de um povo pode ser descrito pela curva de progresso de sua habilidade em controlar e utilizar as energias naturais".

O Brasil precisa alterar seu balanço energético não apenas em quantidade, mas também em qualidade. Cêrca de 80% da energia não muscular que consumimos é proveniente das nossas matas. Construímos uma civilização da lenha, cujo destino seria desolador, se não nos dispuséssemos a captar outras fontes mais nobres de energia e conservar nossa riqueza florestal.

Temos, felizmente, reservas imensas de energia hidráulica que devemos transformar em eletricidade. Possuímos essa apreciável riqueza que é o carvão do Sul do Brasil, e já começamos a aproveitar o petróleo comercial, que foi revelado pelas pesquisas oficiais.

Cumpre-nos, pois, desenvolver um esfôrço decidido para a mobilização de nossas fontes de energia.

Eletricidade

O aumento da produção de energia elétrica constitui imperativo do programa do Govêrno, que se empenhará em promover o aproveitamento racional das enormes reservas hidráulicas do País cooperando com a iniciativa privada, que iniciou êsse aproveitamento no princípio do século sob o regime de concessão.

A vigilância do poder público, aqui, como em todo o mundo, tornou-se indispensável para suprir as deficiências do regime de concessão, em face da complexidade crescente dos interêsses em jôgo. A intervenção do Govêrno federal nos problemas hidrelétricos tomou caráter sistemático depois da promulgação do Código de Aguas, em 1934.

Com efeito, em país cujas fontes de energia térmica muito deixam a desejar, a utilização de energia hidrelétrica tinha de ser encarada como indústria-chave, sujeita, portanto, a determinadas regulamentações. E, assim sendo, os princípios normativos do Código são plenamente justificados, pois não se compreende a subordinação, a desígnios estranhos, de uma atividade da qual depende o nosso progresso industrial e, consequentemente, o desenvolvimento econômico do País e o próprio aparelhamento da defesa nacional.

Demais, a profunda mudança operada na conjuntura mundial a partir da crise de 1929 acarretou, de um lado, a diminuição do comércio internacional e a paralisação virtual do fluxo de capitais e, de outro, o grande desenvolvimento de nossos laços econômicos internos pelo progresso da produção industrial, possibilitou largo incremento na formação de capitais nacionais.

Dessas novas condições, decorreu a possibilidade prática da aplicação do princípio da nacionalização progressiva firmado pelo Código de Aguas. Tal política deve ser realizada pelo sistema de concessão a prazo limitado e amortização obrigatória do investimento, adotando-se para isso o regime de tarifas flexíveis e contabilidade fiscalizada.

A implantação do novo regime exige a revisão dos contratos anteriores à expedição de normas uniformes de contabilidade e de regulamentos outros complementares do Código, tanto para sua execução, como para a adaptação dos concessionários preexistentes, levando em conta, em todos os casos, a profunda diferença de situação e de evolução entre as grandes e as pequenas emprêsas.

O simples enunciado das providências acima dá idéia da complexidade da tarefa e do volume dos interêsses em lide. Daí as resistências, as dificuldades, as vacilações que vêm retardando a efetividade do novo regime. Várias leis foram já promulgadas e o sistema uniforme de contas, variável em detalhe conforme o vulto da emprêsa, entrou em vigor a 1.º de janeiro do corrente. Em breve será ultimado o regulamento do serviço adequado, que inclui o novo regime tarifário e a adaptação das emprêsas preexistentes aos princípios do Código de Aguas.

A despeito de tudo, entretanto, os serviços de eletricidade não deixaram de se desenvolver. O acrescimo de potência instalada a partir da data do Código de Aguas foi da ordem de 125%, atingindo em 1950 um total de 1.860.000 kw.

A rentabilidade das grandes emprêsas tem aumentado mais do que a das pequenas; aquelas vêm financiando suas ampliações com os próprios lucros obtidos no serviço e têm conseguido maior apoio dos governos. A profunda diferença de situação econômica existente entre os dois grupos demonstra a conveniência de efetivar a regulamentação do Código, tomando em consideração os característicos extremamente diversos das grandes e pequenas emprêsas.

Apesar de lucrativas, as grandes emprêsas não têm atraído novos capitais em proporção conveniente e vêm retardando seu ritmo de expansão para não ultrapassar as possibilidades de autofinanciamento ou de obtenção de créditos com o apoio dos governos.

E' uma característica da época atual o desinterêsse do capital privado para serviços de utilidade pública. Mesmo nos Estados Unidos, tais emprêsas encontram-se em grandes dificuldades de financiamento. Cumpre acrescentar que essas dificuldades não são estranhas à tendência nacionalizadora nos principais países europeus, como a França e a Inglaterra.

Verifica-se hoje, entre nós, um *deficit* de intalações produtoras de energia elétrica da ordem de meio milhão de quilowatts. Há, por outro lado, enormes demandas potenciais a atender como decorrência das inadiáveis necessidades de industrialização, de eletrificação ferroviária e de reorganização dos transportes urbanos e suburbanos. Avaliam os técnicos que, para atender ao ritmo de nossas demandas, devemos instalar nos próximos anos uma média anual de .... 200.000 kw em todo o País.

E' indispensável, por isto, que o Govêrno assuma uma posição ativa em face do problema de criação de novos recursos de energia elétrica.

Tais são os fundamentos da orientação de comissões técnicas, cabendo citar a que colaborou com a Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos e a que elaborou o Plano Nacional de Eletrificação.

Na primeira, foi sugerida a criação de um Banco de Investimento especializado, denominado de Eletrificação. Entre os recursos para o referido Banco, figura um Fundo de Eletrificação a ser instituído conforme projeto estudado. Encontra-se em alguns países estrangeiros solução que se assemelha ao projeto do Banco de Eletrificação e, mesmo no Brasil, existem fundos especiais para as ferrovias, rodovias e portos, com excelentes resultados para os serviços a que se destinam.

Da segunda comissão, originam-se os estudos para a criação de entidades especiais de economia mista como meio de promover a atuação dinâmica do Govêrno em referência a "coordenação regional" abrangendo:

1) aproveitamento racional das disponibilidades de energia pela construção de rêdes primárias de transmissão;
2) concentração, pelo estabelecimento de grandes centrais elétricas;
3) eletrificação ferroviária em larga escala, em virtude da utilização conjunta das linhas de transmissão e das subestimações pela via férrea e pelas cidades do trajeto;
4) fomento do consumo em consequencia do baixo nível da tarifa, o qual poderá ser mantido sem diminuição do sucesso econômico das entidades regionais coordenadoras.

Paralelamente à atuação oficial nas zonas de maior progresso do País, faz-se sentir a necessidade de ampliar a função de assistência às pequenas emprêsas, preconizada no Código de Aguas, compreendendo assistência técnica, financeira e simplificação das normas administrativas. Sob êste último aspecto um grande passo será dado com a providência de descentralizar a execução do Código, mediante transferência aos Estados e Municípios de certas atribuições ainda hoje exercidas pelo Govêrno Federal.

Nesse sentido, a política relativa à criação de órgãos auxiliares do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, completada, ainda no último ano, em mais alguns Estados da Federação, é precursora de maiores transferências de atribuições federais à medida que os novos regulamentos forem sendo expedidos.

Tais regulamentos, sem dúvida, acarretarão grande acréscimo das atividades administrativas do Govêrno com o desempenho das funções fiscalizadoras da contabilidade e da implantação do princípio tarifário do "serviço pelo custo", além das tarefas precipuamente técnicas de engenharia e financeiras, sobretudo com a concretização dos projetos relativos ao fundo e ao banco de eletrificação. A reorganização dos setôres especializados da administração no tocante à eletricidade impor-se-á, consequentemente, como indispensável.

Outra providência, da maior importância, consiste na revisão de alguns dispositivos do Código de Aguas para atender ao que dispõe a Constituição.

Os altos interêsses nacionais, em face da deficiência de energia elétrica em todos os centros de atividade do território nacional, estão a clamar pelo aumento substancial dessa fonte propulsora de trabalho, bastando consignar que a cada quilowatt de acréscimo, se aduz ao progresso e ao engrandecimento do País, contribuição equivalente à produtividade mecanica média de duas dezenas de operários.

Para que a eletricidade seja um elemento de progresso e permita o desenvolvimento industrial não é meramente necessário que seja barata, é indispensável, sobretudo, que seja abundante. A oferta de energia deve preceder e estimular a demanda. A falta de reserva de capacidade e as crises de eletricidade são processos de asfixia econômica de consequências funestas. E' indispensável, por isso, que o Poder Público assuma a responsabilidade de construir sistemas elétricos, onde sua falta representa maiores deficiências.

A iniciativa de vários Govêrnos estaduais, como os de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de construírem usinas e sistemas de transmissão e distribuição, merece o apoio do Govêrno federal através de assistência técnica, financiamento e auxílio financeiro.

Ao Govêrno federal deve caber a iniciativa de grandes empreendimentos, de larga projeção nacional, como é o caso da Usina de Paulo Afonso. Este empreendimento, que é, por seu vulto e pelo significado econômico que encerra, uma experiência nova de política administrativa, merece ser melhor examinado.

Constituída a Companhia Hidrelétrica de São Francisco de acôrdo com a autorização contida no Decreto-lei n. 8.031, de 3 de outubro de 1945, teve ela seu capital subscrito pelo Govêrno federal, Governos estaduais, autarquias e capitais privados.

A primeira etapa do empreendimento compreende a construção da usina de Paulo Afonso, com a potência inicial de 120.000 kw; a respectiva estação elevadoura; duas linhas-tronco de transmissão de 220.000 volts e extensão total de 840 km, sendo seus pontos terminais Recife, ao norte, e Salvador, ao sul: 4 subestações transformadoras nessas linhas-tronco e uma estação conversora de frequencia em Recife; 505 km de linhas de transmissão de 66.000 v; 801 km de linhas de transmissão de 33.000 v; 6 subestações abaixadoras de 66.000 v para tensões locais de distribuição; 42 subestações abaixadoras de 33.000 v para tensões locais.

O orçamento dessa primeira etapa está calculado em ..... Cr$ 1.053.448.400,00.

As obras já realizadas permitem prever um desenvolvimento normal dos programas traçados.

Instalados acampamentos de serviço dotados de todos os recursos de assistência aos operários e funcionários, foram montados os equipamentos de construção, não só para as barragens como para a perfuração dos túneis e salões subterrâneos para as casas de máquinas. Já está quase tôda concretada a barragem de oeste com 1.147 metros de comprimento e já foram perfurados dois poços verticais de 80 metros de profundidade e 7 metros de diâmetro e estão adiantadas as obras dos túneis de adução e descarga.

Todo equipamento da usina, subestações e linhas de transmissão já foi adquirido e iniciada a respectiva entrega de acôrdo com os prazos estabelecidos.

Até 31 de dezembro de 1950 já havia a Companhia Hidrelétrica de São Francisco despendido a soma de .... Cr$ 296.446.900,00, inclusive despesas no estrangeiro.

Solicitou o Govêrno ao Congresso Nacional a expedição de uma lei permitindo à Companhia Hidrelétrica do São Francisco o aumento de seu capital antes da integralização do capital inicial subscrito em ações preferenciais. A discussão e votação dêsse projeto não puderam ser concluídas na legislatura anterior, embora lhe tenha sido dado regime de urgência. E', entretanto, indispensável uma rápida solução dessa matéria.

Petróleo

Até 1938, a legislação sôbre jazidas minerais, introduzida pela Revolução de 1930, não continha normas especiais referentes a petróleo.

Sentiu, porém, o Govêrno, a tempo, a gravidade da situação do País, que se acha desprovido de uma indústria fundamental. Lançou, então, os seus marcos iniciais, declarando, pelo Decreto-lei n.º 366, que a lei não reconhecia o domínio privado sôbre as jazidas de petróleo e atribuía à União ou aos Estados a propriedade das que porventura fôssem descobertas.

Seguiu-se o Decreto-lei n.º 395, de 1938, que declarou de utilidade pública o abastecimento de petróleo, nacionalizou a indústria da sua refinação e criou o Conselho Nacional do Petroleo. Pouco depois, o Decreto-lei n.º 538 organizou o novo órgão e fixou-lhe numerosas atribuições, mais tarde ampliadas pelo Decreto-lei n.º 1.369. De modo geral, cabe ao Conselho regular o abastecimento do petroleo e levar a efeito os trabalhos oficiais de pesquisas, lavra e refinação dêsse minério.

A essa legislação ficou devendo o País a preservação de uma de suas mais importantes riquezas, e se é certo que a ela não se seguiram as iniciativas necessárias a completar o ciclo de nossa emancipação em combustíveis líquidos, também é certo que, pelo menos, não comprometemos nossas reservas em soluções apressadas, de recuperação difícil, como as que oneraram o desenvolvimento de tantos países, inclusive na América Latina.

O consumo dos derivados de petróleo no País, que cresce rapidamente, de ano para ano, elevou-se em 1950 a cêrca de quatro e meio milhões de toneladas, representando um acréscimo de 42% sôbre o consumo de 1948 e de 101% sôbre o de 1946.

Esses dados estão a indicar a necessidade de se prosseguir, cada vez mais intensamente, na adoção de soluções objetivas e imediatas para os vários problemas atinentes à obtenção de petróleo e seus derivados.

As atividades do Conselho Nacional do Petróleo são de dupla ordem: pesquisa e industrialização do petróleo.

No pertinente ao refinamento do petróleo, êste órgão construiu a pequena refinaria de Mataripe, destinada ao trato do petróleo baiano, com uma capacidade de apenas 2.500 barris diários — considerada de antemão insuficiente. Posto em funcionamento, impôs-se logo a ampliação para o dôbro. Foi também iniciada a construção da Refinaria de Cubatão, em Santos, com a capacidade de quarenta e cinco mil barris diários, para o trato inicial do petroleo importado. Por outro lado, foi outorgada, em setembro de 1946, a duas entidades privadas, autorização para construirem e explorarem uma refinaria no Distrito Federal e outra em São Paulo, respectivamente para 10.000 e 20.000 barris diários, facultando-se, outrossim, à Refinaria de Ipiranga, na cidade do Rio Grande a ampliação das suas instalações.

Neste momento já se acham encomendados aos Estados Unidos os equipamentos da Refinaria do Distrito Federal, devendo no prazo de dois anos, que dura ainda a concessão feita às empresas particulares para montagem de suas fábricas, estar entregue o material e montado no País.

Quanto ao transporte do petroleo e derivados, o Conselho cooperou no projeto detalhado dos oleodutos Santos-São Paulo.

Embora a pesquisa e a lavra do petroleo nacional constituam o objetivo a que devem tender os nossos maiores esforços, para encontrarmos em nosso próprio solo os recursos vitais de que carecem as indústrias e o sistema de transporte, é evidente o primado do problema da industrialização do petróleo importado sôbre todos os outros em que se decompõe essa complexa questão. O Brasil continua sendo, mais de dez anos depois do advento de nossa legislação sôbre o petróleo, um país importador de produtos refinados, de custo elevado e armazenagem difícil, o que expõe a nossa economia a riscos de indisfarçável gravidade em caso de um conflito armado, que interrompa a regularidade das rotas marítimas. Precisamos transformar o País de importador de óleo cru, garantindo o abastecimento através de frota própria de navios petroleiros, capazes de nos abastecerem no mercado mundial. A etapa definitiva será posteriormente alcançada quando passarmos do consumo de óleos estrangeiros para o consumo de produto extraído do nosso próprio território.

O Govêrno não poupará esforços para alcançar, com presteza, a solução dêste problema, e para isso conjugará os esforços da iniciativa oficial e da iniciativa privada, confiando a empresas de um e de outro tipo as tarefas de industrialização e as de exploração dêsse combustível, sem prejuízo do princípio de que as jazidas de petróleo constituem patrimonio nacional e devem ser monopólio estatal.

PESQUISA E PRODUÇAO

Neste capítulo, a atividade atual do Conselho compreende prospecção geofísica pelos métodos sísmicos e gravimétrico, trabalhos geológicos de reconhecimento e de detalhe e perfurações de poços pioneiros e de lavra de petróleo.

Neste instante, operam em geologia superficial algumas turmas nas regiões seguintes: baixo Amazonas (Estado do Pará); sudoeste e costa do Maranhão; litoral de Alagoas; Recôncavo baiano; vale do rio Tietê, em São Paulo; vale do rio Paranapanema, no Paraná; região de Lajes, no Estado de anta Catarina.

Por métodos geofísicos, foram pesquisadas extensas áreas, contando-se hoje sete turmas: uma no Amazonas; três, no Pará; uma, no Maranhão; uma, em Alagoas e uma, na Bahia.

Quanto a perfuração, tem sido apreciáveis os trabalhos dêsse órgão. Expandindo os seus serviços além de Lobato, onde, em janeiro de 1939, foi descoberto o petróleo pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, localizou o Conselho vários poços no Recôncavo baiano, insistindo hoje em Sergipe e Pará.

E' pensamento do meu Govêrno, no tocante a tão importante setor da evolução econômica do País, prosseguir nos trabalhos de geologia, geofísica e de perfuração. Dêsse modo, terão continuidade os trabalhos de reconhecimento e de detalhes nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por outro lado, procuraremos desenvolver o programa para a produção de petróleo no Recôncavo baiano e perfuração de poços pioneiros nos Estados do Pará, Maranhão, Alagoas, Bahia, São Paulo e Paraná.

Xisto betuminoso

O Conselho Nacional do Petroleo, desde meados de 1949, está executando, no Vale do Rio Paraíba, São Paulo, a prospecção de jazidas de xisto betuminoso. Foram perfuradas, até a presente data, 35 sondagens para verificação da jazida e procedeu, no decorrer do ano findo, à analise dos testemunhos de sondagens de 23 daqueles poços.

Não obstante os trabalhos em marcha, não será possível, tão cedo, calcular com segurança as reservas de xisto existentes e seu significado industrial e comercial.

A pasada administração criou, pelo Deireto n.º 28.661, de 19 de setembro de 1950, a Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso, correndo as verbas para seu aproveitamento industrial à conta dos recursos do Plano Salte.

Por indicação dessa Comissão, a área que está sendo prospectada pelo Conselho, no Vale do Rio Paraíba, municípios de Taubaté e Tremembé, foi pelo Dereto n.º 28.948, de 9 de dezembro de 1950, declarada de utilidade pública, para desapropriação pela União Federal, por ter sido considerada necessária à industrialização do xisto betuminoso.

E oportuno salientar que os processos de industrialização de xisto vêm sendo objetivo de intensa pesquisa em vários países por parte de órgãos governamentais e empresas particulares. Trilhando o mesmo caminho, promoveremos as pesquisas e investigações necessárias, que possam colimar na industrialização, em bases econômicas, do xisto, no Brasil, tanto quanto a isso nos determinar a segurança nacional e o propósito de aliviar o consumo interno de combustíveis com os recursos do País.

Refinamento de petróleo

a) Refinaria de Mataripe

Encontra-se funcionando a Refinaria de Mataripe, do tipo *cracking* térmico. A sua capacidade atual de refinamento é de 350 toneladas de petróleo bruto por dia, produzindo gasolina, querosene, óleo diesel e óleo combustível.

Embora ainda de alcance restrito para a própria economia baiana, a refinaria poderá atender ao mercado dêsse Estado com cêrca de 90 milhões de cruzeiros de produtos por ano, o que facultará a amortização do investimento em 8 anos.

Pretende o Govêrno acelerar os trabalhos para a duplicação da refinaria, incluindo nessa nova etapa a instalação de unidades de polimerização catalítica e de produção de gás liquefeito. Será, então, possível suprir os mercados dos Estados de Alagoas e Sergipe e parte de Pernambuco.

b) Refinaria de Cubatão

Em 29 de julho de 1949, foi assinado contrato com a firma norte-americana "Hydrocarbon Research Inc." para a execução do projeto, fiscalização e supervisão da montagem de uma refinaria de petróleo de 45.000 barris diários de capacidade, em Cubatão (Santos), havendo-se na mesma data celebrado um ajuste entre êste Conselho e o consórcio francês "Fives-Lille & Schneider", para o fornecimento da respectiva maquinaria.

Embora tal refinaria se destine a trabalhar com petróleo estrangeiro, poderá ser beneficiada com um sistema de transporte específico, através de petroleiros nacionais, concorrendo, com essas operações, para uma economia global de divisas gastas com petróleo, na ordem de 25 a 35%.

Pensa o Govêrno incrementar os programas previstos, atacando de imediato a construção de edifícios diversos: construção do parque de armazenagem, com capacidade total de 700 mil metros cubicos de petróleo; preparo das fundações para as unidades de processamento e sua respectiva montagem; obras auxiliares, como pavimentação de estradas de acesso, vila operária, suprimento de energia elétrica e de água.

Espera o Govêrno que a refinaria esteja em completo funcionamento no decorrer de 1953.

ESTOCAGEM DE COMBUSTIVEIS LIQUIDOS

No tocante ao armazenamento de combustíveis liquidos, nossa situação atual revela extrema fragilidade, pois que os tanques existentes no País têm capacidade total suficiente apenas para atender ao consumo normal de 2 meses e meio ou seja 18.5% da importação anual de derivados do petróleo.

Pretende o Govêrno ultimar, com presteza, os tanques em construção, com o que será aumentada a capacidade de armazenamento para cerca de 33.6% da citada importação, ou seja o consumo normal de 4 meses.

TRANSPORTE

A aquisição de uma Frota de Petroleiros foi iniciada em dezembro de 1949, com recursos fornecidos pela Lei n.º 650, de 13 de março de 1949. Foram adquiridas em diferentes países, 21 unidades.

Até a presente data, todavia, dispõe o Govêrno apenas de [illegible] unidades em serviço, pois as restantes deverão ser entregues ainda no corrente ano e até junho de 1952.

Não pode ser diminuída a importancia do problema do transporte marítimo próprio para o óleo, sobretudo depois que a instalação das refinarias nacionais substituir o nosso atual consumo de refinados pelo consumo de óleo bruto. Durante a guerra passada conhecemos os rigores de um severo racionamento de combustíveis, que afetou a vida industrial e o sistema de transportes, embora o consumo daqueles anos não atingisse 30% do consumo atual. Esse racionamento não decorreu da falta de combustíveis nos países que os produzem e os refinam, mas da falta de transporte marítimo, pois ficamos na dependência de navios petroleiros de outra bandeira, os quais foram muitas vezes desviados para outras rotas a que se reconhecia prioridade econômica ou militar.

Se o País possuir uma frota capaz de alimentar o seu consumo, estarão em grande parte cobertos os riscos de uma situação de emergência, ao mesmo tempo que terá sido feita importante economia de fretes.

CONTRIBUIÇAO DE ELEMENTOS PRIVADOS NA PESQUISA

Desde a criação do Conselho Nacional do Petroleo até o presente momento foram concedidas aos particulares 67 autorizações para pesquisa de petróleo e gás natural, interessando globalmente uma área de 6.100 km2, isto é, menos de um decimo de um por cento do território nacional. Esse resultado parece demonstrar que a atividade privada brasileira não manifestou interêsse apreciável pela pesquisa do petroleo, nesse intervalo de 12 anos.

Das 67 autorizações outorgadas apenas 9 estão atualmente em vigor, relativas a uma área total de 670 km2. Tôdas as outras desapareceram por efeito de caducidade da autorização, desistência do pesquisador ou extinção do prazo de pesquisa. A metragem perfurada pelos particulares, no mesmo período, atingiu acumuladamente menos de 10 km, numero êsse sem significação como índice de atividade de pesquisa. Tais iniciativas oneram, de fato, com exclusividade sôbre os ombros do Govêrno.

As importações brasileiras de derivados de petroleo atingiram, no ano passado, a ordem de 125 milhões de dólares, o que representa parcela importante da nossa capacidade de comprar no exterior. As providências tomadas para o transporte de petroleo em navios nacionais e seu tratamento em refinarias brasileiras poderão reduzir a mencionada cifra de 25% a 35%. Alguns anos se passarão, entretanto, sem que isso aconteça, tendo em vista o prazo necessario à montagem das instalações e os dispendios com a aquisição de equipamento. Isso evidencia que a solução real do problema reside na produção abundante de petroleo natural brasileiro, em prazo curto, propósito que exige a colaboração ampla de tôdas as fôrças que queiram participar dessa gigantesca empreitada, e que forem aceitas pelo Govêrno brasileiro, em condições satisfatorias para todos, naturalmente resguardados os supremos interesses da economia e da soberania nacional.

O Brasil produz cerca de 2 milhões de toneladas de carvão bruto, mas importa quase 1 milhão de toneladas dêsse combustível.

Carvão

CARVAO MINERAL

Do carvão beneficiado produzido em nossas minas, 60% são consumidos em cinco de nossas ferrovias, principalmente na Viação Ferrea do Rio Grande, na Estrada de Ferro Central do Brasil e na E. F. Teresa Cristina, e, subsidiáriamente, em duas outras estradas de ferro.

Algumas usinas termelétricas do Rio Grande do Sul e uma de Santa Catarina constituem o segundo grande consumidor de carvão nacional, utilizando mais de 16% do total lavrado.

Finalmente, Volta Redonda consome 11% do carvão brasileiro, originário de Santa Catarina, com exclusividade.

Assim, apenas três categorias de consumidores — algumas vias férreas, umas poucas usinas elétricas e o alto forno de Volta Redonda — dão escoamento a 87% da produção nacional de carvão.

As industrias, a produção de gás e navegação consomem quantidades mínimas de carvão nacional, dele praticamente prescindindo.

Nessa ordem de idéias, convém salientar que a maioria de carvão produzido no Rio Grande do Sul aí é localmente consumido; ao passo que o carvão de Santa Catarina viaja até o Rio de Janeiro e Volta Redonda, em busca do seu principal mercado.

Esse caráter de consumo estadual interno predominante, quanto ao carvão do Rio Grande, e consumo estadual externo predominante, quanto ao carvão de Santa Catarina, é uma das feições mais salientes do aspecto econômico do atual problema do carvão nacional. E' que a atividade de exportadora de carvão de Santa Catarina vem decrescendo ultimamente, valendo salientar que cerca de 600.000 toneladas de produto se encontram empilhadas na região carbonifera do Estado, por falta de procura. Decorre êste fenômeno da indiferença dos mercados do Rio e de São Paulo, facilmente abastecidos pelo carvão estrangeiro de melhor qualidade e menor preço especifico. Essa situação indica desde logo a necessidade de criar-se, também, consumo local para o carvão de Santa Catarina.

A histórica do consumo de carvão nacional revela traço marcante: todos lutam pelo combustível, em épocas de escassez internacional de hulha; poucos o querem, a não ser os consumidores locais, em épocas de abundancia. Destarte, a manutenção da industria carbonifera, em tempos de paz, é encarada como o pagamento de uma apolice de seguro contra acidentes de guerra.

De outro lado, a industria não pode viver sujeita a longas crises, separadas por curtos periodos de prosperidade, porque, dessa maneira, nunca teremos uma verdadeira industria carbonifera.

Foi êsse problema que meu anterior Govêrno procurou resolver, vinculando o carvão importado ao lavrado internamente, mediante o estabelecimento das quotas de consumo obrigatorio de carvão nacional, inicialmente de 10% e, depois de 20%.

Essa solução já desempenhou plenamente o seu papel. Hoje, nenhuma pressão é exercida, para forçar o consumo de carvão nacional. De fato, importamos menos de 1 milhão de toneladas de carvão estrangeiro; a vinculação de que fala a lei exige, portanto, o consumo obrigatorio de quantia inferior a 200 mil toneladas de carvão nacional. Ora êsse consumo efetivamente ultrapassa 1 milhão de toneladas. Assim, 800 mil toneladas de carvão brasileiro, pelo menos, são consumidas, independentemente de pressão legal, simplesmente porque o carvão encontra, ao lado da boca da mina, um mercado remunerador, como no Rio Grande do Sul, ou viaja até Volta Redonda, como o carvão metalurgico de Santa Catarina.

Chega-se, assim, à conclusão de que a sobrevivencia econômica permanente da industria carbonifera brasileira reside na limitação inteligente do raio de ação comercial do carvão, confinando-o a áreas suficientemente restritas, em torno das minas, para que dentro delas seja invulneravel a preços de concorrência, mesmo nas épocas de abundancia do carvão estrangeiro.

Essa área, no caso do carvão de São Jeronimo e do Butiá, no Rio Grande do Sul, abarca o proprio Estado. O carvão dessas minas encontra hoje mercado remunerador no consumo da Viação Ferrea do Rio Grande, assim como no da usina termelétrica de Porto Alegre, além de outras aplicações, nas industrias do Estado. Essa situação tem proporcionado à industria carbonifera do Rio Grande do Sul estabilidade econômica mais sólida que a desfrutada pelo carvão de Santa Catarina.

E' por êsse motivo, visível o interesse em criar, nas adjacências das minas de carvão de Santa Catarina, um parque industrial convenientemente planejado, e que se apresente como um grande consumidor de calorias. O estabelecimento dêsse binômio: mina de carvão e mercado próximo será para Santa Catarina uma condição primordial de estabilidade da industria de carvão e, para o Brasil, de tranquilidade quanto à segurança do suprimento nacional de combustivel, em épocas de emergência.

Essa solução, embora definitiva para o problema do carvão de Santa Catarina, deve ser considerada um tanto remota. Daí a necessidade de tentar-se uma solução a prazo médio, e sob condições de investimentos menos onerosas, que objetive forçar o raio comercial do carvão brasileiro pela melhoria de qualidade e barateamento de preços.

Para tanto, torna-se necessario, por um lado, que os proprietarios das minas promovam a racionalização da lavra; a elevação da produção por homem-dia; a mecanização das operações; os metodos de lavagem de carvão; e, por outro, que o Govêrno promova melhor sistema de transportes dos centros produtores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, de forma a fazer chegar aos consumidores produtos de melhor qualidade e a preços de competição.

Outra providência em beneficio do carvão brasileiro, essa de caráter imediato, será o pagamento em dia das contas do carvão adquirido pelo Govêrno ou por entidades parestatais. Até 1945, as empresas federais e parestatais, consumidoras de carvão nacional, pagavam pontualmente os fornecimentos que lhes eram feitos. Daquele ano em diante, porém, tais pagamentos passaram a ser efetuados com atraso crescente.

Para quaisquer medidas que venham a ser tomadas em beneficio do carvão nacional é importante não esquecer o imperativo de certas circunstancias da técnica moderna, que manifesta a tendência de, em lugar do carvão cada vez mais consumir **fuel oil**, combustível de maior poder calorifico e de maior flexibilidade de transporte, e óleo **diesel**, êste principalmente em locomotivas Diesel-elétricas, equipadas com motores que funcionam com um rendimento triplo daquele sob que operam as maquinas a vapor, alimentadas a carvão.

Todavia, todos os esforços devem ser feitos em prol do carvão brasileiro, pois que, no seu raio de ação, sempre representará êle fonte de energia para usinas termelétricas, de vapor, para industria: e de matéria prima, para industria quimica e siderurgica, além do seu irrecusavel significado nacional, em épocas de emergência.

LENHA E CARVAO VEGETAL

Na política a adotar e com fim de assegurar ao País o suprimento adequado de energia já não é possivel ao Govêrno federal descurar-se de dar atenção especial à criação de fontes produtoras regulares de material lenhoso, em todos os setores em que os combustiveis vegetais se apresentem como economicamente preferiveis. O consumo anual de lenha em volumes que ora superam 100.000.000 de metros cubicos — retirados em alta percentagem das matas nativas, sem a observancia de quaisquer das práticas preconizadas pela técnica moderna de exploração florestal — de há muito vem sendo atendido mediante a devastação do revestimento floristico de áreas cada vez mais amplas, com grave prejuizo para o regime de águas dos nossos rios e para a estabilidade dos solos das suas bacias.

Não será possivel ao País, por outro lado, prescindir dêsse combustivel, pois com êle são atendidas as necessidades nacionais de energia mecanica e calorifica em cerca de 80%. A industria siderurgica de porte médio, grande parte das estradas de ferro e das linhas de navegação fluvial, inumeras instalações térmicas para a produção de força motriz e de eletricidade, as caieiras e as ceramicas, os fogões domésticos de quase todos os nucleos de população do País reclamam cada ano quantidades maiores de lenha e carvão vegetal que as matas nativas já não podem fornecer em vastas áreas do território nacional. Ao mesmo tempo que se aumentam as outras fontes de energia; a produção racional de lenha impõe-se portanto, como um problema a resolver.

Na solução dêsse problema, comum a quase tôdas as regiões de população densa e a muitas das empresas que operam no País a cooperação das três órbitas da Administração Publica federal, estadual e municipal, carece processar-se com o fim de se criarem fazendas florestais destinadas ao suprimento de combustivel vegetal aos consumidores domésticos e às empresas industriais que o empregam. Convenientemente orientada tal política, as matas remanescentes irão sendo poupadas, para que se regenerem naturalmente e as áreas reflorestadas poderão ter os seus solos recuperados para fins agrícolas, em regime de rotação cultural.

Planos Regionais

No quadro especial de um imenso território como o do Brasil, as relações entre o homem e o meio ambiente assumem aspectos variados, exigem métodos diversos de adaptação, de conquista e de conservação em cada unidade geográfica, em cada provincia climática, em cada setor regional.

A medida que se adensam os grupamentos humanos e se alarga a ocupação territorial, definem-se áreas e características singulares, a exigir métodos peculiares de vida e a sugerir esforços coordenados no esquema de planos regionais.

Em vários setores do dominio geográfico brasileiro já se distinguem elementos imutáveis do plano que a natureza nêles estabeleceu para a vida humana, e já se esboçam as linhas mestras da estratégia que os grupos sociais devem obedecer para se adaptarem às condições do meio e superarem as limitações de progresso que elas impõem.

Nas áreas sêcas do Nordeste, na planície aluvial da Amazônia, nos alagados da Baixada Fluminense, como no quadro de várias de nossas bacias hidrográficas, já se enunciam os temas básicos de planejamentos regionais, indispensável à coordenação de esforços que permitirá um desenvolvimento satisfatório dessas regiões.

As experiências de trabalho programado já realizadas em algumas dessas áreas sugerem-nos uma política de continuação e aperfeiçoamento de métodos capazes de ativar o processo de superação das dificuldades do meio.

Cabe ao Govêrno da União a tarefa de comandar a realização dêsses planos de desenvolvimento regional que abrangem áreas de vários Estados. Cabe a êle mobilizar recursos que permitam enfrentar os problemas centrais e de maior amplitude, coordenando seus esforços com os estaduais e municipais, numa política de incentivo à iniciativa privada, de catálise e ativação de processos naturais de fixação humana e progresso econômico e social.

A evolução da técnica moderna de planejamentos regionais nos aponta diretrizes essenciais do método de trabalho a ser empregado: a definição clara de temas centrais de planejamento, a eleição de objetivos básicos, em tôrno dos quais venham a girar outros aspectos da vida regional, a coordenação de esforços, a cooperação dos vários níveis de atividades governamentais e indispensável participação do povo na persecução dêsses objetivos.

Os planos que não se apóiem em amplas investigações científicas e técnicas serão falhos, sem fundamentos convincentes, sem poder de persuasão, sem continuidade no tempo.

E' necessário ainda que livremos os planos regionais de influências de política local e personalista, que a poupemos de mutilações e fracionamentos ilógicos, que a enquadremos na estrutura dos mais claros e atuais objetivos da Política Nacional.

O momento é oportuno para um balanço de nossas realizações nesse campo e para uma tomada de posição em face dos problemas que êle oferece.

Alguns dos planos regionais brasileiros já se desenvolvem há vários anos, competindo-nos atuar no sentido de acelerar sua execução, de atualizar seus objetivos e aperfeiçoar os métodos de trabalho que êles envolvem. Outros estão em fase de elaboração inicial, de coordenação preliminar, a exigirem a criação de novos orgãos, sua estruturação legal, administrativa e técnica. Todos merecem atenção especial do Poder Executivo como do Poder Legislativo.

Amazônia brasileira

A Amazônia constitui um dos problemas regionais brasileiros que exigem mais séria atenção do poder público. Estão ali representados cêrca de dois têrços da extensão territorial do País, reservas florestais e outras riquezas naturais ponderaveis, ao lado de uma população que o censo de 1950 estimou em menos de dois milhões de indivíduos — fenômeno que ressalta não se concentrar naquela imensa região o potencial humano indispensável à sua mobilização econômica.

A realidade amazônica tem sido o extrativismo florestal, com tôdas as suas conseqüências. Extraem-se da floresta alguns produtos que encontram colocação imediata. Todavia, como a heterogeneidade da floresta tropical dispersa o vegetal procurado pela fabulosa extensão do vale, a população acompanha a espécie solicitada, e se dispersa também. Na selva, cada família deve bastar-se a si própria e a divisão do trabalho torna-se impossível. Nenhum esfôrço ponderável pôde, em conseqüência, ser feito até agora pela educação ou pela saúde dessas populações rarefeitas. Por outro lado, a diluição da população impede uma agricultura estável, pois a atividade agrícola é eminentemente social. E com isso criam-se condições penosas de vida e de saúde para as populações extrativistas.

E' preciso vencer essa etapa de pioneirismo, de desregramento, dominar o meio agressivo e nêle estabelecer, firmemente, através da execução de uma política realística, sua definitiva integração aos quadros permanentes da civilização nacional.

As lições do passado, desenvolvidas desde a experiência portuguêsa até os propósitos governamentais consagrados na legislação de 1912, não devem ser desprezadas. Os insucessos verificados, resultantes de nossa inexperiência política e desaparelhamento técnico, não autorizam pessimismos aprioristicos. Por isso, mobilizando as conquistas da melhor técnica, pensa o Govêrno enfrentar os problemas da Amazônia, para assegurar-lhes soluções corretas e oportunas.

Os espaços potencialmente ricos e desocupados despertam apetites perigosos num mundo

(Continua na página seguinte)

A situação do país

(Continuação da página anterior)

de crescentes pressões demográficas e políticas. Se as rarefeitas populações amazônicas têm conservado os contornos de nosso domínio político, cumpre-nos auxiliá-las no aceleramento de sua integração à economia nacional.

Não pensa, todavia, o Govêrno chegar ao exagêro de desprezar a cooperação alienígena e dos organismos que nos podem trazer, sob nossa orientação política e vigilância permanente, o subsídio da experiência técnica.

O mundo amazônico abrange território de outros países amigos, pelo que se fêz mister o melhor entendimento com os governos fronteiriços para a valorização da gigantesca Hiléia, numa obra sadia de solidariedade e de boa vizinhança sul-americana.

Sem dúvida, a valorização do grande vale implica a solução prévia de imensos problemas de ordem técnica e mesmo política. Já em minha administração anterior tive oportunidade de iniciar as medidas que, então pareceram fundamentais para êsse cometimento, que é agora imperativo constitucional: criei o Instituto Agronômico do Norte e o Banco de Crédito da Borracha; iniciei o programa de saneamento a cargo do S.E.S.P.; encampei e iniciei a reorganização dos serviços de navegação da grande bacia fluvial; convoquei as nações vizinhas para a conferência dos problemas amazônicos; criei os territórios do Rio Branco, Guaporé e Amapá, experiência cujos resultados são consideráveis.

As opiniões sôbre a infecundidade generalizada das terras tropicais não nos devem perturbar. As experiências e as soluções já encontradas em outros pontos do globo são suficientes para esclarecer-nos sôbre o exagêro daqueles juízos negativos. Se as investidas sôbre a floresta para a extração da matéria prima necessária às iniciativas industriais, forem conduzidas não mais com o primitivo caráter de aventura, mas com um sentido de operação econômica organizada em bases técnicas, poderemos firmar uma sólida exploração da Amazônia.

Ao lado do aperfeiçoamento da técnica agrícola, que é tarefa precípua do Instituto Agronômico do Norte, deve-se enfrentar o problema da exploração racional da floresta que, apesar da diversidade de espécies, permite obter rendimento econômico, se lançado em grande escala.

Ênfase particular também deve ser dada, na Amazônia, à pecuária e à piscicultura. A pecuária encontra, em inúmeras de suas regiões, ótimas condições de desenvolvimento, que devem ser estimuladas com uma adequada defesa profilática dos rebanhos. A piscicultura encontra nas águas ricas de *plankton* dos rios amazônicos e na variedade de peixes de grande porte e rápido desenvolvimento, um campo ideal de aplicação. Os criadouros experimentais iniciados no Museu Goeldi, de Belém, em 1947, devem ser levados a um estágio prático para a realização de criações em escala industrial nas várias regiões do vale.

Por outro lado, a descoberta de grandes jazidas de manganês e de ferro no Amapá, cuja exploração é de grande interêsse nacional, sugere a intensificação de pesquisas geológicas que nos venham revelar outras riquezas latentes na região, inclusive o petróleo, cuja pesquisa me foi dado iniciar no Acre ocidental.

As atividades produtivas da Amazônia, porém, só podem vingar em maior escala se amparadas por um sistema adequado de crédito, passível de centralização no Banco de Crédito da Amazônia, hoje aparelhado com recursos especiais, através da lei que lhe concede 10% das verbas anuais destinadas à valorização regional. Êsse estabelecimento, que, por disposição de lei, detém o monopólio das operações finais de compra e venda de borracha, encontra-se com escassez de recursos para fazer face aos encargos atribuídos por lei que vão desde a compra de tôda borracha produzida no País, financiamento dos estoques não vendidos, entrega da borracha no local em que é consumida até aos empréstimos rurais aos produtores de borracha, em contrato ligado a essas atividades e ainda à pequena indústria de borracha. Assim cumpre aparelhar o instituto para o desempenho de tôdas estas atividades, cumprindo reforçar-lhe os recursos, principalmente agora que as atribuições do Banco se estenderam a todos os produtos da Amazônia.

Igualmente urgente para a região é o reequipamento dos transportes realizado em embarcações fluviais construídas há 50 e 60 anos, e operando demorada e dispendiosamente. Tôdas as linhas de navegação mantidas na Amazônia pelo Govêrno e particulares com [illegible] de navios obsoletos são deficitárias. Em 1943 e 1944 foram procedidos estudos sôbre a modernização da frota do S.N.A.P.P., visando-se transportar cargas a um têrço do custo então vigente. O plano ainda não foi pôsto em prática, mas é urgente que o seja, pois a situação dos transportes na Amazônia é angustiante e parece improvável que a economia da região se possa desenvolver sem um sistema eficiente de transportes. Da mesma forma é indispensável que completemos a estrutura terrestre das linhas aéreas, que possibilitem contatos rápidos entre os habitantes de tôda a bacia.

Também será providência importante o aparelhamento dos portos e estaleiros principais da Amazônia para o rápido desempenho de suas tarefas, pois a longa demora em descarga ou operações dos navios reduz a eficiência geral do transporte e obriga a fretes mais altos. A desobstrução e conservação dos canais navegáveis de muitos rios amazônicos é uma condição natural ao sucesso dos transportes fluviais.

Todos êsses e outros aspectos da vida amazônica têm que ser [illegible] em um conjunto, que há de ser o Plano de Valorização da Amazônia, previsto pela Constituição de 1946, e ainda não organizado. Como obra lógica, obedecendo a uma hierarquia de problemas, cuja solução é interdependente, o plano não poderá ser uma simples lei. Trata-se de uma obra técnica, cujo planejamento exige a mobilização de equipes de especialistas e a utilização da experiência que os serviços federais e estaduais, já existentes, podem e devem oferecer.

Região das sêcas do nordeste

Muitos anos de esfôrço no combate aos efeitos das sêcas, que assolam vastas regiões do Nordeste do País, já nos convenceram da necessidade de nêle persistir, em face dos resultados obtidos e já nos ensinaram os métodos adequados à recuperação e progresso econômico das áreas flageladas.

O trabalho realizado e a experiência acumulada definiram as linhas mestras de um verdadeiro plano regional, cujo tema central — adaptação humana a uma área de chuvas deficientes — se desdobra em problemas de integração econômica de tôda a região, em métodos de armazenamento d'água e sua utilização racional, em medidas de educação e aparelhamento das populações locais para um progresso seguro, ainda que sob as flutuações de um clima incerto.

Sôbre o fundo climático da semi-aridez, mais ou menos acentuada, que lhe dá os tons de unidade do ponto de vista humano, a paisagem geográfica da chamada região sêca, é, na realidade, extremamente variada: as várzeas aluviais do Baixo Jaguaribe e do Baixo Açu, com os seus carnaubais extensos e preciosos; o Seridó, agreste e áspero, onde, nos aluviões escassos das torrentes, e mesmo nos tabuleiros, resiste à sêca o algodão mocó, e onde a energia do homem multiplicou cidades claras e progressistas; o árido chapadão da Borborema, de "águas duras" e vegetação hostil, onde extensos campos de palma e, mais recentemente, grandes plantações de ágave humanizam a terra; os altiplanos sedimentares do Araripe, do Apodi, da Baixa Verde, os tabuleiros do Piauí, regiões onde cada poço perfurado se constitui num centro de vida, numa base para o cultivo da mandioca ou do algodão, num ponto de apoio para os rebanhos; o alto sertão de Pernambuco, da mamona, do algodão, do caroá, dos rebanhos caprinos, onde Salgueiro, com sua industrialização incipiente, é um pôsto avançado da civilização; os "carrascais" da região de Canudos; as planícies hoje desertas, do Cancho, no Vaza Barris, à espera do milagre da água; e a solidão soturna das várzeas do Ema, do sertão baiano — são todos complexos diversos, onde o problema das sêcas se diversificou na variedade do panorama geográfico, a exigir soluções específicas.

Alguns fatos fundamentais permitem, no entanto, hierarquizar as armas de defesa contra a sêca, e caracterizar os aspectos essenciais do seu emprêgo na solução do problema de melhoramento das condições de estabilidade, e elevação do padrão de vida das populações de tão vasta região.

Há que considerar, nesse sentido, antes de mais, o povoamento extensivo da região semi-árida; a amplitude de incidência das grandes sêcas; a existência de recursos minerais, e de recursos vegetais permanentes, mesmo nos períodos de deficiência ou falta de chuvas; a pertinácia com que nordestino resiste à retirada, enquanto dispõe de qualquer meio de subsistência; e, finalmente, o fato, indiscutível, de que no deslocamento das populações, principalmente quando tumultuário, é que sempre se caracterizaram os aspectos mais calamitosos das sêcas.

O problema da sêca pode ser considerado, assim, em essência, um problema de fixação de populações dispersas, mais propriamente resolúvel pela adoção de providências de caráter *extensivo*, que visem, de um lado, ao aproveitamento, em escala cada vez maior, dos recursos minerais ou vegetais estáveis que a região naturalmente oferece; e de outro, à multiplicação de centros de resistência de interêsse local, de pequenos açudes, barragens submersas, poços, os quais, garantindo, nas crises, aguada e produção de alimentos, para o homem e para o gado, sirvam de base ao aproveitamento daqueles recursos estáveis; e, por último, mas condição essencial, que visem ainda à facilidade de intercomunicação e acesso em tôda região sujeita ao fenômeno garantindo a circulação da riqueza, estimulando a economia, facilitando a assistência, e contribuindo, até como fator psicológico, para atenuação dos efeitos do flagelo.

Paralelamente, há que considerar o aproveitamento de certas áreas privilegiadas, quase tôdas situadas nas proximidades do litoral, planícies aluviais dos principais cursos d'água, para fixação, ali, dos maiores núcleos populacionais estabilizados pela irrigação: o que exige, preliminarmente, grandes obras de acumulação, regularização e defesa contra as inundações, seja nesses cursos d'água, seja em seus maiores afluentes. Êsse é, em grande parte, o problema dos chamados grandes sistemas.

Definem-se, aparentemente, dois programas perfeitamente caracterizados: um, extensivo, que visará a abertura de estradas, perfuração de poços, construção de pequenos açudes, fomento e expansão de culturas adaptáveis ao clima, educação das populações rurais para melhor nível econômico e social; outro, intensivo visando à construção de grandes obras de armazenamento, regularização do regime dos cursos d'água, abertura de canais e ampliação das áreas de irrigação, perene, e instalação de núcleos de produção alimentar de maior resistência e estabilidade para tôda a região.

A partir de 1930 um grande impulso construtivo permitiu um ponderável progresso da área das sêcas.

Dos 1.400 quilômetros de rodovias então existentes, foram reconstruídos 700, que se integraram na magnífica rêde de novas rodovias de primeira classe, que hoje ultrapassa 3.000 quilômetros de extensão. Cêrca de 3.200 poços profundos, dos quais 2.300 utilizáveis, foram perfurados. De um armazenamento limitado a 30 milhões de metros cúbicos d'água, efetivado pelos 36 açudes construídos até 1930, sob o regime de cooperação, atingimos hoje a cêrca de 650 milhões de metros cúbicos de acumulação, em 320 açudes.

Além do mais, a obra de expansão das culturas irrigadas os trabalhos agronômicos e científicos realizados, o fomento à piscicultura, a prospecção de riquezas minerais, a obra educativa e de socorro às populações flageladas pelas sêcas mais agudas, iniciados em 1930, permitiram a acumulação de uma experiência preciosa, que nos cumpre utilizar na expansão dos serviços no polígono das sêcas.

A Constituição Federal garantiu os recursos financeiros para o prosseguimento, sem descontinuidade, dessa grande obra de soerguimento econômico de uma superfície de 834 mil quilômetros quadrados, onde vive uma população superior a 7 e meio milhões de habitantes.

Está o Govêrno disposto a reativar o ritmo de trabalho, atualizar e melhor coordenar o plano de ação, dar-lhe o característico homogêneo de verdadeiro plano regional, hierarquizar e definir objetivos, programar com segurança sua realização, em face dos recursos disponíveis, e criar um novo clima de trabalho e de esperanças para o laborioso homem do Nordeste.

Vale do São Francisco

Em 1938 iniciava a Inspetoria Federal de Obras contra as sêcas o estudo sistemático do Rio São Francisco, promovendo trabalhos de levantamentos topográficos, hidrográficos, geológicos e agrológicos, introduzindo no vale os métodos cartográficos aerofotogramétricos e criando núcleos de experimentação agronômica.

Em 1942 era criado o primeiro Núcleo Colonial Agro-Industrial do São Francisco, em Itaparica, destinado à introdução de métodos novos de fixação das populações ribeirinhas e industrialização local das matérias primas do Vale.

Em 1944, já sob os efeitos da grave crise de transportes marítimos que a guerra submarina trouxe ao nosso litoral, iniciou-se a realização de um plano de melhoria da navegação fluvial.

A 3 de outubro de 1945 era autorizada a organização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e aberto o crédito necessário, destinado a construir a usina de Paulo Afonso, que vinha sendo objeto de investigações técnicas e econômicas pelo Ministério da Agricultura.

No capítulo desta Mensagem relativo à energia elétrica foram examinados o programa da usina de Paulo Afonso e suas perspectivas futuras de operação. Cabe aqui apenas uma referência à necessidade de ativar-se a coordenação dos planos de suprimento de eletricidade com os de recuperação econômica do Vale e Obras contra as Sêcas.

A Constituinte de 1946 determinou a obrigação do Govêrno Federal de traçar e executar um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia do São Francisco, aplicando, durante 20 anos, no mínimo, um por cento de suas rendas tributárias.

Em dezembro último, a Comissão do Vale do São Francisco, criada em 1948, concluiu o plano acima referido, já apresentado ao Congresso Nacional.

Tal plano apresenta características singulares, pois compreende uma área de 600 mil quilômetros quadrados, onde se deparam paisagens regionais de personalidade própria com problemas de natureza vária.

No baixo São Francisco, na região úmida do litoral nordestino, forte adensamento humano aponta a necessidade de um esfôrço para elevação do padrão de vida local. Na grande área em que o polígono das sêcas se insere na bacia sanfranciscana, os problemas fundamentais se resumem nas deficiências de água para a agricultura e para a vida humana. Na margem esquerda do médio São Francisco, grandes áreas de solos férteis sob a influência de clima propício, aguardam apenas uma melhoria dos transportes para o surto de progresso. No Alto São Francisco, região central do Estado de Minas, fortemente mineralizada e já bastante desenvolvida, os problemas essenciais giram em tôrno da captação de potenciais hidrelétricos que permitam à indústria projetar-se sôbre o Vale.

Existe, entretanto, um problema central, um tema nuclear em tôrno do qual gravitam os fatos físicos e os problemas humanos de todo o Vale — a água. As chuvas, as cheias, a erosão, os entulhamentos, as sêcas, as flutuações naturais do caudal, marcam a unidade de interêsse humano na vida do grande rio e impõem planejamento integral, racionalização do uso e das relações necessárias entre a água e o homem.

A regularização do regime fluvial redundará, na época das estiagens, em aumento da vazão mínima, com o correspondente crescimento de calado para a navegação, evitando-se a construção de obras específicas para melhoria e conservação permanente do canal navegável, permitindo a operação de barcos com gabarito adequado. Além disso, tal programa permitirá o aproveitamento agrícola das áreas de vazantes, a irrigação segura das várzeas do baixo São Francisco, a duplicação da energia disponível em Paulo Afonso e a criação de grandes potências hidrelétricas no pé das barragens a serem construídas.

Cumpre adotar medidas tendentes à melhoria dos padrões econômicos e sanitários das populações ribeirinhas, à renovação da frota fluvial, à melhoria dos sistemas rodoviários e de comunicações, à consolidação da rota aérea do São Francisco, à ampliação dos programas de colonização, de fomento agrícola e de aproveitamento de recursos naturais. Impõe-se, outrossim, a organização da Companhia de Eletricidade do Alto São Francisco nos moldes da emprêsa que ora constrói a usina de Paulo Afonso, e destinada a executar, em cooperação com o Govêrno do Estado de Minas Gerais, o programa inicial de construção das obras hidrelétricas previstas, para regularização do regime do São Francisco, e notadamente a usina do Fêcho do Funil, já estudada em seus aspectos técnicos e econômicos.

Bacia do Rio Doce

No quadro do sistema brasileiro de planejamento regional, o desenvolvimento econômico da Bacia do Rio Doce tem uma posição singular. Sua exploração econômica devia logicamente, girar em tôrno da exportação de seus minérios de ferro, que representaria um ponderável volume de divisas monetárias e justificaria vultosos investimentos.

A remodelação da ferrovia que serve o Vale, a exploração das jazidas minerais e a construção de instalações de carga e descarga do minério, seriam as providências iniciais capazes de vitalizar econômicamente a região. No entanto, o esquema econômico da exportação de uma grande massa de minério só se completa eficazmente quando vinculado a uma importação de carvão mineral, que oferece fretes marítimos de retôrno, capazes de baratear o transporte da matéria prima exportada.

Assim, pois, o objetivo inicial de exportar minérios possibilita e geralmente conduz ao objetivo mais amplo de importar carvão de pedra, facilitando a criação dos parques industriais que a disponibilidade dessa fonte de energia sugere.

O desenvolvimento do programa inicial da Companhia Vale do Rio Doce já torna oportuno o estudo objetivo da construção de novas instalações siderúrgicas e químicas na sua zona de influência, com a elaboração de um plano geral de desenvolvimento da região. Todavia, inúmeros fatôres, especialmente a falta de energia elétrica, estão limitando os empreendimentos privados e impossibilitando a iniciativa governamental de ativar o processo de industrialização do Vale.

Urge, portanto, um esfôrço de planejamento que coordene medidas da administração federal e dos governos estaduais e municipais, num programa unificado de trabalho.

Êste esfôrço deverá ser centralizado pela Cia. Vale do Rio Doce, a qual, de acôrdo com a lei que a criou deve constituir um fundo de melhoramentos e desenvolvimento do vale do rio, a ser aplicado segundo o plano que fôr elaborado conjuntamente com os governos dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Baixada Fluminense

O problema de recuperação da Baixada Fluminense constitui experiência bastante adiantada, que urge concluir. Essa região estende-se por 17.000 quilômetros quadrados, um têrço da área do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1934, o Govêrno Federal deu início a um vasto plano de recuperação, que, ao lado do projeto de grandes obras hidráulicas, incluía a solução dos problemas de malária, transporte e povoamento.

As obras hidráulicas consistiram em trabalhos de recuperação de terras alagadas pela maré; defesa contra inundações periódicas; dragagem de novos leitos para os rios que se perderam em brejais; ligação permanente das lagoas costeiras com o mar; e drenagem subterrânea.

Os trabalhos iniciais, de 1934 a 1940 constaram, principalmente, da exploração e reconhecimento da zona, limpeza e desobstrução de rios, estudos topográficos, hidrológicos e econômicos e levantamentos aéreos, os quais possibilitaram o planejamento e execução das obras.

A Baixada Fluminense foi dividida em quatro regiões, em vista do seu valor econômico, sendo os serviços atacados em três delas: baixada de Guanabara, Sepetiba e Goitacases; para a etapa posterior, deixou-se a de Araruama.

Operam, hoje, no prosseguimento do plano, 68 draglines dos 140 que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento possui em serviço em todo o Brasil.

A baixada dos tributários da baía de Sepetiba (bacias do rio Guandu-Açu e vizinhas) bem como as baixadas da zona sul e oeste da baía de Guanabara, que compreendem as regiões dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Saracuruna e Magé, já se acham saneadas.

Na baixada de Jacarepaguá foi feita a estabilização da barra da Tijuca, uma das chaves de todo o problema da região, e foram dragados os tributários da lagoa. Está sendo feita a estabilização da barra de Sernambetiba que comanda uma grande área, bem como obras de redragagens, que se enquadram nos "serviços de conservação."

Na baixada de Goitacases, município de Campos, foi executado o plano geral de saneamento, isto é, o dique da margem direita do rio Paraíba, ligação permanente da Lagoa Feia com o Oceano e dos canais de drenagens afluentes dessa lagoa e da Barra do Furado. Resta atender aos afluentes do lado oeste. Cumpre finalmente, mencionar, nesta baixada, a construção do grande Canal da Flecha, ligação permanente da Lagoa Feia com o Atlântico, com 13 quilômetros de extensão e 80 metros de largura.

Foram limpos quase todos os rios que correm pela vasta baixada de Araruama. Tratando-se da região mais despovoada da Baixada Fluminense, só recentemente foram iniciados os serviços definitivos, com o endicamento do rio Macaé e dragagem dos afluentes do rio São João. Mais ao sul realiza-se uma obra importante — a fixação da barra da Lagoa de Ponta Negra que regularizará o escoamento de quatro lagoas litorâneas, melhorando as condições sanitárias da região de Maricá e cercanias.

De 1934 a 1950, foram invertidos nas obras da Baixada Fluminense 388 milhões de cruzeiros. Foram dragados 1.645 quilômetros de canais, abertos 3.420 quilômetros de valas e pequenos canais, e limpos 7.537 quilômetros de rios e cursos naturais.

Os problemas de malária e transporte foram atacados e praticamente resolvidos. Restam hoje os grandes problemas do povoamento e fomento da produção, até agora relegados a plano secundário. Deve ressaltar-se, porém, que os serviços de conservação das obras hidráulicas executadas estão onerando fortemente o orçamento federal. Urge, portanto, que se tire da terra o necessário para cobrir tais despesas e amortizar os investimentos.

E' conveniente que a conclusão dos trabalhos de saneamento das áreas restantes seja precedido do exame de suas possibilidades para fixação do homem, dando-se especial importância a uma cuidadosa análise agrológica.

Planos de colonização devem ser executados, facilitando-se a sua consecução, em áreas particulares, por legislação adequada que impeça o abandono de terras cultiváveis por proprietários negligentes ou inescrupulosos. O tamanho dos lotes, compatível com a vida independente para uma família de colonos, deve ser objeto de sérias exigências, principalmente quando se tratar de iniciativas particulares.

Paralelamente, devem ser realizados os demais empreendimentos necessários à fixação do homem à terra, principalmente no que respeita a vias de comunicação, assistência técnica, sanitária, escolar e financeira.

Acima de tudo, porém, urge que se realize a coordenação de esforços, para que o plano regional da Baixada resulte no efetivo aproveitamento, racional e econômico, de terras tão vastas e tão próximas a mercado consumidor da importância do Distrito Federal.

Outros problemas regionais

No quadro geográfico brasileiro destacam-se, ainda, outras áreas que sugerem trabalhos de planejamento regional de acôrdo com a técnica moderna.

A êste respeito, cabe citar o vale do Paraíba, onde se desenvolve um pujante surto econômico, mas que não foi submetido a um estudo global, visando à coordenação dos vários programas de transporte, energia, industrialização, conservação de solos e outros. Em tôda a bacia o regime hidrográfico impõe restrições sérias ao aproveitamento agrícola de grandes várzeas. Por outro lado, não se cogitou ainda do contrôle e utilização racional de água de que poderiam resultar grandes fontes de energia hidrelétrica e, eventualmente, a construção de obras que tornariam o curso navegável em grande extensão.

Outro exemplo a citar é a Bacia do Prata, cujos problemas, para serem resolvidos, tornam imprescindível a atuação direta do Govêrno da União, visando facilitar riquezas da imensa região.

Não há investigações completas para o seu aproveitamento racional mas apenas, estudos e reconhecimentos parciais e esparsos. Em 1942, foram procedidos estudos para o melhoramento do rio Paraguai, em trecho de 336 quilômetros, compreendendo a foz do rio Apa e a do rio Negro, sujeito à jurisdição de uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia.

Em todos os rios da bacia há navegação regular, embora precária. Das emprêsas brasileiras que exploram a navegação, a mais importante é, sem dúvida, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, criado em 1943, o qual está a merecer maior atenção do Poder Público, em face das necessidades crescentes de escoamento da produção regional e das perspectivas de grande incremento de transportes, decorrente da exploração das jazidas de manganês do Urucum, bem como da construção da Ferrovia Brasil-Bolívia.

Os problemas da Bacia do Prata são, pois, todos relevantes e merecem os esforços especiais de nossa capacidade de planejamento e de realização.

Finalmente, julgo oportuno ressaltar a importância dos vários planos estaduais de eletrificação, que, partindo do problema central de suprimento de energia elétrica, tendem ao planejamento em têrmos regionais do desenvolvimento econômico total. Tais são as características principais do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, como do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e outros.

Êsses planos — que merecerão todo o apoio do Govêrno Federal —denotam um nítido progresso nos métodos de enfrentar problemas de interêsse público, sob a égide de princípios sadios de previsão, investigação e concepção representando, pois, uma auspiciosa exceção à rotina das improvisações esporádicas e dispersas.

Finalmente, a mudança da capital da República — velha aspiração nacional — é problema cuja complexidade exige longo e sistemático conjunto de medidas, moldadas na técnica do planejamento regional, ligando-se aos programas em curso, que possam ser encaminhados para êsse desiderato.

Perspectivas dos Investimentos

Em face das enormes carências de um País ainda em fase de ocupação do território, com uma crescente população, e em franco desenvolvimento, as necessidades de capital estão sempre além das possibilidades. De um lado, o País requer capital público para as inversões de interêsse geral, em transportes e comunicações, energia, serviços públicos urbanos, saneamento e suprimento de água, habitação popular, campanha de saúde, educação, pesquisas, as quais são básicas ao desenvolvimento geral, e reclamam imensos recursos, ressaltando a magnitude dos problemas de transportes e energia, bem como a extensão dos problemas da habitação popular; de outro lado, de capital, predominantemente privado, para as emprêsas de produção e comércio, que produzem bens para o mercado e criam empregos para os trabalhadores. Os processos modernos de produção exigem uma taxa crescente de capital fixo. Em face dessa realidade, o problema inicial do desenvolvimento é realizar o maior potencial de capitalização de fonte nacional e estrangeira, sem prejuízo dos níveis de vida imediatos da população, ou de nossa soberania política; e, também, orientar o capital da comunidade para as aplicações públicas e privadas de maior rentabilidade social.

Consciente da importância dos investimentos públicos, o Govêrno iniciou, já antes da última guerra, vasto plano de obras e equipamentos, sendo de notar que aproximadamente 20% de tôda a despesa da União foram aplicados em investimentos.

Com as condições peculiares do tempo de guerra, a parte da despesa destinada a investimentos baixou, inevitavelmente, mas logo que se normalizou a importação de equipamentos, foram elaborados novos projetos de vulto, alguns dos quais consubstanciados no Plano SALTE. As inversões totais do Govêrno Federal em 1949 atingiam 3.971 milhões de cruzeiros, ou sejam 19% da despesa total. Para 1950, foram previstas inversões num total de.. 4.707 milhões de cruzeiros, muito embora as inversões efetivas ficassem abaixo dêsse programa. Lamentavelmente tais planos não apresentavam fundamentos financeiros sólidos, e mesmo obras já realizadas se foram utilizando indiretamente de emissões de papel-moeda, não havendo sido realizada a emissão de Obrigações para o financiamento do Plano, previsto na Lei n. 1.102, de 18 de maio de 1950.

Seremos obrigados, neste ano, a limitar a despesa com obras, serviços e encargos que não sejam essenciais ou apresentem perfeita justificação econômica, pois não adiantaria realizá-los à custo do encarecimento geral. Malgrado essa redução, espero manter as inversões do Govêrno em empreendimentos nitidamente produtivos num nível talvez maior do que no ano passado. Mas para isso será necessária uma rígida economia nas despesas.

Essas circunstâncias impõem o adequado planejamento econômico das inversões públicas. Deveremos, mais ainda do que no passado, coordenar os nossos esforços e os meios disponíveis para assegurar às inversões a maior eficiência e a aplicação mais útil para o desenvolvimento da produção nacional e o bem-estar do povo.

Essa coordenação não se deverá limitar aos investimentos do Govêrno. O nosso capital é bem limitado. Não pode a Nação gastar somas enormes em tentativas duvidosas, nem em construções, veículos e utensílios de luxo, em prejuízo de aplicações mais urgentes e produtivas. Portanto, deverá o Govêrno, através da política tributária e creditícia e de outras formas de assistência estatal, estimular os investimentos mais convenientes aos interêsses gerais da economia, e desencorajar as aplicações sem interêsse social e o consumo suntuário.

Parte considerável das economias desviou-se para custosas construções urbanas. Tal orientação das aplicações de capital prejudica o desenvolvimento das zonas rurais e das atividades produtoras, e, em última instância, a própria população urbana. E' normal que os capitais se acumulem nos grandes centros industriais e comerciais, mas essa concentração implica o mister de redistribuir e canalizar as economias em favor do País inteiro, e nos empreendimentos mais úteis para tôda a Nação. Devemos orientar sob êsse ponto de vista a política de investimentos. E para isso torna-se necessário realizar um planejamento econômico geral, com audiência e colaboração das atividades privadas, e visando mesmo ao encorajamento da iniciativa particular, como intentei no meu período anterior. Infelizmente não contamos ainda com um levantamento regular de renda nacional, que facilite ao Govêrno e às fôrças econômicas, pela noção mais precisa da capitalização efetiva, o desempenho dessa tarefa.

Influxo de capitais estrangeiros

A carência de capitais nacionais, impossível de suprir-se sem sacrifício dos níveis de vida, reclama um crescente influxo adicional de capitais estrangeiros.

As condições políticas e institucionais do País são favoráveis à atração de capitais estrangeiros. A Constituição de 1946 pode ser considerada das mais liberais no tratamento dispensado aos investimentos alienígenas; as disposições ordinárias que regulam a remessa de rendimentos e a repatriação de capitais são plenamente satisfatórias. Entretanto, a entrada de capital de fontes privadas estrangeiras não tem correspondido às nossas expectativas.

São os países exportadores de capitais que podem tomar as medidas mais eficazes para facilitar as inversões em países como o Brasil. Contudo, é intento do meu Govêrno facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez não firam interêsses políticos fundamentais do nosso País. O capital dos imigrantes deve, em particular, ser objeto de facilidades especiais. O esfôrço enérgico e sistemático de desenvolvimento econômico será um fator de confiança para o capital privado alienígena.

Em face da experiência do após-guerra na finança mundial, devemos esperar mais da cooperação técnica e financeira de caráter público. Até porque a maior aplicação de capitais privados pressupõe a existência de condições que só podem ser criadas mediante inversões públicas em setores básicos, tais como energia e transporte.

Cabe ainda notar que os investimentos privados, visando em geral a lucros imediatos e a uma amortização rápida do principal, não se encaminham, em regra, para aqueles setores de atividade de que mais carecem os países em fase de desenvolvimento.

As correntes de capitais privados, mesmo quando temporàriamente promissoras, se ressentem da acentuada instabilidade e, em geral, ocorrem com mais abundância nas fases inflacionárias e refluem nas fases depressionárias, agravando, em ambos os casos, os desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Nossas fontes de capitais públicos são hoje o Govêrno norte-americano, através do **Export-Import Bank**, e os organismos internacionais, criados em Bretton Woods, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional. De 1945 a 1950, o total dos créditos concedidos por essas fontes ao Brasil atinge 170 milhões de dólares, dos quais 68,4 provenientes do Eximbank, e 105 milhões concedidos pelo Banco Internacional, sendo 90 milhões para os programas da Brazilian Traction e 14,9 milhões para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Não incluo o Fundo Monetário Internacional, que apenas faz adiantamentos para atender as dificuldades passageiras nos balanços de pagamentos, e do qual sacou o Brasil 37,5 milhões, correspondentes à nossa contribuição em ouro para êsse organismo, mais 10 milhões de libras em janeiro último.

Tomando-se em conta o período de tempo em que se distribuíram êsses créditos, foi moderada a cooperação financeira prestada por essas entidades. O Banco Internacional, na verdade, enfrenta limitações de recursos para atender ao seu duplo objetivo de reconstrução e desenvolvimento. Conquanto no que toca aos países ocidentais os planos de ajuda americana tenham constituído, e ainda constituam, uma fonte abundante de dólares, o Banco Internacional desde a sua instalação se dedicou mais aos programas de reconstrução do que aos de desenvolvimento, alterando-se recentemente esta tendência.

Só há pouco o Banco acedeu em aceitar propostas de empréstimos para programas gerais de desenvolvimento, bem como para financiamentos em moedas locais.

O Govêrno diligenciará no sentido de que o nosso País tenha a possibilidade de receber um fluxo estável e crescente de investimentos, de que tanto carece para elevar os seus níveis de produtividade e a eficiência de sua cooperação no plano internacional.

Vale salientar que o Brasil está incluído entre as áreas da economia mundial que se devem beneficiar com a ajuda técnica e financeira através do denominado "Ponto IV", ou seja o programa de assistência do Govêrno dos Estados Unidos da America às regiões econômicamente subdesenvolvidas, já referido no ponto em que se tratou da política econômica internacional. Esse programa, inicialmente projetado em bases modestas em relação às carências mundiais, visa atender necessidades de assistência técnica, mas, sem dúvida, terá o efeito de facilitar a expansão de investimentos públicos, e, simultâneamente, a formação de mais volumosas correntes de capitais privados. Mas, por maiores que sejam os recursos atribuídos a essa finalidade, é previsível uma forte concorrência no encaminhamento dos recursos disponíveis. Sem considerar fatores políticos que possam intervir na distribuição da assistência programada, afigura-se que ela será ponderada pela confiança que inspiram a segurança das diretrizes econômicas e financeira e a idoneidade técnica dos planos gerais de desenvolvimento econômico e de seus projetos específicos, com que se apresentem os países interessados nessa forma de cooperação internacional.

Progresso Social

O supremo escopo do Govêrno é valorizar o homem, espiritual e materialmente, habilitando-o, de um lado, à fruição da cultura universal, e, de outro lado, tornando-o apto a manifestar, ao máximo, os seus dons, em proveito próprio, de sua família e no de sua pátria.

Todos os planos e providências governamentais, em qualquer setor, não devem ser mais do que operações estratégicas que visem ao incremento e à distribuição, ao maior número possível de cidadãos, da riqueza espiritual e material.

Êste é o magno ideal que me inspira e que cumpre realizar, dentro das possibilidades e contingências histórico-sociais que condicionam o Estado brasileiro.

População

O levantamento demográfico de 1.º de julho de 1950 já deixa ver, pelos dados recolhidos e apurados, — embora sujeitos a retificação, no que diz respeito a informações procedentes das Unidades Federativas mais distantes, — que somos um povo cujo desenvolvimento se processa em ritmo ascendente.

Contando em 1950 com uma população registrada de ...... 52.619.000 habitantes, o Brasil mantém sua posição de país latino mais populoso. Ao verificarmos que, em 1940, éramos 41 milhões e duzentos e cinquenta mil assinalamos, como sintoma confortador do crescimento demográfico do nosso país, o fato de haver a população brasileira aumentado, no curso do último decênio, de 27%, em números relativos.

De acôrdo com os dados preliminares do Recenseamento em apuração, as cinco Unidades da Federação mais populosas são as seguintes:

Estados	Habitantes
São Paulo	9.231.000
Minas Gerais	7.820.000
Bahia	4.900.000
Rio Grande do Sul ..	4.213.000
Pernambuco	3.431.000

Êsses cinco Estados contêm, em conjunto, 56,3% da população do país. Sua superfície, entretanto, soma apenas .... 1.756.950 km2 o que equivale a 20,8% do total da área terrestre do Brasil. Êsses dados permitem verificar que, enquanto no conjunto das cinco Unidades mencionadas, a densidade demográfica ascende a 16,8 habitantes por km2, no restante do país alcança sòmente 3,4 habitantes por km2.

Aviva-se, dessa maneira, a questão do povoamento do território nacional, insuficiente nos dias atuais, pois é de apenas 6,2 habitantes por km2. O crescimento da população brasileira ao curso dos últimos dez anos não se fêz com a mesma intensidade nas diversas Unidades da Federação e Regiões Fisiográficas. O Estado de São Paulo, por exemplo, experimentou, no decênio 1940-1950, um aumento de população da ordem de 27,7%, ao passo que o desenvolvimento demográfico do Estado de Minas Gerais não foi além de 16,0%.

O deslocamento interno da população brasileira, já revelado nos censos anteriores, prossegue, assim, em ritmo ponderável. Exemplo da influência das migrações interiores sôbre o crescimento demográfico de certas regiões brasileiras pôde ser encontrado, pelo Recenseamento de 1.º de julho, no chamado norte do Paraná e, em escala menos expressiva, na região da Serra dos Aimorés. O aumento da população dos dez Municípios do norte paranaense, no período de 1940-1950, alcançou cêrca de 360%, e na serra dos Aimorés elevou-se a 138%.

Vale referir-se que o deslocamento da população, verificado em ritmo mais frequente, tem sido na direção das médias e grandes cidades. Êsse fenômeno, de caráter universal, já se havia observado nos recenseamentos anteriores realizados no Brasil. Os cinco mais populosos municípios do País, segundo o censo de julho, são os seguintes:

Distrito Federal	2.418.693
São Paulo	2.218.800
Recife	534.468
Salvador	424.142
Porto Alegre	401.213

A população registrada pelo censo de 1950 nos Municípios das 25 capitais brasileiras (incluindo os das capitais dos quatro territórios) excede a 8,3 milhões de habitantes, correspondendo a mais de um sexto da população do País. Considerando-se os municípios das dez capitais mais populosas — Distrito Federal, S. Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Niterói e Curitiba — verifica-se um aumento superior a 2,4 milhões sôbre a população presente em 1940, ascendendo a 7,3 milhões contra apenas 4,9 milhões. Tudo indica, portanto, que cêrca de um quarto do incremento demográfico decenal se concentrou nesses dez Municípios, cujas populações são predominantemente urbanas.

São êsses os primeiros e mais flagrantes aspectos revelados pelos informes preliminares do Censo Demográfico de 1.º de julho de 1950.

Saúde Pública

Considerações gerais

O baixo nível de saúde no Brasil é fiel reflexo da pobreza que grava a grande maioria do nosso povo. Êste, na verdade, só é doente porque ainda não possui os meios para comprar sua saúde, sob a forma de alimentação adequada, ambiente higiênico e sadio regime de trabalho.

O excessivo esfôrço não compensado pela boa nutrição e pelo adequado regime de trabalho e repouso, a baixa resistência à doença e as más condições de saneamento impedem que a vida do trabalhador brasileiro atinja a expansão que há muito constitui apanágio dos habitantes de nações mais civilizadas. E, de fato, os últimos recenseamentos revelam que a nossa população ainda apresenta as características demográficas peculiares aos países de recuado nível de civilização e progresso econômico-social.

E' que, no Brasil, ainda não se operou a revolução demográfica traduzida pela passagem de um equilíbrio mantido por altos coeficientes de natalidade associados a altos coeficientes de mortalidade, para outro de caráter menos desperdiçador, realizado à custa da combinação da baixa natalidade com a baixa mortalidade.

Ainda nos incluímos entre as nações onde as taxas de natalidade e de mortalidade são altas, compensando-se o desordenado crescimento naturalmente através da elevada mortalidade, consequência inevitável do precário equilíbrio existente entre a massa do povo e os meios para sua subsistência.

A distribuição da população brasileira revela o traço típico dessa etapa demográfica: preponderância dos grupos mais jovens sôbre os mais idosos. Mais de 50% até 20 anos, parcela que raramente passa de 35% em países mais desenvolvidos, e pouco mais de 40% entre 20 e 60 anos, circunstâncias que vêm antecipar o lançamento das gerações de menores no regime de trabalho adulto, para compensar o deficit de produção da camada ativa do nosso povo. Por outro lado, sòmente 4% dos brasileiros exibem idade superior a 60 anos e não mais que 9% ultrapassam a casa dos 50, corroborando assim a observação de que não se chega a envelhecer entre nós.

Assim é que, enquanto a vida média do homem americano, do australiano, do sueco, do dinamarquês, do neo-zelandês, do canadense, do suiço e do inglês alcança o limite de 60 a 65 anos, o valor máximo da expectativa de vida ao nascimento, para o homem brasileiro só atinge o cinquentenário na capital do Estado mais rico e florescente, portador dos melhores índices sanitários.

Não se dispõe de dados bioestatísticos seguros para o interior do Brasil, o que equivale a dizer que não se sabe ao certo quanto se nasce, quanto se vive e quanto e como se morre entre mais de 80% da população nacional.

Nos centros urbanos verificam-se, ainda, elevados coeficientes de mortalidade por tuberculose, pneumonia, gripe e outras doenças infecciosas e parasitárias, em contraste com o observado nas grandes cidades estrangeiras de melhor nível econômico, onde, já controladas as causas infecciosas passa a avultar a proporção de mortes devidas a doenças degenerativas como as cardiopatias e o câncer. Outros ainda serão os modelos de mortalidade no interior do país, onde, certamente, crescerá a responsabilidade da malária, das helmintoses e das infecções do grupo intestinal.

Analisando o panorama sani-

(Conclui na pág. seguinte)

A situação do país

(Continuação da página anterior)

tério brasileiro não perderemos de vista o conceito de que o nível de saúde de um povo é corolário do seu progresso econômico, e que sòmente a gradual ascensão dos padrões sociais e educativos da vida nacional e a melhoria do nível de bem-estar da população poderão efetivamente conduzir ao definitivo aperfeiçoamento dos índices sanitários.

E não é outra a lição que se retira da história sanitária dos países que hoje exibem alto padrão de saúde pública. Tôdas as estatísticas mostram para os países economicamente adiantados, como os Estados Unidos, Canadá, Holanda, Suécia, Dinamarca, Austrália, Nova Zelândia, Argentina, Uruguai etc., índices de saúde contrastantes com os que marcam as nações pobres e que menos poupam o homem no trabalho.

Em todos aqueles países os grandes declínios de mortalidade pela tuberculose, da mortalidade geral e da mortalidade infantil deram-se no último quartel do século passado e início do atual, coincidindo com a melhoria das condições do trabalho industrial, o aumento de salários, e a consequente elevação do padrão de vida da população, sem qualquer interferência do trabalho organizado de saúde pública, só iniciado em bases dirigidos depois de registrados os sustanciais progressos já referidos.

Até mesmo a malária e as verminoses que já assolaram em outras épocas os Estados Unidos e a Europa desapareceram de tais áreas sem campanhas específicas, simplesmente pelo saneamento dos locais infestados e pela elevação dos hábitos de vida que permitiram a instalação de fossas higiênicas e o uso sistemático do calçado.

O simples estabelecimento, ao alcance da bolsa do povo, dos serviços de assistência médica — utilidade que se compra e de cujas vantagens só se pode gozar quando se tem os meios para pagá-la — independente de qualquer medida específica de saúde pública, basta para garantir a melhoria, em grande escala, dos coeficientes de mortalidade infantil e materna, da incidência da lepra, da tuberculose, do tracoma, etc.

Nos países civilizados a saúde pública foi chamada a atuar com sua técnica, sôbre os problemas gerais, quando êstes já se haviam transformado pela influência da elevação do padrão de vida sôbre suas causas determinantes; o trabalho sanitário só adquirindo total eficácia quando já superadas as causas primárias de má saúde cujo âmbito escapa à esfera de ação das organizações sanitárias.

Por todos êsses motivos compreende-se que o problema da saúde, nos seus aspectos gerais tão estreitamente condicionado ao complexo homem-meio, não pode ser encarado como um problema isolado e capaz de ser resolvido por medidas puramente sanitárias, visto que estas, a não ser em casos específicos e limitados, não agem sôbre as verdadeiras causas da deterioração da saúde: subalimentação, precárias condições de saneamento, inadequado regime de trabalho, baixo nível de educação e ausência dos mais primários elementos do confôrto.

Não há quem desconheça o vulto dos empreendimentos sanitários no Brasil nos últimos vinte anos. Verificadas pelos sanitaristas a gravidade dos problemas e a precariedade do aparelhamento então existente empenhou-se o Govêrno, desde 1935, nas tarefas de investigação dos problemas de saúde e no desenvolvimento das organizações destinadas a enfrentá-los.

Pode-se, imparcialmente, qualificar de notável o esfôrço do Govêrno da União no sentido de elevar o nível técnico do trabalho sanitário processado em todo o país e de imprimir uma estruturação racional às organizações federais e estaduais de saúde.

Mercê da perfeita articulação então estabelecida entre os órgãos nacionais orientadores e coordenadores e os serviços estaduais de caráter executivo, processou-se realmente no decênio 1935-1945 um grande passo no sentido da formação de técnicos e do empreendimento de programas dirigidos de saúde pública. O exame detalhado dos orçamentos sanitários do período em questão revela, outrossim, vultoso aumento em tôdas as dotações, em qualquer terreno considerado.

O Ministério da Educação e Saúde procurou imprimir caráter nacional às atividades e à estruturação administrativa dos seus órgãos sanitários, ao mesmo tempo que se empenhava em conferir uma orientação uniforme ao trabalho executivo processado sob a responsabilidade dos Estados.

Atendendo a alguns problemas julgados de interêsse nacional, como a febre amarela a malária, a peste, e outros, esforçou-se, paralelamente, o Govêrno federal para coordenar e orientar os órgãos estaduais no que se referia à eficiente promoção das atividades gerais de saúde pública, para isso dotando-os de organização moderna e racional, melhorando-lhes o nível técnico do pessoal e aparelhando-os com instalações e material apropriado.

Iniciaram-se, então, os grandes planos de construção de leprosários e preventórios sanatórios para tuberculosos, centro de saúde e hospitais, como, também, as campanhas sistematizadas contra a malária e peste, estas unificadas depois, em 1941, através da criação de órgãos nacionais destinados ao ataque àquelas endemias.

E' indiscutível que, em certos campos específicos, registraram-se e continuam a registrar-se brilhantes resultados. Disto é exemplo a luta contra a febre amarela no território nacional, a campanha do gâmbia alta demonstração de eficiência dos sanitaristas brasileiros, e hoje mesmo a grande campanha anti-malárica desenvolvida pelo Govêrno federal.

Entretanto, é imperioso reconhecer que, além das expressivas conquistas consignadas em campos específicos, pouco progresso se tem verificado com respeito ao levantamento de certos níveis sanitários nacionais, que se mantem mais ou menos inalterados. De fato, não se registrou modificação significante nos coeficientes de mortalidade infantil, mortalidade geral, e mortalidade pela tuberculose e pelo conjunto de doenças infecciosas e parasitárias.

Afortunadamente, porem, muito avançamos no sentido da formação de uma consciência sanitária e na técnica da administração de saúde pública, adquirindo assim uma experiência sobre os métodos e técnica utilizados naquele setor que ora poderá permitir a severa revisão do trabalho executado e fornecer base segura para a readaptação dos planos em curso às realidades nacionais.

O pleno rendimento da grande massa de recursos e de energias posto a serviço das organizações direta ou indiretamente dedicadas ao trabalho de saúde, está prejudicado, em nosso país, pela influência de vários fatores, entre os quais se salientam os seguintes:

a) avanço do programa geral em relação às condições econômico-sociais do nosso país, por ser mais compatível com uma etapa de maior desenvolvimento, à qual não se chegou ainda pela superação dos problemas elementares.

b) imperativo humano do empreendimento de programas sanitários de caráter puramente sintomático, capital de rendimento nulo porque não diretamente aplicado sobre as causas e sim sobre os efeitos dos males.

c) desperdício de recursos em tentativas isoladas e de limitada amplitude para a resolução de problemas de alta envergadura;

d) dificuldade de progresso rápido em relação a problemas gerais, como a mortalidade infantil e a tuberculose, fenômenos muito mais econômicos e sociais do que propriamente médicos, em nosso estado atual de desenvolvimento.

Examinando a posição do Brasil dentro das três etapas em que se costuma dividir o desenvolvimento sanitário de um país: fase do saneamento, fase da epidemiologia e fase da antropotécnica, verifica-se que temos em vão procurado seguir os padrões de trabalho vigorantes em países de mais elevado nível sanitário e melhor situação econômica, quando na verdade ainda permanecemos em plena e recuada fase de saneamento.

Os dados que se conhecem sobre o fator mais primario de civilização — água e esgotos — revelam que nem 10% dispõem de rêde de esgotos.

Não tendo ainda nosso país superado a primeira etapa, visto que o brasileiro ainda não pôde produzir o suficiente para desviar os meios necessários à realização dos trabalhos de larga envergadura para tanto indispensáveis, não conseguiu tambem, consequentemente, libertar-se dos efeitos de todo o grande grupo de doenças transmissíveis, constituindo ainda problemas de primeiro plano endemias como a malária, as verminoses, a esquistossomose, a lepra, o tracoma, a bouba, as infecções do grupo colitico-paratifo-disnetérico e, em plano secundário, até a peste bubônica e a febre amarela.

Mercê das circunstancias que acabamos de analisar — lento progresso econômico e parco desenvolvimento das vantagens do saneamento e das condições de bem-estar — não mostra hoje o povo brasileiro os índices de melhoria de saúde exibidos por outros países mais prósperos.

Não há dúvida, entretanto, que, notadamente nas áreas urbanas, houve melhoria geral em todos os sentidos. Ora pela urbanização, ora pelo efeito de novos métodos de imunização, ora por práticas sanitárias diretas, foram eliminadas das cidades doenças que muito pesavam sobre o obituário, como a peste, a malária, a febre amarela e a variola; baixaram os coeficientes de mortalidade geral e de mortalidade por doenças transmissíveis e pela tuberculose. E' que, na verdade, naquelas áreas mudaram radicalmente certas condições reinantes há 50 anos. Entretanto, ainda temos mais de 20 por mil de mortalidade geral em várias capitais, a tuberculose ainda apresenta coeficientes superiores a 300 por 100.000 em um têrço daquelas aglomerações, e a mortalidade infantil — embora muito abaixo do que erradamente se proclama — ainda ceifa percentual relativamente alto na maioria daquelas mesmos centros.

As melhorias registradas nas áreas urbanas não tiveram, por outro lado, paralelo correspondente nas zonas rurais do país, pouco atingidas pelos fatôres materiais de progresso e não beneficiadas pelos recursos de assistência.

Certamente, ao observador que estude as causas de nossas deficiências em relação ao conjunto de fenômenos sócio-econômicos inerentes ao desenvolvimento da Nação, surpreenderão os tons sombrios do panorama sanitário com que se irá deparar.

E' que outro não seria o quadro a esperar num país de desenvolvimento colonial, que ainda não realizou sua revolução industrial e não mecanizou sua agricultura, vivendo num regime de produtividade do nível observado há 60 ou 80 anos em países da área de civilização européia. Não se poderia pensar em haver conquistado no campo da saúde aperfeiçoamento necessàriamente decorrente do progresso material e inseparável dos demais índices de civilização.

Obrigado a manter mais de 60% de mão-de-obra total no trabalho de lavoura para obter menos que o suficiente para o próprio consumo, e relativamente muitas vêzes menos do que hoje se obtem com 20 a 30% em outros países: enfrentando as etapas iniciais de uma industrialização incipiente e pouco produtiva; forçado ainda a utilizar cêrca de 40 a 50% da fôrça de trabalho disponível para, nas condições de precariedade tão conhecidas, alimentar e vestir a população, não seria possível ao nosso país pensar em dispor das facilidades e melhoramentos que em nações adiantadas estão ao alcance de todos, uma vez que bem pouco lhe sobra para atender ao bem-estar do indivíduo.

Nossa renda nacional não nos permitiu ainda superar o problema do fornecimento quantitativo de alimentação ao povo brasileiro, primeiro passo na melhoria das condições sanitárias de uma população. São unanimes, nesse ponto, os especialistas em afirmar que "o Brasil é um dos países de fome do mundo atual", e que o tipo de alimentação usual entre nós é "dos mais precários do mundo".

Compreende-se assim que nosso país, embora altamente adiantado e mesmo um dos líderes em matéria de organização sanitária, não se tenha ainda podido elevar do baixo nível de saúde em que o mantém o seu precário desenvolvimento econômico.

Os flagelos que oprimem nossas populações, ao mesmo tempo que problemas imediatos, são tambem efeitos ou resultados de um grupo de causas primárias — lacunas ou deficiências — cuja correção certamente iria modificar o padrão de saúde do homem brasileiro. A melhoria de tais condições, que constituirá escopo inabalável do Governo brasileiro, só se poderá, entretanto, processar lentamente e de acôrdo com a evolução do nosso nível de vida, mas, uma vez atingida, irá então permitir a intervenção do método sanitário em tôda sua expansão, a contrastar com a situação atual, em que as atividades de saúde só encerram possibilidades de êxito em determinados problemas específicos, que podem ser considerados isolada e independentemente dos fatôres sociais, aos quais está subordinada a vida do homem na coletividade.

Lacunas primárias

Nossas lacunas primárias em materia de saúde podem resumir-se em quatro grandes itens, que, por si, indicam o rumo da ação governamental e privada para o progressivo levantamento do nível sanitário do povo brasileiro.

Com efeito, nas falhas referentes à **nutrição, ao saneamento do meio, à assistência médica e à educação do povo**, encontramos os principais fatôres que determinam, positiva ou negativamente, a deterioração da saúde do homem. As organizações de saúde, isoladamente, quase não têm ação sobre tais fatores, porque eles são profundos e só podem ser modificados pela evolução do país, processada necessàriamente através da integração de tôdas as fôrças coletivas adequadamente orientadas pela política sadia e progressista do Governo.

A análise de quaisquer outros complexos aspectos de saúde do homem levaria invariàvelmente às mesmas conclusões, por isso que a saúde pública é incontestàvelmente um problema de superestrutura que deverá de modo irrecorrível ajustar-se ao arcabouço econômico da Nação. Cada etapa da evolução economica nacional, da mesma forma que corresponde a certa composição da população e a uma determinada distribuição de mão-de-obra, tambem apresenta seus definidos problemas sanitários a serem solucionados, dentro de limitadas possibilidades.

Ao nosso país, nas condições atuais do seu desenvolvimento, não resta pois senão começar por enfrentar os problemas de medicina colonial que ainda assoberbam a Nação. Selecionados os programas práticos e de resultado imediato, procurar-se-á evitar o desperdício, só abandonando o definitivo pelo paliativo quando êste encontrar justificativa humana, psicológica ou econômica.

Constituirão, assim, objetivos primários os seguintes pontos básicos:

Endemias rurais

Combate à Malária e Endemias Rurais. a se desenvolver progressivamente de acôrdo com o potencial econômico de cada região considerada.

Constituindo a malária a primeira causa de incapacitação e morte em grande parte do nosso território, e dada a circunstancia da sua alta prevalência em plena zona de produção agricola, onde concorre para ainda mais diminuir o rendimento do nosso trabalhador, desnecessário se torna salientar o alcance do problema representado pela doença, tanto mais digno de atenção, quando hoje, com o advento dos modernos inseticidas de ação residual, passou-se a dispor de métodos práticos de extinção do mal ou de sua redução a nível desprezível pela quebra do elo representado pelo vetor na cadeira de transmissão.

Infestação cujas causas não têm senão indiretamente ligação com os fatôres economico-sociais, e estritamente, dependendo do transmissor animal, sem outros reservatórios que não o homem, constitui a malária um dos problemas sanitários para os quais se voltarão recursos e esforços, já pela real exequibilidade do trabalho saneador, já pelo imediato fruto de tal ação.

O Governo atual continuará a ampliar o combate à malária. Procurará, porém, dar sentido mais utilitário à obra sanitária, associando-a às atividades produtivas, principalmente agricolas. Reconhece o Governo a importancia do trabalho em curso, porém não esquece que, no combate à malária, a vitoria final só é obtida quando se completa a recuperação do solo pela agricultura, em condições técnicas adequadas. E' de ontem a experiência da Baixada Fluminense, onde milhões gastos em tão relevante emprendimento já foram em grande parte perdidos pela descontinuidade dos trabalhos e pela não colonização do terreno reconquistado. Deverá, assim, no combate à malária, trabalhar o Ministério da Educação e Saúde em cooperação com o Ministério da Agricultura.

Tuberculose

Luta contra a Tuberculose, através das medidas mais efetivas em face das atuais caracteristicas da doença em nosso meio, e contra "outras doenças transmissíveis", especialmente aquelas para as quais existam recursos preventivos práticos e seguros.

Todos os agrupamentos humanos em rápida evolução, industrialização e urbanização tem pago pesadíssimo tributo à chamada peste branca. E' imperioso reconhecer que a tuberculose é muito mais um fruto do pauperismo do que dependente de causas propriamente médicas. Assim, se por um lado é dever inadiável do Estado e da sociedade auxiliar as vitimas da tuberculose e de outras enfermidades de origem acentuadamente social, não descurando a assistencia aos trabalhadores que na sua tarefa pelo engrandecimento do país forem vitimas da doença, por outro lado tambem o Governo evitará firmemente prometer o impossível: a erradicação da tuberculose em um país onde ainda não foi possível resolver o problema quantitativo da alimentação do povo.

Dentro desta orientação, manterá o Governo a Campanha Nacional contra a Tuberculose, organizada e coordenada pelo Serviço Nacional de Tuberculose, procurando, porém, evitar todo o desperdício decorrente da multiplicação de serviços e organismos dispendiosos, orientando o trabalho no sentido de uma ação efetiva, o mais que possível economica, e que não perca de vista a função precípua de assistir os doentes. Nesse sentido a primeira providência será a centralização das contribuições dos organismos oficiais, paraestatais e privados, formando a base financeira que permitirá o desenvolvimento de um plano prático e ajustado às nossas condições, dentro das linhas estabelecidas por aquêle órgão federal especializado.

Assistência médica e hospitalar

Expansão dos Serviços de Assistência Médica e Hospitalar dos centros urbanos para as comunidades rurais.

No que respeita à assistência médica, é conhecida a precariedade dos nossos recursos disponíveis, avultando no particular a falta de pessoal médico e paramédico, e sua má distribuição no território nacional, consequência lógica da distribuição da população e da variabilidade do poder aquisitivo desta através do país. A correção de tal estado de coisas exige cuidadoso estudo, pois a situação não oferece probabilidade de modificação imediata, já pelo contínuo crescimento das populações urbanas, já pela perspectiva da expansão das instituições de previdência e assistência que promovem serviços médicos, concentrando suas atividades nos centros urbanos onde se aglomeram maiores proporções de beneficiários. Envidar-se-ão esforços para o racional aproveitamento dêsses recursos num progressivo plano de expansão de beneficios às zonas do interior, a serem gradualmente atendidas de acôrdo com suas possibilidades financeiras, concorrendo as diversas esferas governamentais, paraestatais e privadas para a manutenção do pessoal e serviços médicos nas zonas deficitárias, assegurando, assim, melhor distribuição dos recursos existentes.

Plano de Saneamento Básico dos núcleos de população com a variabilidade de soluções indicadas pelas diferentes situações e circunstâncias.

Política Dirigida de Alimentação, de que se tratará em outra parte.

Prosseguimento das medidas de *Assistência à Maternidade e à Infância*, especialmente no que diz respeito à luta contra os "perigos" alimentar e infeccioso.

Educação Sanitária, a ser desenvolvida paralelamente ao plano de educação geral das massas, do qual constitui um dos relevantes aspectos.

Problemas sanitários

De acordo com as considerações precedentes, os problemas sanitários resumem-se, de um lado, em males preponderantemente ligados a agentes animais cuja eliminação importa na erradicação da doença e, de outro lado, em problemas ligados ao complexo homem-meio, como a tuberculose, a mortalidade infantil e as verminoses.

A indicação é clara. Atacar através dos esquemas técnicos pela técnica sanitária os problemas de solução próxima e concentrar esforços para integrar o País num sistema de produção baseado na maquina, que alivie o homem e, com o enriquecimento trazido à Nação, permita a melhoria de condições de vida. A elevação do padrão de bem-estar progressivamente solucionará os problemas hoje irredutíveis, através das modificações do complexo homem-meio determinadas pelo fornecimento ao povo dos beneficios do saneamento, da alimentação sadia, da assistencia medica e higiênica, e da educação.

Isto porque, em ultima análise, a saúde do homem é um bem que pode ser comprado coletivamente, da mesma forma que outras comodidades da vida moderna. Os países de alto desenvolvimento economico podem adquirir a vida para suas crianças, bem como a saúde para seus operários. Os países atrasados, se não superam seus problemas de desenvolvimento, tem que se limitar a salvar o homem da morte pela variola, febre amarela e peste, para deixá-lo depois morrer de verminose ou tuberculose, consequente à deficiência permanente da alimentação.

Considera-se, pois, o Govêrno brasileiro perfeitamente conscio da sua responsabilidade no que se refere ao dever patriotico e humano de congregar todos os esforços para processar a modificação de condições que libertará o nosso povo dos tremendos *deficits* da sua saúde.

Educação e Cultura

As tarefas de estimular e orientar o desenvolvimento educacional do País devem ser articuladas com as medidas tendentes a resolver os problemas de elevação do nível de vida e a corrigir as carências de tôda a ordem, decorrentes tanto de nossa crise de crescimento, quanto das perturbações provenientes da conjuntura mundial. É necessário, além disso, adotar nêste setor, assim como em outros, o princípio de igualdade de oportunidades para todos, básico em nossa época, e à luz do qual o processo educativo passa a ser considerado instrumento não só de conservação, mas, tambem, de renovação e de progresso, dada a possibilidade que abre de acesso aos mais capazes de qualquer origem às funções de elevada categoria.

E a utilização sistemática de fôrças de sentido econômico e a mobilização, em grande escala, do potencial humano, que podem criar condições modificadoras dos estados graves de carencia, matrizes principais dos fenômenos de desorganização social.

Um grande país é, em última análise, uma comunidade de homens de forte capacidade de iniciativa individual e de vivo espírito de cooperação. Sem o desenvolvimento dessas duas qualidades, a solução dos desequilíbrios sociais passa a depender, integralmente, de um Estado hipertrófico e onipresente, que deverá tudo prever, de quem todos esperam tudo e ao qual se opõem óbices pela proposição de problemas particulares, que não podem ser enquadrados em esquemas de soluções gerais.

A escola é instrumento insubstituível na formação dessas duas qualidades, sobretudo a escola que vá além da simples alfabetização e prepare o homem para a solução dos problemas do meio onde vive. Sem esse instrumento, ou com sua existencia em grau escasso, ocorre a desigualdade de oportunidades, alarga-se a área de injustiças e de insatisfações.

Num país de grandes desníveis sociais e econômicos, como o nosso, um dos mais fecundos investimentos para a elevação de nossa riqueza e, em consequência, de nosso padrão de vida, é a educação das massas.

Os objetivos da obra de educação pública deverão ser a elevação do rendimento funcional do aparelhamento escolar existente, assim como o aceleramento da multiplicação das oportunidades educacionais para o povo.

Cumpre promover a continuidade do crescimento do sistema educacional do País, que tanto impulso tomou depois de 1930. Os dados estatísticos mostram que quase duplicou, entre 1932 e 1946, o número de unidades escolares, pois passaram, nesse período, de 29.948 a 54.480, enquanto o discipulado nelas incluido subiu de 2.274.213 para 4.461.328 alunos.

Esse são índices animadores do nosso progresso educacional, que, se teve sua causa, em parte, na própria transformação da estrutura social e econômica do País, não deixou, tambem, de experimentar a ação disciplinadora e estimuladora do Estado.

As reformas do ensino secundário e do ensino superior, ocorridas em 1931, começaram a dar nova disciplina estrutural ao nosso sistema educativo. A criação, nesse ano, do Ministério de Educação e Saúde, por sua vez, equipou a Administração Federal com um órgão especializado no tratamento das questões de ensino.

Ao deixar o Govêrno, em 1945, a organização do sistema escolar já havia assumido sua feição atual, por intermédio das leis orgânicas relativas a quase tôdas as modalidades de ensino. As últimas dessas leis, as do ensino normal e do ensino primário, foram promulgadas em 1946 mas o estudo de sua elaboração iniciou-se antes dessa data.

As condições presentes exigem não só o aperfeiçoamento da estrutura do sistema escolar, mas, tambem, a extensão da rede de instituições educativas, em todos os seus ramos e, especialmente, nos graus primário e médio.

A primeira dessas tarefas está afeta, em face da competencia que a Constituição atribui à União de fixar as bases e diretrizes da educação nacional, ao Congresso, o qual, na sua sabedoria, dará ao magno problema a solução mais conveniente e consentânea com as necessidades nacionais.

A segunda importa, antes de tudo, na multiplicação das escolas elementares e normais, rurais e urbanas, que constituem, indiscutivelmente, as bases do sistema de educação popular.

Ainda que a execução dessa parte seja fundamentalmente competência das outras esferas politico-administrativas, a experiência já provou, neste particular, a fecundidade da interferência federal, sob a forma de cooperação e de auxílio, os quais devem ser intensificados e estendidos.

Julgo caber ao Govêrno Federal a função precípua de, pela assistência técnica e financeira, assegurar condições para que os Estados, os Municípios e os particulares possam dar a máxima contribuição para a melhoria do nível educacional do povo.

Os recursos para tal obra devem resultar da colaboração da União, dos Estados e dos Municípios, e, mesmo, de entidades particulares, numa convergência perfeita de esforços.

Apreciável avanço, nêste particular, foi a criação em 1942 do Fundo Nacional de Ensino Primário, que, desenvolvido por lei de 1946, possibilitou a efetiva cooperação com os Estados na construção de prédios para escolas, especialmente rurais, em todo o território nacional.

Na medida em que as presentes dificuldades o permitam, deve-se cuidar imediatamente da ampliação de recursos financeiros para um "Fundo Nacional de Educação", assim como conciliar o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, não só ao cumprimento dos preceitos constitucionais relativos à matéria, como a uma política no sentido de ampliarem os investimentos constitucionais em educação.

Problema da educação no nível médio

A expansão educacional iniciada depois de 1930 teve sua tradução mais expressiva no crescimento do ensino secundário, acompanhado, em menor escala, mas tambem significativamente, pelas outras modalidades de ensino médio.

No que concerne ao ensino secundário, havia, no país, em 1932, 394 unidades escolares, nas quais se matricularam 56.208 alunos. Em 1946, revela a estatística a existência, entre nós, de 1.344 unidades escolares com matrícula total de 279.508 alunos.

Na ampliação considerável do ensino secundário está implícita uma modificação essencial de suas funções sociais e educativas, no sentido de sua democratização. No passado, através de reduzido número de escolas secundárias, realizava-se, como principal, a função de preparar os educandos para o ingresso nas escolas superiores. As reformas, neste campo de ensino, preocupavam-se, por isso, em melhorar a maneira pela qual essa função preparatória se exercia, dando ao ensino secundário o caráter de formação educativa de finalidade selecionadora de elites.

O papel dessas reformas foi, em grande parte, frustrado pelo considerável procura de educação secundária, em consequência da qual outras funções não previstas passaram também a dar sentido a essa modalidade de ensino.

Cumpre agora atentar melhor para essas outras funções, quais sejam as de distribuir ou encaminhar os adolescentes, já possuidores de certa educação geral, para as carreiras comerciais, industriais e rurais, o que deverá ser feito pela melhor articulação da escola secundária com as de outros tipos, sem que isso importe, contudo, restrição ou prejuízo do seu papel seletivo. Serviços de orientação educacional e profissional serão fatores valiosos para a obtenção desses resultados.

Algumas novas escolas secundárias oficiais já poderiam servir de campo experimental para mudanças necessarias à democratização do ensino secundario e à ampliação de suas funções.

Uma política de bolsas de estudos para jovens bem dotados de famílias de menores recursos econômicos ou de numerosos filhos, deve ser lançada em têrmos tais que reduza a dificuldade que muitos pais encontram para a educação de sua prole.

Também deve ser estudada, como processo de ampliação e barateamento do ensino, a possibilidade de uma política de financiamento da construção de escolas secundarias particulares, em troca de facilidades para o povo, isso nos casos em que não seja aconselhável mantê-las diretamente.

Ensino técnico

A tarefa de estimular o desenvolvimento do ensino secundário no sentido de uma educação acessível ao maior número e que prepare os adolescentes para a participação mais completa na vida coletiva, deve correr parelha com o impulsionamento do ensino técnico.

Em face de vastos recursos inexplorados, a opção que está proposta ao nosso homem é a de, ou usar os processos primitivos de trabalho, ou mobilizar os recursos técnicos de nossa era. Sendo esta última a solução que evidentemente se impõe, ela só poderá ser adotada, entretanto, pela preparação de especialistas de nível médio e de nível superior. Abaixo do nível universitário, mas já exigindo conclusão de curso ginasial, devemos manter numerosos cursos em escolas técnicas.

Há anos, promovi a ampliação da rêde de ensino profissional criando novas unidades em vários Estados, e melhorando os edifícios das existentes ou construindo outros. Urge, agora, equipar tais unidades escolares com laboratórios, oficinas e campos de demonstração, e torná-las conhecidas e reputadas. Daí sairão homens para as funções de condução de serviços, ou de contrôle de produção, situados entre engenheiros e operários.

Para complemento da ação da rêde federal de estabelecimentos de ensino industrial, e para atendimento rápido da necessidade de preparar grandes equipes de operários qualificados e aperfeiçoar mestres da indústria, foi instituído, em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

A atividade dêsse órgão sem dúvida confirmou o acêrto de sua criação, impondo-se, assim, a sua permanência com as modificações que se evidenciarem aconselháveis e oportunas.

Ensino superior

A atração para as carreiras liberais não conduziu as nossas escolas superiores para o caminho da formação de profissionais da ciência pura, nem se multiplicaram, com elas, no grau desejado, as oportunidades dos cursos técnicos superiores destinados ao preparo de especialistas para a agricultura, a indústria, o comércio e as obras públicas. É evidente, entretanto, que a evolução do Brasil nos conduz a êsses caminhos. É preciso prestigiar, vivamente, o crescente movimento de formação de universidades autônomas, adequadamente constituidas. Não se deve esquecer que a universidade nasceu como uma corporação autônoma de professôres e estudantes, — de homens que amadureceram no saber e dos que nêle se iniciam. É com êsse sentido que as universidades se vêm desenvolvendo há longos séculos em todos os países. Não são repartições públicas, nem os professôres um grupo de funcionários comuns.

O ideal seria que as universidades não fossem consideradas, especificamente, como pertencentes a nenhuma esfera do Govêrno, nem enquadradas, em nenhum dos três poderes clássicos, para se constituirem num poder à parte — o dos pesquisadores e servidores do conhecimento humano, com estatuto e fundos próprios, mantidos pelas contribuições dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e pelas doações das emprêsas e de indivíduos de alto espírito cívico.

Já que se processou à federalização de escolas superiores, em escala tão ampla, com o apoio do Congresso, devemos utilizar tal circunstância para um encaminhamento dessas instituições e o seu progressivo ajustamento ao sentido institucional como é da natureza da própria vida universitária.

Levantamento das necessidades como base de planejamento

O ataque frontal aos problemas educacionais do País, dada a sua extensão e extrema complexidade, está a reclamar um levantamento das condições da educação nacional, como base para um eficiente programa de ação.

Faz-se indispensável verificar o que há em nosso sistema escolar e em nossos hábitos pedagógicos de bem sucedido e de frustrado, que necessidade estão sendo atendidas ou postergadas e que influências renovadoras se devem estimular neste campo.

Será de tôda a valia conhecer-se, precisamente, o tipo de contribuição efetiva que está dando ao vasto interior do país, predominantemente agrário, a escola que nêle já conseguimos manter.

Há, além disso, o problema da evasão dos matriculados, tanto na escola primária quanto na secundária, do qual se conhecem as causas mais gerais, de ordem social e econômica, mas que carece de exame detalhado que permita a fixação das linhas praticas de sua solução.

Para o conhecimento dêsses e de outros problemas da educação nacional, é necessário reunir os dados já apurados, coligir novos elementos através de inquéritos e pesquisas especiais, analisá-los e sistematizá-los, a fim de que, das discussões de políticos e educadores, sociólogos e economistas, surjam as indicações para o planejamento contínuo da educação nacional.

Cultura

Constitui imperativo para o Govêrno realizar amplo esfôrço no sentido de favorecer, por todos os meios e na medida de seu justo interêsse, o processo de nosso desenvolvimento cultural e artístico.

Atravessamos um período de formação, em que atuam mais vivamente influencias que tendem a diluir a nossa homogeneidade substancial e a comprometer a vitalidade e o equilíbrio de nossas elites e a firme consciência da missão que lhes compete.

Cumpre, pois, não só animar, com incentivos novos, a preservação de nossas tradições e valores, como favorecer ao maior número de brasileiros o acesso às fontes de aperfeiçoamento espiritual.

Para atender a essa conveniência, devemos retomar, para ampliar-lhe o alcance e a eficiência, o programa de difusão cultural que iniciamos no Ministério da Educação e Saúde e que já assegurou benefícios efetivos nos diversos setores em que se desenvolve.

Dentro dessa orientação, de favorecer e animar as atividades criadoras da inteligência brasileira, cabe posição de relêvo ao Instituto Nacional do Livro, ao Instituto Nacional de Cinema Educativo, ao Serviço de Radiodifusão Educativa, aos Museus e às Bibliotecas, à Casa de Rui Barbosa, ao Serviço Nacional de Teatro, às instituições que protegem e valorizam o nosso patrimônio histórico e artístico.

Através do amparo à sua indústria devem ser mobilizadas as amplas possibilidades do livro, democratizando-o como instrumento persistente e poderoso de cultura popular.

Esta obra de educação extra-escolar deve ser apoiada, por outro lado, por um mais perfeito aproveitamento dos meios revelados pela Ciência e pela Técnica modernas, de modo a inverter no esfôrço da educação coletiva as amplas possibilidades do rádio, do cinema, da televisão e, bem assim, as formas de comunicação artística que cada dia mais se aproximam do povo.

IMIGRAÇÃO

Uma contribuição valiosa à melhoria das condições de produtividade da população brasileira é, sem dúvida, a vinda de bons contingentes imigratórios, capazes, pelo seu trabalho qualificado, na agricultura e na indústria, de transmitir ao trabalhador nacional as técnicas mais aperfeiçoadas postas em prática em seus países de origem.

Importância fundamental, consequentemente, deve ser atribuida ao problema da imigração e às questões que lhe são correlatas, tais como a colocação, a distribuição, a colonização e a assimilação.

E' necessário favorecer em escala econômica a localização de maiores massas imigratórias nas regiões do Norte e do Centro do País. Os meios de transporte e comunicações são hoje, ali, mais amplos do que os encontrados pelos imigrantes quando há um século se estabeleceram no Sul. Assim também são as condições sanitárias. Por outro lado, a conquista da ecologia assegura hoje a adaptação do homem a todos os climas. O Govêrno cuidará dêste importante problema e ampliará as tentativas feitas até agora para a colonização européia dessas vastas regiões, objetivando alargar a base geográfica das zonas aptas ao recebimento de imigração estrangeira.

Como frisei durante a campanha presidencial, o problema da imigração foi dos mais descurados últimamente. Basta confrontar as estatísticas existentes para verificar as oportunidades perdidas pelo Brasil: dos quase 877 mil deslocados de guerra que, sob os auspícios da Organização Internacional de Refugiados, foram distribuidos para vários países, pouco mais de 26 mil se localizaram no Brasil, desde 1947. Imigrantes, como tais considerados os estrangeiros entrados em caráter permanente e em primeiro estabelecimento, só recebemos 13 mil em 1946, 18 mil em 1947 e 21.500 em 1948.

São, evidentemente, reduzidas tais cifras, em relação à capacidade de absorção do País e à necessidade que temos de imigrantes.

Acentuo, mais uma vez, — como já o fiz em outra ocasião — que não devemos temer a concorrência do alienígena, mas, ao contrário, recebê-lo de braços abertos, desde que êle concorra para o levantamento de nosso padrão de vida até o nível dos povos vanguardeiros da civilização.

E' necessário realizar uma política de porta aberta às boas correntes imigratórias, fomentando, incentivando e ampliando, sob tôdas as formas, a colaboração do Govêrno brasileiro com os governos dos países de imigração e com os organismos internacionais a que estão afetos os vários aspectos das questões de mão de obra e imigração. Prestigiando suas iniciativas e com êles cooperando eficazmente, muito se beneficiará o Brasil, uma vez que os problemas de imigração na hora atual se colocam todos no âmbito de planejamentos internacionais.

Apoio decisivo e permanente merecem, portanto, os empreendimentos nacionais ou estrangeiros destinados a promover imigração dirigida e colonização adequadamente planejadas ou buscando realizar em nosso País investimentos com estas finalidades. O Govêrno, plenamente cônscio da importância dêste problema para o progresso da nação, tudo facilitará à iniciativa privada neste setor.

Dentro dessas diretrizes gerais, serão tomadas as providências necessárias, de ordem administrativa e política, para que o País retome a trilha segura de hospitalidade cordial, mantida na maior parte de sua história, que tantos benefícios lhe trouxe no passado e de que ainda tanto podemos esperar no futuro.

Tem o Brasil interêsse em receber, não só as correntes de sua imigração tradicional, como a portuguêsa, a italiana, a alemã, e a sirio-libanesa, entre outras, mas ainda as formadas por elementos selecionados entre os "deslocados de guerra" e refugiados, ora concentrados, principalmente, na Alemanha Ocidental.

Tôdas são valiosas, e nessa diversidade de etnias e especializações profissionais, encontraremos os elementos de que o nosso País carece para acelerar o ritmo do seu progresso. Assim, poderão ter seguimento, em moldes mais largos, as realizações, até agora ainda em escala reduzida, de imigração dirigida.

Urge, para isso, extinguir os entraves de supérfluos trâmites burocráticos, que atualmente dificultam a solução dos problemas imigratórios entre nós, em prejuízo de nossos verdadeiros e fundamentais interêsses.

Eliminada a parte negativa, poder-se-á, nos aspectos positivos, realizar acôrdos, promover a seleção, conseguir o transporte, aparelhar devidamente os serviços de recebimento e hospedagem, planejar convenientemente a distribuição e organizar os serviços de colocação, tanto para imigrantes agrícolas como industriais, bem como pôr em prática os processos mais racionais de assimilação e abrasileiramento do alienígena.

Trabalho

Com o movimento de 1930, foram lançadas no País as bases de pacífica mas incisiva e irretroagível revolução social e inauguradas as linhas mestras de um regime de amparo efetivo ao trabalhador, através de avançada legislação, que, sôbre regular as relações entre patrões e empregados, traçou os rumos decisivos de um amplo sistema de previdência social.

Os problemas pertinentes ao trabalho, sob seus múltiplos aspectos — salário, mínimo, de acôrdo com as condições de cada região; horários, férias, higiene, segurança, salubridade, descanso, fatores indispensáveis à defesa dos trabalhadores de tôdas as categorias; assistência sanitária; previdência, mediante contribuição do Govêrno, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra consequências da doença, velhice, invalidez e morte; obrigatoriedade da instituição do seguro, pelo empregador, contra os acidentes do trabalho; todos esses preceitos encontraram solução na década 1930-40.

Complementando estas inovações de profundo alcance social, os constituintes de 1946 consagraram alguns preceitos de irrecusável importância, vários dos quais, no entanto, não foram ainda incorporados às conquistas do trabalhador brasileiro, pelo fato de dependerem, ainda hoje, da necessaria regulamentação, que se vem postergando, em virtude das numerosas controvérsias de que têm sido objeto.

Em consequência da legislação deixada pelo nosso período anterior de govêrno, visando à organização e representação legítima das classes profissionais, o número de sindicatos atinge atualmente aê 1.895, o de federações a 87 e o das confederações a 4. E', entretanto, para lamentar certa redução nas atividades sindicais, de que são um dos fatores decisivos os longos períodos de intervenção.

Em 1949, tendo em vista a nova conceituação de salário mínimo, estabelecida pela Constituição, realizou-se novo inquérito de âmbito nacional para apurar as condições de vida dos trabalhadores, objetivando, particularmente, a coleta de informes sôbre "as necessidades normais do trabalhador e de sua família". Os resultados da pesquisa foram encaminhados, em meio de 1950, às Comissões de Salário Mínimo, que, até o momento, não completaram seu trabalho.

Alguns órgãos da Administração, neste setor, estão a merecer acurada atenção por parte do Govêrno. Assim, por exemplo, as condições precárias em que se processam as atividades de identificação profissional influem, sobremodo, na vida dos sindicatos, e na defesa dos direitos do trabalhador.

A aplicação inadequada dos fundos do impôsto sindical redundou em grande desperdício de recursos que poderiam ser melhor empregados, no sentido de favorecer o progresso social dos trabalhadores.

Cumpre, como já indiquei no comêço desta Mensagem, aperfeiçoar a legislação trabalhista e pô-la em eficaz execução como um instrumento de resguardo de direitos e de liberação do temor e, assim, de progresso social e politico. Mas não podemos perder de vista que a legislação do trabalho não resolverá, por si só, o magno problema da elevação dos salários reais e dos níveis de vida das massas trabalhadoras do Brasil.

As condições do mercado do [illegible]lho são realmente críticas. Enquanto se verifica uma rígida escassez de técnicos, de especialistas, de capatazes e contramestres, superabundam os trabalhadores comuns à procura de

(Continua na página seguinte)

A situação do país

(Continuação da página anterior)

empregos. As empresas industriais e os serviços públicos, oferecendo salários comparativamente altos, atraem as massas rurais, embora não tenham capacidade para absorver esses novos contingentes de mão-de-obra. Os próprios artifícios característicos da vida urbana parecem oferecer satisfação às aspirações populares, à falta de melhores condições econômicas no interior. Por sua vez a elevada oferta de mão-de-obra provinda dos campos impede a elevação dos salários urbanos nas indústrias e no comércio.

A estrutura do mercado do trabalho não deixa dúvida de que o problema da melhoria das condições do trabalhador não se soluciona, apenas, por uma política distributivista, as, sobretudo, mediante um programa de mais largos horizontes de emprêgo e de mais elevada produtividade. A produtividade do trabalhador médio brasileiro apresenta, por vezes, índices inferiores aos de outros países. Esse fato não se deve nem à raça, nem ao clima, mas a uma conjugação de outros fatores, dos quais enumerarei alguns, a fim de acentuar que o Govêrno, empenhado em resolver, nas suas próprias raízes, o problema do trabalho nacional, está consciente de sua complexidade.

Há que ressaltar, de logo, o reduzido consumo de alimentos, o baixo padrão de habitação, e as precaríssimas condições de vestuário da grande massa das populações rurais.

A elevação dos níveis dêsse consumo é essencial para valorizar o homem, no sentido de elevar-lhe a própria capacidade de produção. Ao lado disso, persistem, por fôrça da tradição, hábitos prejudiciais ao rendimento que só aos poucos poderão ser erradicados e que se traduzem na proverbial falta de ambição de boa parte das nossas massas trabalhadoras. O próprio clima de confiança e de progresso social, além do desenvolvimento econômico, constitui o mais poderoso fator para a superação dessa mentalidade.

A insuficiência de instrução, não só técnica, mas sobretudo primária, é também fator negativo de trabalho. O incipiente desenvolvimento das técnicas de direção, que somente podem ser assimiladas com uma longa experiência, ou com educação e imigração, reduz a eficiência da mão-de-obra.

Mais importante que tudo, porém, é o fato de que a maior percentagem da energia utilizada nos processos de produção no Brasil ainda é a do braço do homem. Em outras palavras: cada trabalhador brasileiro conta com uma cota insignificante de energia mecânica a seu serviço. Sua produtividade, portanto, tem que ser pequena, e o estímulo para o aperfeiçoamento tecnico também reduzido.

Desta forma, o desenvolvimento econômico, através das aplicações de capitais públicos e privados, em máquinas e equipamentos, a instrução e a ampliação dos quadros profissionais representam fatores decisivos para melhoria das condições do trabalhador, que, no entanto, não pode prescindir da oportuna e justa ação do Estado no sentido de que lhe caiba parcela crescente dos frutos da produção.

E' meu firme propósito utilizar e desenvolver o aparelhamento técnico dos órgãos federais, a fim de enfrentar com maior eficiência as tarefas específicas de proteção e defesa do trabalhador na plena execução das leis trabalhistas, articulando, porém, êsse programa com as medidas de desenvolvimento econômico do País.

Atenção especial será dada aos complexos problemas do trabalho agrícola, a fim de levar ao homem do campo todo o benefício da legislação social e libertá-lo das condições presentes de inferioridade.

Para isso, o Executivo aguarda com ansiedade a lei agrária, ainda em estudos no Congresso Nacional, a fim de que se possa ajustar a atividade dos trabalhadores rurais ao sistema de proteção já aplicado aos empregados na idústria e no comércio. Não pode o operário rural, que tanto contribui para o fomento da riqueza pública e particular, permanecer à margem dos postulados do nosso direito social, inspirados nos sentimentos de humanismo cristão que marcaram de tanta generosidade e grandeza os anais da vida nacional.

Previdência e Assistência Social

Dentre as atribuições do Estado moderno, a da previdência social assume papel relevante pelos objetivos que tem em vista e pela influência direta que exerce na vida de tôda a população. Semelhante influência se fêz sentir de modo especial ao encerrar-se o segundo conflito mundial, quando os governos democráticos vitoriosos se deram pressa em efetivar as promessas que formularam, especialmente na Carta do Atlantico, no tocante à libertação da miséria. Sobretudo na Grã-Bretanha, o movimento renovador da previdência social se fêz notar ainda mesmo em plena conflagração, com o aparecimento do plano Beveridge. Essa época marca o início de uma fase extensiva da previdência social, abrangendo não apenas grupos profissionais ou classes menos favorecidas, mas alcançando, em tôda a sua amplitude, os cidadãos de uma nação.

Essa influência e êsses aspectos evolutivos da previdência social repercutiram em nosso país, permeando os estudos empreendidos para a reestruturação do regime brasileiro.

A previdência social no Brasil teve início com a primeira lei de acidentes do trabalho, promulgada em 1919, e, a seguir, em 1923 com a lei que instituiu as Caixas de Aposentadorias e Pensões para os trabalhadores ferroviários. Até 1930, porém, estacionou o regime de previdencia nessa fase embrionária e somente a partir dessa data é que a revolução vitoriosa lhe iria promover a evolução. Em verdade, incrementou-se extraordinariamente a organização dos serviços de previdência, ampliando-se o regime das Caixas de Aposentadorias e Pensões. Foram criados, sucessivamente, os grandes Institutos, que vieram amparar, cada qual por sua vez, a massa dos trabalhadores urbanos, até alcançá-los em sua quase totalidade com a implantação do último dentre êsses, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Achava-se, dêsse modo, a previdência social do país pronta para galgar uma etapa superior, e, para tanto, não se descurou o Governo de então, ordenando, com a expedição do Decreto-lei n. 7.524, de 5 de maio de 1945, que criou a Comissão Organizadora do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, o estudo sistemático do assunto e a elaboração de planos nacionais de Previdencia. A situação do citado Instituto deveria centralizar-se na execução, de tal sorte que sua ação benéfica se fizesse sentir nos mais remotos rincões do território brasileiro, favorecendo a todos os seus habitantes, sem discriminações de qualquer natureza. Ainda que elaborado com esfôrço e cuidado, não logrou o plano a atenção que, sem dúvida, mereceria do Governo passado. Impõe-se, portanto, ao presente Governo reabrir os estudos tão minuciosamente elaborados, atualizando-os e adaptando-os à realidade de nossos dias, visando a que a previdência se venha traduzir em benefícios sociais efetivos, e, sobretudo, se estenda à amplitude do nosso território, alcançando necessàriamente os trabalhadores agrários.

Vale salientar, todavia, que a extensão da previdência às atividades rurais deve ser realizada com as cautelas que as dificuldades do problema apresentam, principalmente porque se deve atentar, correlatamente, como fator da maior magnitude, nas dificuldades de reestruturação dos seus serviços de assistência médica.

No setor da atividade médica é que se vêm agravando os defeitos da organização anacrônica da previdência. Provado está que o sistema atual não tem capacidade de expansão e nem sequer pode atingir os limites do que necessitam os trabalhadores das capitais. O problema de hospitalização do trabalhador brasileiro continuará insolúvel por longos anos, em certas áreas menos favorecidas, onde não existe um só leito hospitalar, a menos que se organizem os serviços do seguro social obrigatório sem preocupação das fronteiras municipais. Estas não devem constituir obstáculo ao uso comum de recursos que, embora tenham de ser concentrados num só local, devem atender à relativa dispersão da massa trabalhadora.

Dentro da organização esquemática a que obedecem os grandes institutos, jamais evitaremos que o associado, ao requerer o benefício, seja um desconhecido na agência ou delegacia, muito embora tenha contribuído por dezenas de anos. Isto porque os institutos jamais poderão, sem incorrer em despesas desproporcionais, estar em tôda parte, em todos os bairros, tão próximos das residencias dos seus segurados quanto é necessário, para que os serviços sejam efetivamente prestados a tempo e a hora.

Os órgãos de execução descentralizada, projetados em pequenas unidades regionais que abranjam certo número — cem mil habitantes, grupados de acôrdo com as facilidades de comunicações e em função das tendências observadas na formação dos centros de dispersão dos recursos — parecem a fórmula ideal de expansão dos serviços pelo interior. Dever-se-á, através dessas unidades, estender progressivamente os diversos tipos de benefícios aos trabalhadores agrários, isto porque, em certas zonas mais progressistas, a quase totalidade dos benefícios do seguro social já vem encontrando repercussão por parte do homem do campo.

Estas unidades teriam ainda a virtude de facilitar a participação dos interessados na fiscalização das atividades da previdência social, através de conselhos de representantes que funcionariam junto de cada uma.

Embora a previdência social dos funcionários públicos se distancie, como problema, dos demais casos, apresenta ela peculiaridades que devem ser atendidas através de instituição especializada — o Instituto de Previdência e Assistencia aos Servidores do Estado — com a qual o Estado, como empregador, deverá dar o exemplo da complementação que podem ter os planos gerais de previdência.

O custeio das atividades da previdência social é um dos pontos nevrálgicos da questão. No Brasil, definimo-nos pelo sistema da tríplice e igual contribuição dos segurados, empregadores e Estado. O fato de contribuir, porém, a União com uma parcela igual ao das demais fontes, apresenta, sem dúvida, o inconveniente de que, custeando o Estado um têrço dos benefícios, dá mais aos que dispõem de melhores salários, o que não é de boa justiça social. Ora, devendo o Estado garantir condições iguais para todos os cidadãos, conclui-se que sua participação financeira se deverá limitar ao plano básico de benefícios.

E' de acentuar que a generalização referida dos seguros sociais a tôdas as classes e a sua ampliação a todo o territorio nacional importariam, por outro lado, numa extensão das contribuições a todos, e não apenas a grupos determinados, como hoje se verifica.

Concomitantemente, faz-se mister rever a politica de aplicação de reservas, com o objetivo de conseguir-se aplicação mais útil e melhor ordenada das contribuições, — fator indispensavel a que se possa outorgar, com êxito, a extensão inadiável dos benefícios da previdência social ao trabalhador do campo.

Registra-se, atualmente, grande dispersão de recursos, proveniente da liberdade assegurada às várias administrações autarquicas, não se tendo beneficiado o país de grande capital disponível, na forma que seria de desejar, dentro de um plano de desenvolvimento econômico. Urge, portanto, inaugurar nova política uniforme de aplicações, dando-lhes aspecto nitidamente econômico-social.

Como já tive ocasião de afirmar em outra oportunidade, o Governo tornou-se devedor remisso das instituições de previdência social. Enquanto que, em 1945, a dívida da União era de 839 milhões e 541 mil cruzeiros, em cinco anos apenas ascendeu à importancia superior a 6 bilhões de cruzeiros.

Exceto a entrega de imóveis no valor de 400 milhões de cruzeiros, através da Caixa de Mobilização Bancária, nenhuma outra providência tomou o Govêrno passado no sentido de enfrentar tão cruciante problema.

Se a guerra dificultou ao Governo, até o ano de 1945, o pagamento de suas contribuições aos Institutos de Previdência, tão lamentável falha não pode ser explicada, no após-guerra, senão pela falta de compreensão das transcendentes finalidades dessas organizações.

As novas bases sugeridas para o custeio da previdencia social — muito embora se preconize a extensão do regime a tôdas as camadas da população — deverão deter a progressão da dívida, permitindo, ainda, a sua consolidação e liquidação, em prazo razoável.

Nesse sentido, meu Governo se empenhará decisivamente para solucionar problema tão irritante, e que se vem agravando a cada ano.

Seguros

Desde o início dêste século, o campo das atividades seguradoras apresenta, em nosso país, como característica uniforme, o desenvolvimento de solidos grupos, habilitados a suprir as necessidades imediatas do mercado nacional.

O rápido progresso econômico determinou, contudo, a exigência de apurada organização técnica e potencial financeiro cada vez maior, dando assim ensejo à preponderância das seguradoras estrangeiras sôbre as nacionais.

A criação em 1939, de um órgão específico, com atribuição precípua de regular e desenvolver as operações de seguros e de resseguros, objetivou, acima de tudo, corrigir essa anomalia, restabelecendo o equilíbrio rompido e salvaguardando os altos interêsses nacionais, pela retenção, no País, de considerável massa de capital e dos rendimentos proporcionados por essas operações, que se evadiam para o exterior.

Verificou-se, com a adoção dessa providência, apreciável desenvolvimento do potencial econômico do meio segurador e consequente retenção de divisas, que puderam ser aplicadas em proveito do nosso próprio desenvolvimento.

O reaparelhamento do sistema de fiscalização e contrôle das operações em todo o território nacional, a revisão do atual regulamento de seguros, principalmente no que se refere à distribuição dos lucros, aplicação de reservas, fixação de novos limites de capital para as sociedades e revisão das tarifas, e, sobretudo, um reajustamento mais racional na parte de impostos sôbre as operações de resseguros com o exterior, constituem aspectos relevantes do problema, a merecer a contribuição dos especialistas e a diligente atenção do Govêrno.

Há ainda, outro ponto a salientar, de indiscutível importância para a economia nacional. Quero referir-me à implantação do seguro agropecuário em nosso País, precedida, naturalmente, de amplos e abalizados estudos.

Problema dos mais complexos — e que já está, aliás, nas cogitações dos Senhores Congressistas — intimamente ligado ao da estabilidade de renda dos produtores rurais, a expansão do seguro agropecuário poderá vir a constituir-se em fator decisivo do desenvolvimento racional do crédito agrícola. A instituição do seguro agrário completaria a do seguro social na proteção ao homem do campo.

Enquanto a maioria das demais atividades econômicas já está amparada por um sistema adequado de seguros, a agricultura ainda opera em bases as mais rudimentares e completamente desprotegida quanto aos riscos que lhe são peculiares.

As consequências de tal falha são, evidentemente, das mais graves, como a fuga do braço humano e do capital para setores de maior proteção e rendimento.

A desorganização, nesse particular, assume importância excepcional na conjuntura presente, marcada de sombrias perspectivas. Mais avulta, assim, o dever do Govêrno de promover as medidas capazes de evitar que o sucesso dos empreendimentos agrários fique na exclusiva dependência de fatôres aleatórios, cujos efeitos podem ser controlados mas que o homem do campo, isoladamente, não pode enfrentar.

No conjunto de medidas destinadas a proporcionar ao agricultor situação mais estável, despertar-lhe o interêsse e o entusiasmo para o trabalho, indispensáveis ao sucesso de qualquer empreendimento — muito espera o Govêrno da implantação de um sistema de seguro agropecuário.

E' uma experiência a ser tentada, com tanto maior certeza de sucesso quanto é certo que a própria organização do seguro agropecuário, além das vantagens seguradoras a êle inerentes, permitirá ainda a ampliação dos recursos para o financiamento dêsse tipo de atividade.

Necessário será, portanto, que a estrutura do órgão regulador da expansão do seguro em nosso País seja dotada dos recursos humanos, técnicos e financeiros imprescindíveis ao equacionamento técnico do problema e à coordenação das unidades tendentes à realização do seguro agropecuário.

Assistência social

Embora a melhoria das condições de vida do povo dependa essencialmente do progresso econômico do País, merecem especial atenção do Govêrno as atividades de assistência social.

Os benefícios do desenvolvimento econômico sòmente se fazem sentir a longo prazo, impondo-se por isso o imperativo psicológico e humano de apelar o Estado para a assistência social, com o fim de corrigir os agudos desajustamentos de nossa época, que, de outra forma, poderiam até anular aqueles mesmos benefícios. Ao lado do seu objetivo de oferecer o confôrto de solidariedade às grandes massas deserdadas, incumbe à assistência social, por todos os meios ao seu alcance, elevar a produtividade do homem brasileiro e, em consequência, sua capacidade de auferir maiores salários.

As atividades públicas iniciadas, neste campo, em meu período anterior de Govêrno deverão ser continuadas.

É propósito do Govêrno, porém, prestigiar a iniciativa privada que apresenta no Brasil tradicionais entidades de assistência, como as "casas de misericórdias" e estimular o espírito de serviço e de solidariedade social.

Impõe-se maior articulação das atividades de associações ou fundações, entidades de classe, órgãos estaduais e municipais, serviços autárquicos e outros de caráter federal, visando evitar duplicação de iniciativas, dispersão e, consequentemente, desperdício de recursos.

Auxílio às famílias numerosas

Uma das medidas de alcance social mais acertado, verificada anteriormente a 1945, foi a instituição dos abonos em dinheiro às famílias numerosas.

Tratava-se, porém, de regime inaugurado em fase experimental, e que comportaria, por isso mesmo, com o correr dos tempos, mais amplo desenvolvimento. Nessa trilha, aliás, têm caminhado os países de civilização democrática, em que, sob várias formas, o auxílio às famílias numerosas se transformou em obrigação de que o Estado efetivamente se desincumbe. Há necessidade, portanto, de reconsiderar entre nós o problema, atualizando as bases em que o abono familiar é concedido, e, se necessário, entrosando-o, quer com o novo regime de previdência social que venha a ser inaugurado, quer com o instituto do salário mínimo familar, previsto na Constituição de 1946 e até agora não executado. Para êsse aspecto, de magnitude indisfarçável num país onde a mortalidade infantil se verifica assustadoramente, entravando o campo do nosso progresso demográfico, e onde a falta de amparo à criança constitui um dos piores flagelos a enfrentar e combater, o auxílio às famílias, não apenas numerosas, mas a tôdas as famílias necessitadas, é dever indeclinável que o meu Govêrno tem o propósito de não olvidar.

Sôbre ter sido descurado o aperfeiçoamento e ampliação do sistema, verificou-se nos últimos anos uma parcial paralisia em sua execução. Assim é que as coletorias do Interior não recebiam frequentemente as ordens para o pagamento dos pequenos abonos a que têm direito as famílias pobres de prole numerosa. E isso acontecia, enquanto o orçamento engordava com vantagens para pequenos grupos privilegiados de funcionários e sinecuristas, ou com dotações outras de interêsse público limitado ou duvidoso.

Alimentação

O problema alimentar brasileiro é assunto cuja gravidade já ninguém mais poderá esconder. O estado de subnutrição em que vive grande maioria de nossa população, revelado através de inquéritos levados a efeito por médicos e sociólogos, pesa terrivelmente na evolução econômica e social de nosso País.

Urge, pois, que se estabeleça uma eficaz política nacional de alimentação, para combater as graves conseqüências da desnutrição crônica de que padece o nosso povo.

Sempre me preocupei com êsse grave problema social e desde o meu primeiro período governamental procurei atacá-lo com o fim de melhorar o nível de nutrição de nossas populações. E, na verdade, como resultados promissores, verifica-se uma significativa mudança no panorama alimentar do País.

Graças às pesquisas realizadas por organismos técnicos como o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, dispõem, hoje, os poderes públicos de rico acervo de fundamentos científicos no qual se pode alicerçar a política nacional de alimentação. Esses estudos não só revelaram os aspectos fundamentais da realidade alimentar brasileira, como, também, trouxeram ao conhecimento coletivo o exato valor nutritivo de inúmeras substâncias alimentares produzidas em nosso País.

Por outro lado, através do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), têm os poderes públicos desenvolvido amplo programa de assistência alimentar, através de uma rede de restaurantes populares que abrange vários Estados da Federação.

Devemos, contudo, reconhecer que essas medidas estão longe de resolver um problema de tamanha complexidade, como seja o da alimentação coletiva. E isso é explicável, se levarmos em conta a sua magnitude e o longo tempo em que ficou inteiramente esquecido pelas elites dirigentes do País. Com suas raízes mergulhadas profundamente na estrutura econômica e social da Nação, não pode ser êsse problema resolvido isoladamente, destacado de outros, dos quais é uma contingência inevitável.

Sòmente com adequadas reformas em nosso arcabouço econômico, será possível uma solução realmente satisfatória do problema. E' preciso examiná-lo em conexão com outros que representam a base fundamental do bem-estar coletivo.

Na política de bem-estar social, que tenho em mira realizar, ocupará um lugar de destaque o da melhoria das condições de alimentação do povo brasileiro.

Forçado a realizar tremendo esfôrço muscular, que só encontra símile no que se exige dos povos mais atrasados ou no que se realizava em épocas recuadas da História, o trabalhador brasileiro, mal alimentado, debilitado na sua energia biológica, só pode apresentar os baixos índices de produtividade que as estatísticas internacionais consignam com tanto alarde e que tanto servem aos interessados em denegrir a capacidade de trabalho dos nossos patrícios. Esquecem-se, porém, os que assim nos querem ver, que, nas condições de vida e trabalho do homem brasileiro, essa produtividade, conquanto reduzida, é uma prova, não de incapacidade, mas antes de uma resistência física de que poucos povos, mesmo os que se consideram superiores, se poderão vangloriar. Constitui, pois, a obtenção de condições racionais de alimentação para o trabalhador nacional, objetivo primacial a ser atingido na campanha de revalorização do homem brasileiro, através da melhoria de suas condições de saúde. Pela melhor alimentação, não se obterão apenas melhores índices sanitários para o nosso povo, mas, também, sensível elevação dos padrões da economia nacional.

Julgo da maior importância cuidar de um planejamento da produção agropecuária, levando em consideração, antes de tudo, as necessidades alimentares da população brasileira.

Medida importante é o aproveitamento das terras cultiváveis, circunvizinhas dos grandes centros urbanos, para a agricultura de generos alimentícios, principalmente dos produtos chamados perecíveis, como frutas, legumes e verduras, que não resistem a longos transportes, sem os recursos técnicos da refrigeração, de que não dispõe o Brasil em escala suficiente.

A prioridade no transporte e armazenamento dos gêneros alimentícios, sobretudo dos perecíveis, é outra providência que se impõe, enquanto não se alargam os recursos, nêste particular.

Com estas e outras medidas a serem progressivamente postas em execução, o Govêrno espera aliviar a aflitiva situação do trabalhador nacional, que, apesar do amparo da atual legislação trabalhista, não encontra ainda possibilidade de atingir um nível razoável de nutrição, para si e para sua família.

Habitação popular

O problema da habitação, em geral, e especialmente o da habitação de tipo popular, tornou-se crítico em todo o mundo, e, em nosso caso, se explica não só pela concentração demográfica nos centros urbanos, como também pelo menor interesse que vem demonstrando o capital particular pelas iniciativas dêsse tipo. A população global das maiores cidades brasileiras cresceu cerca de 5 e meio milhões na ultima década, sendo 2,5 milhões pelo afluxo de população provinda dos meios rurais e centros menores. Moradia com um mínimo de confôrto para tôda essa população acrescida implicaria investimento superior à capacidade do País, durante muitos anos. Ao Govêrno cumpre, portanto, uma posição ativa em face desta matéria, bem como rever os planos e os métodos da organização especializada, suprindo deficiências de recursos privados e publicos, locais ou autárquicos, para o encaminhamento da solução do problema, e coordenando os vários programas e empreendimentos descentralizados numa política nacional, articulada com as outras medidas tendentes a promover o desenvolvimento da Nação.

A contribuição da previdencia social nesse setor, pela aplicação de substancial parcela de suas reservas na construção de casas e nucleos residenciais, tem sido consideravel, mas ainda não plenamente satisfatoria.

Embora assumindo essas aplicações o caráter de "quota de sacrifício", ainda assim o seu emprego não pode deixar de respeitar as condições básicas das inversões de capitais, assegurando juros mínimos e preenchendo requisitos de garantia.

Impõe-se não somente prosseguir nessas atividades, atendendo com interesse ao problema no setor rural, como também trazer para colaborar na sua solução os recursos financeiros e técnicos das Caixas Economicas e das entidades particulares relacionadas com o crédito hipotecário, a capitalização, os seguros e o serviço social.

E' fundamental prever-se o abastecimento de materiais básicos para a construção de casa, sem todavia abalar as condições de equilibrio do mercado e de maneira a possibilitar o seu aproveitamento noutros setores.

Estima-se que 80% do custo ordinário das casas populares representam a quota de cimento, material cerâmico e esquadrias. Revelam os levantamentos que a produção dêstes materiais, nas condições presentes, não satisfará às necessidades de um consumo acrescido, em virtude de ampliação do programa de construção de casas populares. Decorre daí o imperativo não só de aumentar a capacidade produtiva das fabricas existentes e de instalar novas, como de localizar estas últimas racionalmente, de modo que os produtos cheguem aos pontos de consumo, com o mínimo de despesa de transportes realizável dentro das condições nacionais.

No seu plano de reequipamento e de expansão da industria de materiais para a construção civil o Govêrno procurará obter das empresas beneficiarias de auxílios oficiais, nas quotas indispensaveis, a garantia de fornecimentos dos produtos necessarios à execução do programa de construção de casas populares. Cumpre, destacadamente, aos órgãos de administração que tratam do problema fugir, na construção de conjuntos residenciais, das influências personalistas: promover a melhoria das habitações precárias existentes, por exemplo, de suas instalações sanitárias; assistir técnica e financeiramente a industrias regionais de material de construções e instalações e a instituições locais de crédito para casa popular.

O Problema do Homem do Campo

O estudo das correntes migratórias internas revela o desenraizamento dos que se dedicam à lavoura e à criação, especialmente pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e meros assalariados rurais.

No Brasil, como em tôda parte, as famílias rurais são sempre mais prolíferas do que as urbanas. Todavia, verificou-se, pelos dados comparados dos recenseamentos gerais de 1940 e 1950, esta situação grave: a população geral do País cresceu de 25% enquanto a das capitais aumentou de 50%. O fator importante dessa anomalia é o precário nível de vida do homem do campo, que carece de um mínimo de bem-estar.

Impõem-se, primordialmente, medidas de amparo à economia agrícola, bem como facilitar aos trabalhadores rurais o acesso à terra própria.

Em aditamento, o Govêrno procurará estender aos homens do campo, progressivamente, os benefícios de um programa de assistência e de uma legislação específica que lhes assegure mais eficazes garantias de trabalho e salários mais compensatórios, proteção contra acidentes do trabalho, além de aposentadoria e pensão nos casos de invalidez ou velhice. Neste sentido, a revisão e efetivação do salário mínimo para o trabalhador rural e a extensão a êle dos benefícios e vantagens de que gozam os trabalhadores urbanos, será um dos objetivos de meu Govêrno, para eliminar a disparidade de tratamento, responsável, em grande parte, pelo êxodo rural. Êsse objetivo deverá ser necessàriamente completado por um largo programa nacional de colonização.

Colonização

No passado, a colonização tinha por objeto alargar a área de ocupação econômica do território e o efetivo de população. Essa função ainda tem atualidade, mas já hoje é fora de dúvida que outros objetivos são mais importantes, como o de ampliar os suprimentos alimentares, com a criação dos cinturões verdes em tôrno das cidades; o de melhor aproveitar as terras acessíveis, utilizando as facilidades de transportes e até contribuindo para a recuperação econômica das terras que marginam as estradas de ferro e outras vias; o de facilitar a propriedade da terra, constituindo-se um fator de fixação no campo e de revitalização de nossa economia agrária; o de fixar imigrantes, visando precipuamente ao aumento da produção e à introdução de novas técnicas e hábitos de trabalho nos meios rurais.

Não tem mais razão de ser a identificação do problema da colonização com o da imigração, embora inter-relacionados. A colonização está sobretudo ligada ao problema da acessibilidade e do uso da terra, da valorização do homem rural e do soerguimento da agricultura nacional. Nesse sentido, urge uma lei agrária adaptada às nossas realidades presentes e que complete as medidas de amparo à agricultura cogitadas pelo meu Govêrno.

A experiência das colônias agrícolas nacionais deve ser prosseguida, mas é fora de dúvida sua insuficiência nas condições presentes. A obra de colonização, a ser patrocinada pelo Govêrno Federal através de assistência técnica e financeira, para o que cumpre implantar o crédito especializado, deve alcançar uma escala nacional e apelar para a iniciativa e o esfôrço dos governos locais e dos particulares, bem como constituir uma das linhas em que se desenvolverá o auxílio federal.

Política de bem-estar

As reformas e empreendimentos básicos, delineados nesta Mensagem, constituem o arcabouço em que se estruturam os programas atinentes à melhoria das condições de vida da população brasileira. A política econômica visa, como fim, à valorização do homem — objetivo final e preocupação primeira do Estado. Ao lado dessas fundamentais medidas econômicas de ordem geral, cumpre promover a racionalização e sistematização das atividades de segurança sanitária, de educação, de previdência, de assistência e de proteção direta aos trabalhadores e suas famílias. Todavia, impõe-se ainda promover, perfeitamente conjugado a essas duas ordens tradicionais de providências, um programa de produção e atividades complementares, visando diretamente ao levantamento dos padrões de vida, em todos os seus aspectos. Desta forma, com o tempo, o progresso social, de sua parte, repercutirá na produtividade do homem e na estrutura geral da economia nacional, resultando dessa recíproca influência a maior soma de bem comum.

O que preconizo é uma política ampla de bem-estar, apoiada no desenvolvimento orgânico dos alicerces da economia do País, e cuja finalidade imediata e precípua será levar ao povo, que trabalha e produz, o mínimo a que tem direito elementar, para uma existência de tranquilidade econômica e de paz social.

Sem nota de pessimismo, inadequada a uma nação nova qual a nossa, devemos, no entanto, ser realistas ao reconhecer que o Govêrno tem justificativas para estar profundamente preocupado com os presentes níveis materiais e culturais de existência da população do País, nos campos ou nas cidades. Os índices pelos quais se medem tais padrões de vida — refletidos na casa, no vestuário, no regime alimentar, nas facilidades recreativas, na alfabetização, na educação profissional e geral, nas técnicas de trabalho — se distanciam bastante daqueles que caracterizam os países mais desenvolvidos. E o contraste é tanto mais chocante quando sabemos possuir o Brasil inúmeras reservas de matérias primas e outros recursos naturais, assim como valioso potencial humano, que tem dado definitivas demonstrações de energia e vitalidade. Há, portanto, um desajustamento entre êsses recursos, existentes em maior ou menor escala em tôdas as regiões, e a realidade econômico-social presente, expressa nos baixos padrões regionais de vida.

Não pode a Nação suportar por mais tempo os atuais índices de vida de suas classes desfavorecidas, quando países menos dotados em suas potencialidades geográficas têm conseguido elevá-los a níveis mais consentâneos com a condição humana.

Em entrevista à imprensa quando ainda não empossado no cargo de Presidente da República, revelei minha constante preocupação por êsse problema. Vinha colhendo dados sôbre a matéria, e já se esboçava em meu espírito um plano de ordem geral, no sentido de amparar os trabalhadores pobres e necessitados, facultando-lhes condições de bem-estar social. Cumpre aumentar o poder aquisitivo das massas trabalhadoras, melhorar o salário mínimo, fixar o homem rural, aproveitar as terras cultiváveis junto aos centros urbanos. O Govêrno tem que se organizar, visando precipuamente ao bem-estar geral, encarando, objetivamente, os problemas relacionados com o gigantismo urbano, a alimentação, a habitação, o vestuário, a economia doméstica, a colonização, o progresso das pequenas comunidades.

Para melhor sistematizar as bases de tal política, faz-se mister realizar, de início, levantamentos regionais de padrões da vida, condições de trabalho e orçamentos familiares. Êsses levantamentos permitirão um conhecimento mais perfeito das peculiaridades de vida do nosso povo, e mostrarão os meios mais indicados para a solução de dificuldades específicas.

O programa de bem-estar deve estender-se a todo o território nacional, abrangendo os limites naturais da área geográfica e social de cada problema. O Govêrno convocará para êste empreendimento organizações locais ou nacionais, públicas ou privadas, a tôdas incentivando, sem prejuízo de sua atuação direta, em caráter excepcional, pioneiro ou suplementar. Apelarei especialmente nesse sentido para a cooperação dos governos e dos líderes locais, bem como a compreensão e o apoio das próprias populações interessadas e de seus elementos representativos. Dessa maneira, assegurar-se-ão o alcance nacional e a duração da obra, reduzindo-se o risco em que poderia incorrer tão extenso e complexo programa.

Não nos devemos arrecear das dificuldades do momento, mas antes estruturar com urgência essa vigorosa política de bem-estar social, como objetivo final dos planos de desenvolvimento econômico e roteiro seguro para a valorização progressiva das classes trabalhadoras.

De minha parte, consciente da imensidade da tarefa, a ela dedicarei o melhor dos meus esforços. Meu Govêrno dará ao assunto a preferência a que faz jus.

Certo de vosso patriótico concurso, enviarei ao Congresso, oportunamente, anteprojetos de lei tendentes à consecução dêsses objetivos, dentro de larga e humana política de valorização do homem brasileiro e de suas instituições naturais.

Temos, no Brasil, reservas preciosas no quadro material e humano, que poderão ser mobilizadas. Resta, além de planos bem estudados e da decisão governamental, convocar as qualidades de cooperação e de solidariedade cristã do povo brasileiro.

SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Eleitos sob diferentes legendas partidárias, passamos a integrar os quadros dirigentes do Estado, coparticipes que somos agora dos encargos do Govêrno. E o poder legislativo ou executivo, que nos foi delegado, emanou de uma mesma fonte, por fôrça de um mandato que tem um único objetivo — o de realizar os anseios e ideais do povo por uma vida melhor e mais feliz. E uma responsabilidade comum que pressupõe uma leal, patriótica e mútua colaboração.

Essa responsabilidade, que é de todos nós, e as ingentes dificuldades para alcançar no menor tempo o objetivo de elevar as condições de vida do nosso povo impõem, de fato, o indeclinável dever de união em tôrno dos fundamentais problemas e necessidades da nossa gente, sobretudo nesta hora de crise internacional. Em tôrno dêsses imperativos creio que devemos estabelecer uma área de completa concordância e de convergência de esforços.

Foi com essa convicção que iniciei o exercício do meu mandato, cercando-me de colaboradores de diversa filiação política e renome nacional, na firme intenção de manter o mais perfeito clima de harmonia e imparcialidade, sem com isso afastar-me das aspirações populares e do programa que tracei para realizar essas aspirações.

A base e a forma dessa imprescindível colaboração dos partidos, tanto pela participação de seus representantes no Executivo, como pela crítica da oposição construtiva devem ser sempre a fidelidade aos interêsses e aspirações nacionais. Essa colaboração deve abranger não só os partidos, mas também tôdas as fôrças sociais.

Num regime de ordem, de respeito aos direitos, de confiança recíproca e de consciência dos deveres, é de crer que floresça a colaboração entre as atividades privadas e o Estado, e entre empregados e empregadores, tendo em vista os supremos interêsses da Nação, definidos na emancipação econômica e no progresso social.

À VENDA O NÚMERO DE MARÇO DE O FIGURINO DE "A NOITE"

O FIGURINO DE "A NOITE" MARÇO

A EDIÇÃO DE "O FIGURINO DE A NOITE" ACABA DE APARECER COM UMA MARAVILHOSA COLEÇÃO DE "TOILETTES" PARA AS ESTAÇÕES DE ÁGUAS, ALÉM DÊSSES MODELOS ESPECIAIS VINDOS DIRETAMENTE DA REVISTA "ELLE", O "FIGURINO DE A NOITE" PUBLICA:

Variações em tôrno de uma sáia — Dias de calor — Dois vestidos que valem seis — Petites robes — Para todas as horas — Para viajem — Próprios para veraneio — Vestidos de jantar — Noivas — Sáias e blusas — Três vestidos, nove "toilettes" — Modelos do recado de Paris — Moda infantil — Para o seu bebê — Lingerie — Beleza e maquilagem — Tricot — Como vestir-se bem — Consultas grafológicas — Contos de amor...

A REVISTA FEMININA MAIS COMPLETA

IMPRESSIONANTE TRAGÉDIA EM CACHOEIRA DO SUL

Deu veneno na mamadeira aos quatro filhinhos e suicidou-se — Depois de deixar os corpos das crianças na cama, chamou a vizinha e disse: "Vou morrer!" — O marido da tresloucada não se achava em casa — Desavenças conjugais, a causa

PORTO ALEGRE, 16 (Asapress) — Na cidade de Cachoeira do Sul ocorreu impressionante tragédia: uma senhora, por desavenças conjugais, acabou com a vida dos seus quatro filhinhos e suicidou-se. O fato consternou profundamente a cidade. A tresloucada foi a Sra. Lucília Siqueira Maciel, de 32 anos. Ela deu, na mamadeira, aos seus filhinhos Diva Maria, de 7 anos; Marly Terezinha, de 6 anos; Geraldo, de 5 e Mary, de 3, considerável dose de cianureto, deitando-os, já sem vida, em sua cama, dois na cabeceira e dois nos pés, tendo, após, chamado a vizinha, gritando: "Vou morrer!" Quando esta chegou, encontrou doloroso quadro: Lucília Maciel, rodeada pelos quatro filhos, mortos. O marido, Luiz Carlos Maciel, funcionário do Pôsto de Higiene, exercendo também as funções de inspetor da Sulacap, não se encontrava em casa, quando ocorreu a tragédia.

A NOITE — 6.ª-feira, 16/3/51 — N. 13.740



VISITA DE CORDIALIDADE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Estiveram no palácio Rio Negro, em Petrópolis, em visita de cordialidade ao presidente da República, os Srs. Dario Botero, embaixador da Colômbia e o senador Gilberto Alzate Avindaño, enviado, pelo govêrno daquele país, à posse do presidente do Uruguai, como Embaixador Especial. Os ilustres diplomatas, que estiveram com o chefe do govêrno em companhia do ministro Coelho Lisboa, chefe do cerimonial da Presidência da República, mantiveram prolongada palestra com S. Excia. No clichê, um aspecto da visita — (Foto A. N.)

TERMINA NO FIM DO MES A HORA DE VERÃO

A duração da chamada "hora de verão" tem sido objeto de dúvida. Da capital e do interior do país chegam, constantemente, pedidos de esclarecimento a respeito.

A fim de elucidar o assunto, convém lembrar que o govêrno, pelo decreto n.º 27.496, de 24 de novembro de 1949, que instituiu a "hora de verão" em todo o território nacional, marcou o período compreendido entre a hora zero de 1.º de dezembro de cada ano até 30 de abril, do ano seguinte, para sua duração. Dessa forma expiraria no próximo dia 30 de abril aquela inovação horária. Todavia, por decreto posterior, datado de 14 de abril de 1950, o presidente da República alterou a redação do decreto anterior, antecipando a duração do período para 31 de março, ao mesmo tempo que adiantava, excepcionalmente, para 16 de abril, a sua duração no ano passado.

Este ano, de acôrdo com o decreto em vigôr, a "hora de verão" expirará no dia 31 do corrente mês.

O OTIMISTA...





— protege a flor...



Morreu num desastre o instrutor de pilotagem

PORTO ALEGRE, 16 (Da Sucursal de A NOITE) — De Santiago do Boqueirão informam ter ocorrido ali um desastre aviatório, no qual perdeu a vida o jovem José Herlstrit, instrutor do Aero Club local.



Delcio Pescadinha, o investigador que feriu o detetive

O INVESTIGADOR atirou no detetive

Porque êste mandara andar uma mulher que estava em companhia do criminoso — Pela madrugada, na rua do Resende

Violenta cena de sangue ocorreu hoje, cerca de 2 horas no cruzamento da rua Resende com avenida Mem de Sá, em frente ao café «Estrela da Manhã». Em consequência da campanha que o delegado de Costumes, Zildo Jorge, vem realizando, com o objetivo de moralizar a cidade, foi interpelado pelo detetive Aldoino Pereira Nascimento, de 38 anos, viuvo, residente na avenida Henrique Valadares 137, apartamento 6, o investigador Delcio Pescadinha, de 31 anos, solteiro, numero 1711, residente na rua Alegria 1937, casa 2, que se encontrava em companhia de uma mulher de nome Cacilda de tal. A mulher foi intimada a andar, e os dois homens discutiram. Segundo declarações do criminoso Aldoino o teria esbofeteado, tendo êle revidado com violenta pernada, atirando-o ao solo. Daí o detetive fez menção de sacar sua arma, tendo Delcio, mais ligeiro detonado a sua contra o homem caido. Este, gravemente ferido no abdomem, foi conduzido para o Posto Central de Assistência, onde ficou internado após os curativos sendo grave o seu estado. Delcio Pescadinha foi preso pelo investigador Moraes, e conduzido para a delegacia do 6º distrito policial. Autuado em flagrante, foi depois removido para a Policia Central.



Euclides Santos, através do lapis do seu colega Mendez.

IV Salão da Sociedade dos Artistas Nacionais

Premiado com medalha de bronze o nosso companheiro Euclides Santos

O IV Salão de Sociedade dos Artistas Nacionais, que tem a presidi-la o espirito brilhante e operoso da senhora Odete Barcelos, acaba de conferir vários premios aos expositores da atual mostra de arte.

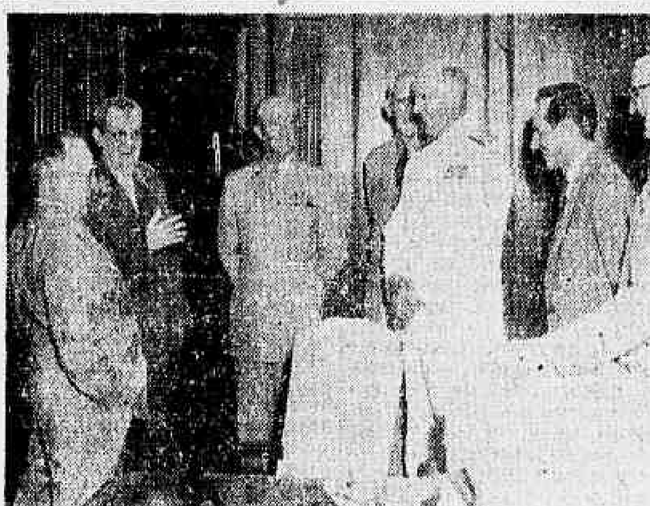
Entre os contemplados, encontra-se Euclides Santos, que a Emprêsa de A NOITE vem, há longos anos, dando o melhor do seu esforço e de seu belo talento plástico.

Artista de real merecimento, Euclides Santos pode ser considerado, sem favor, um dos nossos mais finos ilustradores, no momento, aliando a uma técnica segura uma delicada sensibilidade, o que é fácil observar através da interpretação dos motivos que servem de base às suas composições.

O quadro que Euclides apresentou à exposição do Assírio — a centenária ponte da cadeia de São João Del Rei, famosa expressão da arquitetura colonial — foi com efeito merecedor da laurea conferida pela Sociedade dos Artistas Nacionais, de vez que se trata de uma obra de autêntico valor, plasmada não apenas com tintas, mas igualmente com o coração do artista.

Euclides Santos, que voltará por estes dias a Minas, pretende fixar inúmeros outros aspectos da lendária cidade, fundada por Tomé Pontes del-Rei, em seguida ao que fará, nesta capital, uma exposição dos trabalhos ali executados.

Telefone para o CARIOCA REPORTER: 43-3349



RECEBIDOS PELO PRESIDENTE DA REPUBLICA OS NOVOS MEMBROS DA COMISSÃO MILITAR MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS — O presidente Getúlio Vargas recebeu no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, os Srs. general Sarlis Love Mullins Júnior, general Robert Morris Webter e Rear Admiral Ernestherman Von Heimbur, respectivamente chefes e membros da Fôrça Aerea e da Marinha da Delegação Norte-Americana na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, que por intermédio do general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas do Brasil, foram apresentados ao presidente da República por terem assumido aquelas funções em nosso país. No clichê, o chefe do Govêrno quando palestrava com os militares americanos. (Foto A. N.)

NOVAS E IMPORTANTES REFORMAS SERÃO EXECUTADAS NO E. DO RIO

Melhoria nos serviços judiciários — Crédito rural — Ampla assistência aos menores

Com grande solenidade, a que estiveram presentes altas autoridades estaduais, municipais, representantes de diretórios municipais de todo o Estado, jornalistas e grande massa popular, foram instalados ontem os trabalhos da Assembléia Legislativa Estadual.

A mesa do Legislativo Esta

(CONTINÚA NA 9.ª PÁGINA DA PRIMEIRA SEÇÃO)

— E' O SEU "CASO"?

Por LAWRENCE GOULD, famoso psicólogo

KING FEATURES SYNDICATE

EXCLUSIVIDADE DE "A NOITE"



a) — AS ESPOSAS DEVEM CONSERVAR SEUS NOMES DE SOLTEIRAS?

— Sim, desde que sejam tão bem conhecidas como representantes de uma arte ou profissão. A mulher que não disponha dessa base, insistindo em que deva ser chamada Srta. Green, em vez de Sra. Brown, provavelmente está a padecendo de um complexo neurótico de inferioridade sexual, o qual faz com que exagere a importância de um costume quase que universal. Afinal de contas, é o seu "primeiro nome", e não o sobrenome, que identifica uma pessoa. O uso do sobrenome que associa a mulher ao marido e aos filhos, constitui simplesmente um traço de união na família.

*

b) — OS INQUERITOS REFLETEM A OPINIAO EXATA DAS PESSOAS?

— Não integralmente — escrevem David Riesman e Nathan Glazer, em "Public Opinion Quarterly". A crença de que você pode obter a opinião real de uma pessôa simplesmente por intermédio de uma pergunta implica em: a) — que sua pergunta é exposta mais exatamente; b) — que o interrogado pensa com mais clareza do que na maioria dos casos. As opiniões dadas, possivelmente, representarão melhor um esfôrço para impressionar o interrogador com sabedoria e com o desejo de agradar. Antes de poder entender o "significado latente" de uma opinião, você deve compreender a pessôa interrogada.

*

c) — EXISTE UMA COUSA CHAMADA "MOLESTIA MENTAL"?

— Falando exatamente, não — diz o Dr. Charles Burligame, do "Institute of Living", de Hartford, Connecticut. Nem tampouco existe tal cousa, chamada "moléstia física", conforme reconhecem os médicos há muito tempo. Os fatores fisicos em condições já consideradas como puramente mentais — melancolia, por exemplo — e os fatores mentais tidos hoje como desempenhando papel tão importante nos incômodos "psico-somáticos", tais como a asma, reforçam o fato de que a distinção entre corpo e espirito é confundida terapeuticamente, e que toda moléstia envolve a ambos.

Duas casas destruidas pelo fogo

E uma terceira danificada — Em Bonsucesso, na rua Cardoso de Morais — O incêndio começou numa residência e atingiu duas casas comerciais — Salvo todo o material

Um incêndio destruiu duas casas, danificando uma terceira, ontem, cêrca de 20 horas, em Bonsucesso. O fogo, que teve início na casa 153, da rua Cardoso de Morais, alastrou-se com grande violência, destruindo a de número 151, e danificando o predio 149. A primeira é residência particular, onde teve início o sinistro, motivado, talvez, por um curto circuito. O fogo passou em seguida para o prédio número 151, onde funciona o estabelecimento "Pedal de Ouro", casa especialista em bicicletas, máquinas fotográficas e de costura, etc., que teve tudo destruido, caindo o telhado, que sepultou tudo em seus escombros, sendo atingido o prédio 149, onde funciona a Casa Batista, borracheiro, que ficou parcialmente danificada. Ao local compareceu duas guarnições do Corpo de Bombeiros. Uma do Pôsto do Meier, e outra do Pôsto de Ramos, sob o comando, respectivamente, do sargento Saboia, e tenente Granja, que, em equipe, se empenharam no combate às chamas e salvamento de móveis e utensilios dos prédios incendiados. Assim, conseguiram salvar móveis e roupas da casa de família, além de todo o material das casas comerciais. A policia do 20.º distrito

(CONTINÚA NA 9.ª PÁGINA DA PRIMEIRA SEÇÃO)



José Lopes Fonseca, o aviador que teve morte trágica.

CAIU E INCENDIOU-SE O TAXI-AÉREO

Morreu o piloto, José Lopes Fonseca, um "as" da aviação civil — Voava entre o Rio e Ubá, sofrendo o acidente fatal quando sobrevoava a estrada Rio-Petrópolis



O taxi-aéreo no local em que caiu, na Rio-Petrópolis

Quando sobrevoava a estrada Rio-Petrópolis, nas imediações do quilometro 17, — local onde ante-ontem, fizera um

(CONTINÚA NA 9.ª PÁGINA DA PRIMEIRA SEÇÃO)



AYOT ST. LAWRENCE (Inglaterra) — Três chapéus que foram usados por George Bernard Shaw ainda se acham no local em que ele os deixou, em sua residência campestre onde viveu os últimos anos e onde faleceu a 1.º de novembro do ano passado. A herdade, a que ele mesmo denominou "O Cantinho de Shaw", foi doada ao Fundo Nacional e será aberta ao público agora, como um Museu em honra do grande escritor e dramaturgo. (Foto UP-ACME, Via Aérea).

AGÊNCIA DE "A NOITE"

Anúncios — Assinaturas — Clichés — Correspondência

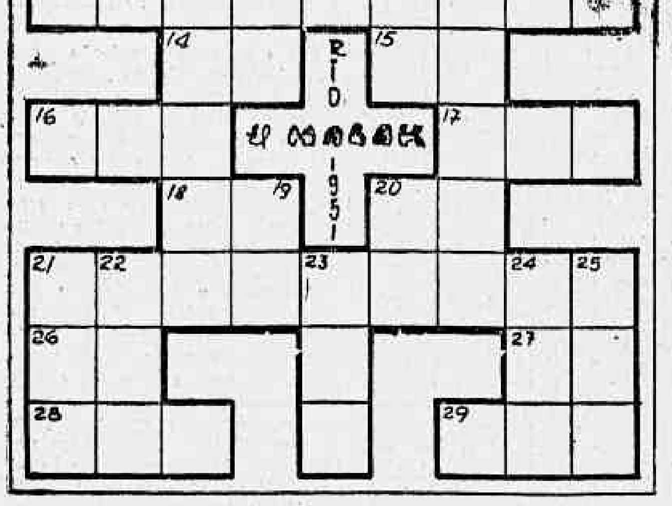
AVENIDA RIO BRANCO, 120 - Loja 22

(Galeria dos Empregados do Comércio)

Aberta até às 19 horas — Tel.: 42-7541

PALAVRAS CRUZADAS

PROBLEMA Nº 290



HORIZONTAIS — 1. Terra para onde se retirou Caim depois do seu crime — 4. Cachaça — 7. Vila de Portugal, no distrito de Aveiro — 8. Escarnece — 9. Conquistar — 14. Contração — 15. Nesse lugar — 16. Decreto — 17. Enxergava — 18. 17ª letra do alfabeto grego — 20. Agora — 21. Orifícios — 26. Interjeição que exprime desprezo — 27. Seguia — 28. Rio da Africa, afluente do Niger — 29. Moléstia.

VERTICAIS — 1. Descalços — 2. Interjeição que designa afirmação — 3. Dueto — 5. Istmo que liga a Indochina à península de Malaca — 6. Oasis do Saara Central — 10. Militar nobre entre os hindus do Malabar — 11. Simbolo do holmio — 12. Batráquio — 13. Contaminar — 19. Prefixo designativo de agente — 20. Prefixo que em várias linguas tupis significa espinho — 21. Rio da França, afluente do Rodano — 22. Estrada macadamizada — 23. Lingua africana falada no Sudão e na Guiné — 24. Camareira — 25. Finura de espirito.

SOLUÇÕES DO PROBLEMA Nº 289 — HORIZONTAIS — Curvo — Rã — Ar — Abra — Arca — Lee — Uru — Sal — Tri — Lat — Ado — Anos — Clis — Va! — Oc — Jaula.

VERTICAIS — Oral — Ura — Via — Grau — Abesana — Acridio — Reato — Rural — Lava — Osco — Sua — Cal.

Colaboração e correspondência para: Red. de A NOITE — PALAVRAS CRUZADAS.

JANE POUCA ROUPA...









LETRAS E ARTES

OS ESCRITORES NA DEFESA DO "CLIMA DA CRIAÇÃO"

O P. E. N. Clube nasceu em Londres, há trinta anos. Portanto, por volta de 1920, logo depois da guerra de 14-18, a primeira "grande guerra" ou "conflito mundial", arrastando nações de todos os continentes. O espetáculo da fôrça e da destruição ainda estava vivo, com as mais tristes e penosas recordações. E o após-guerra, mal grado a paz aparente, era de inquietações tremendas, sentindo a insatisfação de muitos e as aspirações e cobiças de alguns. Embora vencido, o ideal da fôrça não se subjugara e ameaçava reportar, como pouco depois reportou nos regimes politicos que viriam a ser a razão da segunda "grande guerra". Apesar dos pesares, ainda é fácil vencer guerras, pois à fôrça se opõe cada vez mais fôrça e às armas anteriores se contrapõem armas de maior poder de destruição. O que não tem sido fácil é construir a paz, — esse dificilimo equilibrio entre os povos que demanda uma profunda compreensão humana, a revisão dos objetivos sociais, a reeducação dos nossos semelhantes. Os erros de Versalhes e as indecisões dos estadistas europeus e americanos possibilitaram o quadro sombrio que se arrasta até 1940, com a eclosão do novo "conflito mundial".

A fundação do P. E. N. Clube tivera, então, o generoso propósito de congregar os escritores para a defesa dos mais nobres ideais da humanidade e o da concórdia. Multiplicaram-se os centros nacionais do P. E. N. Hoje contam-se setenta, dentre eles o operoso P. E. N. Clube do Brasil, com 16 anos de existência. Essas entidades tomavam, com o mundo, o compromisso da defesa daqueles ideais. A inteligência criadora punha-se, assim, ao serviço de uma grande causa, ao mesmo tempo que trabalhava para a formação do único clima compativel com a criação, que é o da liberdade. O que tem sido essa batalha surda dos intelectuais contra a fôrça, dizem-no algumas passagens heróicas e belas. Mas o que ainda pode ser, o peito descoberto, no debate franco, intenso, infatigável, usando do jornal, do livro, do rádio, do cinema, de todos os instrumentos difusores da idéia, de todo o sistema educativo do mundo — cabe a todos — e especialmente aos P. E. N. Clubes, por sua origem histórica — dizer, precisar e estimular. Bem por isso, o ilustre presidente do P. E. N. Clube do Brasil tomou para tema do artigo de fundo do Boletim de 1951, que acaba de aparecer, o destino da instituição internacional, concitando todos "a revigorarem seus esforços, pois nunca, em momento algum da história da liberdade humana, à luz da civilização e da cultura, o intelectual correu maior perigo". A essas palavras de Claudio de Souza juntariamos apenas o apelo à inteligência humana em geral para que transforme a agressão em entendimento, através dos debates honestos, única atitude digna das virtudes que ornam a personalidade.

C. A.

O BRASIL FABRICA O MELHOR CALÇADO DO MUNDO

insinuante

VENDE O MELHOR CALÇADO DO BRASIL!